

FLACSO
Facultad Latino Americana
de Ciencias Sociales

UnB
Universidade de Brasília
CEPPPAC

PROGRAMA DE DOUTORADO CONJUNTO FLACSO/UnB EM ESTUDOS
COMPARATIVOS SOBRE A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

TESE DE DOUTORADO

**DEMOCRACIA: NOÇÃO E PRÁTICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS
POPULARES - uma comparação entre Brasil e México**

AUTOR: JOÃO FRANCISCO DE SOUZA

Orientador: Prof. Dr. ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO (UnB)

BRASÍLIA, outubro de 1996

FACULDAD LATINO AMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES - FLACSO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

PROGRAMA DE DOUTORADO CONJUNTO EM ESTUDOS
COMPARATIVOS SOBRE AMÉRICA LATINA E CARIBE

JOÃO FRANCISCO DE SOUZA

DEMOCRACIA: NOÇÃO E PRÁTICA NOS MOVIMENTOS .
SOCIAIS POPULARES; uma comparação entre Brasil e México

BANCA EXAMINADORA

Elimar Pinheiro do Nascimento	UnB-SOL
Lúcio de Brito Castelo Branco	UnB-SOL
Deis Siqueira	UnB-SOL
Irllys Alencar F. Barreira	UFCE
Bráulio Tarcísio P. Matos	UnB-FE

APROVADO EM

BRASÍLIA, OUTUBRO DE 1996

Souza, João Francisco de

Democracia : noção e prática nos movimentos sociais populares
- uma comparação entre Brasil e México / João Francisco de
Souza. - Brasília : O Autor, 1996.
p.209

Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Departamento de
Sociologia, 1996.

Programa de Doutorado Conjunto Facultad Latino Americana de
Ciencias Sociales/Universidade de Brasília em Estudos
Comparativos sobre a América Latiria e o Caribe.

Inclui anexos e bibliografia.

1. Democracia. 2. Representações Sociais. 3.
Movimentos sociais. 4. Movimentos populares. I.
Nascimento, Elimar Pinheiro do. II. Titulo.

321.4

CDD (19.ed.)

BSE/UFPE

321.7

CDU (2.ED.)

AGRADECIMENTOS

O autor é grato a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho. Reconhece a contribuição de cada um dos que fazem o Centro de Educação da UFPE, dos professores do Programa de Doutorado Conjunto FLACSO/UnB e El Colegio de México.

Um agradecimento especial é destinado ao Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento, pela orientação, e às organizações populares do Brasil e México que, através de seus dirigentes e intelectuais, aceitaram ser parceiras do trabalho de campo, contribuindo decisivamente para a realização deste estudo.

Finalmente, mas não menos reconhecidos, os agradecimentos ao CNPq e à CAPES, pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

RESUMO	6
RESUMEN	7
ABSTRACT	8
APRESENTAÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE - PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	10
1º CAPÍTULO: Objeto de estudo e seu contexto	11
1 - Objeto de estudo	11
1.1.1 - Representações sociais..	15
1.1.2 - Democracia, democratização	18
1.1.3 - Intelectuais e dirigentes populares	25
1.1.4- Movimentos sociais populares	28
1.2 - Contexto da escolha do objeto de estudo	34
2º CAPÍTULO: Terreno empírico e procedimentos da pesquisa	39
2.1 - Terreno empírico: Movimentos sociais populares brasileiros e mexicanos	40
2.2 - Técnicas do trabalho de campo	61
2.3 - Procedimentos analíticos	62
SEGUNDA PARTE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE DEMOCRACIA	66
3º CAPÍTULO: Democracia e economia	69
3.1 - Projetos econômicos autogestionários	73
3.2 - Projetos econômicos em parceria	77
3.3 - Participação em projetos governamentais	79
3.4 - Perspectivas das relações entre democracia e economia	80
4º CAPÍTULO: Democracia e política....	88
4.1 - Concepção da ação política.	91
4.2 - Participação eleitoral	96
4.3 - Representação política -	103
5º CAPÍTULO: Democracia e movimentos sociais populares	111
5.1 - Relações entre intelectuais e dirigentes	112
5.2- Perspectivas das relações entre intelectuais e dirigentes	121
5.3 - Democratização na articulação dos movimentos sociais populares	124
6º CAPÍTULO: A finalidade da democracia: a pessoa e a palavra..	133
6.1 - A constituição da pessoa	135
6.2 - Construção de intersubjetividades	140
6.3 - A palavra como expressão da pessoa....	150

TERCEIRA PARTE:	IN-CONCLUSÕES	162
7º CAPÍTULO: ¿Democratizando a América Latina?		163
7.1 - Deslocamento do eixo do debate democrático,		164
7.2 - A democracia como possibilidade da luta organizada e livre pela qualidade de vida dos trabalhadores		169
7.3 - A democracia como possibilidade de articulação popular		172
7.4 - A democracia como desenvolvimento integral da pessoa		174
7.5 - A democracia como uma construção em aberto		176
7.6 - Dimensões da cultura cívico-política propugnada pelo movimento popular...		184
ANEXOS		189
1. Eventos observados no Brasil e México		189
2. Documentos de organizações populares		191
3. Documentos de IAMOPs brasileiras e mexicanas		193
4. Dados da Reforma Agrária do MST		194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		198

RESUMO

A tese objetiva contribuir para a formulação de uma concepção moderna de democracia latino-americana, por meio da identificação/reconstituição/sistematização e análise de representações sociais de distintos sujeitos sobre a questão: dirigentes de organizações sociais brasileiras e mexicanas e de intelectuais que as assessoram e que atuam em organizações rurais e urbanas integrantes de movimentos sociais populares, os quais foram também parceiros do processo investigativo, configurando uma dinâmica peculiar à construção do objeto em análise, cuja identificação teve por foco as suas interações conflitivas (antagônicas ou não) com os Governos, Partidos, Empresas e Igrejas. A singularidade do fenômeno requereu o uso de uma abordagem interdisciplinar, além de um enfoque comparativo entre as realidades do Brasil e do México durante todo o processo da pesquisa. Resultados obtidos com a realização de entrevistas, observação participante e análise de documentos produzidos por aquelas organizações permitiram apreender e sistematizar o significado que a democracia assume entre os sujeitos/parceiros alvo da investigação. Suas representações revelaram a existência de uma utopia sobre a possibilidade e necessidade de construir uma modernidade democrática na América Latina, mas num processo que não pode prescindir da participação das diferentes classes sociais, pois entendem que só com o envolvimento da maioria da sociedade se pode sonhar com a efetivação de outras formas de fazer, de saber, de poder, de sonhar e amar. Observou-se, portanto, a incorporação no imaginário das pessoas de temas antes não considerados, e que dizem respeito ao privilegiamento de dimensões da sua subjetividade e da consideração do respeito às suas raízes culturais. Nesta direção, o sentido da ação social proposta incorpora a configuração de outra recongnição e uma (re)invenção da sociedade latino-americana, em que se respeitem e se promovam suas especificidades étnico-culturais e históricas, implicando novas relações de gênero, de poder, de gerações e com o meio ambiente. Enfim, a proposta identificada nas representações sociais indica que a construção da democracia requer uma nova cultura cívico-política que possibilite a realização, mesmo que sempre inconclusa, do ser humano em sua integralidade, como pessoa que se afirma através de sua palavra.

RESUMEN

La tesis pretende contribuir a la formulación de una concepción moderna de democracia latinoamericana, por medio de la identificación/ reconstitución/sistematización y análisis de representaciones sociales de distintos sujetos sobre la cuestión: dirigentes de organizaciones sociales brasileras y mexicanas y de los intelectuales que los asesoran y que actúan en organizaciones rurales y urbanas integrantes de movimientos sociales populares. Estos sujetos fueron también partidarios del proceso investigativo, configurando una dinámica peculiar en la construcción del objeto de análisis, cuya identificación tuvo como centro las interacciones conflictivas (antagónicas o no) con los Gobiernos, Partidos, Empresas e Iglesias. La singularidad del fenómeno, requirió ser abordado interdisciplinariamente, además de un enfoque comparativo entre las realidades de Brasil y de México durante todo el proceso investigativo. Los resultados obtenidos con la realización de las entrevistas, observación participante y el análisis de los documentos producidos por aquellas organizaciones, permitieron apropiarse y sistematizar el significado que la democracia asume entre los sujetos/partidarios centro de la investigación. Sus representaciones revelaron la existencia de una utopía sobre la posibilidad y la necesidad de construir una modernidad democrática en América Latina, como un proceso que no puede prescindir de la participación de las diferentes clases sociales, pues entienden que solo con un involucramiento de la mayoría de la sociedad se puede sonar con la realización de otras formas de hacer, de saber, de poder, de soñar y amar. Se observa, por tanto, la incorporación a la imaginación de las personas de temas no considerados anteriormente, y que privilegian las dimensiones de su subjetividad y de la consideración de los respetos a sus raíces culturales. En esta dirección , el sentido de la acción social propuesta, incorpora la configuración de otra cognición y una (re)invención de la sociedad latino-americana, en que se respete y se promueva sus especificidades étnico - culturales e históricas, implicando nuevas relaciones de género, de poder, de generaciones y con el medio-ambiente. En fin, la propuesta identificada en las representaciones sociales indica que la construcción de la democracia requiere una nueva cultura cívico-política que posibilite la realización, siempre inconclusa, del ser humano en su integralidad, como persona que se afirma a través de su palabra.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to contribute to the formulation of a modern concept of Latin American democracy by means of the identification, reconstitution, systematization and analysis of the social representations of a particular group of people: the popular leaders of Brazilian and Mexican social organizations and the intellectuals who advise and lead urban and rural groups which form popular social movements. These people were also part of the investigative process, influencing the particular dynamic of the research construct, whose identity was focused on their conflictive interactions (whether antagonistic or not) with governments, political parties, businesses and churches. The importance of this is that it required the use of an interdisciplinary approach as well as a comparative focus between the realities of Brazil and of Mexico over the course of the research. The results obtained through interviews, participatory observation and research through the documents produced by these organizations, permit an understanding and systematization of the significance which democracy has assumed among the target subject/participants of the investigation. Their representations reveal the existence of a utopian ideal about the potential and the need for constructing a modern democracy in Latin America, but only through a process which does not exclude the participation of different social classes, because only if the majority of society is involved can one count on other means of doing, knowing, dreaming, being and loving on happening. The incorporation of themes never before considered was observed and how these were incorporated in the images they used as well as the importance they gave to their own subjectivity and cultural roots. In this this direction, the sense of a social action proposal incorporates the configuration of an other recognition and (re)invention of Latin American society, in which ethnic-cultural and historical specificities are respected and promoted, thus implying new relations of gender, power, generations and with the environment. Finally, the suggestions identified through the social representations shows that the construction of democracy requires a new civic-political culture which makes possible the realization, even if it is not conclusive, of the human being in his integrity, as a person who is reaffirmed through his word.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho, de acordo com as exigências do Programa de Doutorado Conjunto de Estudos Comparativos sobre América Latina e Caribe, é uma reconstituição interdisciplinar e comparada das representações sociais sobre democracia, de intelectuais e dirigentes de movimentos e organizações populares brasileiras e mexicanas.

Consta de três partes. Na primeira, em dois capítulos, formulam-se o objeto de estudo, os procedimentos do trabalho de campo e analítico, e apresenta-se o terreno empírico.

Na segunda parte, em quatro capítulos, identificam-se, analisam-se e reconstituem-se essas representações nos aspectos que parecem mais relevantes, pelas possíveis repercussões positivas na vida individual e coletiva da classe trabalhadora brasileira e mexicana, bem como para o conjunto das respectivas sociedades. Os temas que permitirão identificar essas representações sociais são: a democracia e a economia; a democracia e a política; a democracia e os movimentos sociais populares; a finalidade da democracia.

Na terceira parte são feitas algumas ilações, a partir das representações reconstituídas, sobre os elementos que podem ser significativos na construção de uma democracia latino-americana. Esta aparece como a utopia deste final de século e milênio dos intelectuais e dirigentes populares que participaram desta pesquisa.

Finalmente, informa-se que os nomes dos dirigentes foram omitidos nas citações dos seus depoimentos, revelando-se suas organizações para se evitar quaisquer tipos de incômodo. Os intelectuais foram nominados porque, possuindo seus trabalhos publicados, têm seu pensamento no domínio público correndo menores riscos.

PRIMEIRA PARTE

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesta primeira parte, estão indicados os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa. No primeiro capítulo, formula-se o objeto de estudo e seu contexto: **as representações sociais sobre democracia de intelectuais e dirigentes dos movimentos sociais populares no Brasil e México.**

No segundo, estão indicados o terreno empírico e os procedimentos da investigação, tanto os do trabalho de campo quanto os analíticos: entrevista em profundidade, observação participante, exame de documentos escritos de intelectuais e dirigentes ou de suas organizações, além da análise das informações para transformá-las em dados que possibilitem a reconstrução das representações sociais sobre democracia a partir de uma perspectiva interdisciplinar e comparada.

OBJETO DE ESTUDO E SEU CONTEXTO

Trata-se de identificar e definir o objeto de estudo e contextualizá-lo, do ponto de vista social e político, no interior dos processos de democratização, nos últimos dez anos, na América Latina. Um momento histórico que alguns autores caracterizaram como de crise do marxismo e início do esgotamento do neoliberalismo e que também pode ser compreendido como momento de ressignificação da modernidade.

1.1 - Objeto de estudo

Este trabalho pretende reconstituir e analisar as representações sociais, de dirigentes populares e intelectuais, sobre democracia, dirigentes¹ que atuam social e politicamente nas organizações rurais ou urbanas, no Brasil e México, e intelectuais que se desempenham profissionalmente, junto a essas organizações populares, a partir de IAMOPs (Instituições de Assessoria ao Movimento Popular)². As organizações rurais e urbanas são identificadas como partes da totalidade denominada, neste estudo, movimentos sociais populares ou, simplesmente, movimento popular. Por sua vez, esses movimentos têm sido um espaço em que diferentes visões de mundo, lógicas explicativas e perspectivas políticas se encontram e se defrontam. Tornam-se, por isso, *um locus privilegiado* para a construção de representações sociais. Dentre elas, procura este trabalho identificar aquelas que se referem à democracia.

¹ Cada vez que aparecer a expressão **dirigentes**, neste documento, o termo refere-se aos **dirigentes populares** entrevistados para este estudo.

² Denominação atribuída às ONGs (Organizações não-Governamentais) que realizam trabalho direto junto a organizações rurais e urbanas populares.

Busca-se não o específico das representações de cada uma das organizações populares da pesquisa, mas o que lhes é recorrente.

As organizações populares podem ter-se tornado um lugar importante para se examinar a questão da democracia e da cultura democrática, na medida em que, além de serem um espaço plural, têm interagido com os discursos da Academia, dos Partidos e Governos sobre democracia. Particularmente por meio ou no bojo das ações para construir e garantir condições dignas de vida, trabalho, moradia, saúde e educação, bem como melhorar relações culturais, religiosas, de gênero, de gerações, de poder e de saber. Relações mais democráticas e menos discriminatórias.

Parte-se da suposição de que a dinâmica e o funcionamento das organizações populares podem estar proporcionando a construção de representações sociais que contribuam para o debate e a concretização da democracia. Tanto em suas atividades internas, nas discussões e diante das decisões a serem tomadas, quanto na realização e na execução dessas decisões quando se defrontam com os interesses e as organizações de outros segmentos da sociedade e instituições governamentais, patronais, partidárias e religiosas. Todos esses processos implicam debates, embates, negociações e contradições, tanto internas quanto com outros setores e instituições.

Supõe-se que essa dinâmica pode estar configurando alterações nas representações sociais predominantes, em nossas sociedades, sobre democracia. Tanto nos debates no interior dos movimentos populares entre suas diferentes organizações, quanto nos embates externos, podem estar sendo elaboradas outras representações, que contribuam com elementos significativos para o desenvolvimento de uma nova cultura democrática na América Latina.

Nesse sentido, são significativas as afirmações de Proud'Homme (1994) sobre tais movimentos. Para ele,

"Los movimientos sociales no son partidos políticos y no tienen como objetivo la toma del poder: la mejor garantía de su autonomía y sobrevivencia reside en la orientación social de su acción que incide sobre las mentalidades y las prácticas cotidianas, y este tipo de acción, no tiene por característica la movilización permanente; puede operar de manera latente. La eficacia de su acción política corresponde a su capacidad flexible de formular públicamente problemas sociales y hacer que sean traducidos en decisiones políticas. Así, la existencia o la creación de canales para la circulación de las demandas sociales influirá sobre el fortalecimiento de los movimientos sociales en la medida en que permita la innovación institucional" (Proud'Homme, 1994:102).

Essa perspectiva determina, também, a orientação das buscas deste trabalho. Não interessam, para suas finalidades, as conquistas materiais nem a transcendência sócio-política dos movimentos investigados, por mais importantes que sejam do ponto de vista político e da qualidade de vida dos segmentos sociais que os compõem. O interesse deste estudo circunscreve-se ao que estão construindo em termos de representações sobre democracia, e não o específico que está sendo conseguido por cada organização envolvida no processo de pesquisa.

Há, nessa perspectiva, uma limitação do trabalho, que é sua ampla generalização. Identificar o que há de comum, recorrente, em representações sociais sobre democracia de organizações e movimentos populares no Brasil e México implica um grau de generalidade que perde, talvez, o aspecto mais rico de cada processo particular. Pode ser até temerário. Haverá, certamente, diferenciações e matizes, de caráter regional em cada país, que necessitam ser considerados num estudo que se proponha outros objetivos. De qualquer forma, o central a ser enfatizado, neste estudo, são os aspectos das representações sociais que podem expressar uma contribuição para a construção de uma cultura democrática no Brasil e no México que, interagindo com os problemas não resolvidos da integração nacional que deu margem a um Estado corporativo e, depois, a um Estado populista, configurem-se como energias transformadoras do Estado e da Sociedade. Sendo as suas sociedades *pluriétnicoculturales* numa *multitemporalidad* (García-Canclini, 1989), é possível encontrar uma heterogeneidade de representações sociais sobre democracia. Mas, também, na medida em que as organizações populares, provocadas por essas multiformes situações, são reativas e propositivas, é possível encontrar muitas semelhanças.

O problema de pesquisa que deu origem à formulação desse objeto de estudo pode ser enunciado sinteticamente na seguinte pergunta: *Que representações sociais sobre democracia estão sendo produzidas em organizações rurais e urbanas, enquanto partes do movimento popular brasileiro e mexicano?*

As organizações populares, rurais e urbanas, têm surgido ao longo da América Latina como resultado do encontro de intelectuais e populares na busca de soluções para os problemas de trabalho, moradia, habitação, saúde, escolarização e participação política. Nessa luta, alguns populares têm-se transformado em dirigentes de organizações sociais. E na medida

em que essas organizações vão atuando e se firmando, compõem discursos próprios que se articulam através de representações sociais.

Supõe-se que na luta, não apenas pela apropriação do espaço social e pela existência pessoal e coletiva dignas, mas também pela legitimidade de diferentes discursos, os movimentos populares, brasileiros e mexicanos, constroem representações sociais sobre democracia que podem conter aspectos diferentes das concepções predominantes em suas sociedades. Construídas nessas experiências organizativas e de ação coletiva, tais representações resultam das interações por composição e/ou por oposição entre significados distintos em função de soluções para os diferentes problemas vividos e formulados pelos segmentos sociais envolvidos.

Se, numa relação pontual, segundo Moscovici (1978), constroem-se representações sociais, pode-se pensar na hipótese de que essa construção será mais ampla, consistente e significativa numa situação buscada intencionalmente, como acontece nas organizações do movimento popular. Ao se defrontarem com problemas a serem resolvidos, intelectuais, dirigentes e populares são levados a reelaborarem suas compreensões e construir uma interpretação que lhes permita a ação coletiva. Constituem-se num sujeito coletivo, pois, além da luta social, conformam também uma experiência gnosiológica.

As representações sociais, produzidas nos debates e embates da ação coletiva, podem apontar para a **elaboração de um novo real**. Pois, como mostra Lima,

"não há um real previamente demarcado e anterior ao ato da representação. Entre este e aquele, erige-se uma rede de classificações que torna o real discreto e enunciável a partir de um princípio hierárquico orientador da classificação. Não olhamos a realidade e a traduzimos numa forma classificatória. Ao contrário, é a forma classificatória que nos informa sobre a realidade, tornando certas parcelas suas significativas" (Lima, 1981:219-20).

A construção de um real distinto da realidade, mas a partir dela, é a condição para que cada sujeito individual ou coletivo tenha uma compreensão e uma ação significativas no seu mundo, pois é a construção intelectual que organiza as situações e possibilita uma ação coletiva. Essa construção parte de um dado prévio, a natureza ou/e a cultura, independente de cada ser humano, para torná-lo significativo para cada um pessoalmente. Por isso, conclui Lima, se a realidade "é prévia e independente do homem, sua conversão em real se faz através de um processo duplo, paralelo, mas distinto: por sua nomeação - que não se restringe a dar

nome a partes da realidade - e pela formulação de molduras determinadoras da situação decodificante da palavra" (Lima,1981:223; Cf Cardoso, 1978)

Nesse sentido, as representações sociais garantem a relação dos seres humanos entre si, com a natureza e a própria cultura, na medida em que eles as constroem e podem nelas interferir para transformá-las, a fim de que respondam aos interesses pessoais e coletivos que vão adquirindo novas formas.

Tomando como objeto de estudo as **representações sociais sobre democracia**, enquanto construção de um sujeito coletivo, pode-se identificar o posicionamento político-social deste sujeito e a direcionalidade que está tentando imprimir à sua história como parte da história da humanidade. Essas representações constituem novos imaginários, produzidos pelo confronto entre saberes de intelectuais e de diversos segmentos das diferentes camadas da classe trabalhadora.

É importante tecer algumas considerações sobre o significado de cada um dos significantes que possibilitam a conformação do objeto deste trabalho. Assim, em seguida se explicitarão os sentidos em que estão tomados *representações sociais; democracia e democratização; movimentos sociais populares; intelectuais e dirigentes*. O recorte sobre o significado que esses termos adquirem neste trabalho, além de precisar o objeto, guiará o trabalho metodológico de reconstituição das representações dos sujeitos investigados.

1.1.1 - Representações sociais

As representações sociais são imagens e noções que as pessoas vão elaborando a partir dos confrontos de visões anteriores, científicas e populares, opondo-as e compondo-as, no decorrer de debates e ações, ao tempo em que criam as condições das ações coletivas. São produzidas, pois, através do confronto de saberes pré-existentes frente às exigências de compreensão, interpretação, explicação e intervenção nas realidades para sua transformação. Elas, enquanto um tipo específico de saber, são, portanto, **figuras e expressões socializadas** (Moscovici, 1978:25). Organizam imagens e linguagens para realçar e simbolizar atos e situações que são ou se tornarão comuns a um determinado grupo social. Aparentemente, são

apenas um reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um conjunto de idéias que lhe são exteriores. De fato, resultam de uma montagem, a partir do que chega de fora à consciência individual, no interior de uma multiplicidade de interações sociais entre indivíduos e/ou grupos, de idéias e imagens que dão sentido ao agir e pensar individual e/ou coletivo. Esse processo implica

"um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado no contexto dos valores, das noções e das regras, de que ele se torna doravante solidário. Aliás, o dado externo jamais é algo acabado e unívoco; ele deixa muita liberdade de jogo à atividade mental que se empenha em apreendê-lo. A linguagem aproveita-se disso para circunscrevê-lo, para arrastá-lo no fluxo de suas associações, para impregná-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço, que é simbólico" (Moscovici, 1978:26).

As teorias científicas sobre as realidades naturais e sociais interagem com a cosmovisão (senso comum, saber popular, saber da prática) dos diferentes grupos da sociedade possibilitando a construção de outra compreensão dessas mesmas realidades: a construção de um novo real histórico-social, um saber diferente. Numa palavra, segundo Spink (1993:8), essas representações "são saberes sociais que situam o indivíduo no mundo e, situando-o, definem sua identidade, o seu modo de ser particular, produto de seu ser social", ou seja, produzem e determinam os comportamentos pessoais e coletivos. Seu conteúdo é essencialmente as práticas sociais. Para Moscovici (1978:26), "uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes".

Enquanto um tipo de saber específico, que resulta do confronto do conhecimento universitário dos profissionais com os valores, regras e noções dos populares, a representação social tem "por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos" (Moscovici, 1978:26). Trata-se, portanto, de um processo de reelaboração de sentido em função das existências individuais e/ou coletivas para ressignificar e qualificar o agir pessoal e social. Efetiva um tipo de saber histórico-social que responde a necessidades, obedece a critérios diferentes dos que originaram os saberes que se confrontam na elaboração das novas representações sociais. Este novo saber

"não reproduz um saber armazenado na ciência, destinado a permanecer aí, mas reelabora, segundo sua própria conveniência e de acordo com seus meios, os materiais encontrados. Por conseguinte, participa da homeostase sutil, da cadeia de operações pelas quais as descobertas científicas transformam o seu meio ambiente e se transformam ao atravessá-lo, e engendram as condições de sua própria realização e renovação. Elas têm por pano de fundo uma mudança historicamente

decisiva da gênese do nosso senso comum, que não é o contágio de idéias, a difusão de átomos de ciência ou de informação que observamos, mas sim o movimento no decorrer do qual as descobertas científicas são socializadas" (Moscovici, 1978:24).

As representações sociais são, assim, constitutivas das realidades, constroem o real das experiências nas quais as pessoas se desempenham. E, como afirma ainda Moscovici (1978:26-7), "alternativamente, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado". Trata-se sempre de uma "representação de alguém, tanto quanto de alguma coisa". Nelas, as funções respectivas dos grupos sociais encontram sentido, pois resultam necessariamente da relação entre sujeitos e objetos; ou, mais precisamente, da atividade de um sujeito em sua relação com um objeto-mundo que constrói, ao mesmo tempo, o mundo e a si próprio. E não se confundem com os conhecimentos que as originam (Moscovici, 1974:27). São, finalmente, uma teoria em prática, conformam uma matriz discursiva (Sader, 1988)³ de um indivíduo e/ou de um grupo social, bem como orientam seu agir. Constituem o sujeito individual e o sujeito coletivo.

Na perspectiva deste trabalho, o mais significativo da noção de matriz discursiva é sua relação com a constituição dos movimentos sociais populares, enquanto sujeitos coletivos, pela identidade que criam entre seus membros, seu papel na formação de uma comunidade ativa na construção de outras relações sociais, políticas e cognitivas; seu alcance ressocializador pela reinvenção social e sua reconção, através das representações coletivas que são construídas na ação e para a ação, na própria análise do agir coletivo.

Enquanto produções históricas e sociais, essas representações, que são expressões das culturas de uma determinada sociedade, interpretam, compreendem e explicam as próprias culturas e nelas interferem justificando-as ou questionando-as. São fatores de conservação ou mudança social e estão condicionadas pelas relações sociais predominantes, conformadoras de um modo específico de sociedade, ao tempo em que as condicionam, contribuindo para a sua manutenção ou transformação. Sendo assim, como afirma Lyotard (1990:33), "no se puede saber lo que es el saber, es decir, qué problemas encaran hoy su desarrollo y su difusión, si no se sabe nada de la sociedad donde aparece". Elas expressam noções, compromissos, orientações e operações para a ação das pessoas e/ou grupos sociais numa sociedade determinada.

³ Essa noção de "matriz discursiva" pode ser aproximada ao conceito de "matriz disciplinar" de Thomas Kuhn (1975:226-32), que seria o sentido mais amplo do termo "paradigma", composto de "generalizações simbólicas", "compromissos coletivos com crenças", "valores" e "formas comuns de solucionar problemas".

No contexto atual, é significativa a pesquisa da construção dessas representações sobre democracia, pelas implicações sociais de que elas podem se revestir e pelo debate que tem ocasionado o tema. Especificamente aquelas que estão sendo elaboradas pelos movimentos sociais populares que podem expressar embates históricos e perspectivas novas para expressivos contingentes populacionais.

1.1.2 - Democracia, democratização

A retomada da construção democrática na América Latina, que ocorre a partir dos inícios da década de 1980, expressa a lenta derrota dos regimes ditatoriais ou autoritários na região. Mas, ao mesmo tempo, o início de uma longa e complexa transformação social que tem provocado muitos estudos com o objetivo de detectar a multiplicidade de significados que está adquirindo, nesse contexto, a democracia⁴.

O termo democracia, entendido como forma de governo, tem longa tradição na filosofia política. São correntes do antigo pensamento grego que primeiro sistematizam, em documentos escritos, um conteúdo para essa questão. De modo geral, nos grandes pensadores políticos, democracia sempre foi associada à idéia de mau governo (Bobbio,1992:41). Em *A República*, Platão apresenta Trasímaco se opondo ao pensamento de Sócrates em relação a uma justiça ideal e transcendente, ensinando que na vida política primam os motivos escusos e a crueldade. Nessa mesma linha, de alguma forma, situa-se Aristóteles, quando em *A Política* argumenta contra o idealismo socrático, indicando que as constituições bem dispostas devem garantir a divisão dos diferentes setores sociais.

A construção da democracia é iniciada na Europa a partir do século XVII, através de alguns atos fundadores, como o *Bill of Rights* inglês de fevereiro de 1689, a Revolução Francesa de 1789, com sua *Declaration des Droits d'Homme et du Citoyen*, e, nas Américas, a Independência dos Estados Unidos, com a Constituição de 1787. Embora seus antecedentes se

⁴ Os estudos são muitos e variados seus enfoques sobre as transições democráticas, seus impasses e possibilidades, entre outros, por exemplo, Ó'Donnell (1988); Zapata (1993); Moisés (1995) e os demais autores citados neste trabalho. Mas, todos valorizam os processos democratizadores vividos, nos últimos anos, em várias regiões do mundo. Os autores analisam-nos, seja em suas realidades nacionais ou comparando-as, no interior da América Latina ou com as situações da Europa do Leste. Sugerem alternativas, explicitam suas apreensões.

encontrem entre os legistas do século XII (Barret-Griegel,1989; Bertrand e Birnbaum,1989). Segundo Touraine (1996:111), estes atos são um "coroamento do pensamento político liberal que, desde Hobbes a Rousseau e também Locke, tinha afirmado o caráter fundador da criação voluntária do elo social que Hobbes chama *covenant*, Locke *traste* e Rousseau *contrato social*".

O central da idéia de democracia configura-se como sendo a soberania popular, sem a qual não é possível nenhuma democracia, ainda de acordo com Touraine (1996:112). Enquanto na Inglaterra se impôs, até o final do século XVIII, uma concepção de democracia baseada num pensamento utilitarista, na França predomina uma concepção fundada na idéia de soberania popular e igualdade de todos diante do poder absoluto da monarquia, conforme a análise de Tocqueville (1964).

No transcurso da história, conforme Dubet (1993), na noção de democracia foram se misturando mais ou menos confusamente tradições intelectuais e históricas, bem como correntes e tipos de fenômenos sociais. O autor identifica a conformação de duas tradições: a democracia política e a democracia social. Emergem, nos séculos XVII e XVIII, tendo como base as declarações de direitos naturais do homem e do cidadão na Inglaterra, França e Estados Unidos da América do Norte. Para ele, "aun antes de ser considerada como un sistema político y constitucional, a la manera de Montesquieu, se define la democracia como el reconocimiento y la afirmación de los derechos del individuo, independientemente de la naturaleza social de este y del lugar que ocupa en la economia y en la historia" (Dubet, 1993:89).

A democracia é a afirmação dos direitos universais do ser humano, os direitos do indivíduo, a afirmação de sua cidadania. Trata-se da democracia moderna que se configura como resultado do predomínio do individualismo, da razão instrumental, da criação de um espaço público de iguais e de uma possível mobilidade social. Neste sentido, a democracia se qualifica como um espaço do debate público e da competição entre iguais, à qual se opunha a crítica de Marx, entre outros, argumentando com o caráter abstrato desse indivíduo que era uma universalização idealizada de um tipo de individualidade específica, a burguesa. Segundo ainda Dubet (1993:90), os sociólogos do século XIX compartilharam, de um modo ou outro, com a crítica de Marx. E, para ele, tem razão Robert Nisbet quando mostra que se o

pensamento social não se constitui contra o Iluminismo, elabora-se numa posição de crítica. E mais,

"Tocqueville, pensador de la democracia, la define no tanto como un sistema de acuerdo político sino como un estado de la estructura y de las relaciones sociales engendradas por **l'égalité**. Weber, por su lado, asocia la democracia con el triunfo de la racionalidad instrumental y sugiere en qué medida esta racionalidad puede ser peligrosa para la democracia" (Dubet, 1993:90).

Esse comentário de Dubet, no que se refere especificamente a Tocqueville se circunscreve ao fato que mais impacto causou ao pensador francês do século XIX, quando analisava a sociedade norte-americana, num momento em que a democracia já perdera toda popularidade de que gozara no século anterior. Diz Tocqueville (1987:11), "entre os objetos novos que, durante minha permanência nos Estados Unidos, atraíram a minha atenção, nenhum me impressionou mais vivamente que a igualdade de condições". Relacionando o pensamento de Toqueville com o de Giovanni Sartori (1994), Weffort (1992:26) reconhece que a definição oferecida por Sartori sobre a igualdade social atinge o ponto central das perspectivas de Tocqueville: "igualdade social, entendida como igualdade de status e de consideração, o que implica que distinções de classe e de riqueza não envolvem distinções". A teoria da democracia revisitada de Sartori implica em tipos diferentes de igualdade: igualdade jurídico-política, igualdade social, igualdade de oportunidade, "igualdade" (sameness) econômica. A igualdade social significa também "a cada um a mesma importância social, isto é, o poder de resistir à discriminação social". Nessa concepção existe uma contraposição a Marx, que pensa na igualdade de poder ou de riqueza. A idéia fundamental de Tocqueville sobre a "igualdade social" significa "égalité de condition", isto é, "a oportunidade para um indivíduo de ser tratado como tal pelos outros". Mesmo muito moderada, esta noção de igualdade pode servir como centro da construção democrática dos movimentos sociais populares. A maioria dos membros desses movimentos não têm tido a oportunidade de ser tratada como indivíduo.

Outra postura apresenta Parsons que inter-relaciona de maneira estreita "democracia y modernidad cultural y social, desarrollo político, separación de lo público y del privado, 'individualismo institucional y desaparición de las castas" (Dubet, 1993:91).

As discussões sobre democracia nas ciências sociais são, portanto, complexas e divergentes, além de terem, segundo Alexander (1993:39), oscilado entre uma posição normativa, otimista, e outra de descrédito, encarando a democracia como uma ilusão. Apesar disso, na maioria dos países do mundo, na última década, o debate sobre a democracia tem-se

ampliado, aumentando tanto o número de seus defensores quanto de seus opositores. Na América Latina, o debate tem se intensificado na luta contra os regimes militares e/ou autoritários existentes na região e foi adquirindo vários e divergentes conteúdos. Como lembra Soares (1993:378):

"Lo que se entiende por ella cambia de un país a otro de una teoría a otra, y hasta de una clase a outra. En Cuba, por ejemplo, es casi sinónimo de igualdad; cuando se afirma que algo es democrático, está afirmandose que está bien distribuído; es decir, no hay un lugar importante para las instituciones políticas democráticas. Qué se entiende en Brasil por democracia? La respuesta es: depende, porque la concepción de la misma varía con la persona, incluso con la clase a la que pertenece. Las clases más privilegiadas asignan un papel más importante a las instituciones políticas y electorales que los menos privilegiados. La porción que piensa que las libertades y los derechos civiles son importantes, además de los partidos políticos, las elecciones y otras instituciones características de la democracia política, disminuye con la posición social".

No Brasil, desde o movimento das "Diretas já", a retomada das eleições nas capitais em 1985 e, sobretudo, a campanha eleitoral de 1989 e a derrubada do Governo Collor em 1992, tem ganhado espaço cada vez maior o debate democrático .

No México, as grandes manifestações de massa, o debate diuturno nos meios de comunicação e a existência de um movimento tática, mas não estrategicamente, armado, o Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), defendendo "elecciones limpias", "respecto a la Constitución" e "trabajo para los de abajo", revelam a importância do tema para o país.

A maioria desses debates situa-se na disjuntiva sistema (forma de governo) vs regime (governos historicamente constituídos), suas legitimidades e legalidades. Mas, têm surgido vários estudos e práticas que enfatizam a democracia social .

Os autores que trabalham a relação entre democracia política e social explicitam as divergências dos princípios que as orientam. Num esforço de síntese dessas contradições Sorj (1988:137) mostra que os valores "da democracia política estão associados ao individualismo e ao contratualismo que o mercado gera ou reforça", enquanto "o distribucionismo se orienta

⁵ O debate sobre a transição democrática no Brasil, sobretudo nos anos oitenta, ocupou todos os especialistas, jornalistas e políticos de maior envergadura intelectual como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Raimundo Faoro, Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier, entre outros.

⁶ São vários autores que tentam correlacionar a democracia e o social, explicitando as dificuldades de concretizar a democracia para além de seus aspectos legais e políticos. Estes não são rejeitados, mas se pretendo que tenham incidências nos outros aspectos da vida social, como propõem Minello. 1994, Reis, 1993, Torres Rivas, 1993; Touraine, 1996 e Sorj, 1988.

por valores diferentes - comunitários, igualitários - e pela ação intencional de grupos sociais e do estado". E conclui:

"Temos, de um lado, as posições liberais que argumentam pela defesa da liberdade política e econômica do indivíduo e rejeitam qualquer intervencionismo distributivo; de outro, aqueles que idealizam uma complementaridade natural e harmônica entre os valores liberais e democráticos/socialistas. Mas a prática tem indicado que as relações entre os dois pólos, sem serem excludentes, são complexas e difíceis" (Sorj,1988:137).

Essa tensão ou contradição tem acompanhado o desenvolvimento da democracia ao longo de sua história. São aspectos não necessariamente, como reconhece Sorj, dicotômicos, mas antinômicos.

José Álvaro Moisés (1995:152) ampliou o debate, recentemente, fazendo um estudo envolvendo várias cidades brasileiras, no qual examina as posições sobre a democracia das "elites políticas" e dos "públicos de massa". Contextualizando o debate sobre a democracia no embate entre as perspectivas maximalistas e minimalistas, enfatiza a problemática econômica como significativa. E revela a importância das modificações dos padrões cognitivos e valorativos que intervêm na construção de uma cultura política que, se sozinha, é insuficiente para levar à mudança de um regime político, é indispensável à sua construção social (Moisés, 1995:98) e à estabilização da democracia, além do significado que os regimes democráticos têm para a garantia dos direitos de cidadania.

A conclusão do estudo de Moisés (1995:151) é que as elites políticas e os públicos de massa, no Brasil e em outras partes do mundo, aderem à democracia, como regime político, em primeiro lugar pela sua dimensão procedimental e, secundariamente, pelos ideais de igualdade social. E demonstra, através da análise estatística, a mudança do comportamento eleitoral dos brasileiros, estratificados por classe, sexo, escolaridade, centros metropolitanos e pequenas cidades. Afirma que houve, entre as "elites políticas" e os "públicos de massa", um aumento da adesão à democracia.

Se esta é a posição desses segmentos sociais brasileiros, qual será a dos intelectuais e dirigentes brasileiros e mexicanos dos movimentos sociais populares ? Coincidirá com a dos segmentos estudados por Moisés?

Na diversidade de pontos de vista entre políticos profissionais, cientistas sociais e vários outros segmentos populacionais, ora aparece a democracia reduzida ao campo da cidadania e/ou ao do governo da sociedade, ora emerge ampliada para as mais variadas

relações sociais e intersubjetivas. Há cientistas sociais que se indagam, como faz Minello (1994:191), por exemplo: "La democracia, algo nada más que político?"; a quem outros, como Escalante Gonzalbo (1994:229), respondem: "la democracia es un asunto sólo político".

Essas divergências denotam a busca do significado da democracia que os segmentos sociais organizados estão realizando. A sensação é a da afirmação do sentimento, no seio da população latino-americana, sobretudo nos seus segmentos organizados socialmente, de que a idéia da democracia ressurge e se afirma com mais vigor, depois da perseguição e derrota de processos revolucionários socialistas experimentados na região e da derrota dos regimes ditatoriais e/ou autoritários. Ao lado, simultaneamente, de desencantos de outros segmentos. Assiste-se a uma substituição da idéia de revolução pela idéia de democracia. Essas perspectivas têm a ver com a urbanização massiva da região nas últimas décadas, que ocasionou, entre outras alterações, mudanças no comportamento feminino e na organização familiar com a predominância da família nuclear. Mas também com o surgimento dos movimentos sociais dos anos setenta e oitenta e com as mudanças ocorridas no interior da intelectualidade de esquerda, posta em estreito contato com a democracia européia, como se manifesta, entre outros, no pensamento de Fernando Gabeira.

Que significado adquire, pois, nesse contexto, a idéia de democracia? Como se situa o significado que a democracia vai adquirindo entre os segmentos sociais organizados, no interior dessas mudanças, com os sentidos circulantes no mercado das idéias e das práticas políticas e acadêmicas? A hipótese é de que os movimentos sociais populares querem a democracia e lutam por ela, pelas possíveis repercussões que ela possa vir a ter para a qualidade de vida da maioria da população, para seu cotidiano e para a convivência dos segmentos sociais. Mas também pelo valor que assume nas relações intersubjetivas. Opondo-se, assim, à concepção instrumental da democracia. Como indica Weffort (1989:26/7):

"O fato de que lutamos pela democracia política como um valor em si não pode (nem deve) impedir-nos de reconhecer que a democracia política tem de fazer a sua prova de competência e de eficácia. A construção (ou, eventualmente, a reconstrução) da democracia política não encontrará perspectivas sólidas fora de uma visão de futuro que nos permita encontrar respostas para os mais graves problemas econômicos e sociais de nossos países. Se saímos, felizmente, de uma época histórica em que as esquerdas e os democratas não éramos capazes de ver na democracia senão seu valor instrumental, não há nenhuma razão pela qual deixemos de reconhecer que a democracia *também* tem um valor instrumental. Numa época como a nossa que é tanto a da democracia quanto a da modernização, nada seria pior do que deixarem os democratas (e as esquerdas) as bandeiras da modernização nas mãos da direita e dos autoritários".

Parece não se poder tratar da questão democrática sem considerar os problemas sociais, a questão nacional, as questões das intersubjetividades e das subjetividades. Mesmo que não se queira ampliar o conteúdo do termo democracia e reservá-lo à dinâmica e ao funcionamento dos sistemas e regimes políticos, não é possível, ao estudar a democracia, esquecer suas implicações nos diversos âmbitos da existência social e pessoal. Não se pode esquecer, no entanto, que, nessas diversas dimensões da democracia, ou se se prefere, nas suas implicações, a sua consolidação exige, entre as suas variadas condições, o funcionamento de um sistema institucional representativo. Para Guillermo O'Donnell (1988:47), "esta tarefa de *construção institucional representativa* (...) é fundamental. É o fio central que leva a uma democracia consolidada; sem ela, qualquer grau de democratização alcançado é precário e potencialmente explosivo".

O mesmo O'Donnell, num trabalho em parceria com Philip Schmitter, insiste na articulação entre a dimensão institucional e a dimensão econômica e social. Nesta perspectiva, entendem que a transição democrática implica processos, simultâneos, de ***liberalização, democratização e socialização***. A compreensão de liberalização, coincidindo com a primeira fase de uma transição democrática, "significa a efetivação de certos direitos (habeas-corpus, liberdade de opinião, de petição, direito de defesa, liberdade de associação, ausência de censura nos meios de comunicação etc) que protegem tanto indivíduos quanto grupos em face do exercício arbitrário do poder" (O'Donnell e Schmitter, 1989:25).

Já a ***democratização*** é entendida como "participação nas decisões, ou seja, exercício efetivo da cidadania tanto em seus direitos quanto em seus deveres", sendo vista positivamente em relação à liberalização. Não se trata apenas de suprimir os "constrangimentos exercidos pelo poder", mas de promover a participação da pessoa na vida pública. Pois, segundo O'Donnell e Schmitter, a única forma de os direitos democráticos não serem formalidades inúteis são as garantias liberais, e de os direitos liberais não serem manipulados é a participação democrática. "Uma democracia política consolidada significa, portanto, que a liberalização e a democratização se reforçam reciprocamente". Processos que devem possibilitar o avanço da socialização com a conseqüente consolidação democrática. Neste sentido "a socialização diz respeito à democratização das decisões nas empresas, escolas, etc. levando o princípio da cidadania à vida 'real' da fábrica, da empresa, da escola, etc... e participação igual dos cidadãos nos bens e serviços gerados pela sociedade (riqueza, renda, educação, saúde, habitação, informação, lazer, etc)" (O'Donnell e Schmitter, 1989:32). A consolidação da democracia só se

efetiva, portanto, na combinação, mesmo precária e contraditória, de suas dimensões políticas e sociais.

A hipótese central deste trabalho é que, nessas representações, além de perceberem-na como uma questão institucional, entendem-na como um processo de ação social. A democracia se apresenta como uma questão não apenas de sistemas e regimes políticos, ainda que os inclua, pois pensa-se construir as implicações da democracia em todos os âmbitos da vida pessoal, interpessoal e econômica, além de institucional e política.

1.1.3 - Intelectuais e dirigentes populares

Não se pretende, neste trabalho, fazer um estudo sobre os intelectuais e dirigentes populares. Estes são mencionados na medida em que têm um papel protagônico na construção dos movimentos e das representações sociais sobre democracia. Ambos desenvolvem tarefas intelectuais no âmbito dos próprios movimentos, mas se diferenciam tanto pela origem social e condições de vida, quanto pelo papel específico que desempenham.

Os dirigentes são representantes das organizações populares e os intelectuais não. Estes assessores, técnicos, agentes de instituições sociais de apoio a essas organizações populares. Não falam, como o fazem os dirigentes, em nome da organização ou do movimento popular. Não têm mandato para representá-la política nem socialmente. Os dirigentes são membros orgânicos das organizações, originários dos segmentos sociais da maioria dos participantes, que se fizeram organizadores, educadores e sistematizadores pelo desempenho que estão tendo na ação coletiva.

Especificamente usa-se o termo intelectual, neste trabalho, para diferenciá-lo do dirigente popular. Intelectual aqui significa o profissional de nível universitário que, por diferentes razões, desempenha suas atividades junto aos trabalhadores no esforço de organizá-los e, quando já organizados, no sentido de assessorar técnica e politicamente a ação coletiva das organizações. Sua tarefa se concretiza no esforço para que estas aprofundem a compreensão das realidades vividas, para interferir organizadamente nas relações de poder predominantes na sociedade e transformá-las no sentido de seu exercício democrático para a melhoria das condições de vida e trabalho da população em geral.

Poder-se-á fazer uma analogia entre os intelectuais desta pesquisa com a concepção gramsciana de intelectuais. Nesse sentido, os profissionais universitários que atuam junto às organizações populares podem ser aproximados tanto aos intelectuais tradicionais que foram conquistados para essa causa, quanto aos intelectuais orgânicos, embora os setores que organizam os movimentos sociais populares, no Brasil e México, não sejam necessariamente dos grupos fundamentais da sociedade definidos por Gramsci. Segundo ele, a burguesia e o proletariado eram os únicos grupos que produziam intelectuais orgânicos.

Em Gramsci (1978), o critério da distinção se sustenta na origem social dos dois grupos de intelectuais. Os originários dos grupos fundamentais (burguesia e proletariado) são denominados de **orgânicos**, enquanto os originários das classes ou grupos não fundamentais são denominados de **tradicionais**, podendo aderir a um dos grupos fundamentais. A diferença é de origem ou de proveniência social e tem repercussão sobre o ato de sentir, pensar e fazer dessas pessoas. Mannheim (1976) também chama atenção para esses aspectos. Embora distintamente sinaliza o valor do lugar de onde se pensa, olha, analisa.

Tanto Gramsci quanto Mannheim identificam a questão dos intelectuais como um assunto complexo. Para Antonio Gramsci (1978:3), a complexidade do problema se situa na diversidade de formas que assumiu, ao longo do tempo, a formação e ação das diferentes categorias de intelectuais. Para Mannheim (1976:180,182), a existência do intelectual coloca um difícil problema sociológico, porque são recrutados, cada vez mais, de diferentes camadas das classes sociais. Sendo assim, "além de portarem indubitavelmente a marca de sua afinidade específica de classe, são também determinados, em seus pontos-de-vista, por este meio intelectual que contém todos os pontos-de-vista contraditórios".

A tipologia gramsciana que distingue o intelectual tradicional do orgânico, em princípio, não tem conotação valorativa. Para ele, um e outro são indispensáveis à luta política. A conquista dos intelectuais tradicionais pelos grupos fundamentais ajuda-os a abrir-se, a superar o corporativismo, a ampliar a visão de mundo específica, a tender ao universalismo. E, portanto, capacita-os a representar os interesses majoritários da sociedade.

A característica principal do intelectual, como afirma Gramsci (1978:8), é imiscuir-se na prática organizativa e na ação coletiva das classes sociais "como construtor, organizador, 'persuasor permanente', dirigente (especialista mais político)". Para Gramsci, diferentemente de outros autores, o intelectual não se define por sua prática específica, sua prática profissional,

nem pelo nível de escolaridade. O critério para caracterizar os diversos e variados tipos de intelectuais e distingui-los não se encontra no que é intrínseco às atividades intelectuais, mas no conjunto do sistema de relações, no qual suas atividades específicas são realizadas, e nos grupos que as personificam. Ou seja, relações sociais específicas e as condições determinadas das atividades nas quais se desempenham como organizadores, especialistas e políticos (Gramsci, 1978:6-7). Nos movimentos sociais se realiza, *mutatis mutandi*, o papel que Gramsci atribuía ao partido político: um "modo próprio de alguns grupos sociais produzir sua categoria de intelectuais orgânicos diretamente no campo político e filosófico e não mais no campo da técnica produtiva", onde se realiza

"a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo e os intelectuais tradicionais; transformar os próprios componentes (elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico') em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral (civil e política)" (Gramsci, 1978:14).

Por isso, Gramsci não hesitaria em aproximar os profissionais que atuam junto aos movimentos sociais populares também de sua concepção de intelectuais orgânicos, pois afirma que "um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo" (p.14) pela "função diretiva e organizativa, isto é, educativa e intelectual" (p. 15) que exerce.

Não deixam de ter importância as observações de Gramsci (1978:21) sobre os intelectuais da América do Sul e Central onde identificava, na década de 1930, poucos intelectuais tradicionais. Afirmava, também, que a inexistência de uma ampla categoria de intelectuais tradicionais, nessa região, devia ser vista a partir da base do desenvolvimento desses países, que é o quadro da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizado pela Contra-Reforma e o militarismo parasitário. Certamente se surpreenderia com sua ampliação nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo, proveniente da própria Igreja onde alguns setores começaram a superar o espírito da Contra-Reforma.

Como quer que seja, historicamente, em amplitude e densidade distintas, sempre houve, em todo o mundo, uma atração entre intelectuais dos mais diversos matizes e populares, também de diferentes condições e situações. Basta lembrar os intelectuais da Comuna de Paris, os populistas russos, os conselhistas, os maoistas. Diferente não tem sido na América Latina, onde se encontram, entre outros, os padres da Teologia da Libertação, os guevaristas, os apistas (Ação Popular), os da linha de massa (maoistas). Conformaram-se vários tipos de

intelectuais cujas atuações têm tido os mais diferentes alcances. Mas, também, não apenas aqueles intelectuais que, pela chamada esquerda, sonharam com outro sistema social. Os liberais, mesmo na América Latina, quiseram-se a encarnação da própria noção de "povo" (Escalante Gonzalbo, 1992).

A identificação dos intelectuais, pois, tem variado muito. A formação moderna desses segmentos nas sociedades em que se experimentou algum tipo de participação política, em nível massivo,

"sem que as regras para essa participação estivessem estabelecidas, é forjada na ação e, em geral, em sintonia com um tipo de pensamento normativo e messiânico. Como novos proteus, as *intelligentias* que nascem desses processos pensam substituir os homens comuns na condução de seus próprios destinos e instaurar uma autoridade legitimada pelo apelo à razão humana. A tradição, enfim, é deslocada pela razão; a experiência, pela invenção; o tratamento analítico das questões, pelo normativo; e, dessa forma, os intelectuais expõem a plena potencialidade da sua vocação política" (Carvalho, 1992:38).

Os intelectuais, algumas vezes, atuaram numa perspectiva de substituição dos segmentos populares na ação social e política, conforme a denúncia de Carvalho (1992); noutros momentos, comportaram-se, de acordo com Marino (1990), ora como salvadores, ora como secretários silenciosos "del pueblo", cuja tarefa era "tomar nota de la verdad que lentamente despierta del sueno".

No nível do discurso, no entanto, muitos intelectuais superaram o desejo de substituir "o povo" na ação política, de ser seu "salvador", seu "secretário", "sua cabeça pensante" ou "seu braço armado" (Chauí, 1981). Querem ser solidários com uma mesma luta política para contribuir para a construção de uma qualidade de vida superior para a maioria das populações latino-americanas numa democracia substantiva, ou seja, política e social.

1.1.4 - Movimentos sociais populares

Os movimentos sociais populares, na América Latina, têm-se configurado de acordo com as características estruturais e oscilações conjunturais da região. Constituíram-se como correntes de opiniões e forças sociais. Enquanto corrente de opinião, conformam-se por idéias e sentimentos semelhantes. São grupos de pessoas com posicionamento político e cognitivo

similar que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de firmar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Dessa forma, expressam-se sobre os diversos campos da existência individual e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados. Os temas, quase sempre de maior incidência em suas vidas, em seu cotidiano são: trabalho, habitação, alimentação, participação, dignidade, paz, direitos humanos, meio-ambiente, gênero e gerações. Portanto, são forças sociais atuantes que se manifestam através de organizações e grupos de diversas e divergentes naturezas, amplitude e vigor.

Os estudos sobre esse fenômeno revelam uma variedade de interpretações sobre sua emergência, alcances e significados. Inicialmente, os estudos se referem a *movimentos sociais urbanos* e/ou a *novos movimentos sociais*, nos vários países da América Latina. Saudaram-nos como ações coletivas que constituíam novos atores sociais e políticos, promessa de um futuro diferente, democrático, entre outros Evers, 1982; 1984; Gohn, 1982; 1995; Kowarick, 1987; Massolo, 1992; Moisés, 1982; Nunez, 1990; Scherer-Warren e Krischke 1987. Passada a fase de euforia, estes ou outros autores, como Cardoso (1988) e Silva e Ribeiro (1985), aparecem desencantados, chamando atenção para suas práticas heterogêneas, de caráter local, intrascendentes. Telles, analisando essas críticas, afirma que elas vêm os movimentos sociais populares se esvaziando

"numa rotina de pressão sobre órgãos públicos para o atendimento de reivindicações específicas; a fragmentação de interesses e a primazia de uma noção corporativa de direitos; o seu isolamento num certo tipo de comunitarismo que não os impede de se abrirem às manipulações populistas do Estado; a afirmação de um basismo que tem como contrapartida a recusa de formas de representação política e uma visão instrumental das instituições" (Telles, 1988:247).

Além do desencanto quanto a sua transcendência ou do entusiasmo quanto as suas possibilidades em termos de ação coletiva, os estudos explicitam as divergências epistemológicas e ideológicas que conformam o problema de fundo das análises. As lutas sociais evidenciadas, inicialmente, foram as que se desenvolviam no âmbito de metrópoles, interpretadas a partir de uma "unidade conceitual", como reconhecem vários cientistas sociais, a exemplo de Cardoso (1983), Massolo (1992) e Kowarick (1987), baseada no conceito de *contradições urbanas* cunhado por Manuel Castels⁷, mas também utilizado, distintamente, por Lojkin (1979) e Borba (1975). Por outro lado, essa certa unanimidade interpretativa se

deve, também, à "aparente unidade", criada sob os regimes autoritários ou ditatoriais latino-americanos, entre os diversos movimentos sociais ou ações coletivas.

Como quer que seja, os movimentos sociais populares são processos desencadeados pela inter-relação entre intelectuais e populares face aos problemas estruturais e conjunturais vividos nas diferentes situações nacionais. Doimo (1986:17) afirma que os movimentos sociais, em geral, e não apenas os populares, "não são espontâneos, mas originados a partir da intervenção, na realidade, de determinadas forças sócio-políticas portadoras de interesses, diagnósticos e princípios que ganham materialidade e visibilidade através deles". O movimento popular é antecedido e se constitui por grupos de reflexão e de ação cultural. Seus membros começam a participar de seminários, congressos, de marchas pela terra, de passeatas, de atos públicos. Vai-se criando uma corrente de opinião que passa a competir no mercado das idéias e dos sentimentos de pertença. Têm início os embates e negociações com representantes dos governos, de partidos, igrejas e empresários, rurais e urbanos, aos quais concernem as demandas.

No heterogêneo meio popular, existem muitos fatores de desagregação, são muitos os preconceitos existentes entre vizinhos, companheiros de uma mesma área ou jornada de trabalho, pelas razões mais aparentemente injustificadas, que dificultam o encontro, a reunião, o trabalho conjunto, a continuidade: a origem étnica, o fato de ser casado ou não, de possuir maior ou menor renda, ter ou não ter trabalho garantido, a disputa de liderança, a divergência de táticas e perspectivas, o tempo de residência ou pertencimento institucional. A ação de intelectuais que questionem esses preconceitos desempenha papel significativo na conformação dos grupos de reflexão e ação, de tal maneira que essas dificuldades podem ir sendo superadas, a partir de um trabalho pedagógico desses intelectuais portadores de pensamento crítico e visão democrática (D'Incao e Roy, 1995). Sem a presença desses mediadores, incentivadores, dificilmente existiriam os movimentos populares, nem estes se afirmariam como forças sociais significativas. E, muito menos, a construção de outras relações de produção e culturais, a consolidação de outros processos sociais, como os das cooperativas de produção ou da reorganização permanente de um bairro.

Se, ao contrário, a presença é de intelectuais de tendências diferentes das apontadas, desenvolvem-se movimentos sociais em outras direções. E, de acordo com as tendências políticas e emocionais das populações, podem orientar-se no sentido anti-democrático e até

cair em fundamentalismos retrógrados. Esses têm surgido em toda parte, reeditando, **mutatis mutandi**, movimentos facistas que, atualmente, tanto na Europa como na Rússia, nos antigos países do leste europeu e nos próprios países latino-americanos, proliferam com linguagem discriminatória e agressiva, como, por exemplo, o Sendero Luminoso no Perú e os neonazistas europeus.

Mas, não foram apenas os segmentos das classes trabalhadora e expropriadora que se organizaram nos últimos anos. Os trabalhadores intelectuais também se organizaram, inicialmente os vinculados aos processos constitutivos dos movimentos sociais populares. Surgiram, assim, e adquiriram visibilidade as denominadas ONGs (Organizações não-Governamentais) cujo começo, num primeiro momento, foi a grupalização de intelectuais, sobretudo os vinculados à Igreja Católica (Landin,1987; Santana, 1991), apoiadas pela cooperação internacional que financia a maioria de suas ações⁸. Depois, outros se agregaram fundando suas ONGs. O próprio sistema das Nações Unidas apoiou o surgimento de muitas dessas instituições. Surgiram ONGs de todos os tipos, dimensões e finalidades. Por isso, especifica-se, neste trabalho, as ONGs que atuam diretamente com os movimentos sociais populares, (denominando-as de Instituições de Assessoria ao Movimento Popular (IAMOPs)

A partir da presença atuante de intelectuais e, depois, de IAMOPs, os movimentos sociais populares se articulam e se reorganizam, garantindo uma relativa autonomia frente aos partidos políticos e às formas tradicionais de atendimento das demandas sociais, mesmo que nem sempre consigam escapar desses aprisionamentos. Mas vão construindo sua autonomia no sentido formulado por Sader, que leva em conta as contribuições de Lacan e Castoriadis. A autonomia emerge como a "elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências". O sujeito autônomo é, pois, não aquele "livre de todas as determinações externas, mas aquele capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade" (Sader, 1988:53, 56). Dessa forma, os movimentos sociais populares são sujeitos coletivos enquanto correntes de opinião sobre determinados problemas ou temas e forças sociais atuantes num determinado contexto. Na formulação de Sader (1988:55), caracterizam-se por ser "uma coletividade onde se elabora uma identidade e

⁸ Agências financiadoras ligadas às Igrejas Católicas e Evangélicas, e de Governos e empresas privadas européias, norte-americanas. Como exemplo, podem ser indicadas: Misereor, Diaconia, Pão para o Mundo (alemães), NOVIB, CEBEMO (holandesas), Fundação Ford, Kelog (norte-americanas), CIDA (canadense).

se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas".

No complexo conjunto dos movimentos sociais populares incluem-se manifestações do "novo" sindicalismo, dos movimentos urbanos, dos rurais (camponeses e assalariados agrícolas), de negros, de indígenas, de mulheres, de jovens, de crianças, da terceira idade e de direitos humanos. Eles constituem parcelas do que Arditi (1987) denomina de "*lo social*", pois elaboram uma identidade e organizam práticas em que os membros da classe trabalhadora defendem seus interesses, expressam sua vontade e constroem condições necessárias à constituição de "lo social", no qual as parcelas democratizadoras podem se firmar.

Arditi sente, diante da crescente diversificação das relações sociais, a necessidade de diferenciar "lo social" de "la sociedad", complexificando os saberes capazes de ajudar na compreensão da realidade social. Para ele, resgatando a proposta weberiana,

"la creciente complejidad del entorno que liemos creado, su creciente diversificación y diferenciación, no sólo no ha permitido que nuestro caudal de saberes disipen todo vestigio de opacidad o incertidumbre, sino que más bien reclama, hoy más que nunca, una complejización correlativa de los saberes. Ello sería una condición necesaria para enfrentar y actuar sobre un entorno cuya trama se vuelve cada vez más espesa y variada" (Arditi,1987:176).

Segundo ainda Arditi (1987:182), "*lo social*" é um "exceso ubicuo que habita en el territorio mismo de la sociedad". É o terreno dos movimentos sociais como "espacio ubicuo de lo alternativo", enquanto "la sociedad" é "el espacio conspicuo de lo institucionalizado". É "una domesticación espacial y temporal y determinada de una materia maleable, lo resultante de un trabajo sobre la materia de lo social". A sociedade se concretiza como "un archipiélago de relaciones de poder cristalizadas en relaciones, identidades, prácticas y rutinas institucionales que surgen como islas en el mar de lo social".

É, nesse raciocínio, seguindo a Carlo Donolo (1985), que propõe Arditi a distinção entre "la sociedad y lo social" a partir de "un esbozo de la naturaleza del tejido social en términos de poder y resistencia" ou "mezcla cambiante de conflictos latentes o abiertos, de dominación, de negociación, de violencia y desorden". Nesta última formulação, segue Touraine quando este afirma que

"De aquí en adelante, la sociedad no será más un principio de unidad; es el resultado de los conflictos sociales y de las grandes orientaciones culturales que son su entorno (enjeu). No es más una esencia sino un acontecimiento. Así como una organización no es sino el estado inestable y provisional de las relaciones entre los grupos sociales que poseen o no poseen la autoridad en el interior de determinados límites, una sociedad así mismo no es sino una mezcla cambiante de

conflictos latentes o abiertos, de negociaciones, de dominación impuesta, de violencia y de desorden. No se puede comprender el acto a través de la sociedad a la cual pertenece; hay que partir de los actores y de los conflictos que los oponen y a través de los cuales la sociedad se produce a sí misma" (Touraine, 1979:1034).

Nesse sentido, "*la sociedad*" significa, para Ardití (1987:181,182),

"la conquista de un espacio en el cual se han cristalizado institucionalmente las relaciones de poder de un proyecto ordenador, de una voluntad que articula lo fáctico con lo normativo para conformar un dominio codificado y governable. Pero ningún proyecto puede alcanzar el sueño totalizador de englobar y domesticar a todo fenómeno, relación o subjetividad en el interior del 'buen orden' que instaura. (...). De ahí también que todo 'buen orden' está permanentemente amenazado por un exceso que rebasa su capacidad de control".

Essa tensão permanente entre "la sociedad" e "lo social" expressa o paradoxo de qualquer sociedade. De um lado, é hospedeira do social e, de outro, tenta domesticá-lo pelo medo de que ele a transforme. O grande perigo para os movimentos sociais populares é, então, sua domesticação. E na medida em que uns se domesticam, outros surgem, porque os problemas se renovam. Neste sentido, Ardití (1993:183) revela o paradoxal da sociedade: "la fragilidad de lo diferente que se esfuerza por sobrevivir ante los acechos del poder viene acompañada por una cierta 'fragilidad' o inseguridad del orden, que se esfuerza por sobrevivir ante las oleadas rebeldes e innovadoras del mar de lo social".

É nesse jogo que a sociedade se conserva e se renova. E evidencia-se a importância de, aproveitando determinadas conjunturas, ampliar as possibilidades da produção de experiências históricas (Thompson, 1981), de diferentes tipos, como as vivenciadas pelos movimentos sociais populares constitutivas de "lo social". Essas experiências têm permitido muitas transformações sociais de alcances e níveis diversificados, individuais e coletivos. Mudanças significativas que alcançam setores sociais e locais que são básicos: as famílias, as comunidades, as empresas, os bairros, as áreas rurais. Em certas conjunturas têm influenciado nas políticas governamentais e na reformulação de legislações com diversos alcances, a exemplo das emendas populares que chegaram ao Congresso Constituinte no Brasil e das pressões para a mudança da legislação eleitoral no México.

A capacidade desses movimentos vai sendo produzida nas próprias exigências de atuação, sobretudo em relação à produção de sentido, mudança de mentalidade, como reconhece Proud'Homme (1994:102). Atuação que requer informações, saberes e decisões que ampliam os horizontes existenciais e sociais de seus membros, aumentando sua competência nos níveis e dimensões mais diferenciadas da vida pessoal e coletiva: a gnosiológica, afetiva,

política, econômica e institucional. Exige, pois, que os diversos participantes encontrem nas experiências das organizações populares que integram o movimento popular a satisfação de suas necessidades e seus interesses concretos, além da possibilidade de tomar decisões sobre as tarefas, as reivindicações, as perspectivas históricas e os sentidos a serem construídos. Exige avaliá-las e ressignificá-las.

1.2 - Contexto da escolha do objeto de estudo

A escolha do objeto de estudo se deu a partir da constatação da presença dos movimentos sociais populares atuando nos diferentes processos de democratização, pelo fim dos regimes militares e/ou autoritários, bem como a reconquista das eleições periódicas. Assim como, pela nova conjuntura criada pelo desaparecimento dos socialismos reais e o fracasso do capitalismo em relação a sua capacidade de resolver os problemas da pobreza, das desigualdades e da fome.

Esses fenômenos estão imbricados com a intensificação de uma dupla crise: o aprofundamento do problema fiscal do Estado e o agravamento dos déficits da balança de pagamento dos países latino-americanos nos anos oitenta. As economias latino-americanas haviam adquirido um certo equilíbrio na década de 1970, como consequência da industrialização (o desenvolvimentismo) e das transferências internas de recursos baseadas na expropriação de setores, como os exportadores, os beneficiários da segurança social e os pequenos poupadores. A efetividade destes mecanismos esgotou-se na década de 1980. Outro aspecto que entra na composição do cenário é a mudança no comportamento dos capitalistas, tanto nacionais quanto estrangeiros, que operam nos mercados internos nacionais. Essa mudança se manifesta na expatriação de capitais, na crescente evasão de responsabilidades fiscais e na tendência à expansão das operações da chamada economia informal. Além disso, as mudanças no sistema econômico mundial levaram a uma redução do peso da América Latina no comércio internacional e à drástica diminuição do fluxo de novos capitais externos para a região, tanto na forma de investimentos quanto de empréstimos.

A combinação desse conjunto de fatores, entre outros, revela e completa o esgotamento da matriz econômica e política predominante que vigorou da Grande Depressão

ao fim da década de 1970. Como se pode constatar, o esgotamento econômico foi precedido, com a exceção do caso mexicano, pelo desaparecimento dos regimes políticos prevalentes, na América Latina, desde o final de 1950 aos inícios de 1980 (Cavarozzi, 1991:393-4).

Nesse contexto, adquire grande visibilidade, nos últimos dez anos, as discussões sobre democracia na América Latina. Nos anos sessenta, os debates políticos na região, "apresentavam, com as variações de ênfase e estilo que as diferentes circunstâncias nacionais impunham, os grandes temas da mudança da estrutura da sociedade, da economia e do Estado". Neles, "o tema da democracia estava presente mas, na maior parte dos casos, em posição de menor relevância" (Weffort, 1989:18-9). Naquele momento, os temas mais importantes eram a estrutura agrária, o crescimento (ou desenvolvimento) econômico nacional, os desequilíbrios regionais, a formação do mercado interno, as desigualdades sociais, a distribuição da renda, a marginalidade social. É na segunda metade dos anos oitenta que as questões da democracia e da modernização do Estado se evidenciam.

Assim, ganha corpo a questão das possibilidades e necessidade de **uma democracia** na América Latina como conceito e prática, onde as diferenças de gênero, étnico-raciais, culturais, de geração, políticas não sejam fatores de discriminação nem razões de dominação. Deseja-se superar as profundas desigualdades econômico-sociais e busca-se construir um poder político que possa ser garantia do respeito aos direitos humanos e à preservação e promoção do meio ambiente.

Sabe-se, por outro lado, que os processos de construção da democracia na América Latina, ao longo de sua história, têm sido complexos, sinuosos e desencontrados. Na última década, na maioria dos países do continente, eles têm ocupado os esforços de praticamente todos os segmentos sociais. Tratar desta questão é, pois, enfrentar um problema que emerge com muita força, de forma desafiante e conflitiva, no interior da crise experimentada no momento histórico atual (González-Casanova, 1992; Nascimento, 1992; Zemelman, 1992).

O debate democrático latino-americano se situa no cenário mundial de uma crise que combina os fenômenos acima indicados com as repercussões específicas na região e cuja expressão mais evidente é a divisão do mundo entre poucos com muito e muitos com pouco (Gorostiaga, 1990:22; Buarque, 1993)⁹, tanto em termos materiais como simbólicos. Mas, pela

⁹ "El abismo entre el PNB **per capita** de las naciones ricas y pobres aumenta a un ritmo acelerado. En la actualidad, 20 naciones cuya población es apenas el 1,5 % del total en el mundo disfrutan un PNB de más de 10 000 dólares (de hecho, un promedio de más de 18 000), que supera cinco veces el de 3 000 millones de

primeira vez, unidos numa aventura única de sobrevivência ou destruição, configurando e mudando o eixo da crise atual pelo processo, simultâneo, de mundialização da economia e exclusão de amplos setores sociais desse processo (Nascimento, 1993; 1994a; 1996). Essa crise, segundo o mexicano, Nobel de literatura, Octavio Paz (1993:16), tem sua centralidade na necessidade de mudanças, condenando nossa sociedade "a cambiar si quiere sobrevivir". Mas, conforme Hobsbawn (1992), não é específica de uma ou outra economia, sistema político ou ideologia. É de caráter geral e generalizada. É uma crise tanto das antigas como modernas religiões tradicionais do Ocidente; das ideologias que se alimentaram do Iluminismo, tanto o Liberalismo quanto o Socialismo, na diversidade de versões de cada uma dessas correntes político-intelectuais.

Advertindo de que se trata de uma crise global ¹⁰, Hobsbawn (1992:49-52) identifica três grandes mudanças: a massiva urbanização do mundo, a inusitada proliferação de intelectuais, a posição da mulher. E três grandes problemas, a extraordinária explosão demográfica, o abismo cada vez maior entre ricos e pobres, a destruição do meio-ambiente. A situação, como acontece em toda grande crise, apresenta-se, assim, radicalmente inquietante e nova, mas, também, mantém heranças e semelhanças com as precedentes, podendo enganar ou mistificar aqueles que foram formados com os instrumentos de análise e marcos conceituais das situações anteriores.

Estão em cheque tanto os sistemas sociais e suas instituições como as grandes construções teóricas. A chamada condição pós-moderna ¹¹ e o pensamento que nela está-se forjando são, ao mesmo tempo, testemunhas e expressões agudas dessa crise, que é, ademais, a dos portadores intelectuais dos sistemas desvalorizados (Gilly, 1992; Touraine, 1994).

Nesse processo, a quebra das economias socialistas ocidentais não revelou um capitalismo triunfante, mas um capitalismo que, uma vez mais, causa desemprego em massa, pobreza e indignação no próprio seio dos países ricos. Nos países latino-americanos, onde há uma predominância de excluídos e uma parcela menor incluída, reproduz-se a divisão entre as nações. Esta divisão internacional e a do interior das nações revelam a contradição existente

personas, poco más de la mitad de toda humanidad, cuyo PNB **per capita** es menor que 500 dólares (en cifras reales, 330)" (Hobsbawn, 1992:51-52).

¹⁰ Mesmo que haja uma diversidade de compreensão do que seja crise, Nascimento (1992) identifica três caminhos para conceituá-la. Aqui se quer indicar sobretudo os questionamentos de valores provocados pelas transformações sociais críticas do mundo atual.

¹¹ Harvey, 1993; Lyotard, 1990; Santos, 1996

entre os requisitos da acumulação, exigidos por esse modelo, com a concentração e centralização crescentes de capital, tecnologia e poder dos ricos e exclusão dos pobres¹². Estes desejam não apenas a sobrevivência, mas a participação nas decisões de seus próprios destinos e um nível de vida humano que permita a democracia e a paz.

Nas circunstâncias do mundo atual, mesmo que haja, segundo Zemelman (1987.3), uma tendência a reduzir as ciências sociais "a una función de diagnóstico crítico de situaciones, sin poder avanzar más allá de estos marcos para llegar a transformarse en fundamento de opciones sociales viables", o debate entre estes posicionamentos é amplo sobre as possibilidades e a deseabilidade da democracia.

Dessa maneira, a tentativa de redução do conhecimento histórico-social a uma função apenas diagnóstica também está sendo questionada (Giddens, 1991). A enorme concentração e centralização da riqueza, do poder, do conhecimento e da tecnologia, pelas consequências sociais que provocam em termos de depauperamento de amplos contingentes sociais, de recrudescimento da violência, põem em questão os próprios paradigmas sociais e de conhecimento predominantes, revelando as suas possibilidades e debilidades.

O marxismo e o funcionalismo, com suas variações, que predominaram até há pouco tempo, estão dificultando a intervenção na crise para superá-la, mas, ao mesmo tempo, o esforço de compreendê-la e agir sobre ela vai configurando novos paradigmas (Osório e Weinstein, 1988; 1993) que levam em conta os aspectos da intersubjetividade, da subjetividade, de relações de gênero e meio-ambiente, além das questões econômicas e do poder social. As sociologias dos anos 1960-70, com algumas discordâncias, foram predominantemente estruturalistas como em Lévi-Strauss, Althusser e Poulantzas; as concepções estruturalistas foram questionadas pela importância que adquiriu o ator social na obra de Bourdieu e Touraine nos anos 1980, para centrar-se nas representações sociais, nos anos 1980/90, com os trabalhos de Moscovici, Heller e Maffesoli. Os debates entre essas diferentes perspectivas de análise sociológica indicam a emergência de novos paradigmas que configuram os embates entre modernidade e pós-modernidade.

Entrando em crise os projetos de sociedade, também perdem força os meta-relatos, expressões do saber histórico-social, que os sustentavam e seus significados (Lyotard, 1990).

¹² Ver, por exemplo, Blackburn, 1993; Fonseca, 1992; Kurz, 1993; Nascimento, 1994a; 1994b; Rossi 1996, onde se encontram dados estatísticos que comprovam essas afirmações.

E, simultaneamente, emerge, com força, a necessidade de outras construções intelectuais, mais consistentes, que vão sendo elaboradas na própria reflexão sobre a crise e suas possíveis soluções. Essa exigência de paradigmas sociais e científicos serve de moldura à busca do sentido que vem sendo construído para a democracia na sociedade latino-americana.

A necessidade de compreender essa situação e superá-la está impulsionando tanto cientistas sociais e políticos profissionais quanto movimentos sociais à busca de outros modelos sociais e de saber. Estão imbricadas a crise social e a emergência de novos paradigmas de saberes.

SEGUNDO CAPÍTULO

TERRENO EMPÍRICO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O terreno empírico desta pesquisa são as organizações rurais e urbanas, enquanto parte dos movimentos sociais populares do Brasil e do México. Neste capítulo, são abordados o contexto e os procedimentos utilizados no trabalho de campo e analítico para identificar as informações que se transformarão em dados para a reconstituição do objeto teórico: **as representações sociais sobre democracia**. Espera-se evidenciar o *locus* empírico da pesquisa, não exaustivamente, mas de forma que permita a recontextualização do objeto de estudo, no seu chão histórico, e uma maior apropriação das construções a serem sistematizadas na segunda parte deste documento.

As informações foram coletadas através da entrevista em profundidade, da observação participante e da análise de documentos escritos. Os dados são organizados, examinados e expostos a partir de quatro unidades de análise que se constituirão em capítulos da segunda parte deste trabalho: democracia e economia; democracia e política; democracia e movimentos sociais populares; a finalidade da democracia. A escolha desses temas como unidades de análise deveu-se à recorrência, com exceção do quarto, mais específico das falas dos participantes dos movimentos sociais populares, na literatura sobre democracia, além de sua importância para a vida da população e a organização social. São, por outro lado, relevantes para a vida pessoal e coletiva desses setores populacionais e instigantes do ponto de vista intelectual, assim como do ângulo das repercussões significativas na história e no cotidiano de nossas sociedades.

2.1 - O terreno empírico: movimentos sociais populares brasileiros e mexicanos

Esta pesquisa situa-se em condições favoráveis à sua realização, no Brasil e México, pelo conhecimento que o autor detém de organizações populares nesses países. Mas principalmente por causa das lutas, neles travadas, pelos movimentos sociais populares para construírem a democracia.

No Brasil, chamam a atenção, sobretudo, as mobilizações brasileiras pelas eleições diretas para Presidente da República, em 1985, a participação popular no processo constituinte em 1987/88, a campanha eleitoral de 1989 e a mobilização que resultou na renúncia-empeachment do Presidente Collor de Mello em 1992.

Nesse período, a economia brasileira, a partir de 1985, como identifica Nascimento (1992:17),

ingressou, primeiro, em uma situação de profunda instabilidade (embora com crescimento), para em seguida ingressar, no Governo Collor (1989-1992), em um quadro praticamente recessivo. As sucessivas políticas de ajustamento econômico que conheceu o país nos últimos seis anos (Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor), ao invés de propiciar condições favoráveis à saída da crise, aguçaram a instabilidade econômica e terminaram por criar uma situação recessiva, ou seja, em seu conjunto, tiveram resultados contrários aos pretendidos e anunciados".

Por outro lado, no plano político-institucional, como ainda indica Nascimento (1992:18), a antiga matriz

"foi praticamente extinta, mas sem ter sido substituída por uma outra, reconhecida entre os atores sociais. (...) O sufrágio universal (real, sem exclusões) é finalmente adotado, assim como a plena liberdade de organização partidária (aqui também, sem qualquer exclusão). A nova Constituição reconhece novos direitos sociais e a sociedade civil, no embate de resistência ao regime autoritário, obteve espaços de autonomia e reconhecimento. Um regime democrático é instalado, mas com incongruências internas quanto à sua forma, criando dificuldades na articulação dos poderes. Por sua vez, o sistema de representação política evolui no sentido de uma fragmentação crescente, auxiliado por uma legislação dúbia entre a valorização do partido e do representante parlamentar. O sistema partidário se fragiliza contribuindo para o abstencionismo eleitoral e a perda de prestígio das instituições de representação".

No México, é relevante a intensidade da participação popular no processo eleitoral de 1988, numa cultura até então majoritariamente abstencionista, e os protestos contra os resultados das eleições presidenciais. E também todas as mobilizações que se fizeram em defesa do voto, nas eleições estaduais e municipais, nos anos de 1991 e 1992

(Convergencia, 1992). Estas manifestações são resultados de um processo de modernização cultural e intelectual, ao lado e simultaneamente, à reestruturação capitalista e do Estado mexicano. No interior destas transformações, se evidenciou um "acelerado deterioro de la economía y el desprestígo de las autoridades gubernamentales" (Loeza, 1994:172) entre 1982 e 1987. Este processo levou o Governo Miguel de la Madrid (1982-1988) a expressar a necessidade do pluralismo político como exigência da pluralidade social.

O envolvimento crescente da população, especificamente dos segmentos organizados, tanto no Brasil quanto no México, embora não seja possível comprovação, pela natureza do fenômeno, pode-se sugerir que resulta, em parte, das representações sociais sobre democracia que estão sendo elaboradas no movimento popular e que, por sua vez, revertem sobre suas dinâmicas e funcionamento.

Filhos do expansionismo europeu do final do século XV e início do século XVI, através da colonização ibérica realizada por Portugal e Espanha, o Brasil e o México se conformam com territórios, respectivamente, de 8.511.965 Km² e 1.972.547 Km². Abrigam uma população da ordem de 161 milhões de brasileiros e 80 milhões de mexicanos, diferenciados etnicamente, com predominância de mestiços de brancos e negros, no Brasil, e indígenas no México. Além dessas diferenças, são sociedades marcadas de forma irreversível pela conquista. Desde a "descoberta", as riquezas dos dois territórios foram exploradas pelos portugueses e espanhóis segundo as necessidades européias e não das populações locais. A estrutura fundiária concentradora da propriedade rural, através do binômio latifúndio-minifúndio, ainda hoje marca a vida das populações do campo. Os movimentos rurais populares no campo se originam, em grande parte, a partir dos problemas provenientes desta estrutura.

No México pré-revolucionário de Porfirio Díaz, fala-se de uma única família, a Terraza, que possuía 2,6 milhões de hectares no Estado de Chihuahua e de uma estrada de ferro que percorria 120 Km dentro de uma mesma propriedade no Estado de Hidalgo. O processo revolucionário de 1910 teve sua origem nessa espoliação da terra e se fez uma reforma agrária da qual o regime político tem orgulho. A situação atual, porém, já se parece com a anterior. Se, em 1910, mais ou menos 11.000 proprietários possuíam 60% do território nacional, em 1970, 0,8% das propriedades (cerca de 10.000 unidades) ocupava uma superfície quase igual à de 1910 (Rouquié, 1984:34,36).

Esses dois países, nas décadas de 1950 e 1960, foram os mais fiéis seguidores das orientações da CEPAL, na implantação das políticas de "crecimiento hacia adentro". Estas implicaram substituição de importações, uma flexível planificação governamental e proteção à indústria nacional por meio da isenção fiscal ou da proteção alfandegária. Conseguiram, assim, grandes êxitos, nessas décadas, até inícios da de 1970, construindo mercados internos crescentes, passando de sociedades agrárias a importantes sistemas industriais. Naqueles momentos, atingiram taxas anuais de crescimento invejáveis. Perspectivas que se desmancharam, nos últimos anos da década de 1970 e inícios de 1980. Ambos, então, adotaram o caminho da abertura ao mercado internacional e redução da intervenção governamental na economia.

Um dos fenômenos mais marcantes dos processos de urbanização vividos na América Latina, nas décadas 1950 e 1960, do qual são paradigmáticos os casos do Brasil e México, foi o crescimento da força de trabalho urbana que, entretanto, não foi absorvida pela estrutura industrial. Esses dois países, os maiores da América Latina, abrigam, hoje, dois dos quatro maiores centros urbanos do mundo, a Cidade de São Paulo e a Cidade do México.

Nos seus aglomerados urbanos, amplia-se o setor informal definido, ora, segundo categorias ocupacionais, incluindo-se, neste setor, os trabalhadores autônomos, os que prestam serviços domésticos, os trabalhadores de unidades produtivas com menos de quatro pessoas; ora, definido segundo o nível de renda, considerando-se "informais" os que ganham menos de um salário mínimo. Criaram-se nos dois países sociedades profundamente estratificadas e desiguais com os setores populares marginalizados ou incorporados pelo populismo assistencialista, tendentes agora à exclusão social.

Hoje, atingem, no Brasil e México, os índices de pobreza causados pelo desemprego e o subemprego a cerca de 50% de suas populações. As suas políticas de criação de trabalho são nulas ou inexpressivas. No Brasil, de 1990 a 1993, o desemprego quase dobrou, passando de 3,7% para 6,8%, segundo os dados do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), divulgados, em 21 de março de 1996, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 1983, a taxa de desemprego nacional era de 4,9%.

A mesma pesquisa mostrou que a população economicamente ativa brasileira, em 1993, era de 71 milhões de pessoas. Desse total, apenas 66,6 milhões estavam trabalhando, ou seja, havia 4,4 milhões de desempregadas. Está excluída, desses números, a população rural do

norte do país. Os dados evidenciam que, de 1981 a 1993, a participação da mulher na PEA (população economicamente ativa) aumentou de 32,9% para 42,2%, sendo que, em 1993, o desemprego entre as mulheres (7,4%) era maior que entre homens (5,4%).

Informa a mesma pesquisa que houve uma redução do percentual de carteiras assinadas, entre 1990 e 1993, de 7,6%. Era 58,5% caiu para 50,9%. Em compensação, o percentual de trabalhadores informais aumentou em 3,6%. De 35% passou para 38,6% no mesmo período. No setor não-agrícola houve uma queda de 2,4 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Em 1990, eles eram 21,2 milhões; em 1993, eles baixaram para 18,8 milhões. No mesmo período, os trabalhadores informais não agrícolas passaram de 9,7 milhões para 11,6 milhões.

No campo, houve um aumento das relações formais de trabalho. Cresceu de 22,9% em 1990 para 25,9% em 1993. O indicador de trabalho formal por regiões reflete o próprio grau de desenvolvimento regional brasileiro. No Sudeste, o percentual de trabalhadores agrícolas, com carteira assinada, é de 36,6%, enquanto no Nordeste cai para apenas 12,5%. Em relação ao trabalho agrícola para subsistência foi constatado que em 1993 as atividades para consumo próprio envolviam 4,8% da população total ocupada, que representam 17,5% dos trabalhadores que atuam no campo.

O reverso desses dados, em termos de concentração de renda no Brasil, significa uma ampliação da concentração. Segundo a mesma pesquisa, a participação dos 10% mais pobres no total dos rendimentos pessoais no Brasil caiu de 0,9% para 0,7% no período. Em compensação, os 10% mais ricos tiveram um aumento de sua participação na renda de 48,1% para 49,8%. A parcela de 1% mais rica da população, que detinha 14% de toda renda pessoal em 1983, passou a concentrar 16% em 1993.

A maior disparidade regional entre os mais ricos e os mais pobres em 1993 era entre o Nordeste e o Sudeste, onde os 10% mais pobres detinham 0,7% da renda e os 10% mais ricos detinham 18,5%. Em oposição, no Sudeste, os mais pobres tinham 1% da renda e os mais ricos, 14,8%.

Em tempos de mundialização da economia e modernização tecnológica, constata-se que o mercado exige trabalhadores cada vez mais escolarizados (Alves e Soares, 1996). No lapso de oito anos houve uma queda na taxa de emprego de analfabetos, semi-alfabetizados e de pessoas com o primeiro grau incompleto (de 35,04% para 27,26%), bem como um aumento

dos que têm segundo grau completo (de 11,7% para 16,3%) e nível universitário (de 8,6% para 12,3%). Paralelamente a esse fenômeno da absorção com maior nível de escolarização, deu-se forte redução nos salários, na média, uma queda de R\$ 1.210,00 para R\$ 890,00.

Diferente não é a situação do México, da qual afirma um documento oficial do governo sobre as condições de vida das pessoas do setor rural:

"Una parte importante de la población en condiciones de pobreza y pobreza extrema ubica en el sector rural: el 80 por ciento de los ocupados en las actividades agropecuarias pertenece a bogares en pobreza, de los cuales la mitad se encuentra en condiciones de pobreza extrema. Dentro de las zonas rurales la población indígena, los trabajadores migrantes (cortadores de caña, piscadores de café, etc.), los minifundistas en zonas de temporales y los habitantes de las zonas desérticas son los que sobreviven en las peores condiciones. Y las mujeres y los niños - dentro de esos grupos - los más afectados" (Governo Mexicano, 1991).

A situação do setor urbano está marcada pela chamada economia informal. Na Cidade do México, estima-se que represente 35,3% da PEA. Além da redução salarial do setor formal, Escobar-Latapí (1992:258) informa que "las nuevas industrias instaladas en México están reduciendo los salarios industriales que cada vez se acercan mas a los - bajos - salarios de las maquiladoras".

Mas tanto no setor rural quanto no urbano do Brasil e México, diversos segmentos das camadas da classe trabalhadora, instigados por intelectuais, se organizam a partir das necessidades econômicas para lutar por sua satisfação, nos níveis pessoais e coletivos, e garantir a preservação e reprodução da vida. Nesses processos originam-se as organizações populares. Pelo que revelam os fatos, O México tem uma tradição de participação popular maior que a do Brasil, ainda que controlada a partir do aparelho governamental e partidário. A menor participação brasileira teve também a marca do clientelismo (Diniz,1989), principalmente nos anos do populismo (Weffort,1978). A maior participação popular, no México, se deveu ao processo revolucionário vivido de 1910-1917 que adquire uma configuração inclusiva com Lázaro Cárdenas, entre 1934 e 1940, num modelo político que garante as bases da estabilidade demandada pelo processo de modernização.

"Se a revolução de 1910 significou fundamentalmente a destruição do Estado oligárquico e a criação de um novo Estado que incorporava as massas rurais e urbanas, a definição de um novo equilíbrio político que resolvesse as contradições entre as recentes forças sociais e os antigos setores dominantes não se realiza senão no governo de Lázaro Cárdenas" (Martin del Campo,1990:275).

O regime cardenista se firma numa ampla política de massas, corporativista, que se constitui numa aliança de classes, apoiada por um forte presidencialismo e uma ideologia nacionalista que se sustenta na organização de um partido, o PRI (Partido Revolucionário Institucional), fortemente vinculado ao governo e praticamente único (Loeza, 1994:170). Nesse ponto é semelhante ao regime getulista, no Brasil, firmado também num Estado centralista e numa política de massas. Ambos são identificados, por muitos cientistas sociais, como populistas (Weffort, 1978; Knight, 1994). Mas, diferentemente do mexicano, o brasileiro não consegue firmar, por tanto tempo, um presidencialismo tão eficiente e eficaz na manipulação das massas.

No Brasil, nunca se consolidou um sistema partidário por longo tempo. O sistema montado na trilogia Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN), nos inícios dos anos 1950 é desfeito nos finais de década de 1960 pelos militares. Nos anos 1980, um novo sistema começa a ser montado e ainda se encontra em fase de consolidação. No México, a sociedade pós-revolucionária centralizada pelo presidencialismo impediu a dispersão e a fragmentação políticas. Mas, simultaneamente, inibiu o surgimento e atuação de organizações populares independentes capazes de expressar os interesses, naturalmente parciais, de diferentes grupos. Os sistemas de partidos estabelecidos, as organizações políticas do governo, únicas ou pluralistas, estruturaram-se pragmaticamente em torno das autoridades sociais e dos "líderes naturais" locais.

No nível dos bairros, os responsáveis pelos partidos no poder, são, na maioria dos casos, homens que pela sua posição têm a população nas mãos através de serviços prestados ou promessas eleitorais. Por isso, o "partido de estado" (Alonso, 1992) nunca teve uma identidade ideológica precisa, possibilitando-lhe uma função de mediação entre grupos múltiplos e o governo. Daí sua política inclusiva, quase nunca exclusiva, diferente não só do Brasil, mas da maioria dos Estados latino-americanos, para controlar as autonomias políticas que pudessem se manifestar na sociedade.

A "unanimidade" mexicana iniciou sua ruptura a partir de 1968 quando se manifesta a tensão que vinha se gestando entre a tradição política que privilegiava a "maioria" e as novas demandas de reconhecimento do pluralismo social que se evidenciam no "desarrollo de organismos políticos y sindicales paralelos a los oficiales, siempre minoritarios, que, sin embargo, fueron modificando en forma gradual las actitudes de desconfianza hacia la

diversidad política" (Loeza, 1994:171). E deu margem ao surgimento de inúmeras organizações populares nas cidades e campos, nos anos seguintes.

Mutatis mutandi, fenômeno semelhante ocorre no Brasil estimulado por várias instituições, sobretudo a partir de 1975, quando se iniciam várias mobilizações pela superação do regime militar - que vinha, desde 1964, determinando os rumos da vida do país e de seus movimentos sociais - e pela criação de melhores condições de trabalho, de moradia e de existência para os trabalhadores.

No México, a ruptura definitiva do PR] acontece, em 1988, com a constituição da Frente Democrática Nacional (FDN), a partir da saída do PRI de lideranças expressivas, entre elas Cuathemóc Cárdenas, que é lançado candidato à presidência da República. É justamente nas eleições de 1988 que ocorre a maior fraude eleitoral da história mexicana (Gómez-Tagle, 1993). No Brasil, depois da mobilização "Diretas já", em 1984, a Frente Democrática que a havia coordenado, consegue eleger, ainda que via Colégio Eleitoral, numa aliança entre forças até então opostas, o candidato Tancredo Neves Presidente da República. Instala-se o que se denominou "Nova República" sob o comando do vice-presidente José Sarney.

Nesse contexto, ganhou importância a intervenção dos movimentos sociais populares tanto no Brasil quanto no México, pois revelaram grande protagonismo nas lutas e nos processos democratizadores em curso nos dois países. São 20 (vinte) as organizações rurais e urbanas que interagiram no trabalho de campo, conforme demonstra o Quadro na página seguinte.

QUADRO 01

Organizações Populares observadas
(a elas estão vinculados os dirigentes e intelectuais entrevistados)

Organização Popular	Brasil		México	
	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO
01. Associação de Mulheres da Zona Leste de São Paulo (AMZOL)		x		
02. Ação Católica Operária (ACO) Recife - Pernambuco		x		
03. Casa da Cultura da Mulher Negra Santos - São Paulo		x		
04. Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista - São Paulo		x		
05. Federação Estadual e Metropolitana Bairros de Pernambuco (FEMEB)		x		
06. Grupo Anastácia Zona Sul/São Paulo		x		
07. Grupo de Saúde da Periferia de São Luis-Maranhão		x		
08. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)- Rio Grande do Sul	x			
09. Movimento Terra e Moradia Osasco - São Paulo		x		
10. União de Mulheres de São Paulo		x		
11. Central Nacional Campesina - Regional Tlaxcala			x	
12. Colectivo de Hombres del Lago del Tigre - San Cristóbal de las Casas, Chiapas			x	
13. Movimiento Vecino, Cidade do México				x
14. Coordinación del Pueblo Creyente, Diócesis de San Cristóbal de las Casas, Chiapas			x	x
15. Coordinación del Pueblo Creyente, Paroquia de Palenque, Chiapas			x	x
16. Regional de Mujeres, Cidade do México				x
17. Unión Agroindustrial de Mujeres, Tlaxcala			x	
18. Unión de Colonias Populares, Cidade do México				x
19. Unión Popular de Colonias Solidaridad - Cidade do México				x
20. Unión Popular Revolucionária Emiliano Zapata (UPREZ) - Cidade do México				x
Total	01	09	05	07

Fonte: Trabalho de Campo

Assim, participaram do trabalho de campo, no Brasil, nove (09) organizações urbanas e 01 (uma) rural. No México, 05 (cinco) urbanas e 05 (cinco) rurais, sendo que entre estas está a organização Pueblo Creyente, ligada à Igreja Católica, atuando simultaneamente na área rural e urbana, por isso, no total, aparecem 22 (vinte e duas) organizações populares. Nestas foram entrevistados 40 (quarenta) dirigentes nominados no Quadro abaixo.

QUADRO 02

Dirigentes populares entrevistados

Brasileiros	Mexicanos
01. Adeilzade Souza	Alicia Núñez
02. Alzira Rufino	Anancio Ruíz Díaz
03. Ana Maria da Silva	Ana Maria Hernández
04. Antoninho Marques	Antonia Saavedra Sales
05. Claudir José Galhardo	Carlos Daniel Torres
06. Criméia Almeida	Carmen Martínez Flores
07. Enio Borges	Cristina Valencia Garcia
08. Eulalia Pereira	Dionisio Perianez César
09. Ilza Motta	Eugenia Flores
10. Joel Dias	Francisco Gómez Pérez
11. João Francisco da Silva	Georgina Medi na Perea
12. Juraci Portes de Oliveira	Leopoldo Ensástiga
13. Marcelo Cavalcanti	Lidia Clara Sumano
14. Maria do Rosario Pereira	Lucía Martinez
15. Maria Rosa	Luz Urbina
16. Maria Tereza de Souza Rezende	Maria Ventura Benitez
17. Rosemar de Matos	Romana Ruíz Dia
18. Sonia Rainho	Rosa Nelly Carrillo
19. Valdinei Matos	Virgínia Villanueva
20. Francisca de Barros ¹³	Zenaide Ortega Cortés

Fonte: Trabalho de campo

As entrevistas foram realizadas nas sedes das organizações e forneceram informações que, processadas, constituíram parte dos dados, permitindo a construção das unidades de análise já indicadas. Para complementação e confirmação das informações dos dirigentes, foram observadas atividades regulares e eventos (anexo 1), bem como analisados documentos escritos (anexo 2) das organizações populares.

Apreendeu-se que as organizações urbanas se estruturam a partir dos problemas próprios da vida na cidade: habitação, creche, alimentação, desemprego, salário, transporte. Do ponto de vista de sua composição, cinco (05) se identificam como organizações de mulheres que enfrentam esses problemas e tratam das questões específicas da mulher: o Grupo Anastácia, na Zona Sul de São Paulo; a Associação de Mulheres da Zona Leste de São Paulo (AMZOL); a União de Mulheres de São Paulo; o Coletivo da Mulher Negra da Baixada Santista; Casa de Cultura da Mulher Negra, Santos, São Paulo. Três (03) se identificam como mistas (homens e mulheres): a Ação Católica Operária de Recife (ACO); Federação Estadual e Metropolitana de Bairros de Pernambuco (FEMEB); Movimento Terra e Moradia de Osasco em São Paulo. E, por fim, uma se identifica como simultaneamente mista e temática: Grupo de Saúde da Periferia de São Luiz do Maranhão.

Todas estão preocupadas e ocupadas com as questões da cultura, mas a Casa de Cultura da Mulher Negra, além das questões urbanas e da mulher, tem uma característica peculiar que é a produção, exposição e venda de artesanatos e comidas típicas da cultura afro-brasileira. A ACO explicita o componente cristão na análise e enfrentamento dos problemas urbanos e específicos do mundo do trabalho.

O Movimento Terra e Moradia, em sua ação, abrange a cidade de Osasco, em São Paulo, lutando por moradia e pelo desenvolvimento cultural dos moradores através da constituição de grupos de reivindicação de terreno, de teatro, música e de animação infantil. O Grupo de Saúde enfoca seu tema a partir da situação urbana do morador da periferia da cidade de São Luiz, no Maranhão, e participa do Conselho Municipal de Saúde.

O Grupo Anastácia tem sua atuação na Vila Santa Margarida, na Zona Sul de São Paulo, onde surge, e o Movimento do Custo de Vida na década de 1970 (Evers, 1982), do qual duas das dirigentes entrevistadas foram ativas militantes e hoje dirigem a creche do Grupo. A AMZOL congrega mulheres de sete bairros da Zona Leste de São Paulo a partir dos problemas do bairro, da organização e saúde da mulher.

A FEMEB, hoje de âmbito estadual, é uma organização de segundo nível. Congregava, em abril de 1993, momento da entrevista de dois de seus dirigentes, 45 Conselhos de Moradores, da Cidade do Recife e de mais cinco municípios do Estado de Pernambuco.

Destaque-se que todas essas organizações estão articuladas no nível estadual e/ou nacional com organizações congêneres, ou compondo Federações ou Confederações como é o caso da FEMEB, que faz parte da CONAM (Confederação Nacional de Associações de Moradores) e das de Osasco e da Cidade de São Paulo, que fazem parte da Central de Movimentos Populares. As de Santos participam dos eventos da Federação de Mulheres do Brasil, o que lhes garante o caráter de movimento não apenas local, mas de maior abrangência.

Foram entrevistados treze (13) dirigentes urbanos do Brasil e observaram-se atividades de órgãos específicos da FEMEB. As atividades observadas foram três encontros do Departamento de Educação; dois Seminários da UNACOMO (União de Associações e Conselhos de Moradores de Olinda) e duas reuniões da Federação de Escolas Alternativas de Pernambuco. E ainda, foi observada uma reunião da AMZOL, em São Paulo.

Do México, interagiram com a pesquisa sete (07) organizações urbanas. A Coordenadora Regional de Mujeres del Valle de México, congregava, no momento do trabalho de campo, 55 bairros da Cidade do México, especificamente por meio das Comissões de Mulheres das Organizações de Moradores que atuam, a partir dos problemas de alimentação, pela organização de "Tiendas Comunitárias", com vendas de produtos alimentícios e de higiene pessoal e da residência. Também desenvolve suas atividades por meio de "Comedores Populares", restaurantes que oferecem almoços subsidiados pelo Governo Federal e por Agências Internacionais, leigas ou religiosas, como Pão para o Mundo, Caritas e Embaixada do Canadá. Atua também por intermédio dos programas de saúde da mulher e da luta contra a violência à mulher.

As Coordenações de El Pueblo Creyente de la Diócesis de San Cristóbal de las Casas e da Paroquia de Palenque, em Chiapas, na área urbana, atuam por meio de projetos produtivos (costura, sapataria, vassouraria). Na sua atuação, como a ACO do Brasil, explicita o componente cristão.

O Movimiento Vecino, a Unión de Colonias Populares (UCP) e Unión Popular Revolucionária Emiliano Zapata (UPREZ) articulam organizações de moradores de vários bairros da Cidade do México, sobretudo a partir dos problemas habitacionais (aluguel,

ocupação de prédios em ruína e terrenos para a auto-construção), comércio informal, saúde e educação.

A Unión Popular de Colonias Solidaridad (UPCS) foi criada pelos moradores de um conjunto habitacional de 51 apartamentos, construídos a partir da ocupação, em 1985, de prédio em ruínas no centro da Cidade do México.

Foram entrevistados doze (12) dirigentes urbanos e observadas, de abril a novembro de 1992, as reuniões semanais da Regional de Mujeres, às terças-feiras, das 10 às 13 horas, em sua sede, no Centro Histórico da Cidade do México; a Assembléia mensal de novembro de 1992 da UPCS e, por três meses, as reuniões semanais de sua Comisión de Mujeres, além de se acompanhar um Seminário da Coordenação Urbana do Pueblo Creyente da Diocese de San Cristóbal.

Em relação às organizações rurais, foi envolvida na pesquisa, no Brasil, a organização Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio Grande do Sul, que teve início a partir da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica. Essa organização atua por meio da ocupação de terras, da organização de cooperativas de produção agropecuárias (CPAs), de equipamentos, implementos agrícolas e da comercialização dos produtos e com escolas de primeiro e segundo graus nos Assentamentos. Uma Coordenação Estadual composta de quinze (15) assentados animava, articulava, acompanhava, na época da entrevista e observação, três (03) Acampamentos e oitenta e seis (86) Assentamentos do Rio Grande do Sul cuja produtividade se encontra relacionada no Anexo 4 deste trabalho. A Coordenação Estadual articula-se com a Coordenação Nacional do MST que tem possibilitado a continuidade da discussão sobre a reforma agrária no Brasil. Além das entrevistas com quatro Coordenadores Estaduais, foram entrevistados dois dirigentes de Assentamentos e se observou o funcionamento de três: Nova Sarandi, Macali e Holandês.

Foram cinco (05) as organizações rurais mexicanas que interagiram com esta pesquisa. A Confederación Nacional Campesina - Regional de Tlaxcala; a Unión Agroindustrial de Mujeres del Ejido San Felipe, Tlaxcala; o Colectivo de Hombres del Lago del Tigre e as Coordenações Rurais do Pueblo Creyente da Diocese de San Cristóbal de las Casas e da Paróquia de Palenque, por meio, respectivamente, da Casa de la Mujer de Pinabetal e do Ejido San Miguel. Podem ser caracterizadas como do movimento rural popular independente, com exceção da Confederación Nacional Campesina e a Unión Agroindustrial de Mujeres,

vinculadas ao PRI. Duas (02) de mulheres, uma (01) de homens e as demais mistas. Todas de pequenos produtores "ejidatarios" ¹⁴, com exceção do Colectivo de Hombres del Lago del Tigre, que adquiriram a terra através de compra com recursos próprios e empréstimo de amigos e de DESMI (Desarrollo Económico y Social del México Indígena), uma IAMOP que atua na área rural de Chiapas, oriunda de militantes da Igreja Católica. Este empréstimo estava praticamente pago com o resultado da produção, num espaço de quatro anos, faltando apenas duas das dez parcelas. Foram entrevistados 08 (oito) dirigentes, e observadas reuniões do Ejido San Antonio Porvenir, em San Cristóbal de las Casas, além da visita pastoral ao Ejido San José del Rio, no município de Margaritas, em Chiapas. Participou-se de um seminário de El Pueblo Creyente de Palenque que reuniu durante uma semana 50 dirigentes rurais e urbanos.

Essas organizações, com exceção das rurais independentes (os grupos de Pueblo Creyente), estão vinculadas com organizações congêneres de diferentes regiões dos dois países, ainda sem formalizações, mas conformando correntes de opinião sobre os problemas e temáticas que lhes são pertinentes e com um sentimento de que fazem parte de um conjunto de idéias, propostas e ações que se destinam a resolver seus problemas. Conformam uma força social. Constituem, portanto, movimentos sociais populares no sentido assumido por este trabalho. Essas organizações interagem com intelectuais dos quais foram entrevistados quarenta (40), conforme Quadro 03 na página seguinte:

¹⁴ São trabalhadores rurais que vivem nas propriedades comunais, chamadas ejidos, que resultaram dos processos de Reforma Agrária de Lázaro Cárdenos (1934-1940), que hoje, em sua maioria, vivem muito pobremente.

QUADRO 03

INTELECTUAIS ENTREVISTADOS

Brasileiros	Mexicano
01. André Gerard	Carola Ríos
02. Cristina Schroder	Cecília Loría
03. DaviStival	Don Samuel Ruíz García
04. Hanz Schwargert (Peppe)	Felix Cadena
05. Moema Viezzer	Glória Flores Toledo
06. Neide Maria da Silva	Gustavo Romero
07. Reginaldo Veloso	Jesús Landín García
08. Sérgio Antônio Görgen	Jorge Santiago Santiago
09. João Maria van Dame ¹⁵	Leonor Aída Concha
10. Regina Cabral	María Esteia Barco Huerta
11. Alzira Pereira	María de la Luz Huertas
12. Xavier de Maupeou	María del Carmen Montes
13. Marilene Nascimento	María Luiza Herrasti Aguirre
14. José Vale	Mariana González
15. José de Ribamar	Mario Monroy
16. Rafael Silva	Martha Guadalupe Figueroa
17. Maria das Dores	Marta López
18. Pedro Lago	Norma Mediria Sandoval
19. Eurico Andrade	Salvador Reyes García
20. Cako Silva	Victoria Espeio Villanueva

Fonte: Trabalho de campo

¹⁵ As entrevistas de nºs 10 a 20, no Brasil, foram realizadas por João Maria van Dame preparatórias para o Sominário do 10 anos da ASP (Associação do Saude da Periferia do São Luís do Maranhão) Seminário de uma semana do qual o autor participou integralmente

Esses intelectuais, com exceção de três (03) membros da Igreja Católica, integrantes apenas de dois organismos eclesiais, a Diocese de San Cristóbal de las Casas, em Chiapas, e a Paróquia de Palenque, também em Chiapas, estão organizados em 14 (quatorze) Instituições de Assessoria ao Movimento Popular (IAMOPs), 05 (cinco) no Brasil e 09 (nove) no México perfazendo um total de dezesseis entidades de intelectuais, incluindo os dois organismos católicos. Dessas entidades, dez (10) atuam simultaneamente, na área rural e urbana, conforme o quadro seguinte:

QUADRO 04

Instituições de Assessoria às quais estão vinculados os intelectuais entrevistados

IAMOPs	Brasil		México	
	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO
01. ADITEPP (Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos), Curitiba	x	x		
02. ACO (Ação Católica Operária), Setor dos Assistentes, Recife		x		
03. A S P (A s s o c i a ç ã o de Saúde da Periferia), São Luiz	x	x		
04. ETAPAS (Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social), Recife		x		
05. REDE MULHER, S. Paulo	x	x		
06. CIDHAL, Cuernavaca			x	x
07. CLASEP (Centro Latinoamericano de Apoyo al Saber y a la Educación Popular), Cidade do México			x	x
08. DESMI (Desarrollo Económico y Social de México Indígena), Chiapas			x	
09. Diócesis de San Cristóbal de las Casas, Chi (Igreja Católica)			x	x
10. ENLACE, Cidade do México			x	
11. FOSOFI (Fomento Social a la Vivienda), Cidade do México				x
12. GEM (Grupo de Educación Popular con Mujeres), Cidade do México			x	x
13. Grupo de Mujeres de San Cristóbal, SC, Chi			x	x
14. Mujeres para el Diálogo Cidade do México			x	
15. Paróquia de Palenque, Palenque, Chiapas (Igreja Católica)			x	x
16. Servicios Informativos Procesados, Cidade do México			x	x
Total	03	05	10	08

Fonte: Trabalho de Campo

Os intelectuais, membros dessas entidades, com diferentes profissões universitárias (quadro 05) atuam junto a organizações populares rurais e urbanas, brasileiras e mexicanas.

Quadro 05

Formação universitária dos intelectuais entrevistados, por país e por sexo.

Profissões	Brasil				México				Total
	Graduação		Mestrado		Graduação		Mestrado		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
advogado	-	01	-	-	01	-	-	-	02
agrônomo	01	01	-	-	01	-	-	-	03
antropólogo	01	-	-	-	-	01	-	01	03
arquiteto	01	-	-	-	-	01	01	-	03
artista	01	-	-	-	-	01	01	-	03
assistente social	01	01	-	-	-	02	-	-	04
educador	01	01	-	-	01	01	-	-	01
médico	01	01	-	-	01	01	-	-	04
pedagogo	02	-	-	01	-	-	-	01	04
psicólogo	01	-	-	-	-	01	-	01	03
sociólogo	01	01	-	-	-	01	-	-	03
teólogo	02	-	-	-	-	01	01	-	01
Total	13	06	-	01	04	10	03	03	40

Fonte: Trabalho de Campo

Além da escolaridade, eles se referem à formação ideológica (quadro 06) nas questões da organização política e social a partir de óticas distintas. 17 (dezessete) se referem à formação, simultaneamente, cristã e marxista; 06 (seis) apenas à marxista; e 17 (dezessete)

somente cristã. Consideram essa formação ideológica fundamental para seu desempenho pessoal, profissional e político.

Quadro 06

Formação ideológica dos intelectuais entrevistados, por país e por sexo.

Profissões	Brasil						México						Total
	Cristã		Marxista		Cristã/Marxista		Cristã		Marxista		Cristã/Marxista		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
advogado		01					01						02
agrônomo			01			01					01		03
antropólogo	01							01				01	03
arquiteto			01					01	01				03
artista					01					01	01		03
assistente social		01			01			01				01	04
educador	01					01	01					01	04
médico	01			01				01				01	04
pedagogo	01					02						01	04
psicólogo	01							01				01	03
sociólogo	01				01				01				03
teólogo	01				01			01			01		04
Total	07	02	02	01	04	04	02	06	02	01	03	06	40

Fonte: Trabalho de campo

Esses profissionais se envolvem com processos organizativos, de mobilização e de convivência com camadas trabalhadoras, a partir de sua visão crítica da sociedade. Desses, cinco (05) são religiosos, duas (02) religiosas, dois (02) ex-padres e uma (01) ex-freira;

dezessete (17) com formação cristã, dos quais nove (nove) são leigos, dezessete(17) com formação marxista e cristã, seis com (06) formação marxista, dos quais três (03) declaram-se ateus. *Todos tiveram atuação partidária*. Hoje, apenas três (03), do Brasil, estão no PT (Partido dos Trabalhadores) e dois (02), do México, no PRD (Partido de la Revolución Democrática), ou seja, menos de 15%.

Os intelectuais entrevistados buscam uma relação político-pedagógica com trabalhadores, a fim de estruturarem juntos outras formas de ação coletiva que proporcionem práticas transformadoras e, conseqüentemente, a construção de outras relações sociais. Isso não significa que os limites, as dificuldades e as contradições do encontro entre intelectuais e populares estejam superados, compreendidos, nem mesmo formulados com consistência, nem que já tenham sido interpretadas todas as suas conseqüências.

Esses intelectuais se auto-identificam, como o fizeram num "Seminario-Taller" ¹⁶, no qual foi realizada observação participante, em Pátzcuaro, Michoacán, no México, em fevereiro de 1996, como síntese de múltiplas determinações:

"Venimos de una tradición de pensamiento social sustentada en las teorías marxistas sobre el cambio social, en su versión, mayoritariamente, de manual Venimos de una corriente de pensamiento social humanista que enfatiza la centralidad de lo humano. Venimos de una tradición de pensamiento religioso sustentado en una visión utópica-transcendental que enfatiza la liberación personal y social. Venimos de una tradición de inserción en luchas sociales y políticas en diversos ámbitos: lucha por la vivienda, por la tierra, por mejores condiciones de trabajo, por empleo... etc. Venimos de una tradición educativa sustentada en los planteamientos de Paulo Freire que enfatiza lo participativo, lo dialógico y la intencionalidad transformadora de la realidad" ¹⁷.

Os intelectuais brasileiros entrevistados, unanimemente, podem, também, ser configurados com essas mesmas características?; mesmo que apenas três identifiquem, explicitamente, a influência de Paulo Freire em seu pensar e agir. Outros manifestam, em seus discursos, muitos traços dessa proposta científica e pedagógica. Já os vinte intelectuais mexicanos entrevistados se referem ao impacto do fazer e do pensar freirianos em suas trajetórias pessoais, provavelmente pelo fato de o entrevistador ser brasileiro.

¹⁶ **Nuevos escenarios y nuevos discursos en la Educación Popular.** *Taller sobre "Refundamentación de la Educación Popular"*. Participaram, conforme lista de endereços, 33 intelectuais de diferentes regiões da República mexicana.

¹⁷ Trecho da Síntese dos trabalhos do dia 22 de fevereiro de 1996 do Seminario-Taller acima referido do qual participaram intelectuais entrevistados para o trabalho desta tese.

Os dirigentes envolvidos nos dois países, foram 40 (quarenta), os quais se identificam pelos elementos que constam, à semelhança dos intelectuais, no Quadro da página seguinte:

Quadro 07

Dirigentes entrevistados: escolaridade e sexo por país

Dirigentes	Escolarização						Total	Sexo		Total
	Primária		Secundária		Superior			Total		
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	
Países	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem				
Brasil	06	07	01	03	01	02	20	08	12	20
México	01	07	04	06	00	02	20	15	05	20
Total	07	14	05	09	01	04	40	27	13	40

Fonte: Trabalho de campo

Como se pode observar no Quadro acima, foram entrevistados 20 (vinte) dirigentes populares no Brasil e 20 (vinte) no México; dos 40 (quarenta), 52,5% possuem escolarização primária, 35% tem nível médio, 12,5% nível superior. Com exceção de seis, os outros são originariamente de formação cristã, dos quais 65% com formação política em partidos de esquerda. Atualmente, apenas cinco (05) no Brasil e oito (08) no México são filiados a partidos políticos, ou seja, 30%. Sobrevivem de suas respectivas profissões ou são donas de casa.

Em relação à profissão, os dirigentes, por sexo, no Brasil, e México, estão distribuídos de acordo com o Quadro da próxima página.

Quadro 08

Dirigentes brasileiros e mexicanos: profissões por sexo

Sexo	Países				Total
	Brasil		México		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Profissões					
Agricultor	05	02	03	04	14
Aposentado	01			01	02
Desenhista			01		01
Dona de casa		06		06	12
Enfermeiro		02			02
Funcionário público	01	01	01		03
Funcionário IAMOPS				02	02
Jornalista	01				01
Licenc. em Letras		01			01
Médico				01	01
Relações Públicas				01	01
Total	08	12	05	15	40

Fonte: Trabalho de campo

São quatorze (14) agricultores entrevistados, oito (08) masculinos e seis (06) femininos que vivem em áreas rurais do Rio Grande do Sul, no Brasil, e de Tlaxcala e Chiapas, no México. Sete (07) trabalhadores e vinte e seis (26) trabalhadoras moram nas periferias urbanas das cidades de São Paulo, Recife, São Luis do Maranhão, Osasco, Santos, no Brasil; e, na Cidade do México e de San Cristóbal de las Casas, no México. Totalizam treze (13) homens e vinte e sete (27) mulheres; oito (08) homens no Brasil e cinco (05) no México; doze (12) brasileiras e quinze (15) mexicanas.

Esses são os perfis dos intelectuais e dirigentes que compõem os movimentos sociais populares que nas cidades, conforme Proud'Homme (1994:85), transformou-se no arquétipo mais especificamente continental dos chamados "novos movimentos sociais". Este "status"

decorre de seu componente popular situado fora das relações produtivas diretas resultantes do processo de urbanização acelerado e associado a uma modernização truncada. Cria formas novas ou híbridas de produzir sentidos e sociabilidades na esfera da vida cotidiana, além de desempenhar papéis visíveis em certos processos de democratização, pelo fato de ocupar espaços geográficos de concentração do poder político. O princípio de territorialidade, em que se assenta, possibilita a confluência de demandas de natureza distinta.

Os trabalhadores rurais, nos campos do Brasil e México, encontram-se numa situação crítica graças à tendência gradual da concentração de terras e de riquezas agrícolas. No México, a modificação do Art. 27 da Constituição, que proibia a venda das propriedades comunais, "ejidos", significa uma reversão das políticas de controle do latifúndio e redistribuição de terras. No Brasil, a ausência de uma política agrícola e de reforma agrária aumenta o índice de pequenos agricultores sem terra. Na América Latina, segundo Schmelks (1994), é cada vez mais difícil sobreviver da produção da pequena propriedade familiar. Essas dificuldades se manifestam na desintegração familiar, na migração temporária prolongada de seus integrantes, sobretudo masculinos adultos, e semiproletarização ou proletarização definitiva, por causa da redução acelerada das oportunidades de emprego agrícola. Muitas vezes, isto provoca a emigração definitiva para os pólos urbanos, trocando a extrema pobreza rural pela extrema pobreza urbana, devido à falta de dinamismo do mercado de trabalho nas cidades, principalmente na década de oitenta (Santos, 1978; 1980).

Outra característica significativa para o objeto desta pesquisa é a predominância, nos dois países, da presença de mulheres nos movimentos sociais populares, maior nos urbanos que nos rurais. Por essa presença, eles têm sido influenciados pelos princípios do movimento feminista. Esses princípios apontam para uma transformação social, que implica a construção de uma concepção de sociedade mais ampla e inclusiva, pois reivindicam o respeito à diferença, à subjetividade e às preferências sexuais, além das questões econômicas, políticas e da atenção ao cotidiano.

Por outro lado, os objetivos constitutivos das organizações populares, mais visíveis e tangíveis, associados à busca de bens materiais e serviços, colocam-nas numa relação direta com as autoridades públicas: suas exigências de reprodução, obrigam-nas a conseguir bens tangíveis negociados com as autoridades públicas. Tal situação torna-as vulneráveis aos riscos da cooptação devido aos ciclos de vida extremamente vinculados com a satisfação de

necessidades básicas, mas que, também, se superados esses riscos, dão-lhes maior consistência e transcendência.

2.2 - Técnicas do trabalho de campo

A decisão pela apreensão das representações sociais sobre democracia de intelectuais e dirigentes se deve ao fato de deterem uma experiência acumulada, além de estarem elaborando com maior rigor seus projetos, o que lhes permite uma interlocução com os representantes de outros grupos e organizações. Nessa interação vão-se confrontando *as representações sociais*, como um saber histórico-social específico. O desafio da pesquisa é identificá-las e sistematizá-las, numa palavra, reconstituí-las.

Utiliza-se, para isso, de técnicas de entrevistas em profundidade de caráter testemunhal e biográfico, observação participante e análise de documentos escritos das organizações populares e das IAMOPs. Como bem assinala Massolo (1992:132), "la práctica de investigación con enfoque biográfico o el género testimonial no excluye el recurso de fuentes escritas documentales de diversa índole".

Os temas que, de acordo com o objeto de pesquisa, nortearam as entrevistas, as observações e a análise documental, são os seguintes:

1. a produção da própria organização, seus objetivos e funcionamento;
2. as razões da permanência na organização, a intersubjetividade e os desejos;
3. a visão sobre o governo, a sociedade e suas ações, assim como as relações entre os governos e suas organizações;
4. o intercâmbio entre intelectuais e populares.

O pressuposto refere-se à possibilidade de elaborar, indiretamente, a partir dessas temáticas, representações sociais sobre democracia. Elas fornecem as informações necessárias à interação com o debate sobre democracia resenhada no capítulo anterior.

A provocação aos que se envolveram com a pesquisa foi feita a partir de sua experiência pessoal. São convocados a se expressarem a partir de suas próprias histórias de

vida. São indagados sobre as condições em que começaram a participar das atividades comunitárias ou de assessoria, sobre seu cotidiano nas atividades da organização, as razões de sua permanência neste tipo de trabalho, o que garante a sua perseverança, se não são apenas os móveis financeiros.

Entrevistas em profundidade, de acordo com Melucci, citado por Massolo (1992) justificam-se em estudos que pretendem flagrar os aspectos da participação, motivações e militância dos sujeitos. Para ele, a valorização desses aspectos qualitativos, na pesquisa, "corresponde, en términos de la sociología del conocimiento, a una modificación de los objetos observados, a la emergencia en la sociedad y en la cultura de impulsos hacia la cualidad, las necesidades individuales de autorrealización, la atención a las dimensiones emocionales de la experiencia" (Melucci apud Massolo, 1992:123).

Em partindo desses aspectos da intersubjetividade, na medida em que recordam sua trajetória de envolvimento nas lutas, os sujeitos, provocados pelas temáticas acima indicadas, revelam determinadas representações sociais sobre as relações econômicas, de poder, políticas, além das interpessoais e das motivações pessoais, bem como dos resultados de suas ações. Aspectos que possibilitarão a reconstituição de representações sociais sobre democracia dos sujeitos da pesquisa.

2.3 - Procedimentos analíticos

No percurso de construção significativa é coberto todo um processo analítico dos fragmentos discursivos produzidos, nas situações de entrevistas, de observação e na própria análise dos documentos escritos. Nesse processo, parte-se do fragmentário, do múltiplo e do pessoal, e se estabelecem sistematizações a partir das unidades de análise referenciadas no início deste capítulo, na perspectiva da construção do objeto de estudo.

Supõe-se que se encontrem divergências entre essas representações dos diferentes sujeitos em relação aos diversos temas das unidades de análise. Se evidenciadas, serão tratadas como diferenças efetivas que não podem ser ignoradas, ainda que se busque o comum das representações sociais, o recorrente das idéias e imagens dos sujeitos entrevistados. Não se

buscam as especificidades das representações sociais sobre democracia produzidas nas diferentes organizações. Mas, mesmo assim, aparecendo divergências relevantes, estas serão consideradas como elementos que podem marcar diferenças de formas e perspectivas entre as organizações populares.

No tratamento das informações para transformá-las em dados percorrem-se quatro momentos, já utilizados por Giménez (1989) ao analisar o discurso político-jurídico mexicano do ponto de vista sociológico e semiológico. Esses momentos garantem a formulação dos dados, na medida em que resgatam as informações nas entrevistas, documentos e anotações de observação, confrontam-nas, sistematizam e descobrem seus argumentos. Possibilitam, assim, a elaboração de representações sociais sobre democracia de organizações populares brasileiras e mexicanas.

No primeiro momento, procede-se a uma operação de redução heurística agrupando as informações dos textos oral e escrito, bem como das observações, de acordo com as unidades de análise. Buscam-se as informações, para cada uma dessas unidades de análise, nos contextos de cada texto (entrevistas, documentos escritos, anotações de observação) em que elas aparecem como centrais, sem desprezar outros.

No segundo momento, são analisadas argumentativamente as informações em cada uma das unidades de análise para estabelecer suas equivalências e discrepâncias, na compreensão da democracia, de acordo com as indicações conceituais, comparando-as com as concepções de cientistas sociais que tratam das mesmas temáticas.

No terceiro momento, são organizados os significados das unidades de análise, elaborando-se, assim, os aspectos das representações sociais sobre democracia que a cada uma dessas unidades correspondem, em suas convergências e divergências.

No quarto momento, constrói-se, a partir das representações sociais detectadas sobre democracia, ilações que permitem um discurso sobre uma possível mudança na democracia latino-americana.

Como demonstra Giménez, o confronto argumentativo é a forma que assumem, no plano ideológico-discursivo, as táticas e as estratégias das relações "entre las personas", portanto, das relações de poder e intersubjetivas. O confronto das idéias será, assim, o nível pertinente da análise comparada e interdisciplinar (Giménez, 1989:160-1) no qual se utiliza a

contribuição das diversas disciplinas e se estabelecem paralelos na construção do objeto de estudo.

Ao incursionar no mundo da linguagem oral e escrita dos movimentos sociais populares, bem como no mundo do discurso acadêmico sobre as mesmas temáticas, para realizar o processo analítico de construção de sentido, já que essa é a forma de manifestação privilegiada das idéias, espera-se não ter caído na sedução de seus encantos, como denuncia Moscovici (1990:345-6). Neste sentido, o recurso às análises lingüísticas é feito subordinadamente, como interpretação prévia dos enunciados discursivos, colhidos no trabalho de campo.

O decisivo, pois, no processo analítico, são as exigências argumentativas na perspectiva interdisciplinar e comparada, correlacionando as informações agrupadas em cada uma das unidades de análise entre si e com as teorias sociais. A opção de se trabalhar interdisciplinarmente, é a forma de compreensão, interpretação e explicação da realidade humana adotada. Responde a análise interdisciplinar à "indeterminação dos limites do objeto de trabalho, ou seja, porque se reconhece a fragmentação e a multiplicidade, se recupera uma realidade que tem sido mantida científica e distintamente **contida**" (Orlandi et al, 1989:13). Nela parte-se da possibilidade, para fins de compreensão, da "fusão de *micro* e *macro* economia, personalidade, cultura e sociedade, compreendidas em suas relações recíprocas" (Fernandes, 1989:100-1). Busca-se flagrar seu funcionamento prático e perceber a articulação racional entre o conhecimento acadêmico e o saber das necessidades básicas de diferentes segmentos sociais, na elaboração das representações sociais. As defasagens da linguagem, expressão das desigualdades sociais, são, ao mesmo tempo, sinais e testemunho do desejo e da luta pela superação das relações de dominação, exploração e subordinação ainda predominantes.

Na comparação, tenta-se superar a oposição entre uma concepção *hiperempirista* e outra *hipotéico-dedutiva*. A primeira tenta realizar uma interpretação universal dos fenômenos sociais contemporâneos a partir de análises de casos particulares. A segunda passa de princípios gerais à aplicação a realidades nacionais e locais (Furter,1982). Mas, também, procura-se um afastamento da tradição anglo-saxônica que se aproxima do etnologismo, tornando quase impossível o trabalho comparativo.

A perspectiva adotada é a proposta por Bourdieu & Passeron (1967), segundo a qual, em qualquer análise, é fundamental a comparação. Comparação que deve ser realizada através da *recontextualização*. Esta permite livrar-se tanto de uma atitude *tecnocrática*, que pensa um objeto sem contexto, defendendo um único modelo-padrão de comparação universal, como do *etnologismo*, para o qual a comparação é impossível por causa da diferença radical entre as culturas, as sociedades e as épocas históricas.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE DEMOCRACIA

Nesta segunda parte, encontra-se *a reconstituição das representações sociais sobre democracia de intelectuais e dirigentes populares brasileiros e mexicanos*, participantes do trabalho de campo. Reconstituição esta realizada em torno dos quatro temas propostos como unidades de análise que organizam esta parte do estudo: democracia e economia; democracia e política; democracia e movimentos sociais populares; e a finalidade da democracia.

Trata-se de recompor as representações sociais de alguns intelectuais e dirigentes populares sobre as diferentes dimensões da democracia. Há uma complexa dialética, como reconhece Ó'Donnell (1988:44-5),

"entre o político e os outros planos da vida social, que possibilitam diversos graus de extensão e democratização sócio-econômica e cultural. A aquisição de crenças e predisposições democráticas parece ser contagiosa: se as praticamos em certa área de atividades, é provável que as estendamos a outras e/ou que apoiemos aqueles que tentem fazer isso. A emergência de um rico tecido social de instituições e de padrões de autoridade democrática (ou, pelo menos, não despóticos nem arcaicos) é ajudada pela vigência das liberdades e garantias típicas da democracia política, por outro lado, a consolidação da última é grandemente ajudada pela progressiva (embora não necessariamente linear) expansão daquele tecido".

Tomando em conta esta visão estratégica desenhada por Ó'Donnell, identifica-se que, para os entrevistados, atualmente, o grande desafio para os movimentos sociais populares é a sua contribuição à construção de uma cultura democrática capaz de sustentar uma democracia substantiva, que é a síntese precária das suas dimensões política, social e cultural da democracia.

Mas, a busca da democracia não é, para esses sujeitos, um apanágio dos movimentos sociais populares, ainda que tenham consciência de que, na América Latina, foram eles os primeiros, nas décadas de sessenta e setenta, a colocarem em debate questões que, depois, vão sendo identificadas como problemas da democracia. Naquele momento, praticamente, toda a região submergia aos regimes militares e aos autoritarismos.

Como identifica Martins (1989:132), estamos diante da "lenta gênese de uma nova ordem política, questionadora da ordem centrada no Estado, uma nova ordem baseada na democracia direta e participativa", a partir de ações e identidades que estão sendo configuradas como movimentos sociais populares. Estes foram se forjando a partir da ajuda mútua e da solidariedade, adquirindo as formas mais diversificadas, que contribuíram para a sobrevivência de trabalhadores (por conta própria, empregados, desempregados), criaram identidades e possibilitaram o engajamento político em vários países da América Latina, iniciados quase clandestinamente, como informa uma dirigente do Grupo Anastácia em sua entrevista para este trabalho, "são ações de ajuda mútua e de defesa dos direitos humanos dos presos políticos, juntamente com atividades de denúncias das situações de miséria da maioria da população brasileira e das repressões, que vão criando consistência, se avolumando, aparecendo e exigindo democracia".

Essas ações são processos conflitivos que dizem respeito ao conjunto da sociedade em sua dinâmica e funcionamento e permitem superações dos limites impostos nas diversas conjunturas, bem como a construção de experiências que enriquecem a cultura individual e coletiva com elementos democráticos, produzindo novos sentidos e outras identidades. E ao se inter-relacionarem com processos de ajustes econômicos e eleitorais, no Brasil e México, ajudam a divulgação e ampliação das reivindicações democráticas, como a participação nas decisões que interessam aos trabalhadores, eleições diretas, cumprimento da lei e mudança de legislação inadequada.

Na operação de redução, prevista como primeiro passo do processo analítico das informações coletadas nas entrevistas, observações e documentos escritos, emerge como central a fala de um dirigente urbano mexicano que afirma o caráter democrático das organizações populares, na medida em que elas buscam

"los intereses concretos de cada uno de sus miembros integrantes, en que estos se vean reflejados en sus proyectos. Con ellos se identifican y les dan sentido. Y la toma de decisiones a través de distintos niveles de participación individual y colectiva. Desde congresos, asambleas generales, consejos deliberativos, gobierno colectivo. La toma de decisiones involucra a todos los núcleos organizados del movimiento" (Unión de Colonias Populares).

Essa afirmação é recorrente e, ao identificar o caráter democrático das organizações dos movimentos sociais populares na capacidade de detectar e responder aos interesses concretos dos seus membros, indica uma direcionalidade para a sua busca democrática. O seu

conteúdo é a construção da qualidade de vida da maioria, da convivência e das relações de iguais.

Os próprios movimentos sociais populares, como expressão de um movimento histórico mais amplo de construção social, são e assumem essa direcionalidade. Seus membros buscam contribuir para a efetivação da democracia. Esta, enquanto noção e prática social capaz de envolver parcelas crescentes da sociedade. Perspectiva explicitada nos quatro capítulos que se seguem.

TERCEIRO CAPÍTULO

DEMOCRACIA E ECONOMIA

Conforme referência na primeira parte deste trabalho, as relações entre democracia e economia se apresentam historicamente como variadas e divergentes. Neste capítulo, busca-se reconstituir as representações sociais dessas relações, segundo os entrevistados. Para eles, a existência de uma democracia política está diretamente relacionada com "las posibilidades de la lucha organizada y libre que garantice las condiciones de vida y el bienestar social de la mayoría", conforme a formulação de um dirigente rural de El Pueblo Creyente. Os termos são idênticos nas expressões utilizadas por brasileiros. A democracia é representada, sobretudo, como "as possibilidades da luta organizada e livre de repressão pela construção das condições materiais da existência" (Terreno e Moradia). Ou, quase como uma situação em que se "pode lutar livre e coletivamente para conquistar uma melhora de vida", outra expressão que define a democracia, afirmação de um dirigente do movimento urbano de Olinda, em um Seminário observado da UNACOMO (União de Associações e Conselhos de Moradores de Olinda), membro da FEMEB, no dia 18 de abril de 1994.

A não democracia é representada como a impossibilidade da luta organizada e livre, é "ter que lutar pelo trabalho contra o desempregado quase clandestinamente, com medo da repressão policial ou política" (Grupo Anastácia). Lembra de alguma maneira a missão atribuída ao Estado, pelos liberais, de ser a garantia da liberdade de iniciativa, contrato e competição (Macpherson, 1978).

O problema da relação entre democracia e economia situa-se na antinomia entre o espaço de iguais que supõe a democracia no plano político-jurídico e o espaço de desigualdade criado pelo mercado. Esta antinomia possibilita a luta pela redução das desigualdades econômico-sociais via atuação política. Aproxima-se da visão de Przeworski para quem

"A participação, por sua vez, não pode permanecer meramente simbólica. Uma vez que a competição democrática oferece a vários grupos uma oportunidade de promover alguns de seus interesses no curto prazo... (...). ... a democracia política proporciona aos trabalhadores a oportunidade de defender alguns de seus interesses. A política eleitoral constitui o mecanismo pelo qual todo indivíduo, enquanto cidadão, pode reivindicar seu direito a bens e serviços" (Przeworski, 1989:23,24).

A solução encontrada historicamente que mais possibilitou a atenuação das desigualdades sociais foi o Estado do Bem-Estar Social, que nunca chegou a existir de forma efetiva na América Latina. Na Europa ocidental, essa política distributiva surge da necessidade de articular soluções de compromisso para reduzir as contradições entre os princípios abstratos da igualdade dos liberais e as velhas e novas desigualdades sócio-econômicas.

"O fato é que os social-democratas logo descobriram nas idéias de Keynes, especialmente após a publicação de sua *Teoria Geral*, algo de que necessitavam com urgência: uma política econômica precisa para a gestão de economias capitalistas. A revolução keynesiana - e foi verdadeiramente uma revolução - forneceu aos social-democratas um objetivo e, com isso, a justificativa para seu papel no governo, simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora" (Przeworski, 1989:52-3).

Outra tentativa de resposta ao problemas das relações entre o espaço de iguais e as desigualdades geradas pelo mercado, foi a proposta do Estado socialista, que defendia uma nova configuração de representações simbólicas, na perspectiva de eliminar a contradição dessas relações pela concretização histórica da igualdade sócio-econômica, sobretudo nas formulações de Marx. Mas que demonstrou também ineficiência e limites insuperáveis.

Historicamente, pois, as relações entre democracia e economia ainda não foram construídas de maneira satisfatória e o aumento das desigualdades sócio-econômicas sempre esteve ameaçando o espaço da igualdade (Nascimento, 1994a). Noutros termos, as condições desiguais do ponto de vista sócio-econômico em que se encontram os indivíduos é de tal monta que a democracia está constantemente em perigo. Por isso, a extensão da cidadania aos trabalhadores, com a conseqüente justaposição do princípio de igualdade perante a lei, e as efetivas desigualdades sócio-econômicas geram uma tensão de fundo entre a idéia plebiscitária e universalista de Estado e a representação funcional dos diferentes grupos que se organizam e entram na "arena de la política nacional" (Bendix,1985:79). Na América Latina, este tem sido um tema clássico do debate democrático, por exemplo, nas obras de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Guillermo Ó'Donnell entre outros.

A problemática da sobrevivência e especialmente a das desigualdades sócio-econômicas, podem representar o dilema central da democratização na América Latina. Na região, o esquema de desenvolvimento do capitalismo foi implacável em seus padrões históricos de exploração, significando que a extensão dos direitos cidadãos e de igualdade política está se dando num contexto de desigualdade extrema. E a luta pela democratização se ampliou no seio da crise econômica mais severa e prolongada desde a Grande Depressão. Apenas a título de exemplo, veja-se a dívida da América Latina que representava, em 1987, mais de quatro vezes o valor de suas exportações, conforme o *Report* (p. 541) do BID, publicado em 1988. Está em cheque a capacidade que têm as democracias políticas para resolver os enormes problemas de pobreza e desigualdade que caracterizam o continente.

A democracia, tanto para os dirigentes quanto para os intelectuais, como pode ser observado e identificado nas entrevistas, diz respeito, em primeiro lugar, aos problemas da luta pela satisfação das necessidades da sobrevivência, do trabalho, da atividade produtiva, e seus correlatos, alimentação, habitação, saúde e educação como instrumento de mobilidade social, aproximando-se da posição de Nascimento (1994a) ao afirmar que "a igualdade político-jurídica supõe a desigualdade econômica e social, antes que adversa, complementar. Porém, ao mesmo tempo, supõe que os homens devem ter as condições mínimas de sobrevivência, de participação política e a liberdade de lutar para mudar sua sorte".

A liberdade de lutar sem repressões para mudar sua sorte, especificamente, para criar as condições que possibilitem uma vida digna para a maioria das populações, no Brasil e México, é o que os dirigentes entrevistados mais enfatizam como representação de democracia.

O problema central, na colocação dos entrevistados, são as possibilidades da garantia de uma vida digna e prazerosa para todos. Esta é a exigência fundamental. Mesmo que seja, num primeiro momento, caracterizada como luta pela garantia das condições da simples sobrevivência, trata-se da satisfação das necessidades materiais e simbólicas, capazes de manter as pessoas vivas, atuantes, úteis e com dignidade.

Nessa perspectiva, emerge como aspecto principal do problema a questão da atividade produtiva, do trabalho assalariado, ou por conta própria, que pode ser emblematicamente sintetizada na formulação de um dirigente urbano brasileiro. Para ele, "do ponto de vista da construção da democracia, o problema mais grave a ser enfrentado politicamente e, ao mesmo

tempo, o mais difícil para ser enfrentado no cotidiano, são as questões do trabalho que garantem a vida" (ACO). E foram esses problemas, identificados como econômicos, que deram origem a todas as organizações populares das quais fazem parte os dirigentes entrevistados.

Por outro lado, são as questões da produção e das relações de produção que criam a maioria dos conflitos em relação aos interesses dos grupos que se apropriam das riquezas e do poder nos dois países. Tais situações são identificadas, pelos entrevistados, dirigentes e intelectuais, na formulação de uma dirigente mexicana da Regional de Mujeres, "como de injusticias porque impiden la realización de los derechos humanos, así en la estructura urbana como rural que concentran riqueza, tierra, poder y saber. Esta concentración tiene su visibilidad en el desempleo, falta de vivienda, trabajo, tierra, sueldos, salud y educación".

A satisfação dessas necessidades e interesses é compreendida como um direito subjetivo inalienável. Os movimentos sociais populares atuam para que esse direito seja reconhecido como legítimo publicamente, e, assim, passe a fazer parte da própria noção de sociedade. "A sociedade existe para garantir os direitos humanos" (Grupo Anastácia). Emerge, assim, dessa atuação, uma transformação de necessidades e carências em direitos que, segundo Eunice Durhan (1979:29), "pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania". Ou ainda, que estamos "vivendo um processo de construção coletiva de uma nova cidadania, definida por um conjunto de direitos, tomados como auto-evidentes, que é pressuposto da atuação política e fundamento de avaliação de legitimidade do poder".

É a partir da compreensão das necessidades como direito que surgem as ocupações de terras para trabalhar ou terrenos para construir a moradia, mas também se organiza o grupo de teatro, se reivindica ou se toma a iniciativa de pôr em funcionamento o restaurante popular, o posto de saúde, a escola.

A questão econômica ou das condições materiais é, pois, para os entrevistados, como formula Don Samuel Ruíz Garcia, intelectual mexicano, "la mas grave y de difícilísima solución" ao se tratar do problema "de la construcción de la democracia". Ela está diretamente relacionada com "el problema de la concentración de la riqueza en manos de la minoría y de la pobreza en manos de la gran mayoría de los mexicanos". Diferente não é no Brasil. Esta concentração e centralização da riqueza é a geradora das desigualdades sociais e culturais, bem como dos amplos bolsões de pobreza latino-americanos que criam as chances diferenciadas de

uma vida digna e, portanto, das possibilidades de ser pessoa. Hoje, isso vem provocando a nova exclusão social (Nascimento, 1994a).

Sua solução ainda se torna mais complexa porque as práticas corporativistas predominantes em nossas sociedades impedem seu equacionamento, na medida em que os grupos integrados e beneficiários não percebem as necessidades alheias. Há cientistas sociais que propõem o deslocamento do debate da construção da democracia para o da destruição do corporativismo, pelas dificuldades que este cria tanto no campo político quanto econômico-social, impedindo de "avanzar hacia soluciones que generen equidad y acceso al trabajo y a la seguridad social" (Zapata,1993:32).

3.1 - Projetos econômicos autogestionários

As organizações populares assumem, assim, como sua tarefa o questionamento de uma cultura que combina individualismo econômico com valores fortemente hierarquizados, resultando numa mescla de impotência com cinismo, identificada entre os mais pobres por Reis (1992: 15) e Moisés (1995). Ao buscar soluções organizadas para as situações que as geram, os movimentos sociais populares não as encaram como uma fatalidade. E a possibilidade de buscar "soluções de forma organizada e sem perseguições políticas ou policiais, é para nós democracia" (Grupo de Saúde de São Luiz do Maranhão). Na busca das soluções para os problemas econômicos da sobrevivência, como afirma uma dirigente da Casa de la Mujer de Pinabetal, ligada a Pueblo Creyente, "se desea promover la dignidad del ser humano, la justicia, la construcción de otras relaciones sociales, la participación comunitaria y la libertad personal y colectiva".

A possibilidade da luta é a democracia, mas a situação que cria a necessidade da luta é a de injustiça. Então, diante de uma situação de injustiça, a democracia emerge como a liberdade de reivindicar e lutar organizadamente por uma situação de justiça social.

As soluções para o problema das desigualdades e da pobreza passam necessariamente pelas atividades econômicas, geradoras de bens materiais e simbólicos, mesmo que não se restrinjam a elas. Como pode ser observado, ao longo do trabalho de campo, tanto nos bairros

quanto na área rural, os projetos produtivos, desde que coletivos, por mais aparentemente insignificantes, têm contribuído para a superação da cultura que combina cinismo com impotência construída pelas relações sociais capitalistas e corporativas, como a venda do voto por comida e a bajulação em troca de benefícios. Superam-na à medida em que junta as pessoas para discutirem as saídas para os problemas da sobrevivência, organiza um ateliê de costura para garantir o aluguel, a compra de comida.

O enfrentamento organizado desses problemas propicia a superação do individualismo econômico com valores democráticos, como a participação, a decisão coletiva, a cooperação, a solidariedade, o respeito ao outro, resultando na construção da autoconfiança com a descoberta dos valores pessoais, coletivos e a força da mobilização, bem como na emergência de formas econômicas diversificadas de sobrevivência e de melhoria da qualidade de vida.

Um desses valores novos para os trabalhadores é o da autonomia, entendida inicialmente como ruptura da dependência e, em particular, com o Governo. Como informa um dirigente da organização *Movimiento Vecino*, México, as organizações do movimento urbano popular estão, "luchando para arrancar espacios al gobierno, créditos o cualesquiera otras cosas. También bamos más lejos, estamos creando nuestras propias dinámicas de trabajo con las personas; impulsando la autogestión para solventar algunos problemas".

Pensa-se, pois, que essa nova dinâmica consiste em ir mais longe na busca de soluções próprias e não ficar esperando apenas pelas soluções governamentais. Trata-se de organizar as mais diversificadas ações reivindicativas, mas também, e sobretudo, para o *Movimiento Vecino* e a *Unión de Colonias Populares*, no México, e para a *Casa de Cultura da Mulher Negra* e a *FEMEB*, no Brasil, é necessário criar dinâmicas próprias de trabalho, independentes dos governos, para resolver os problemas que vão sendo coletivamente identificados. Dirigentes que pensam dessa forma valorizam as iniciativas que denominam de autogestionárias. São respostas que se constroem com os que mais sofrem para garantir a sobrevivência familiar, conforme as entrevistas e observações. Daí, uma predominância de projetos comunitários para tratar de "lograr fuentes de empleo. Proyectos con mujeres, jovenes, pequenos talleres, algunos proyectos de comercialización que buscan salidas para demandas de empleos y también constituirse alternativas de sobrevivencia" (*Movimiento Vecino*),

São projetos produtivos como "*talleres mecánicos para autos y de reparos de electrodomésticos*" do *Movimiento Vecino*, na Cidade do México; "*oficinas de costureiras e*

de produção de vassouras" e de *"produção de pico/és com crianças"*, de organizações de bairro ligadas à FEMEB, em Recife; restaurante de *"comidas baianas e artesanatos"*, da Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos. Esses projetos não contam, como se pode constatar, com apoio de nenhum governo. São recursos que vão sendo conseguidos com festas, bingos, apoio de alguma Igreja ou Instituição de Assessoria. Pensam, pois, como formula um dirigente da Unión de Colônia Populares, que

"los tiempos en que teníamos que solicitar todo al gobierno fueron ultrapasados. Ahora proponemos todo ello. Sin embargo a la ciudadanía les falta cultura política. Por ello estamos impulsando una nueva cultura social en nuestro país a través de ia búsqueda colectiva de soluciones para esos problemas. Estamos construyendo otra fisionomia para el movimiento popular. Dámole otra cara con diversas y distintas organizaciones rurales y urbanas a través de uno rostro más transparente en la búsqueda de nuevas formas descentalizadas de articulación".

A Unión de Colonias Populares, na cidade do México, lutava, no final da década de 1970, pelo melhoramento das condições de vida das populações mais pobres. Atualmente está ampliando seu raio de ação. Articula organizações de moradores de bairros populares, grupos de solicitantes de moradia, comerciantes e projetos produtivos com mulheres, jovens, crianças. Organiza-os em torno da produção e comercialização de mercadorias, do abastecimento e alimentação. O Pueblo Creyente organiza médios e pequenos proprietários rurais e urbanos para a produção, adquirindo máquinas, fertilizantes e sementes, bem como para garantir a comercialização coletiva dos produtos.

Iniciativas semelhantes às do Pueblo Creyente se multiplicam no espaço rural. No próprio México o Colectivo de Hombres del Lago del Tigre, a Casa de la Mujer de Pinabetal se constituíram com os próprios recursos dos *"campesinos y campesinas"* e empréstimos de amigos e de uma IAMOP, DESMI (Desarrollo Económico y Social del México Indígena). O primeiro começou falando do alcoolismo e conseguiu chegar a um coletivo de produção. Conforme pode se constatar na observação e na entrevista com seu dirigente, que diz

"empezamos hablando del alcoholismo, que no era posible que seguiramos bebiendo demasiado. Tanto platicámos que logramos convencer algunos. (...). Nació la idea de que más vale organizamos como campesinos que esperar que otros solucionen nuestros problemas. Arrancamos con el trabajo colectivo Pero nuestras tierras no eran fértiles además de muy poca. Inicialmente, unos pocos hombres, no alcanzabamos ocho. El número aumentó. Partimos con la ayuda de amigos y DESMI para la compra de la tierra. Hoy somos setenta y tres hombres y cincuenta y una mujeres".

Adquiriram uma área de 70 ha (setenta hectares) onde plantam milho e mandioca coletivamente. Retiram o necessário para a alimentação das famílias e comercializam, nas feiras

livres, o restante da produção. Na Casa de la Mujer, as mulheres produzem pão, criam coelhos e cultivam hortaliças. Em nenhum dos dois projetos há participação do governo. Pensam seus dirigentes que é mais significativo que se "*organicen como campesinos para tener sus propias soluciones*", pois já estavam cansados de "*apelar a las autoridades*".

Outras pesquisas constaram, a exemplo da de Leyva-Solano (1994:299, 298), também na área rural do Estado de Chiapas,

"la vida participativa a través de la formación de uniones de ejidos y de uniones de crédito (...). Sin embargo, la demanda por la tierra fue el motor principal de esas prácticas participativas que se intentaban promover entre colonos. Los resultados fueron diversos. En algunas colonias se formaron tiendas cooperativas, colectivos para cultivar milpa, colectivos para criar ganado vacuno, cooperativas de camiones. Elias requerían de la discusión en conjunto y de la participación de todos. Así quedaron en segundo plano las diferencias de procedencia y de language. Se reforzó el comunalismo mientras en otras localidades prevalecía la segregación a causa de religiones distintas y militancias políticas diversas".

São experiências autogestionárias por conta própria porque, além de não contarem com apoio do poder público, procuram, como dizem alguns, "coser-se com as próprias linhas" (Coletivo de Mulheres Negras) e as contribuições financeiras que recebem de fora, Igrejas ou IAMOPs, mesmo sem juros, são empréstimos que vão devolvendo na medida em que produzem e comercializam. Esses recursos, por sua vez, vão apoiar outros projetos. E mais, buscam tomar decisões a partir de discussões coletivas, para realizar algumas tarefas, e todas, como o Colectivo de Hombres del Lago del Tigre, em conjunto e gestão colegiada. Além da prestação de contas dos processos e resultados, definem ações em reuniões amplas e abertas. Muitas iniciativas de projetos produtivos do MST, no Brasil, também se enquadram nesse mesmo estilo.

Esses projetos *autogestionárias* como percebem dirigentes e, sobretudo, intelectuais, são limitados. De acordo com um dirigente do Movimiento Vecino, esse tipo de atuação "no solventa el problema de fondo, pero puede ser un tejido en la medida en que podamos entender que es un proyecto de economía popular viable para nuestro país. Incluso puede ser apoyado desde la inversión gubernamental o la iniciativa privada".

Essas organizações querem se caracterizar como de defesa das condições de vida da cidadania em geral. Significa que deixam de ser uma organização de tipo sindical para se transformar em uma de interesses mais gerais da cidadania, uma organização cívico-popular, na qual as demandas não estão ligadas apenas aos setores mais pobres, mesmo que estes continuem sendo enfatizados. Hoje, tentam vincular essas atividades produtivas a demandas

mais globais das maiorias da cidade e do campo, diversificando e enriquecendo suas atividades com as discussões das questões de gênero, étnicas, culturais e do meio-ambiente.

3.2 - Projetos econômicos em parceria

Mas, além da percepção dos limites das atividades autogestionárias, há outros dirigentes e intelectuais que são contra esse tipo de iniciativa. Discordam porque têm outra representação social do próprio papel da organização popular. Entendem que sua tarefa é "arrancar recursos financeiros dos governos" para a ação "comunitária e coletiva". Esses são identificados pelos autogestionários por conta própria como mais tradicionais. Eles, no entanto, se vêem como buscando o respeito a um direito e exigindo o cumprimento de um dever das autoridades.

Com essa compreensão, a Regional de Mujeres estimula todas as organizações de bairro a terem algum tipo de atividade produtiva que também denominam de autogestionária, mas com a participação de recursos públicos. Nos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, a iniciativa que ocupa mais tempo e preocupa de forma especial, objeto de maiores investimentos e portadora de esperanças, são as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) que buscam e têm conseguido recursos financeiros do governo "para tocá-las", como afirmam seus dirigentes. E para seus dirigentes, estes são os projetos autenticamente autogestionários, porque obrigam os governos a assumirem sua responsabilidade de garantir condições de trabalho para a população. Configuram-se como projetos em parceria (governo e população), mas cuja gestão é da organização popular.

Interessante observar, neste aspecto, uma diferença entre Brasil e México. Na área rural do México, encontram-se projetos desse tipo apenas nas organizações vinculadas ao governo. Nenhuma organização independente dos dirigentes entrevistados tinha, até a ocasião do trabalho de campo, conseguido financiamento para seus projetos. Mas, mesmo com aquelas tem-se dado uma relação conflitiva que, no entanto, é percebida como problemas dos "mandos medios de las administraciones estatales". Afirma uma de suas dirigentes:

"Ha venido la Secretaria de Agricultura y Recursos Hídricos a ofertanos un proyecto de un criatorio de gallinas de huevos fértiles para producir pollos de corte. A mi me incomoda que hagan proyectos al aire, que ya sabem que no resultan en nada, pura perdida de tiempo para nosotros. Llevamos dos anos de negociación de unos proyectos. Después de muchos vai-vienes, de presentación de papeles, nos dicen: 'no podemos invertir en ustedes. Solamente se logran personas con mucha lana para participar en el negocio. Ahora solo es posible lo de huevos fértiles'. Pegar o largar. Los nuestros, nada. Y sí, si lográramos partillar con la iniciativa privada. O sea, serian los duenos. Nosotras no podríamos faltar tres reuniones seguidas que perdíamos los derechos. Como somos mujeres, tenemos nuestras tareas en la casa, con los hijos y muchas otras cosas. Ni siempre podemos estar a las reuniones. Esos funcionarios quieren hacernos de tontas" (UAIM).

Essa dirigente pertence ao partido do governo, tem boas relações nas repartições governamentais e identifica essas contradições, mas atribui esse tipo de atitude apenas aos *"mandos medios del partido y de las dependencias"*. Ainda há outro depoimento dessa mesma dirigente que interessa para caracterizar o problema do envolvimento dos projetos em parceria cuja gestão é da organização popular.

"En otra dependencia, escuchamos, desde hace cuatro anos, que iban a dar 5 millones de pesos a cada pequena empresa. 'Es muy poco, pero aceptamos entrar al proyecto', combinamos. Después, de una o otra forma, tendrán que apoyarnos. A la vez, fuimos informadas que en otros sitios se encontraban con deuda de 15, 20 millones" (UAIM).

O projeto em parceria revela-se um processo complexo, de relações complicadas, além das possíveis dificuldades financeiras, como os casos em que as organizações não conseguem pagar os empréstimos. Mas, vão-se constituindo como espaços democratizantes, de auto-educação democrática e, portanto, de relações sociais diferentes. Isso porque capacitam para a gestão econômica, o controle da produção, a tomada de iniciativas, num processo em que se desenvolve o diálogo com as autoridades, a capacidade de prestar contas e fazer o controle financeiro, além de significar o esforço de superação das diferenças entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que as executam, bem como a redução da intervenção de pressões externas à coletividade na definição de seus interesses e na tomada das decisões. Nesse aspecto, há muita coincidência entre as descobertas desta pesquisa e as de Schteingart (1990:114) nas quais, analisando comparativamente processos autogestionários no México e Chile, podem-se identificar aprendizagens semelhantes às do Brasil e México, experimentam-se relações menos arbitrárias, no interior das organizações e destas com as autoridades, mesmo que ainda se criem muitas tensões, como as indicadas acima.

Em resumo, os autogestionários, que ainda não conseguiram ou não aceitaram a parceria dos governos em seus projetos, pensam que a médio prazo a interferência das

autoridades nas decisões e gestão destes projetos será inevitável. Os parceiristas pensam que a autogestão por conta própria é uma forma de atuação que agrada ao governo porque "repassa suas responsabilidades para as organizações", como afirma uma dirigente do Grupo Anastácia. Para o dirigente do Movimiento Vecino, anteriormente citado, isso é uma falta de visão, pois "no perciben esos companeros que esas actividades son importantes en la lucha organizada, ni perciben que se puede desde allí construir alternativas".

Para os dirigentes que estão incentivando a autogestão, esta apresenta "possibilidades de garantir a sobrevivência, com dignidade", especialmente dos "trabalhadores desempregados e/ou sem terra" (MST), além de sua possível "transcendência social, através da ação em âmbitos e dimensões mais inusitados" (Coletivo de Mulheres Negras). Apostam no seu futuro desde que se realizem dentro de "nuevas perspectivas", ou seja, sem abandonar, simultaneamente, "las prácticas reivindicativas y los esfuerzos para garantizar el carácter político de las distintas acciones económicas", como afirma um intelectual do DESMI (Desarrollo Económico y Social del México Indígena). Sua insistência é no caráter plural, democrático da nova forma de ser e de fazer das organizações dos movimentos populares que "pueden garantizar el éxito a las actividades y la ampliación de su ámbito de acción".

3.3 - Participação em projetos de iniciativa governamental

Outras organizações, como a AMZOL (Associação de Mulheres da Zona Leste), São Paulo, e alguns setores da Regional de Mujeres, preferem aproveitar as próprias iniciativas dos governos, sobretudo, as relativas à saúde, educação e abastecimento, entendidas "como investimento econômico" (AMZOL) e "garantes del futuro" (Regional de Mujeres), buscando ampliar os recursos para essas atividades, bem como a participação em seus colegiados gestores: Conselhos de Saúde, Conselhos Escolares, no Brasil; Consejos de Abasto, no México, que estudam e propõem medidas para garantir o fornecimento de alimentos para a população. Por outro lado, interpretam como possibilidades de envolvimento com processos da gestão pública.

Configura-se, assim, na busca de soluções para a sobrevivência, a autonomia para além da dimensão econômica. Essas organizações, experimentam, pois, nesses Conselhos, novas relações com o poder público e entre as diversas organizações participantes, mesmo que, em alguns casos, os governos queiram apenas baratear custos de obras necessárias à provisão de atenção médica, educativa, nutricional ou obras de abastecimento d'água, drenagem ou pavimentação, por meio da incorporação da mão-de-obra da população. Mas, por outro lado, essas iniciativas geram alguns postos de trabalho e renda, bem como a garantia do exercício da participação social na gestão dos serviços públicos. Nas experiências de envolvimento na gestão pública, como no caso dos Conselhos, observou-se a possibilidade do treinamento para o exercício democrático do poder a partir das tensões e problemas que se geram e da busca de solução para os mesmos. As negociações, a superação de algumas tensões, as decisões em comum e a participação no controle dos processos e da qualidade dos produtos ou serviços deixam um saldo de aprendizagem significativo, conforme depoimentos dos que estão envolvidos nessas atividades e da observação desses processos.

As divergentes formas de ação coletiva de caráter econômico se revelam variações legítimas, na busca da satisfação de necessidades básicas, na participação individual e coletiva, no desenvolvimento comunitário e na expansão da esfera pública.

Tanto nos projetos, mais amplos, como os das CPAs do MST, no Brasil, quanto em experiências mais reduzidas no México, as "Tiendas Comunitárias" e "Comedores Populares", enfrentam-se muitos problemas para a sua consolidação e desenvolvimento. Estes se situam na falta de experiência, na complexidade das funções de administração, de planejamento da produção e na comercialização. Mas, evidenciam-se as chances de aprendizagem, de formação e criação de capacidades dos que se envolvem com esses processos econômicos, administrativos e de planejamento.

3.4 - Perspectivas das relações entre democracia e economia

As iniciativas das organizações populares, sejam as autogestionárias, sejam as realizadas em parceria ou a participação na gestão pública através de Conselhos revelam os

problemas da democracia social, criados pelos impactos dos ajustes econômicos, que têm, nos dois países, reduzido os postos de emprego e dificultado o trabalho por conta própria. A onda desenfreada do desemprego, da fome, da violência e a falta de habitação constituem preocupação de todos, especialmente porque estas situações "estão provocando um crescente sentimento de inutilidade, de trastes, nas pessoas por elas atingidas", como formula uma dirigente da FEMEB. E como firmar a democracia nessas condições?

Os bispos latino-americanos, em suas assembléias de Medellin e Puebla, reafirmam essa questão, assim expressa pelo episcopado brasileiro, e assumida por intelectuais e dirigentes do Pueblo Creyente e da Ação Católica Operária entrevistados:

"A pessoa humana dignifica o trabalho. A través dele cada um pode crescer, ser mais pessoa. Pelo trabalho domina-se e transforma-se a natureza, para que possa contribuir para a felicidade de todas as pessoas, construindo a sociedade, a convivência, a fraternidade e a solidariedade. A história toma-se a obra de mulheres e homens livres e responsáveis" (CNBB, 1991:7).

A partir dessa compreensão, posicionam-se abertamente contra o desemprego, por causa dos estragos ontológicos que provoca. Para eles,

"O desempregado é mais do que uma pessoa que não tem o que fazer. Aos poucos, o sentimento de inutilidade chega a atingir a própria identidade da pessoa e ela já não sabe mais quem realmente é. Do trabalho, a mulher e o homem tiram muitas de suas alegrias, sobretudo, quando, através dele, experimentam sua capacidade criativa e conseguem o sustento do lar e a educação dos filhos. Ligados à situação concreta do trabalho estão, também, vários sofrimentos humanos marcantes: a insegurança, a angústia, as injustiças, as frustrações. A experiência do trabalho não é, pois, algo externo à mulher e ao homem, mas marca, molda sua personalidade, maneira de viver e sua realização como pessoa durante toda a existência" (CNBB, 1991: 11).

Por isso, os movimentos sociais populares brasileiros e mexicanos, participantes desta pesquisa, entendem que a construção da democracia começa pelo combate às situações de miséria pela geração de atividades produtivas (autogestionárias, em parceria com governos ou a iniciativa privada), porque é nelas que se criam as condições de ser pessoa. Então, nesse sentido, o trabalho é a centralidade, no aspecto operativo, da produção da pessoa e, portanto, da democracia.

Dá-se, pois, um deslocamento no exame da questão do trabalho em relação a muitas análises ditas marxistas. E mais, pode-se entender esse deslocamento como uma contribuição significativa dos entrevistados à questão da democracia. Na prática, propõem uma visão ética

da economia que coincide com os posicionamentos de Buarque (1991) e Martins (1989), como já citado, possibilitando a superação dos economicismos.

Não se quer dizer que os entrevistados condicionem a construção da democracia e da cultura democrática ao desaparecimento da falta de trabalho, de alimentação, de habitação, de educação ou de saúde. Para eles, investir nestes direitos é garantir as condições da democracia, são "investimentos de uma economia humanista" (MST). Por isso, identificam a cultura democrática na luta contra a persistência desses problemas. A democracia se encontra "na luta ativa, concreta, diuturna e sem trégua, pela superação dessas situações" (União de Mulheres de São Paulo). A luta pela criação de possibilidades de existir a atividade criadora dos bens materiais, em condições dignas, será o indicador do empenho pela democracia, o critério de identificação de uma sociedade em democratização. Não se pode, pois, postergar as lutas reivindicativas nem as iniciativas de auto-ajuda, de solidariedade, autogestionárias e de envolvimento na gestão pública. Mas, segundo os entrevistados, há que as ultrapassar, ampliar seu raio de ação, enriquecê-las e as complexificar pela descoberta de suas múltiplas implicações.

As lutas pela satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, "regularização da posse do solo urbano, a introdução dos serviços urbanos básicos, a demanda de terreno e moradia, alimentação, abastecimento, educação, saúde, meio-ambiente", como assinala Veloso, intelectual da ACO, pela "tierra para trabajar, semillas especiales y equipos agrícolas" (Pueblo Creyente), não podem esquecer as implicações políticas e culturais.

Os intelectuais e dirigentes entrevistados entendem como uma inovação a multiplicidade das organizações do movimento popular, na medida em que é reveladora da não aceitação passiva de situações deprimentes. O surgimento de muitas organizações, como pensa a Central dos Movimentos Populares (1991), do Brasil, da qual fazem parte as organizações de São Paulo, que foram observadas para este trabalho, são importantes, pois

"lutam pelo direito de comprar certas mercadorias, como a casa própria, a comida, o remédio ... lutam pelo direito ao uso de bens coletivos como educação pública, saúde, transporte... enfrentam a escandalosa acumulação de riqueza às custas da miséria de muitos, como a ocupação de terrenos guardados para a especulação... lutam contra as idéias divulgadas pelos capitalistas para justificar a exploração, como os movimentos de mulheres, ecológicos" (Central dos Movimentos Populares, 1991).

Não minimizam intelectuais e dirigentes, por exemplo, a importância da luta pela defesa do parque produtivo do país, tanto das empresas nacionais como estatais. Considerando-a uma

das lutas mais importantes, reconhecem que não têm fôlego para enfrentá-la, no momento, o que não significa que deixem de realizar ações nessa direção. Essa situação se expressou, sobretudo, no México, tendo como pano de fundo a assinatura do TLC (Tratado de Livre Comércio) entre aquele país, os Estados Unidos e Canadá. Coincidem as organizações mexicanas, na formulação de um dirigente da Unión de Colonias Populares, que

"Una tarea principal del movimiento urbano popular, pero no solamente suya, sino de los sindicatos y otros sectores de la sociedad, es la defensa del parque productivo nacional. Su defensa es fundamental si no estamos postergando el riesgo mayor para el futuro que de hecho ya esta en adelantado con el tractado de libre comercio del norte y sur del continente".

Ainda que muitos cientistas sociais, como Habermas (1987), Offe (1989) e Touraine (1994), afirmem que o trabalho não é mais a categoria sociológica fundamental ou o princípio estruturador da sociedade, para os intelectuais e dirigentes dos movimentos populares latino-americanos é a condição da existência do ser humano como pessoa e indivíduo. Dessa forma, condiciona e estrutura a sociedade, mesmo que não a explique. Nesse sentido, têm razão os bispos brasileiros ao afirmarem que

"O trabalho é o centro, tanto na vida de cada pessoa, de cada família, como na organização e funcionamento da sociedade. Ele ocupa a maioria do tempo e determina, em grande parte, a vida das pessoas. É uma realidade ampla e complexa. Envolve questões econômicas, políticas, sociais, culturais e antropológicas" (CNBB, 1991: 5).

Tais concepções coincidem com as de cientistas sociais como Antunes (1995) e Frigotto (1995). Antunes defende, no que se aproxima à perspectiva dos movimentos sociais populares, a importância de

"reafirmar que o trabalho, entendido como *protoforma* da atividade humana, não poderá jamais ser confundido como o *momento único ou totalizante*; ao contrário, o que aqui estamos procurando reter é que a esfera do trabalho concreto é *ponto de partida* sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade. O momento da omnilateralidade humana (que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc) transcende evidentemente em muito a esfera do trabalho (realização de necessidades), mas deve encontrar neste plano a sua base de sustentação" (Antunes, 1995:84).

O que coincide com a posição da Ação Católica Operária do Recife e do Colectivo de Hombres del Lago del Tigre, que representam o trabalho "como meio de vida e não finalidade da vida" (ACO). Ontológica, axiológica e teleologicamente, o centro é a luta pela construção da pessoa. Mas o trabalho cria as condições de sua existência. Então, operativamente, o centro é o trabalho que gera não apenas as condições materiais, mas as inter-relações das pessoas, possibilitando as bases da intersubjetividade. Sem trabalho não há democracia, não há pessoa

O depoimento de um dirigente urbano mexicano é lapidar e sintetiza a preocupação do conjunto dos dirigentes e intelectuais brasileiros e mexicanos. Afirma que

"En una ciudad tan compleja como es la Ciudad de México y como en otras tantas que existen en América Latina, el problema de la organización del trabajo está en crisis. Aquí en la ciudad de México hay un creciente desempleo, la expansión de la economía informal, de los sectores informales sobre todo comercio en vía pública es creciente, es muy grave problema pero es una salida, es una respuesta de la propia población de buscar formas de empleo, formas de trabajo y está claro que en esta ciudad no hay una oferta mayor de empleo. Poco vamos poder hacer los sectores populares por elevar nuestros niveles de vida. La economía informal será una alternativa. Será también una válvula de escape para el gobierno" (UCP).

A crise do trabalho não pode ser resolvida pela economia informal, mas pela correlação de forças políticas que determinam o modelo de economia a ser implantado e seu funcionamento. Mas essa correlação não é decidida apenas internamente, em âmbitos nacionais. Em tempos de mundialização, depende sobretudo do G-7 e das empresas multinacionais, que dirigem o processo e tomam as decisões políticas, sobretudo, de política econômica, que afetam todos os países.

O vivificante avanço político obtido com a derrubada do regime ditatorial brasileiro e as lutas pela superação do autoritarismo mexicano vêm paradoxalmente acompanhados por um agravamento das condições de vida das maiorias nacionais. Mesmo que as representações sociais não tratem das questões macro-econômicas, a não ser os tratados de livre comércio, enunciam-nas e reforçam uma indagação recorrente sobre as possibilidades do avanço e consolidação democráticos.

Dessa forma, a análise das relações entre economia e democracia e do desempenho econômico dos regimes democráticos adquire a mesma importância da discussão do projeto do sistema político e dos mecanismos de representação popular.

No Brasil e México, a agenda de reforma econômica dos últimos governos está acompanhada da afirmação de que a democracia é, senão a única, a melhor das formas políticas para assegurar o seu êxito. Essa agenda se organiza em torno de três temas básicos: a mercantilização da economia, a privatização da propriedade estatal e o aumento radical dos níveis de produtividade e qualidade do complexo industrial para poder competir adequadamente no mercado internacional. Temas que foram sintetizados num chamado processo de modernização, iniciado na região no começo da década de 1980. Essa modernização foi entendida como processos concomitantes de reforma do Estado e de reconversão industrial. Este último busca reinserir, entre outras medidas, as economias desses

países no mercado mundial. Os próprios casos brasileiro e mexicano, nestes anos, têm demonstrado a precariedade e as dificuldades de articular reforma econômica e democratização política.

Se se examinasse apenas o segundo ponto da agenda da reforma econômica, a privatização das empresas públicas, as experiências brasileira e mexicana, ao longo da década de oitenta, ainda não reduziram seriamente a presença estatal na esfera produtiva. Estes programas nos dois países foram impulsionados por funcionários pragmáticos que favoreceram a continuidade da estratégia de desenvolvimento dirigida pelo Estado, os quais apenas buscavam tornar mais efetiva a administração pública e promover uma aproximação dos governos com a iniciativa privada, sem contudo efetivar uma retirada do Estado (Schneider,1990:6,7). De fato, tanto no Brasil como no México, poderiam ser vendidas todas as empresas estatais, exceto uma dezena, sem que a participação dessas empresas no PIB e no investimento se reduzisse em mais de 20%¹⁸.

Na prática, até 1989, tanto no Brasil quanto no México, a privatização não afetara muito a relação entre economia e política. Com efeito, o governo brasileiro vendeu empresas estatais que, em 1988, geravam pouco mais de US\$ 1,200,000.00 (hum milhão e duzentos mil dólares) de renda, o que representou uma pequena redução do Estado nas atividades produtivas, num processo semelhante ao do México. Neste país, até junho de 1989, o governo havia autorizado a desincorporação de 804 (oitocentas e quatro) empresas das 1.222 (mil e duzentas e vinte e duas) existentes em dezembro de 1982 e havia completado o processo para 478. Estas cifras mostram que o México era o campeão mundial em matéria de privatização, pois vendera parte considerável das mil empresas que se calculam haviam sido privatizadas no Terceiro Mundo até aquela data. No entanto, a desincorporação de empresas estatais ou paraestatais no México não havia reduzido consideravelmente o poder econômico do Estado (Schneider,1990:5,23).

As transformações econômicas que se estão dando, nos dois países, vêm sendo possíveis graças a uma estratégia de reconversão industrial que pode ser caracterizada como uma série de mudanças por parte dos setores mais dinâmicos dos empresários, destinada a aumentar a produtividade industrial e a qualidade dos produtos, assim como a eliminar as

¹⁸ No começo dos anos 1980, no Brasil, as seis maiores empresas estatais representavam 81% das vendas de todas as empresas e 69% dos gastos. Por sua vez, no México a empresa petrolífera estatal (PEMEX) representava quase 75% da produção total das empresas estatais (Schneider, 1990:10).

dificuldades nos processos produtivos e nas relações trabalhistas. O eixo de toda esta estratégia, além das inovações tecnológicas, é o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho que substituem a sua típica organização ford-taylorista. Aparecem figuras inéditas, até então, como os círculos de qualidade, que tendem a flexibilizar o trabalho, destruindo a noção de especialização de tarefas, em busca da aparição de novos sujeitos produtivos, polivalentes e comprometidos com os objetivos da empresa (De la Garza, 1989:3).

São modificações econômicas significativas que, sem fazerem parte das representações sociais das relações entre economia e democracia, pelo menos na forma como foi conduzido o trabalho de campo, estão implícitas nas preocupações dos dirigentes populares, em virtude de suas conseqüências para grande parte das populações nos dois países. Difusamente, os dirigentes pressentem que tais modificações implicam desemprego, redução dos salários, dificuldades cada vez maiores de sobrevivência, de um lado, e, por outro lado, provocam o surgimento de várias formas de solidariedade, ajuda mútua, processos autogestionários que ajudam a sobrevivência de amplos setores da população nos dois países, como se está explicitando neste trabalho.

Mas, mesmo predominando, nos movimentos sociais populares, a preocupação com as bases econômicas da democracia não significa que os temas clássicos do discurso democrático - a soberania popular, a representação política, a divisão de poderes, o império do direito, o exercício das liberdades e os alcances da igualdade - perderam sua importância, como serão vistos no próximo capítulo. A luta desses movimentos resgata os temas fundantes da teoria democrática enfatizando as preocupações pela justiça e equidade que, no pensamento moderno, são inseparáveis do repertório das reivindicações democráticas.

Um vasto e complexo elenco de reivindicações sociais, às vezes vagamente formuladas, outras vezes apenas pressentidas mais que claramente elaboradas, sintetiza as aspirações democráticas transformadas em idéia-força capaz de mobilizar amplos setores sociais na construção da democracia.

Em resumo, nas representações sociais sobre democracia de dirigentes e intelectuais das organizações populares envolvidas no processo investigativo, a dimensão da relação entre democracia e economia, com intensidades e formulações variadas, é a das possibilidades da luta organizada e livre pela qualidade de vida, entendida como condições que garantam a sobrevivência com dignidade da maioria da população.

Essa luta pode se concretizar, pois, por meio de atividades autogestionárias, iniciativas das próprias organizações populares, ou em parceria com os governos e a iniciativa privada, ou ainda na participação em iniciativas governamentais ou privadas. Mas, também por meio da ampliação de obras governamentais ou da dinamização da economia nacional que permitam gerar novos postos de trabalho. As relações entre democracia e economia revelam a centralidade da atividade produtiva na organização social e a importância de seu aquecimento de tal maneira que garanta as condições de vida da população.

Por outro lado, a representação da relação entre democracia e economia aponta para uma visão ética da economia em que esta passe a orientar-se pela construção da equidade, pois sem equidade não se poderá afirmar a cidadania. As soluções para essa relação não estão configuradas de maneira mais elaborada; há muita perplexidade, ao lado de uma busca intensa nas diferentes organizações observadas e nos entrevistados. De qualquer maneira há a convicção de que a construção democrática implica a luta por uma economia mais equânime.

As possibilidades dessas relações ainda se apresentam tensas e tênues, exigindo transformações significativas nas diversas matrizes de constituição das sociedades e mudanças nos princípios e modelos da ação coletiva, tanto no Brasil como no México, pois, até agora, a reforma econômica e as transições democráticas comandadas pelos governos, nos dois países, não têm sido o caminho para a construção da modernidade que garanta bem-estar, riqueza, poder, saber e intersubjetividades expansivas para a maioria da população. Os governos têm conduzido a construção dessas relações de forma pragmática e precária. E os movimentos sociais têm tido uma ação ainda insatisfatória quanto à transcendência na sua construção pela limitada ultrapassagem do nível local e ações pontuais.

DEMOCRACIA E POLÍTICA

As construções do capítulo anterior revelam que a questão do trabalho, da produção dos bens materiais e sua apropriação pela maioria para a felicidade do ser humano constituindo-se numa questão econômica, é, simultaneamente, um problema político. E na medida em que uma das representações sociais, de intelectuais e dirigentes de organizações rurais e urbanas, no Brasil e México, sobre democracia centra-se na potencialidade da ação organizada e livre das camadas da classe trabalhadora para lutar pelas soluções de seus problemas econômicos, explicita-se a correlação da democracia com as possibilidades e/ou impossibilidades da ação política. E mais, a ação política se revela de fundamental importância pela direcionalidade que pode imprimir ao conjunto das relações sociais, pela correlação de forças que engendra entre as classes e grupos sociais, e destes com os governos.

Essa questão tem, portanto, rebatimento direto sobre o problema do funcionamento da sociedade. Diz respeito ao sistema e aos regimes políticos de condução e gestão da sociedade, que se relacionam intrinsecamente com a distribuição e o exercício do poder, nos quais se rejeitam quaisquer veleidades de autoritarismos, e exigem novas formas de fazer e conceber a política (Lechner, 1988). Implica, pois, os problemas de representação política, da participação eleitoral, decisão e gestão dos interesses públicos.

No transcurso da história, o poder tem sido concentrado. A classe dominante tem controlado os governos e a elaboração das leis. Por outro lado, é inegável que, também historicamente, esta situação tenha sido contestada pelos que não detêm poder, exercendo-se nas brechas abertas pelas contradições oriundas da diferenciação entre os poderes econômico e político, o que vem permitindo certas interferências dos despossuídos em algumas decisões políticas.

Essas interferências se expressaram principalmente na luta pela extensão dos direitos de cidadania às diversas camadas da classe trabalhadora. E se explicitou, no capítulo anterior, que é sobretudo a transformação de carências, necessidades e interesses desses segmentos sociais em direitos que tem impulsionado a luta dos movimentos sociais populares. Em nome de seus direitos humanos justifica-se a ação e aumentam as possibilidades de seu protagonismo social, ainda que esta não seja a única dimensão da ação do movimento popular. A luta pelos direitos incluiu a ação contra a falta de poder e as desigualdades que esta falta expressa. Talvez fosse possível identificar a atuação dos movimentos sociais populares, com a trajetória da luta ocidental pelos direitos de cidadania nas três dimensões (cívica, política e social) caracterizadas por Marshall (1967). Essas dimensões foram-se explicitando, na história do Ocidente, respectivamente, nos séculos XVIII, XIX e XX.

Atualmente, nos movimentos sociais populares, a luta pela efetivação dessas três dimensões se dá simultaneamente. Para os movimentos é uma luta única: "lutar pela dimensão cívica da cidadania implica, simultaneamente, a luta pelas suas dimensões política e social", enfatiza Peppe, intelectual urbano de Recife, na entrevista para este trabalho. Esta compreensão insere as perspectivas dos movimentos sociais populares nos debates atuais sobre cidadania que, entendendo-a como uma questão política, percebem que as condições do seu exercício não são apenas do

"âmbito legal da cidadania e da natureza formal dos direitos que ela implica. E também uma questão de capacidades não-políticas dos cidadãos derivadas dos recursos sociais que eles dominam e a que têm acesso. Um sistema político com igualdade de cidadania é na verdade menos do que igualitário se faz parte de uma sociedade dividida por condições de desigualdade" (Barbalet, 1989:11).

A conquista desse espaço de iguais nas ordens cívica e política, implica menos desigualdades sócio-econômicas para os movimentos sociais populares, ainda que, na maioria das vezes, em sua luta só tenham conseguido a participação política em condições de igualdade em espaços reduzidos, no nível do poder local de um Conselho, de uma municipalidade. Nos espaços do poder, em níveis mais amplos, no do governo do país, sobretudo concentrado nos executivos, nos legislativos e nos judiciários, a interferência dos movimentos ainda é diminuta.

De alguma maneira, mesmo distinguindo-se o poder econômico do político, ainda não se deu uma ruptura do poder que permita maior interferência dos trabalhadores no exercício efetivo do poder. Mas, mesmo reduzida, a fratura entre os poderes econômico e político introduziu uma variável política importante que é a representação política, sobretudo a partir

do momento em que ela passa a ser construída pelo sufrágio universal. Por isso, a crise atual da representação política e da confiabilidade do sistema partidário que, durante anos, monopolizou essa representação está preocupando e ocupando não apenas os políticos profissionais, mas também as forças econômicas dominantes

Um tipo de representação política, a parlamentar, vigente até recentemente e na qual os partidos políticos foram aceitos como os veículos da unidade política do "povo" e da representatividade do governante, encarregados de encarnar a vontade coletiva, estreitamente articulados com organizações de interesses, está profundamente questionada. O sistema partidário como um princípio de identificação entre a sociedade e o Estado parece não mais se sustentar (Novaro 1995:79). Este tipo de representação está sendo superado, entre outras razões, pela presença atuante dos movimentos sociais. Requer-se uma outra forma de representação que possa responder ao fato de que, cada vez mais,

"as vontades coletivas são conseqüências da agregação representativa de vontades dispersas, em si mesmas sem forma e difusas. Elas necessitam atravessar um processo que lhes dê forma. Requerem uma iniciativa externa que as interpele e as transforme de um conjunto difuso e indeterminado de opiniões em uma vontade de ação determinada. O reconhecimento de que a representação é imprescindível e de que, pelo menos parcialmente, constitui as pessoas públicas, as identidades, vontades e interesses representados, é inclusive um avanço necessário para pensarmos numa ampliação radical da política democrática, pois permite o abandono do essencialismo, do qual se alimentam, em boa medida, as tradições autoritárias" (Novaro, 1995:89).

O instituto da representação política tal como foi configurado no Ocidente, e vigente, no Brasil e México, com suas diferenças e debilidades, encontra-se necessitando de renovação pelo questionamento das diversas forças sociais, entre as quais encontram-se os movimentos sociais populares. Estes desejam a superação das tradições autoritárias historicamente construídas. Desejam construir essa nova face da representação política pela sua combinação com a ação direta, entendida como a expressão de suas vontades e identidades. Buscam, como construção de uma democracia consistente, a combinação de formas de ação direta com as condições e o exercício da representação política.

4.1 - Concepção da ação política

A ação política, para os entrevistados no Brasil e México, vincula-se à construção de uma nova cultura cívico-política. Os intelectuais e dirigentes, em suas representações sociais de democracia, têm identificado, como politicamente novo, a organização dos trabalhadores (por conta própria, empregados e desempregados), em suas diferentes feições de sexo, idade e nas condições rurais ou urbanas. Tais organizações possibilitam a construção de uma vontade coletiva capaz de garantir-lhes protagonismo político na luta pela redução das desigualdades sociais, pelo acesso aos bens econômicos e culturais, bem como a participação na decisão e na direção da solução de seus problemas e dos da sociedade.

Na busca de encontrar a afirmação central sobre essa questão, no processo de redução metodológica, previsto como primeiro passo da análise das informações colhidas e pela não-ambigüidade de suas afirmações, escolheu-se a formulação de uma intelectual brasileira do movimento urbano popular de Curitiba. Ao ser indagada sobre o politicamente novo dos movimentos sociais populares, ela afirma que:

"O novo está na medida em que começam a se multiplicar práticas coletivas e comunitárias e não apenas individuais. Na medida em que as pessoas perdem o medo diante do desconhecido ou de um conhecido que amedrontava. Perder o medo de se expor no bairro, através da participação na Associação, ao aceitar fazer parte de sua diretoria. As relações sociais passam a ser diferentes nesses grupos onde estas emergências começam a se tornar realidade. Reagir à postura meramente receptiva que caracteriza a maioria. Mais criatividade, menos passividade. Tomar iniciativa. Discutir a questão do banheiro na fábrica. Uma novidade extraordinária. Ampliar as relações superando os limites da casa, dos filhos, dos vizinhos. Sair. Desempenhar outros papéis, sobretudo de forma diferente. Ativa. Crítica. Criativa. É já o novo, politicamente" (Schoreder).

O politicamente novo, para essa intelectual, que de alguma maneira sintetiza as representações sociais de intelectuais e dirigentes entrevistados, identifica-se com uma postura ativa, coletivamente, que expressa o início da **superação do medo e da passividade dos trabalhadores**. Estes passam a enfrentar, de forma organizada, as diferentes situações em que se encontram. Atitude que manifesta um salto qualitativo do ponto de vista político e que incide no aumento da capacidade cognitiva, do poder de argumentação, de participação e decisão, bem como da afirmação pessoal e das coletividades populares. A política implica, pois, participação, decisão, ampliação dos horizontes da compreensão e formulação, assim como da ação transformadora em âmbitos e alcances os mais diversos, desde o pessoal ao

institucional, do local ao nacional na medida em que os movimentos vão adquirindo essa dimensão e nela interferindo. Numa palavra, começa a incidir nas formas de concentração e/ou distribuição e exercício do poder social e pessoal, a partir das fraturas do próprio poder e do aumento do protagonismo dos movimentos.

O depoimento abaixo transcrito de Aída Concha, intelectual mexicana que trabalha junto ao meio rural, confirma e amplia a compreensão da ação política que está sendo construída nos movimentos sociais populares.

"Descubrimos que las mujeres eran capaces de cambiar sus costumbres para adaptarse a situaciones conflictivas. Un móvil de las mujeres mexicanas, sobre todo la pobre, siempre ha sido el conflicto político, el conflicto de tierra, el conflicto de la represión. Frente a esa historia nos convencimos de trabajar en lo político y programar los pasos que íbamos a dar a partir de él. Reconocemos en primer lugar, las relaciones de poder, nos dirigimos no a la mujer aislada, sino a la mujer organizada y nos preguntamos: ¿dónde se encuentra? y ¿qué le interesa? Las Centrales Campesinas, las organizaciones del pueblo, las cuestiones de trabajo, el futuro de sus hijos. Entonces una de las primeras alianzas fue realizada con las lideranzas casi siempre masculinas. Y tratábamos las cuestiones que interesan a las mujeres, mas también a los hombres (Concha).

As ações de ordem econômica adquirem caráter político e constituem meios e condições do agir político, pois efetivam o poder pessoal e coletivo daqueles que estão envolvidos nas atividades que, até então, pareciam passivos e sem capacidade de mudança. A partir das questões que lhes interessam e formuladas por alguns intelectuais em interação com os segmentos sociais populares, emerge uma perspectiva política que pode garantir uma nova direcionalidade à ação e contribuir para a efetivação de sua transcendência, para além da garantia da sobrevivência: a afirmação de identidades pessoais e coletivas atuantes na busca da solução dos problemas enfrentados diuturnamente. Imiscuindo-se nos interstícios do cotidiano das camponesas e camponeses, bem como dos trabalhadores e trabalhadoras urbanas, sobretudo nos bairros, os intelectuais influenciam no processo da afirmação política e nas condições da ação política desses segmentos sociais.

Nesse sentido, qualquer que seja, a novidade tem sempre início pela transgressão que representa a perda do medo, a participação, a afirmação de direitos, acompanhada de sua justificativa discursiva, no mundo das ações e dos discursos competentes. Mesmo que não seja ainda suficiente para alterar as regras do jogo, nem seu conteúdo se apresente de forma ampla e visível, expressa o compromisso de fazer a história, a sua história. Eco da afirmação de De Certeau (1995:60), "querer *expresarse* es comprometerse a *hacer la historia*".

É uma situação politicamente nova aquela em que os trabalhadores e as trabalhadoras, rurais e urbanos, conscientes, se firmam como portadores de conhecimento, de um saber que lhes permite posicionarem-se e agirem dentro de situações em que apareciam amedrontados e passivos, tornando-os capazes não apenas de argumentar entre si, às vezes de forma extremamente dura, mas, também, com os intelectuais e as autoridades. Que experiência extraordinária, do ponto de vista do crescimento intelectual e humano, não será para um trabalhador, para uma trabalhadora, chegar a um nível de compreensão argumentativa, de maturidade e de coragem? Esta constatação pode ser feita entre os sem-terra na negociação com o governo do Rio Grande do Sul, entre as mulheres mexicanas que se enfrentavam com os representantes do governo, reivindicando o café da manhã para suas crianças, o melhoramento de seus bairros, os subsídios para a "tortilla". É um poder político que se afirma ao contestar as autoridades e apresentar propostas concretas. Pode ser observado, também, num encontro entre a Regional de Mujeres com técnicos do Governo Mexicano ao tratar dos Projetos das "Tiendas Comunitárias" em que estes propunham um projeto de "acantarillado" (saneamento básico). Uma das dirigentes da Regional contestou-os: "a nosotras no nos interesa el proyecto que ustedes presentan. Queremos el apoyo al proyecto que traemos a ustedes que expresa nuestras necesidades. Hecho desde lo que nosotras sentimos y sabemos" (Regional de Mujeres).

Uma ação política nesses termos vai tecendo a história pessoal e coletiva, além de implicar um projeto de sociedade, de relações de poder. Mesmo que a noção de projeto social seja sempre problemática e provisória, como reconhece Nascimento (1992) sobre o problema da crise no Brasil. No interior da problematidade e provisoriedade do termo, ele propõe uma noção de projeto social

"como uma situação em que atores sociais distintos, em locus institucionais diversos, enfrentando problemas diferentes, adotam soluções não similares, mas que obedecem a uma mesma lógica. Assim, as respostas construídas pelos diversos atores sociais nos inúmeros processos decisórios de variadas instituições somam-se, articulam-se e generalizam-se, assegurando a reprodução social. No fundo, portanto, um 'projeto social' é um conjunto de decisões que se articulam em uma mesma lógica, generalizando-se pelo tecido social, instituindo uma ordem social, garantindo a coesão e a reprodução sociais" (Nascimento, 1992:13).

Nesse sentido, ao afirmar as próprias perspectivas, dirigentes do Movimento dos Sem Terra e da Regional de Mujeres possibilitam a explicitação da diversidade de interesses materiais e simbólicos, coletivos e individuais, presentes em seus contextos, porque obrigam as autoridades a contra-argumentarem visibilizando as suas perspectivas. Aparentemente, poderia

tratar-se apenas de um embate entre discursos, mas de fato revelam interesses e perspectivas políticas distintos. Interesses de acumulação de capital e de bem-estar social. Perspectivas políticas, por vezes, opostas.

Os trabalhadores só vão conseguir dizer a sua palavra na medida em que adquirirem poder por meio da organização. Poder que advém da riqueza ou da capacidade de produzi-la ou da transgressão da ordem prevalecente ou influência política. Uma ação que poderá ir efetivando seus direitos de cidadania política como garantia inclusive da cidadania social e não apenas cívica. Segundo o discurso recorrente dos entrevistados, o poder expressa o ser e o ser se afirma pelo ter (riqueza ou capacidade organizativa). A luta por essa dupla afirmação é a ação política.

A luta pelo "ter para ser", como formula em entrevista para este trabalho, Herrasti, uma intelectual mexicana que atua no meio rural, manifesta-se na conquista do direito de dizer sua palavra, que se transforma no fundamental da ação política. Dizer a palavra expressa a politicidade da ação humana porque afirma seus interesses e sua personalidade, bem como a disposição de luta para conquistar o que foi pronunciado. Na medida em que os seres humanos desejam correr o risco de ser ¹⁹, de existir, na medida em que se advertem de que, para ter a palavra, têm que assegurar a produção e o poder, darão à sua *identidade* a figura histórica de uma *nova identidade cultural, cívica e política*.

Pode-se aproximar essa perspectiva da afirmação de Touraine (1996:34) para quem a democracia "é apenas a teoria das condições políticas da existência de um Sujeito que nunca poderá ser definido por uma relação direta a si mesmo que é ilusória". Reafirma-se na compreensão dos entrevistados e na formulação de Touraine, o caráter instrumental da democracia como defendido por Weffort (1989), referenciado no primeiro capítulo deste estudo, sem no entanto perder sua substantividade. Touraine (1996:34) a avalia como um instrumento a serviço, não "da sociedade ou dos indivíduos, mas dos seres humanos como Sujeitos, isto é, criadores de si mesmos, de sua vida individual e coletiva". Aspecto a ser desenvolvido no sexto e sétimo capítulos deste documento.

¹⁹ Relembra alguns romancistas brasileiros. Por exemplo Guimarães Rosas (1976:22): "Em termos, gostava que morasse aqui, ou perto, era uma ajuda. Aqui não tem convívio de instruir. *Sertão. Saber senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso*" Ou, o poema *Nordeste* de Félix de Athayde: "*ser tão sem/ sem ser tão/ tão sem ser*".

Se os seres humanos não conseguirem assim se afirmar, ser mais que um cidadão enquanto agente de um princípio universal (Touraine, 1996:24), necessariamente se acharão "retomados" ou exilados, reintegrados no sistema e condenados a ser fugitivos, prisioneiros de uma repressão ou alienados por uma regressão (De Certeau, 1995:60). Domesticados que serão pelo discurso competente do poder. Enquanto Sujeitos só se afirmam se se desempenharem como transformadores da sociedade. Dessa forma, emerge a democracia com todo seu vigor, pois "apóia-se no reconhecimento da liberdade individual e coletiva pelas instituições sociais, e a liberdade individual e coletiva não pode existir sem a livre escolha dos governantes pelos governados e sem a capacidade que o maior número possível de pessoas tem para participar da criação e transformação das instituições sociais" (Touraine, 1996:24). Esse envolvimento nos processos eleitorais está, como se evidenciará no item próximo, cada vez mais ocupando os movimentos sociais populares tanto no Brasil quanto no México.

Nessa perspectiva, a metáfora mais presente, no discurso dos movimentos populares do Brasil e México, é a da construção do poder a partir de ações locais, da organização, que permitem a conquista da palavra e a transformação do cotidiano, como está indicado no capítulo anterior. Ganha corpo a metáfora da construção do poder a partir das ações sociais, mesmo que estas não representem a constmção de outro projeto. A negociação, o pacto e a busca de consensos ganham cada vez mais legitimidade.

Os entrevistados desejam embutir na ação econômica e na participação eleitoral uma dimensão política que explicita a diversidade de objetivos e de direções possíveis à ação. Essa dimensão se defronta com os conflitos de interesses e as oposições de projetos sociais entre os próprios movimentos, entre estes e os partidos políticos com programas igualmente diversos que se embatem pela supremacia de suas idéias, que expressam as divergências de interesses sociais e as disputas políticas presentes numa determinada sociedade. A atividade política adquire formas diversas e concretiza as possibilidades e as limitações no manejo dos conflitos sociais que configuram o momento histórico em que vivem. A política expressa, assim, a diversidade de interesses sociais que se manifestam e revelam os desejos das diferentes classes e grupos sociais de transformar a história, em "sua" história. E nisto consiste a essência de uma nova cultura política.

4.2 - Participação eleitoral

Além da luta pela afirmação social dos trabalhadores na conquista da qualidade de vida, é crescente o envolvimento de intelectuais e dirigentes de organizações populares em outros tipos de ação política. Entre estes, os processos eleitorais, nos últimos anos, vêm mobilizando as energias dos movimentos sociais populares, mesmo que ainda, em suas representações sociais sobre esse aspecto da construção democrática, não haja clareza. Percebe-se, no entanto, uma mudança em suas representações na medida em que antes, majoritariamente, não participavam dos processos oficiais de eleições para os cargos da administração pública. Adquire a participação eleitoral maior importância, nos dois países, a partir da ruptura, em 1988, do PRI, no México que, durante seis décadas, havia consolidado um sistema de partido único; e da reconquista das eleições diretas para Presidente da República, no Brasil, em 1989.

Estão os movimentos sociais populares cada vez mais interessados nos processos eleitorais como questões políticas significativas para a construção de uma democracia substantiva. Ainda, o interesse é maior entre os intelectuais que os dirigentes, mesmo que, contraditoriamente, sejam os menos propensos a se envolverem na vida dos partidos políticos. As IAMOPs, no México, estão organizadas na *Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia*, cujo objetivo é vigiar os processos de eleição, monitorá-los para garantir a lisura dos pleitos e o respeito ao voto. Mas é crescente o número de organizações populares que estão se envolvendo com os processos eleitorais. Já organizaram e realizaram, por exemplo, uma grande marcha em defesa do voto e para garantir a posse de autoridades municipais de Tabasco e Veracruz, em 1991. A marcha se denominou **Exodo por la democracia** (Landerrechei, 1992), cortando o país do sul e do norte ao centro. Todos os entrevistados mexicanos, com exceção de uma organização rural independente de Chiapas, preferem enfrentar o risco da participação eleitoral.

Ao contrário do Brasil, no México o voto não é obrigatório. Mas, mesmo com o voto compulsório os percentuais de abstenção são similares entre Brasil e México. De acordo com os estudos de Couffignal (1994), o interesse pela participação política é crescente ainda que reduzido a uma minoria da população. A correlação entre votantes e eleitores inscritos, que sempre indica a abstenção eleitoral, aumenta significativamente "si se relaciona la cantidad de votantes con la cifra (siempre estimativa) de la población mayor en condiciones de votar, y

tomando las elecciones presidenciales recientes (1988 no México e 1989, no Brasil) (en general con gran 'participación'), se obtienen tasas de abstención del orden del 50% (México, Brasil, Argentina, Uruguay)..." (Coffignal, 1994:25).

A média mexicana tradicional de abstenção é de 67% na correlação eleitores inscritos e votantes. Este índice baixou, em 1994, para 26%, ainda que o PRI tenha obtido 51% dos votos válidos (De Sierra,1996:79), tendo passado por 50% nas eleições de 1989 (Gómez-Tagle,1993:209). No Brasil,

"as eleições de 1994 ... revestiram-se de especial significado em função das circunstâncias em que elas ocorreram. Além do problema de governabilidade e de falta de liderança que tem marcado a experiência do governo democrático no Brasil iniciada em 1985, há que se assinalar o clima de descrédito em relação aos políticos que se espalhou junto ao eleitorado em decorrência do *impeachment* de Fernando Collor de Mello e do escândalo de corrupção na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Além disso, a crise econômica persistente há tanto tempo, a despeito de oito planos de estabilização em nove anos de governo democrático, foi outro componente a alimentar o descrédito geral quanto à possibilidade de que a eleição fizesse qualquer diferença para a vida do cidadão comum. A alta taxa de abstenção (17,7% do eleitorado) e a ainda maior proporção de votos nulos e brancos (18,8% dos votantes) em comparação com os índices registrados nas eleições presidenciais de 1989 (11,9 e 6,4% respectivamente) sugerem que uma parcela significativa do eleitorado optou por manifestar sua insatisfação através da recusa a apoiar qualquer um dos candidatos" (Kinzo,1996:101-2).

Além dessas questões, mais no México que no Brasil, o problema da fraude eleitoral é extremamente preocupante. Nenhum dos entrevistados, porém, parece ingênuo frente a esses problemas, mas preferem envolver-se nos processos eleitorais e em sua fiscalização, inclusive como forma de garantia da legitimidade. Entendem que, nesses processos, expressam-se discursos que indicam direcionalidades diferentes para a organização da sociedade.

No México, a participação eleitoral dos movimentos sociais populares é relativamente nova. Com uma única exceção, conforme as entrevistas e observações, encontrou-se uma organização, a Unión de Colonias Populares que, desde sua fundação, na década de 1970, vem participando dos processos eletivos. Todas as outras iniciam sua atuação nessa área a partir de 1988, conforme exemplifica o depoimento de Villanueva, dirigente da Regional de Mujeres,

"A partir de '88 el rechazo de la perspectiva parlamentaria se rompe e inside en todo el movimiento social y popular. En la CONAMUP, en la CNTE (Confederación Nacional de los Trabajadores en Educación), en todas las coordinadoras hay una ruptura clara donde un polo se va al PRD completamente, otros mantienen una alianza con el partido aunque tengan su propia autonomía y queda el otro polo donde está la gente que se va hacia dos proyectos que es el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) y el Partido del Trabajo (PT) y también que quedan los grupos más ultra izquierdistas y ellos son los

revolucionarios porque no creen en las elecciones, todavía siguen manteniendo ese tipo de propuesta".

No México, a fratura do PRI, em 1986, e as eleições presidenciais de 1988 provocaram o debate e o encontro das organizações populares com a questão da democracia eleitoral. A tradição mexicana era o absentéismo, conforme o depoimento de vários dirigentes, confirmado por cientistas sociais, a exemplo de Navarro-Benítez (1992:10):

"Los movimientos populares que en la década de los setenta eran abrumadoramente abstencionistas, evolucionan en los ochenta hacia un papel protagónico en la oleada democrática de 1988. Esto abrió potenciales nuevos a un proceso de transición democrática en el país y permite ensayar nuevos cauces pacíficos para el cambio social. Lejos de ir con el curso de los tiempos, el gobierno intenta inhibir y desarticular a la oposición democrática en cualquier terreno. Ante la dificultad para encontrar aceptación hacia su política se limita a concertar con la oligarquía".

Com a reforma política de 1977, cuja característica principal foi abrir espaços eleitorais a setores de esquerda, criaram-se, no México, expectativas de pluralização que não conseguiram, porém, resultados concretos nem avanços significativos. A estrutura que tem como seu único vértice a presidência não foi alterada por nenhuma das iniciativas de reforma política até agora empreendidas. Na década de 1980, com a profunda crise econômica experimentada no país, a sociedade mexicana começou a ser contestatória. Cresceu lenta, mas sistematicamente, tentando vencer as adversidades e lutando por conseguir os benefícios prometidos pela revolução mexicana.

Quando da criação da CONAMUP ("Coordinadora Nacional del Movimiento Urbano Popular"), no México, o alcance político da iniciativa e sua estratégia eram claros. Sua fundação, formal, dá-se durante o "Segundo Encuentro Nacional de Colonias Populares"²⁰, em abril de 1981, na cidade de Durango, Estado de Durango, com a participação de 60 organizações independentes de 14 estados da República, na presença de 2.000 delegados. Definiu-se a CONAMUP como uma

"coordinadora de organizaciones políticas de masas y de las luchas del sector urbano popular, autónoma e independiente de la burguesía, del Estado, sus aparatos de control, de sus partidos políticos y que lucha por las reivindicaciones económicas, políticas y democráticas del sector, tendiente a la toma del poder

²⁰ O Primeiro realizara-se em maio de 1980, na cidade de Monterrey (Nuevo León), convocado por cerca de vinte organizações urbano-populares do México. Eram experiências que vinham se consolidando ao longo de dez anos. E se somam para aumentar seu protagonismo social.

político en unidad con los otros sectores del pueblo explotado y oprimido de México²¹.

O alcance político da iniciativa e sua estratégia ficam claros, - "tendiente a la toma del poder político en unidad con los otros sectores del pueblo explotado y oprimido de México"-, bem como as táticas: lutas reivindicativas de caráter econômico, político e democrático para o setor urbano. Mas não inclui, em 1981, entre suas táticas, a participação em processos eleitorais. Estes eram ainda rejeitados, mesmo que se desejasse a democracia. Mas tratava-se da democracia que viria com o processo revolucionário e implantação do socialismo. E não de uma democracia que se construísse através das eleições, mesmo que já se valorizasse, como parte de suas táticas, as lutas econômicas, políticas e democráticas. Atualmente, houve uma mudança de estratégia. Majoritariamente, as organizações populares assumem, hoje, a construção da democracia eleitoral como estratégica, e não mais, apenas, taticamente, como foi o posicionamento de muitos grupos de esquerda, mais no Brasil que no México, onde eram absenteeístas.

O processo de participação eleitoral dos movimentos sociais populares tem momentos emblemáticos, nos dois países: a campanha "Diretas Já" (1984), para Presidente, no Brasil, e a campanha da eleição presidencial de 1988, no México. A possibilidade de reconquista do direito de eleger o presidente da República, no Brasil, depois de 20 anos de Colégio Eleitoral, comocionou o país. No México, a fratura do PRI proporcionou a criação da Frente Democrática Nacional, para concorrer às eleições presidenciais, que depois se transformou no PRD (Partido de la Revolución Democrática). Este fato levou os grupos de esquerda e os movimentos sociais populares a reverem suas posições absenteeístas.

O depoimento sobre essa questão de um dirigente da "Unión de Colonias Populares", uma das únicas organizações que tinham posição diferenciada nessa questão, é revelador:

"la UCP desde su nacimiento, en 1979, que participa en procesos electorales, antes de ser asociación civil, participó al lado de los partidos políticos, que en ese momento estaban discutiendo una reforma política de carácter electoral para permitir, por un lado, que los partidos de izquierda fuesen reconocidos, y por otro lado, pudieran participar en todos los procesos electorales legalmente. Hoy, con rarísima excepción, todos los organizaciones están envueltas en procesos electorales. Y nos mantenemos críticas y vigilantes en relación tanto con el proceso como con el resultado de las elecciones".

²¹ re outros textos sobre o movimento urbano popular mexicano e a CONAMUP, podem ser consultados, Alonso (1986), Hernandez (1987), Maldonado Ojeda (1988), Massolo (1992), Navarro Benítez (1990), Nufiez (1990).

Mas, o envolvimento eleitoral dessas organizações, no México, não foi um processo simples. Foram anos de campanha, de discussão, justificando a não participação eleitoral. Como foi explicitado, nas entrevistas, suas lideranças tinham um projeto de transformação social que não passava pelas eleições nem pelo Parlamento. Pensavam num processo revolucionário que instauraria o socialismo no país.

Os dois eventos, no Brasil (1984/5) e no México (1988), redirecionam desses movimentos e estão redesenhando sua dinâmica e suas lutas, pelo envolvimento crescente em processos eleitorais, inclusive com lideranças concorrendo a cargos executivos no nível municipal e para o legislativo nas três esferas da Federação. Vêem os movimentos "el espacio electoral como una posibilidad de crecimiento de la organización. Es más, nos permiten el acceso a espacios públicos en municipios, estados y elegir representantes populares para los órganos legislativos y ejecutivos" (Movimiento Vecino).

Não se trata, no entanto, de uma situação consolidada. Ainda há um debate forte entre dirigentes e entre estes e outros membros das organizações. Em conversas, nas observações participantes, percebeu-se que muitos de seus membros, mesmo com o grande envolvimento nas eleições de 1988, ainda não assimilaram essa perspectiva. Muitos informaram que não estavam

"convencidos de la importancia de los procesos electorales. Fue una coyuntura que el país enfrente e interpretamos que no podríamos estar por fuera. El rompimiento del esquema de dominación política del partido de estado obligó a que diferentes sectores de la sociedad y partidos políticos de oposición buscasen la integración en un frente, para un cambio fundamental de la vida política de este país" (Colectivo de Hombres del Lago del Tigre).

A Unión Popular Revolucionária Emiliano Zapata (UPREZ) entende que 1988, segundo uma de suas dirigentes,

"es el parteaguas de un proceso político muy interesante en el país, todas las organizaciones de CONAMUP empezaron a confrontarse al proponer algunas organizaciones que había que participar electoralmente porque somos una fuerza importante en el movimiento. La CONAMUP dijo: 'No, porque esto significa corporativizar a las organizaciones sociales'. Del debate, se decidió en CONAMUP que las organizaciones que quisieran participar electoralmente lo hicieran a título individual y no como CONAMUP".

Para se posicionar frente à questão, a UPREZ convocou um Congresso. Das vinte e duas organizações que a compõem,

"la mayoría decidió participar electoralmente a través de una alianza con el PRD. La minoría dijo que no, que era un retroceso, que tantos años habíamos practicado el no a las elecciones y ahora cómo llegamos a las colonias y le decimos a la

gente, que ya habíamos cambiado. Se saca un acuerdo de mayoría, aunque se respecta a las organizaciones que no participan electoralmente"²²

Por outro lado, as fraudes eleitorais mexicanas servem de argumento empírico para confirmar a idéia da inutilidade do voto que alguns ainda têm, além de dificultarem o convencimento da importância da participação eleitoral. Pois, como informa cientistas sociais,

"cada elección competida termina irremediabilmente en un litigio que le resta legitimidad a los discursos democratizadores del gobierno. (...). En contra de una racionalidad que podría pavimentar las diferencias políticas y saldar las cuentas del pasado inmediato para transitar a la democracia, el gobierno salinista²³ alienta las nuevas tácticas priístas de acarreo masivo de votantes y tapiza de dinero a los estados donde la oposición puede ganar" (Aziz Nassif, 1992:6).

Esses litígios se deram no interior de um governo que assumiu a presidência garantindo o acesso do México à modernidade, cujas faces visíveis seriam a democratização do sistema político e o crescimento econômico. Isso não se realizou com Salinas, nem está acontecendo com seu sucessor. As aparentes conquistas do crescimento econômico obtidas no sexênio salinista foram desmentidas pela queda da moeda em 1994. E as promessas da democracia eleitoral, pelas fraudes de 1991 e 1992 (Gómez-Tagle, 1993; Convergencia, 1992, Moncayo, 1995).

No interior dessa cadeia de autoritarismos, que busca se aperfeiçoar, não se quer dizer que o México não tenha experimentado processos democratizadores. Experimentou, sim, mas arrancado pelos movimentos sociais populares. Ainda que não tenham conseguido se firmar e predominar, muitas têm sido as mudanças na cultura política dos mexicanos.

Na avaliação dos dirigentes entrevistados, atualmente, cerca de 80% das direções dos movimentos populares mexicanos são ativos nos processos eleitorais, apoiando candidatos e, inclusive, com candidaturas próprias. Identificam-se três grandes referências eleitorais no nível nacional. Uma, conformando um bloco de agrupamentos, define-se como vertente que sustenta teses de caráter socialista, mais radicais. Outra, constituindo outro bloco de agrupamentos, identifica-se com o cardenismo, particularmente com o PRD. A terceira, compondo um bloco

²² Conforme a mesma depoente, a UPREZ foi uma das poucas organizações que não se dividiu. A questão eleitoral "dividió al movimiento, a dirigentes". Não souberam, como a UPREZ, acatar "la decisión mayoritaria y sumar a los que no querían participar. Esto provocó que muchas organizaciones se dividieran o desaparecieran. Nosotros sacamos un acuerdo, en el sentido de que nos seguiríamos como organización y estábamos en una alianza táctica con el PRD, sin embargo no estábamos de acuerdo que la UPREZ era miembro del PRD, no estábamos nos filiando. Aunque el PRD sea un partido de centro izquierda, exigimos que se respeten la autonomía de la organización social. Y la UPREZ presentó candidatos en aquellos distritos donde tenemos una fuerza real".

²³ Essa prática continua sob o comando da Presidência de Ernesto Zedillo, ex-ministro da educação

de setores do movimento em que há uma forte presença das Comunidades Eclesiais de Base. é próxima à vertente cardenista, mas conservando sua autonomia.

No Brasil, onde as campanhas do voto nulo nunca chegaram a ter expressão muito significativa, a não ser em 1970, havia uma séria desconfiança em relação aos governos. Mas, a partir de 1985, com a volta às eleições diretas para prefeitos de capitais e o surgimento de governos municipais ocupados por militantes das lutas contra a ditadura militar, muitos intelectuais e alguns dirigentes de movimentos populares têm participado da máquina burocrática nas administrações, sobretudo, municipais e estaduais.

Por um lado, começa a ser superada aquela postura maniqueísta que prevaleceu, na época do regime militar, de que no governo está todo o mal, a repressão, o controle conservador e, com exclusividade, os mecanismos de dominação da maioria. Mesmo que ainda funcionem os organismos governamentais, majoritariamente, como "quartel general" da classe expropriadora. Também se inicia a superação da idéia de que no pólo dos movimentos populares está a sede da libertação, da afirmação de identidades e do controle inovador da existência dos grupos neles mobilizados, e mesmo do conjunto da sociedade. Mas, não se perdeu a perspectiva de que é uma ação imprescindível, pois se afirma que, sem o aumento dos movimentos e ampliação de suas atividades, "nada de democracia, nada de transformação social", como pensa Lória, intelectual mexicana, em seu depoimento para esta pesquisa.

Por outro lado, não há grandes ilusões quanto à atuação dos governos, mesmo que tenham sido eleitos pelos partidos mais comprometidos com os movimentos sociais populares. Uma dirigente do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, mesmo sendo do PT, manifesta-se muito reticente em relação à administração municipal, que ela avalia como negativa para a atuação do movimento. Assim, revela suas inquietações:

"A minha preocupação com o movimento popular é muito grande. Antes do PT estar no governo, tínhamos uma atuação muito boa como movimento na questão dos transportes, da saúde, da mulher. Uma atuação muito boa. O PT entrou no governo, muitas pessoas foram para a administração. E o movimento foi cerceado. As pessoas que estão no governo, quando eram da oposição, foram muito combativas. Hoje não questionam mais. Houve uma mudança de atitude. Não é porque o PT está no governo que de repente tudo está bom. Tudo está sendo feito corretamente. Para umas coisas temos que bater palmas. Para outras, temos que meter o pau. Só assim a gente constrói. Mas este não é um problema apenas de Santos. Em outras cidades, a situação é a mesma".

Esse depoimento recoloca uma questão complexa tanto na literatura quanto na prática política, que são as relações entre movimentos, partidos e governo, na sua imbricação com o problema da representação política, a ser examinado no próximo segmento.

Não é, pois, a relação entre organizações, partidos e governos uma questão resolvida nem mesmo equacionada por nenhuma das partes. As desconfianças não desapareceram nem mesmo com as eleições de alguns governos que vêm dos movimentos sociais. Não há uma representação social construída de maneira mais elaborada. Existe apenas a certeza da importância dessa participação e envolvimento para buscar respostas aos interesses das organizações populares e dos trabalhadores.

4.3 - Representação política

Do ponto de vista político, "el problema de la democracia significa también el problema de la representatividad", na formulação de Monroy, intelectual urbano mexicano, em entrevista para este trabalho. No terreno da representação política, há muitos problemas que a tornam substantiva pela tradição anti-democrática do México e também do Brasil. Afirma o mesmo intelectual que

"en este momento tiene que haber gente que represente a otros, entonces el problema es como se representa esa gente, como se elige los representantes. Creo que ahí está el grave problema que tiene que resolverse (...) se podría tener mayor representatividad y por tanto mayor democracia (...) el problema de la representatividad, quién es el que puede ir para decidir sobre tantas gentes, qué cualidades debe tener, como debe ser escogido. Pienso que el gran problema es la toma de decisiones y su socialización, creo que es fundamental y por ello yo relevaria el problema de la representatividad" (Monroy).

Nesse trecho da entrevista se revela uma relação entre representatividade e democracia, ao tempo em que se indicam os problemas das relações entre representados e representantes, da capacidade de os representantes tomarem as decisões pelos representados, como, por exemplo, socializar as decisões dos representantes. Estes questionamentos, com a aceitação

implícita da necessidade da representação política e de seu aperfeiçoamento para se ter mais democracia, são comuns aos entrevistados, formulados de maneiras distintas.

A dimensão da representatividade própria de um aspecto da ação política não é rejeitada. A democracia representativa, como princípio de legitimidade de um regime, é aceita. Mas não se encontra, nas representações sociais dos entrevistados, clareza sobre o problema da representação política. Talvez por isso, também, não se chegue a visualizar bem o papel dos partidos políticos na consolidação da democracia. Cada expressão do movimento social popular quer se manifestar, quer negociar diretamente com os executivos, quer se expressar. Não se aceita, sem mais, a intermediação de legisladores nem de partidos. Não quer ser representada, nem agir por delegação. Busca-se a ação direta, que é viável em determinados níveis e abrangência. Mas, nem sempre em todos os casos. A questão, portanto, se apresenta como sendo a da articulação entre a ação direta e a representação política, que remete à questão partidária e que já se colocou na relação entre movimentos e governos.

Para muitos dos intelectuais e dirigentes entrevistados, as divergências ideológico-políticas, entre outros fatores, foram responsáveis pela dispersão do movimento popular. É um sentimento muito presente tanto no Brasil quanto no México. O comportamento dos partidos, mesmo dos ainda identificados como progressistas, não tem ajudado muito na mudança das representações sociais sobre a ação política, nem na construção de uma nova concepção da representação política. Outra compreensão da representação política está sendo construída, a partir das próprias ações das organizações populares.

No caso do México, a ação do EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional) tem conseguido uma ampla audiência nacional e internacional e obrigado o governo a ceder em alguns aspectos na mesa de negociação. E tem o EZLN nomeado destacadas figuras de intelectuais e políticos para assessorar, nas diferentes Comissões que estão sendo formadas, a elaboração de propostas de alterações nas políticas governamentais e de uma reforma política que já vinha sendo discutida sem grandes avanços desde 1988. O EZLN tem-se revelado um movimento armado apenas taticamente. Do ponto de vista estratégico reivindica "elecciones limpias, democracia, justicia y trabajo". E afirma que existe apenas para lutar por isso e seu comportamento o está comprovando. Em um Comunicado de 06 de janeiro de 1994, reitera a vigência de suas demandas políticas e econômicas, assim como seu desejo de, em torno delas, "unir a todo el pueblo de México y a sus organizaciones independientes para que, a través de

todas las formas de lucha, se genere un movimiento nacional revolucionario en donde tengan cabida todas las formas de organización social que se planteen, con honestidad y patriotismo, el mejoramiento de nuestro México" (EZLN, 1994:3).

Essas mesmas perspectivas foram reiteradas mais uma vez na "Cuarta Declaración de la Selva Lacandona", de 1º de janeiro de 1996. Nesta se faz um chamado a todos os mexicanos para se integrem numa Frente, El Frente Zapatista de Liberación Nacional. Para isto, hasta que estejam "de acuerdo en luchar por teto, tierra, trabajo, pan, salud, educación, información, cultura, independencia, democracia, justicia, libertad y paz". Propõe a conformação de uma força política, não partidária, que assuma como programa de luta os

"13 puntos, los de la Primera Declaración de la Selva Lacandona enriquecidos a lo largo de dos años de insurgencia. Una fuerza política que luche contra el sistema de partido de Estado. Una fuerza política que luche por la democracia en todo y no solo en o electoral. Una fuerza política que luche por un nuevo constituyente y una nueva constitución. Una fuerza política que luche porque en todas partes haya justicia, libertad y democracia. Una fuerza política que no luche por la toma del Poder político sino por la democracia de que el que mande, mande obedeciendo" (EZLN 1996:12).

Essa passagem, além da rejeição do "partido de Estado", referência ao PRI, manifesta uma certa desconfiança do poder ao afirmar que a força política que deve ser a "Frente Zapatista de Liberación Nacional" precisa lutar "por la democracia de que el que mande, mande obedeciendo". Propõe, pois, renovação do poder político. E, mais, não propõe um partido, mas uma Frente.

Esse sentimento negativo em relação ao partido, à atuação partidária, à capacidade de representação dos partidos está muito presente entre intelectuais e dirigentes entrevistados. De modo especial, entre intelectuais provenientes de experiências de partidos de esquerda, de militância partidária. Ainda que tenham se envolvido nos eventos eleitorais para presidência da República, no México, em 1988.

No Brasil, de forma mais atenuada, encontram-se, no entanto, atitudes políticas similares no âmbito dos movimentos sociais populares. Observe-se que, com exceção de três no Brasil e dois no México, nenhum dos intelectuais entrevistados está disposto a ter "carteirinha de filiado" de partido. Entre os dirigentes, esse número aumenta para cinco, no Brasil, e oito, no México. Ou seja, a desconfiança em relação aos partidos parece ser maior entre os entrevistados provenientes da extração universitária do que da popular, como se

afirmou anteriormente. É como se a maior aproximação anterior correspondesse à maior desconfiança depois.

É preocupante esta posição sobre o papel do partido político na construção da democracia. Todos os entrevistados identificam sua atuação como política e até pensam que, historicamente, têm uma contribuição decisiva na construção de uma cultura política democrática, e não negam a importância teórica dos partidos para os processos políticos, mas não identificam como os partidos podem participar na conformação de outra cultura política. Seus antecedentes não o credenciam para tanto e a mentalidade da maioria da população em relação à ação partidária não ajuda. Pensam que os partidos são necessários, desempenham-se como seus interlocutores, mas não querem e não têm, majoritariamente, um envolvimento direto, um compromisso com suas propostas, com raríssimas exceções.

Vislumbra-se uma perspectiva que pode ir ajudando a mudar essa atitude, entre os entrevistados, a partir da participação parlamentar e mesmo no executivo de certos dirigentes e/ou intelectuais, como no caso de alguns municípios e estados brasileiros e mexicanos, ainda que não lhes escapem os riscos dessa participação. Há um grande desgaste dos políticos, mas alguns intelectuais e dirigentes que se tornaram lideranças políticas realizam um esforço enorme para não ver, apenas, o partido e o cargo, mas o interesse dos setores que representam politicamente e mesmo do conjunto da sociedade. Um primeiro problema é a combinação dos interesses específicos de alguns setores com os interesses do conjunto da população. A candidatura é por um partido, mas o governo é para a população. Nesse conflito, a cultura corporativista joga papel complicador. Entre outros fatores, contribui para a complexificação do manejo da máquina administrativa.

E, portanto, a perspectiva de assumir cargos na administração local ou estadual e mesmo nacional, e/ou no legislativo, muito conflitiva. Ainda não há, também, clareza, nem prática nem teórica, sobre esta participação. Mas se percebe a importância das mudanças que têm provocado, como "as atitudes menos impositivas e a convocação ao envolvimento nos processos decisórios, como orçamento participativo, a multiplicação de Conselhos" (Coletivo da Mulheres Negra da Baixada Santista).

As "queixas" de dirigentes, tanto no Brasil quanto no México, como no caso acima citado em relação à administração petista de Santos, vinculam-se à mudança de caráter na atuação de alguns que se envolveram na administração. São avaliados como se tivessem se

tomado "menos revolucionários". Talvez se pudesse vincular a questão da atuação partidária e do partido na administração e suas relações com os movimentos sociais populares, além do jogo de interesses e identidades, ao problema da polarização entre tendências opostas na compreensão do papel dos partidos políticos. De um lado, a tendência de Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* e, sobretudo, Lenine em o *Estado e a Revolução*, de atribuir um papel de transformação radical aos partidos. De outro, a de Macpherson (1978), de percebê-los como neutralizadores de conflitos e garantia da preservação do sistema sócio-econômico.

Apresenta-se, além da atribuição de papéis opostos ou divergentes, também um problema de identidades diferentes. Um movimento social, como já dito no primeiro capítulo deste trabalho, não é um partido. E este não é um governo. Talvez a análise de seus papéis específicos, que se complexificaram pelas conjunturas, possa ajudar a um certo equacionamento, pois parecem ser próprias do jogo político as defasagens de identidades. Isto possibilita apenas equacionamentos cognitivos e práticos provisórios. E no jogo entre identidades talvez seja inevitável desencontros entre o instrumental ou estratégico (os interesses) e o expressivo ou simbólico (as identidades), como destaca Reis (1988:305) De qualquer maneira, a questão da atuação partidária, como de resto a do governo e também dos próprios movimentos sociais populares, em relação à mudança ou manutenção das condições e situação das desigualdades sócio-econômicas e da participação política deve continuar objeto de análise acurada pela complexidade que representa.

Descobre-se a persistência de certas formas tradicionais de fazer política e a insegurança ou mesmo a pouca clareza sobre as novas formas de fazer, bem como suas dificuldades, sobretudo em relação à questão partidária, da representação política e da ação administrativa, como foi observado durante o trabalho de campo, nas administrações municipais do PT, no Brasil, e do PRD, no México. Onde houve clientelas, persistem as corrupções numa alimentação recíproca e a atitude patrimonial no ambiente eleitoral, que são favores que se trocam por votos. Persistem ainda soluções paternalistas incompatíveis com os valores democráticos, em razão das quais a figura do caudilho, com roupagem moderna, mantém sua conduta e seus valores. Por outro lado, os processos democratizadores, como orçamento participativo, Conselhos Municipais, Escolares, entre outros, e as competições eleitorais mais ou menos amplas põem novos e importantes problemas no seio da atual estrutura social, agora mais heterogênea que no passado (Nascimento, 1994a e 1994b).

A classe social, cujo capital se concentrou com a crise e cujas normas culturais são cada vez mais internacionais, certamente não tem interesse em permitir atender novas exigências de participação popular, sobretudo se esta questiona a permanência das vantagens econômicas. As "classes médias ocuparam espaço na época do auge do crescimento econômico, tiraram vantagens dos sistemas políticos democráticos, obtiveram títulos acadêmicos. São intelectuais oriundos desses setores intermédios que hoje difundem os valores democráticos. A democracia eleitoral não poderia sobreviver sem algum grau de aceitação dos diversos grupos intermédios. Os operários urbanos, que foram tão duramente afetados pela crise econômica, constituem igualmente uma base importante de estabilidade institucional, sem a qual a democracia eleitoral não pode funcionar. Na experiência latino-americana, a democracia política funcionou quando as organizações operárias lhe deram respaldo por meio de pactos sociais com as grandes centrais sindicais e, às vezes, através das representações partidárias.

Os trabalhadores do setor informal, as massas urbanas desempregadas, o lumpem-proletariado e/ou o campesinato empobrecido com a crise e a modernização da agricultura, todos formam uma massa decisiva dos atuais processos eleitorais. O grande problema da democracia é garantir o interesse desses grupos sociais, que estão sendo expulsos do mercado (Nascimento, 1993), o que os leva a perder interesse pelos processos eleitorais, também por falta de compreensão, por ausência de documentação e por ação dos direitistas. Depois de terem sido incluídos ao longo do século, encontram-se agora em vias de exclusão.

Os meios de comunicação, nesse processo, desempenham um papel importante na construção de uma imagem positiva do processo eleitoral. Mas, por si sós, não resolvem os problemas. É fundamental o funcionamento das instituições da democracia: o funcionamento dos poderes constitucionais. Pois a existência política da cidadania como fenômeno histórico requer um Estado de direito, isto é, uma legalidade positiva e vigente. Requer um espaço público para a ação coletiva, pois não se busca o cidadão particular, mas, sim, a cidadania como possibilidade de organização. Requer condições materiais suficientes que incluam informação e cultura para o exercício dos direitos públicos. Exige, enfim, o que negaram as ditaduras e autoritarismos: o respeito aos direitos humanos.

A democracia política, na América Latina, começa por somar a uma condição legal pré-existente (constitucional) uma forma de legitimidade popular (consensual). Pode avançar e

logo satisfazer a segunda condição, admitindo o jogo competitivo dos partidos políticos. Não poderá ter crédito se não se propõe avançar no terceiro dos requisitos: as bases materiais para o exercício dos direitos cívicos.

Na medida em que a democratização se torna mais consistente, fica clara a inadequação dos sistemas representativos estabelecidos. Há uma rebeldia em relação às instituições que querem substituir os movimentos, falar em seu nome, alienar sua vontade. Exigem-se novos canais de expressão das organizações, assim como a democratização de esquemas de negociação e de tomada de decisões, de tal forma que elas se expressem e atuem diretamente. Não desejam ser eternamente as representadas.

Pode-se destacar, como exemplos importantes dessa posição, no México, a *Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia*, *La Convención Nacional de Mujeres por la Democracia* e *La Alianza Cívica*, *La Frente Zapatista de Liberación Nacional*; e no Brasil, o *Forum das ONGs Ambientalistas* e a própria *Associação Nacional de ONGs*, bem como a Central dos Movimentos Populares. Poder-se-ia agregar no nível latino-americano a Rede de IAMPOs, que se definem como de Educação Popular: *Consejo de Educación de Adultos de América Latina* (CEAAL), além das organizações de base que atuam nos níveis locais, municipais, estaduais.

Na medida em que outras formas de representação política passam a ter capacidade de intervenção e a ser interlocutor de fato dos partidos e dos parlamentos, os governos poderão se democratizar mais, e a democracia, como regime e sistema, se consolidar. E a representação política reduzirá seu papel de dominação e avançará na direção de mais democracia.

A democracia é vista, na ótica de suas relações com a política, pelo conjunto dos participantes da pesquisa, como processos democratizadores, sociedades em processos mais ou menos amplos de democratização, descentralização e desconcentração do poder. Não se pensa nem se aceita a democracia apenas como a rotatividade de autoridades e a realização regular de eleições para a ocupação de cargos executivos e o preenchimento de vagas nos parlamentos. Estas dimensões estão incluídas, mas não esgotam a utopia democrática dos movimentos sociais. Neste sentido, ficam bem distintas as esferas da ação da sociedade, do partido e do governo que, segundo Touraine (1996:67), é a condição central da construção da democracia. Esta só existe se as lógicas da ação da sociedade e do governo, que são distintas ainda que inter-relacionadas, mas também muitas vezes opostas e sempre difíceis, tiverem para

administrá-las um sistema político autônomo em relação ao Estado e à Sociedade. A complexidade dessas relações, segundo Touraine (1996:67)

"lembra que a democracia não é um modo de existência da sociedade inteira, mas da sociedade política e que, ao mesmo tempo, o caráter democrático da sociedade política depende de suas relações com a sociedade civil e com o Estado. Relações de dupla dependência, o que se opõe à concepção hegemônica do sistema político defendida pelos partidários do contrato social; mas também relações de autonomia que dão às instituições políticas um papel que supera de longe o de um honesto corretor e que o transforma no elemento central de integração da sociedade e manutenção da ordem pública".

Nessas inter-relações, emerge como fundamental a idéia de que a ação política, a modo de síntese deste capítulo, na representação dos entrevistados, é uma luta organizada pela construção da riqueza e do poder para os segmentos da classe trabalhadora das sociedades brasileiras e mexicanas. Noutros termos, uma luta que lhes garanta a qualidade de vida com liberdade e criatividade. Identificam na possibilidade desta luta, pelo menos, três tipos de ação política que podem contribuir para alcançar essa finalidade: as atividades das organizações populares em níveis e naturezas os mais diversificados, a sua participação nos processos eleitorais com o acesso de intelectuais e/ou dirigentes aos cargos eletivos, tanto legislativos quanto executivos, e o seu envolvimento na gestão pública numa interface mais intensa entre governos e movimentos sociais. Mesmo que não haja unanimidade quanto a essas questões, há consenso sobre uma postura ativa e organizada dos segmentos populares intervindo e construindo o espaço público.

Nessa perspectiva, a democracia é assumida como um regime político que possibilita a intervenção organizada dos diferentes setores sociais para permitir maior participação dos trabalhadores na riqueza e no poder. Enfim, a relação da democracia com a política implica a construção de um espaço público de iguais e a redução das desigualdades sociais que impeça o desenvolvimento da exclusão social.

Esses tipos de ação devem estar articulados com a construção da democracia interna nos movimentos sociais populares a ser examinada no próximo capítulo.

QUINTO CAPÍTULO

DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

Trata-se de identificar, neste capítulo, como está se processando a construção democrática no interior dos movimentos populares: a democracia como princípio de organização interna e dinâmica da vida organizacional. Na perspectiva da construção do poder, a democratização é compreendida como um processo a ser vivenciado nos níveis locais, regionais e nacionais, assim, nos níveis micro e macro, e também nos âmbitos interpessoais, grupais e institucionais, não apenas no público, mas no privado. Dessa forma, a dinâmica e o funcionamento das organizações populares se transformam num verdadeiro laboratório da construção democrática. Examina-se a questão da democracia interna em dois aspectos que se revelaram paradigmáticos: as relações entre intelectuais e dirigentes e a articulação entre as organizações populares.

Ganha relevo, entre os entrevistados, a construção de uma cultura democrática no interior das suas organizações e nas relações com os organismos sociais e políticos com os quais se defrontam em suas lutas, incluindo as agências e os governos locais, estaduais e federal. Essa cultura é entendida como um instrumento de luta, uma forma de construção social e meio de conformação da identidade das pessoas. Em intensidades, alcances e formulações tendentes à precisão visualiza-se essa compreensão em todos os entrevistados. Em geral, como o faz um dirigente mexicano, afirmam a importância da "democratización de las organizaciones de vecinos, de la participación de la población en todos los niveles de su cotidiano, en la familia, en las relaciones de la pareja, en las asambleas de padres en las escuelas. También en todo relativo al entorno urbano y rural para mejorar las condiciones de vida, la calidad de vida" (Unión de Colonias Populares).

5.1 - Relações entre intelectuais e dirigentes

No primeiro aspecto a ser examinado na questão da democracia interna dos movimentos sociais populares, revela-se significativo analisar as relações entre intelectuais e populares que se dão na sua origem e consolidação, já com os populares se desempenhando como dirigentes. Os impasses e superações nessas relações tornam-se paradigmáticas das relações democráticas. Pensa-se que, se são construídas relações democráticas em suas organizações, estas terão repercussões no conjunto da sociedade.

No início da construção desses movimentos, pela falta de experiência da maioria dos participantes em processos decisórios e ações coletivas organizadas, pelos anos de autoritarismo e mesmo de repressão, a relação entre intelectuais e trabalhadores é quase que conduzida pelos intelectuais.

Se se toma, como exemplar, o processo de constituição da organização Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), do Rio Grande do Sul, no Brasil, percebe-se que houve, nos seus primórdios, um certo controle da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ao tempo em que se dava esse controle, havia a preocupação dos intelectuais de que os camponeses fossem assumindo a direção do Movimento. Percepção presente, por exemplo, no depoimento de Davi Stival, intelectual do MST, confirmado pelos atuais dirigentes entrevistados. Para ele, a metodologia que os intelectuais da CPT utilizaram se diferenciava

"de todas as experiências anteriores. As experiências do pré-64, como a das Ligas Camponesas, por exemplo, eram movimentos mais de cacique que de índio. O processo de 1964 mostrou isso. O golpe veio e nada aconteceu porque não havia sustentação nenhuma. Os que começaram a levantar essa problemática da terra, no final dos 1970, tinham aprendido essa lição. Buscavam uma relação diferente. Sabiam que tem de se dar um processo educativo na gestão do movimento. E depois, na sua gestão. Sabiam que os trabalhadores teriam que, no caminhar, assumir a sua autonomia. Eles têm que ser sujeitos do processo. No momento que isso acontece um tipo de assessor se retrai para que os trabalhadores se transformem em seus próprios dirigentes e outro, não compreende, fica ofendido" (Stival).

A convivência entre os sujeitos dos movimentos populares, mesmo que sustentados por um ideal de transformação de suas sociedades, no sentido da democracia, mas, com origens e

histórias tão diferentes, pode facilmente configurar-se como autoritária. E, por conta disso, não têm sido tranqüilas as relações interpessoais. Em geral, nos movimentos sociais populares não há relações harmoniosas.

Segundo Fals-Borda (1991), as tensões entre intelectuais e populares têm resultado, entre outras razões, das diferentes conformações e racionalidades de classe, de diferentes níveis de escolaridade, de perspectivas de vida e posturas ideológicas distintas.

Atualmente, as instituições de assessoria e as organizações populares, parceiras da pesquisa, vivem uma transformação nessas relações e as reconstroem num nível de cooperação mais horizontal. Estão as IAMOPs se conformando num verdadeiro movimento social de "classe média". Desde que continuem se vendo como pólos inseparáveis das organizações populares no processo de democratização, de inovação cultural e de produção de saberes, é uma perspectiva politicamente interessante.

Estão as IAMOPs, na América Latina, aparentemente, procurando criar redes para unificar trabalhos, recursos humanos e financeiros, e adequar sua forma de vinculação com os movimentos populares e buscando organizar, juntos, projetos para a capacitação dos membros dos movimentos que entram nas administrações municipais, na elaboração, apoio e monitoramento das políticas sociais, iniciativas de caráter legislativo, questões técnico-ambientais, entre outros.

Depoimentos de vários dirigentes dos movimentos populares identificam a importância de sua relação com as IAMOPs, valorizando sua contribuição. E identificam, estes dirigentes, as causas das dificuldades em suas relações, na falta de clareza dos papéis específicos e, sobretudo, na luta pelo poder, no interior dos movimentos.

Afirma um dirigente urbano da organização do Movimiento Vecino a importância desse tipo de apoio a todas as organizações populares, não apenas às grandes e de ampla transcendência. Insiste na necessidade de uma aproximação maior entre intelectuais e dirigentes, mas também com os trabalhadores que ainda não se fizeram dirigentes.

"En ese sentido creemos que el apoyo que nos brindan los companeros de las ONGs es inclusive sin ninguna reserva. Proyectos de autogestión, de gestión, de trabajos comunitarios, talleres, pensar un nuevo modelo de vivienda, relacionamos con organizaciones sociales de América Latina. Los companeros apoyan totalmente nuestros programas, nuestros proyectos como organizaciones sociales. Pero yo creo que hace falta ese estrechamiento, no solo con las expresiones fuertes o más importantes del movimiento urbano popular. Yo creo que debe abrir ese espacio, ese marco de referencia para todas las demás, sean pequeñas, sean lo que sean".

Um dirigente rural brasileiro avalia de forma objetiva a importância dessa relação. Pensa que ajuda aos participantes das organizações e aos próprios dirigentes a avançar na

"vinculação da prática com a teoria que é um negócio complicado. Quem já trabalhou mais isso e acredita na nossa ação, tem a obrigação de nos ajudar. Tem que apoiar o trabalhador para que ele evolua no conhecimento. O assessor já domina certos conhecimentos que o trabalhador ainda não tem. O conhecimento é uma coisa que tu não podes ficar com ele só para ti. Tem que passar para os outros. Então, o assessor tem uma tarefa importante, fértil: semear esse conhecimento. Mas tem que ter jeito de trabalhar com o camponês. Só a teoria não vai. Tem que levar de uma forma bem adequada. Há uma grande necessidade de ligação da teoria com a prática e da prática com a teoria. Só o intelectual não vai fazer mudança. Ninguém faz mudança sozinho. Os trabalhadores têm que ir mudando sua cultura, aumentando seu entendimento, aprendendo" (MST).

Como já se indicou, trata-se de uma relação tensa. Uma dirigente da Regional de Mujeres identifica ainda, no que coincide com um intelectual brasileiro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, outras razões para as divergências, especialmente, na cosmovisão dos intelectuais e populares, bem como na disputa de poder ou prestígio junto às organizações. Essas cosmovisões, sendo distintas, produzem dinâmicas diferentes. Nessas dinâmicas e visões divergentes jogam papel importante as perspectivas ideológicas e as lógicas argumentativas. Mas, o decisivo das discordâncias encontra-se na experiência de socialização e ressocialização de cada um.

Intelectuais e dirigentes entrevistados, em geral, com diferenças de intensidade e formulação, começam a se encarar como participantes de uma mesma luta, ainda que com desconfiças mútuas. Tem início, entre eles, uma discussão e compreensão das dinâmicas e visões diferentes de que são portadores, formulando perspectivas históricas semelhantes.

Não se encontram, ao longo do trabalho de campo e analítico, argumentos para comprovar a hipótese de Petras e Morley (1992:145) de que os intelectuais já não têm papel importante como protagonistas na política dos segmentos da classe trabalhadora, na América Latina. O que de fato se deu foi, na mudança de conjuntura da primeira metade da década de noventa, uma ressignificação do papel desses intelectuais, pelo amadurecimento dos diligentes populares e mudanças conjunturais nos dois países, como as mudanças eleitorais, a intervenção nos processos administrativos, em que partidos mais comprometidos com os movimentos assumem o governo e as próprias dificuldades de sobrevivência para grande parte da população.

Muitos dirigentes, nesses anos, realizaram inclusive sua formação escolar universitária ou de ensino médio e/ou técnico, adquirindo maiores possibilidades de desenvolvimento intelectual, capacidade decisória e de direção. Enfim, com a experiência e a escolaridade ganharam mais auto-estima e confiança. Foram encontrados, na Regional de Mujeres, na FEMEB, no MST, no Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, dirigentes que, hoje, são médicos, enfermeiros, jornalistas, licenciados em letras. Mais no Brasil que no México.

Redesenham-se as formas das relações entre as organizações populares e as IAMOPs, bem como com os dirigentes emergentes e consolidados dos movimentos. Continua, no entanto, vigente o papel significativo e a necessidade de aumentar o número de profissionais universitários no "meio do povo", reconhecida explicitamente por dirigentes do movimiento vecino e Unión de Colonias Populares, no México, e no Brasil, do Movimento dos Sem Terra.

É paradigmática dos momentos das relações entre intelectuais e diligentes populares, no Brasil, a história da organização MST e, no México, da Coordinadora Regional de Mujeres del Valle de México.

Constroem-se, a partir das entrevistas com Sérgio Górgen e Davi Stival, intelectuais do MST, já citados neste trabalho, assim como das observações e entrevistas da Direção do Rio Grande do Sul do MST, do Brasil, e, secundariamente, da Regional de Mujeres, do México, as formas como vão-se dando as relações entre intelectuais e populares. Nessa formulação elas adquirem três aspectos: direção, conflito, cooperação. Esses momentos não são estanques nem sucessivos, também não se superam, linearmente, nem de um único golpe, para sempre. São recorrentes e, por vezes, simultâneos. Mas perfeitamente identificáveis e, provavelmente, presentes em outras organizações, embora sem a mesma nitidez.

Momento pré-organizativo: direção dos intelectuais

É possível configurar um primeiro momento das relações entre intelectuais e populares, no qual ainda não se pode falar de movimento nem mesmo de organização. É mais uma atuação de intelectuais que se imiscuíram no "meio do povo" pelas razões as mais diversas.

Nesse momento, os protagonistas são os intelectuais. Eles tomam as iniciativas, definem pautas, elaboram os objetivos e as linhas estratégicas da ação coletiva. A partir dessa

atuação, vai surgindo o que se poderia denominar um embrião organizativo ou um núcleo de futuro movimento.

Esse núcleo de pessoas (intelectuais e populares) vai-se fortalecendo. Começa a tomar forma o processo político da organização, muitas vezes precedente de um possível movimento ou de integração a um movimento previamente existente, na mesma região ou em outras regiões do país. Até então, há grande participação dos populares congregados pela temática que lhes concerne. Mas, eles não têm a direção, são simples participantes, acompanham as reuniões, opinam, aprovam decisões e executam-nas.

Mas, nesse processo inicial, pouco definido, como parece que vai ser todo o processo, todos aprendem muitas coisas. Muitas idéias circulam. Vão acontecendo transformações individuais de diversas e diferentes dimensões. Às vezes, extraordinárias. Os populares transformam-se, assumem responsabilidades, começam a construir uma certa compreensão comum, entre eles. Vão mudando de condição, tornando-se protagonistas das ações organizadas. Conseguem algumas conquistas, vitórias. Sofrem derrotas. Vão aprendendo e conformando identidades.

Os depoimentos de dois dirigentes do MST, transcritos a seguir, sobre a dinâmica do Movimento, ilustram essas conclusões, além de mostrarem uma visão comum a intelectuais e dirigentes. Afirma um desses dirigentes:

"No princípio, nós éramos dirigidos por, digamos assim, assessores. Estavam por aí, pensavam mais, se preocupavam com a luta do campo. Eles eram parte da Igreja. Na medida que entramos na luta, fomos nos desenvolvendo. Fomos buscando a nossa autonomia, tentando consolidar nossa direção. Tanto nas ocupações como nos outros rolos. Fomos conseguindo nossa maturidade. E depois de muitas broncas, conseguimos nos relacionar com eles, com a igreja, com os partidos. Relacionar-nos com eles e não ser dirigidos por eles. Nós, hoje, pensamos e decidimos o que vamos fazer. Temos autonomia, preservamos nossa autonomia" (MST).

O outro assinala, por exemplo, que:

"A discussão, por exemplo, se vamos fazer uma ocupação, uma caminhada, é feita em conjunto. A ação é definida internamente a partir de uma ampla discussão. Nas bases, com mulheres, jovens, crianças e adultos. O resultado dessa discussão vai à coordenação. Essa por sua vez leva à direção. Nesse aspecto, da luta política, é uma participação geral. E todos assumem responsabilidades. Há uma ampla divisão de tarefas, inclusive como forma de educação. Cada um tem o que fazer. Essa mesma dinâmica é garantida, depois da ocupação, num Acampamento. Quando chega no Assentamento, as coisas se complicam. O objetivo mais imediato que estava no horizonte da maioria foi alcançado. Retoma-se, com maiores dificuldades, os processos de discussão e decisões coletivas. Percebemos que é nesses vai-e-vem que vamos aprendendo, crescendo intelectual e politicamente. E é neles que as divergências, com os assessores, vão emergindo, amadurecendo.

resolvendo ou complicando nossas relações. As divergências se dão tanto no nível das estratégias como das táticas" MST).

As relações, as ações, as discussões, os conflitos e os estudos e aprofundamento, como chamam, conformam um processo pedagógico muito significativo, de amadurecimento intelectual, político e humano criando as condições dos momentos a seguir comentados.

Momento organizativo: conflito, rompimento

O núcleo inicial, constituído num primeiro momento, começa a estruturar o grupo, esboça uma organização, assume a coordenação da dinâmica das atividades. Vai enfrentando os problemas que aparecem. Estabelecem-se relações mais amplas do grupo com outros setores sociais, aumentam as confrontações com os representantes de governos de turno, empresas, igrejas ou partidos. Ampliam-se as alianças e discordâncias. Constitui-se uma organização que se integra, em níveis diversificados, a outras organizações da mesma problemática. Articulam-se. São dados passos importantes na criação de uma consistência organizativa, de compreensão e política. Alguns populares transformam-se em dirigentes.

O início da tomada de direção da organização por um grupo de populares que, por várias razões, destacam-se no trabalho, configura-se como um conflito com os intelectuais. A explosão do conflito não se manifesta de imediato nem se resolve em pouco tempo. Demora muito a solução, mesmo que, em alguns casos, se dê mais rapidamente, sobretudo, quando o movimento vai se instituindo a partir de intelectuais mais experientes ou mesmo de populares que adquiriram experiências em lutas anteriores. Mas, muitas vezes, se são estes sectários, constituem-se em obstáculos e não em facilitadores do processo de crescimento ou de conformação de um movimento.

Pode-se, a partir daí, afirmar que essas pessoas começam a integrar um movimento já constituído. As atividades começam a se transformar em ações coletivas. Até então, aquele segmento social não havia se desempenhado como sujeito social, pois não elaborava o "script". Como afirma Gørgen, "não era ainda escritor do script".

A partir desse momento, continuando com a mesma alegoria, pessoas do segmento social congregado para determinadas atividades começara a colocar algumas frases no "script". E ocorre de se opor aos intelectuais. Se estes têm a competência de compreender e manejar

bem esses conflitos, as soluções vão sendo encontradas, as competições vão sendo superadas e se construindo identidades plurais consistentes. Senão, a divisão, e, muitas vezes, a desagregação, do início do movimento é inevitável. O seguinte depoimento demonstra a lucidez e a maturidade de um intelectual. Elas vão permitir a superação dos conflitos pela sua retirada da cena.

"Eu disse às pessoas e a nós próprios que, naquele momento, tínhamos que abandonar as teorias sociológicas, as categorias de análise das ciências políticas. Para entender o momento que estamos passando, vamos ter que apelar para Freud. Agora é a psicanálise. Pois, nós estamos sendo os pais que não querem aceitar o filho na sua adolescência. O grito de autonomização não nos agrada. Nós estamos querendo mantê-los em baixo de nossas asas. Eu disse para os agentes: nós estamos querendo deixar de fazer Pastoral da Terra para fazermos pastoral da galinha choca: manter os pintinhos em baixo das asas" (Görgen).

Para os que assumiram a direção do MST, naquela ocasião, o mesmo Görgen afirmara:

"o comportamento de vocês em relação à Igreja, aos assessores e à CPT é um comportamento adolescente. O que é da Igreja e da CPT vocês têm uma tendência a negar peremptoriamente, independente de analisar se é correto ou não. Vocês estão querendo se afirmar. Vamos partir do princípio de que isso é absolutamente normal. Eu acho que, agora, vocês têm que quebrar a cara mesmo. Vocês têm que viver a experiência de dirigir o seu movimento".

Nesse caso, depois de cinco, seis anos de trabalho, haviam emergido doze lideranças camponesas. Eram sem-terra que "enfrentaram a barra mais forte, que haviam se capacitado no trabalho concreto", desde a primeira ocupação no Rio Grande do Sul em 1979. Estes chamaram dois dos intelectuais com os quais haviam estabelecido um maior nível de confiança e solicitaram que os deixassem sozinhos na sua luta, no que foram atendidos. Mas os outros agentes não reagiram da mesma forma. Entenderam como um rompimento, uma ingratidão. Foi um período importante na aprendizagem de direção e assessoria de dirigentes e intelectuais. As reações contrárias levaram dirigentes a desconfiar de assessores.

Um anti-intelectualismo se espalhou pelo movimento popular, em quase todos os países da América Latina, muito forte no Brasil e no México, na década de oitenta. Começa a ser superado, mas ainda reaparece com frequência. Ou melhor, é um ciclo, porque, nas suas idas e vindas, o movimento social popular renova seus quadros e direções que, inevitavelmente, passam por momentos semelhantes aos que estão sendo caracterizados. As novas direções experimentam processos similares com os mesmos ou outros assessores e esses com aqueles.

Fato semelhante se deu, no México, com a Regional de Mujeres, organização que surge no interior da CONAMUP (Coordinadora Nacional de! Movimiento Urbano Popular), com mulheres provenientes das Uniões de Moradores e do movimento estudantil de 1968 e intelectuais de IAMOPs feministas voltadas à educação popular. Algumas mulheres, portanto, com ampla experiência organizativa, social e política, diferentemente dos dirigentes do MST que estavam se forjando recentemente na luta. Como afirma um dirigente do MST, "os primeiros dirigentes foram formados diretamente na luta, na foiçada, no pau e no grito. No enfrentamento com a polícia, nos Acampamentos ou nas ocupações. No diálogo com as autoridades governamentais. Na discussão para a desapropriação de terras".

No México, as dirigentes populares entraram em conflito com as intelectuais, pois, na interpretação das primeiras, as intelectuais queriam decidir os rumos do movimento. As dirigentes sentiam a necessidade do apoio metodológico, mas entendiam que as discussões políticas eram de sua competência, da competência das organizações específicas e do próprio movimento. As dirigentes da Regional de Mujeres entendiam que apenas podiam decidir as que realizavam as atividades do dia-a-dia da organização. Assim formula uma delas:

"En ese tiempo quien entraba a la chamba, quien le entraba al trabajo y quien le entraba a todo, era el que tenía derecho a opinar y decidir y los que no unicamente como apoyaban en tal cosa, solo como apoyo pero sin derecho a decidir nada y mucho menos de dividir a la gente. Así pasó, en varias organizaciones, fueron a crear ese tipo de problema".

Não era, para as dirigentes, tarefa das IAMOPs imiscuírem-se no terreno das decisões políticas. Pensavam as dirigentes que fosse possível um "apoio metodológico" fora de uma perspectiva teórica que supõe um projeto histórico, portanto, inserido numa dimensão política. Houve fortes discordâncias e debates acirrados entre elas. Informa uma das dirigentes da Regional de Mujeres sobre os desacordos que se deram na cidade de Durango, local do primeiro encontro de mulheres da CONAMUP:

"Me acuerdo que si se crearon más fricciones, más discusiones de qué onda con el proyecto de mujeres y también como nos quedo claro la etapa por la que pasamos, como de aislarnos, en este caso la Regional, de los grupos de apoyo, como decir déjenos caminar a nosotras para ver qué buscamos y luego cuando tengamos claro platicamos. No solamente por situaciones superfluas o porque nadamás pensamos eso, sino porque en las organizaciones sociales también se fueron dando fricciones".

As IAMOPs foram se afastando e, por um período de cerca de cinco anos, desapareceram das atividades da Regional de Mujeres. Afirma uma dirigente: "En la regional si tronamos (intelectuales y dirigentes) y no es de que fuera algo formal sino más bien nos fue

levando el agua. Ahora estamos juntas en varios espacios". Até o momento do trabalho de campo, 1992/1993, ainda havia muito receio entre ambas, mas um processo de aproximação muito promissor, pelas discussões que foram presenciadas, de verdadeiro confronto de saberes, lógicas e perspectivas políticas diferentes, estava sendo retomado.

São, pois, processos de construção da autonomia, de relações de cooperação entre intelectuais e populares muito semelhantes, tanto no MST como na Regional de Mujeres. Confrontando-os com os outros depoimentos, parece possível generalizar, com intensidades, durações e alcances distintos, para o conjunto das organizações rurais e urbanas parceiras desta pesquisa.

Vencido o processo de autonomização e amadurecimento, a partir das aprendizagens intelectuais e políticas, finalmente os dirigentes assumem seu papel, começam a ser "escritores do script". O conflito se supera. Os dirigentes voltam a procurar os intelectuais, agora, já participantes de uma mesma luta em relações um tanto quanto mais simétricas, mesmo que ainda no interior de várias divergências e diferenças que são úteis e contribuem para a consolidação dessas relações necessárias aos processos de transformação cultural de nossos países.

Momento de consolidação: cooperação

Atualmente, restabelecem-se as colaborações, os debates, as reflexões, ainda que num processo de esclarecimentos sobre o papel das JAMOPs, sobre a delimitação de seu trabalho, construindo um respeito mútuo entre as partes conformadoras dessa totalidade que estamos denominando movimentos populares. Os dirigentes adquirem o sentimento de que se tornaram capazes de se reunir e participar em vários espaços de igual para igual com os intelectuais. E continuam se capacitando, inclusive para manter relações em outros níveis com os companheiros. Afirma uma de suas dirigentes da Regional de Mujeres:

"Ahora decimos, todas tenemos capacidad para reunimos con las ONGs, más o menos ya sabemos qué queremos y no hay ningún problema de que vengan, platiemos, nos echen la mano en algunas cosas, pero eso si teniendo muy claro quiénes somos cada quien. Estamos participando en la Coordinadora de Mujeres Benita Galeana con ONGs, estamos en la cuestión de los encuentros feministas, en Mujeres por la Democracia, donde haya chance de coordinación, de ver qué onda entre las mujeres, ahí estamos. Creo que ya vamos saliendo un poquito y a lo mejor entendiéndolas a ellas pero también sabiendo qué queremos nosotras. Lo que ahorita queremos hacer es echarle las ganas para capacitamos, para crear aquí un

Centro de Mujeres²⁴. Si no tenemos esa capacitación va a ser muy difícil que podamos impulsar, nos vamos a seguir bronqueando con los companeros que saben más en el aspecto de práctica, por ejemplo de saber manejar una computadora o de escribir a máquina muy bien, incluso idiomas, ahí como que si nos atrancamos un poquito".

A capacitação buscada é tanto técnica quanto política, mas as opções dos diligentes não coincidem exatamente com as dos intelectuais. Entretanto é possível e fecunda a convivência dos diferentes na medida em que têm alguns projetos semelhantes e inserem-se na perspectiva histórica. Como afirma um intelectual brasileiro do movimento rural popular, é perfeitamente compreensível o fato de os dirigentes camponeses se tornarem mais qualificados que os próprios intelectuais em suas tarefas e pensarem de forma própria e com conotações específicas, pois

"viveram suas situações bem concretas, no dia-a-dia, que os qualificam muito mais para levar a luta pela terra por eles mesmos. E tirarem conclusões diferentes das dos agentes da Comissão Pastoral da Terra e de outros assessores. Conclusões, para eles, muito claras e diferentes das nossas. E, aos poucos, foram adquirindo coragem de sustentá-las diante de quem quer que seja" (Görgen).

As divergências entre intelectuais e dirigentes que se formam na luta e na reflexão da luta, além das razões já indicadas, podem ainda ser situadas em outros níveis: na própria vivência prática de direção que os dirigentes começam a assumir, nas situações mais diversificadas, e nos processos de negociação com os representantes de governos, empresas e partidos. Dirigem um Acampamento. Coordenam uma marcha. Assumem a presidência de uma cooperativa de produção agropecuária. Explicam seus objetivos e interesses para os mais diferentes auditórios.

5.2 - Perspectivas das relações entre intelectuais e dirigentes

Essas experiências fazem os dirigentes avançar política e intelectualmente e começarem a assumir a condução do próprio movimento, quase sempre se opondo, aos próprios intelectuais que os ajudaram, no seu desenvolvimento, porque estes muitas vezes não querem deixar de ser dirigentes. Conforme o mesmo Górgen, "a dinâmica foi criando uma autonomia

²⁴ Refere-se a um Edifício que ocuparam no centro histórico da Cidade do México, perto do Zócalo, onde funciona a sede da Regional.

nas lideranças que participaram de todo o processo que as levou a chegar a conclusões diversas das nossas. Isso vai criando, pelo menos nas lideranças, uma forma diferente de caminhar. E é justo que assim seja. O Movimento, sempre afirmamos, é deles!"

A assunção do controle do movimento pelas próprias lideranças populares não significa que se estabeleça, de imediato, uma perspectiva mais democrática. É possível que até se instale um processo menos democrático, ou aparentemente menos democrático do que no momento em que a direção era dos intelectuais, pois um pequeno número de pessoas que se tornaram ilustradas dirigem quase que soberanamente, frente a uma certa passividade dos outros participantes. Parece que se dá o mesmo processo que fora vivido com a direção dos intelectuais. Há um perigo efetivo de se instalar lideranças vitalícias, como Fidel Velázquez, da Confederación Mexicana de Trabajadores, vinculada ao PRI (Partido Revolucionário Institucional) que detém o mando da Confederação há mais de 60 anos.

Mas se os intelectuais atuaram pedagogicamente, os dirigentes podem assumir postura pedagógica semelhante à dos intelectuais críticos. O processo avança e vai garantindo o crescimento dos participantes e a rotatividade das direções. Vai-se dando uma aprendizagem profundamente significativa da participação e da direção. Criam-se relações democratizadoras. Uma nova visão de mundo sendo formulada.

Görgen, intelectual do MST, compreende esse processo da seguinte forma:

"Concluo que as novas lideranças tinham menos habilidade do que nós para conseguir fazer com que os participantes fizessem aquilo que a liderança queria. As novas lideranças eram mais diretas²⁵. Afirmam: 'a coisa tem que ir por aqui porque nós concluímos que é por aqui'. Os agentes fazíamos, exatamente, a mesma coisa, mas íamos arrancando do pessoal. O que, inclusive, permitiu o amadurecimento de alguns que se fizeram lideranças. No fundo, os processos são idênticos. Percebi, me dei conta, que não havia uma mudança de substância. Pessoalmente, acho que foi muito rico".

Isso provoca certos transtornos, mas são normais ao próprio processo de autonomização e amadurecimento pessoal e coletivo. Os dirigentes populares tendem a construir a sua própria experiência, do jeito que estão compreendendo o processo e da forma que lhes é possível. Inclusive, reduzindo o número de aliados. É possível que se dê um certo estreitamento das alianças, um classismo bastante forte, como no caso do MST e da Regional de Mujeres. Mas é, com todos os seus riscos, um processo que tem se mostrado necessário na

²⁵ Parecem menos didáticas. A flexibilidade era menor do que a dos assessores. Esses, pela sua maior experiência como educadores, tinham uma paciência histórica e prudência pedagógica maiores.

construção de uma autonomia política e de uma identidade própria enquanto movimento e dirigente.

Surge, constantemente, um descompasso entre a dimensão do movimento e a capacidade de direção. Há uma tendência para construir uma máquina muito grande, sobretudo, se o movimento ultrapassa o nível regional e atinge o nível nacional. A capacidade de gerenciar e de administrar geralmente é pequena, uma forma de dirigir muito artesanal, muito própria de quem está recém-entrando em âmbitos mais amplos. A partir daí, a estrutura organizativa pode complexificar-se ou esfacelar-se. Se se complexifica e há fôlego para sustentar, vão surgindo os vários setores, as regionais com suas coordenações, as comissões mais variadas e com os objetivos mais diversificados. Amplia-se o processo de discussão conjunta, do debate coletivo, criam-se possibilidades de decisões mais democráticas, multiplicam-se as relações.

Antes que causas diretas ou mecânicas, como acusam Pazos (1994) e Trejo-Delarbre (1994), para o caso dos camponeses indígenas de Chiapas, no México, e a Globo e os ruralistas, para o caso dos sem-terra do Brasil, as diferentes influências intelectuais são eixos sobre os quais vão-se conformando identidades que trabalham pela justiça, equidade e solidariedade. Os acusadores não querem ver as verdadeiras causas das reações nem a legitimidade das reivindicações e lutas. Pois, o que está em jogo é o destino de uma parcela significativa das sociedades brasileira e mexicana, as desigualdades de desenvolvimento das diferentes regiões desses países, a natureza dos espaços de participação democrática e as possibilidades da vivência cidadã para mulheres e homens que mourejam nossos campos e sobrevivem nos tugúrios urbanos²⁶. Enfim, um projeto de humanidade culturalmente plural e economicamente sustentável.

Essa *intelligentzia* interage com os populares e os dirigentes com a contribuição própria da pesquisa, do conhecimento, da reflexão, num papel pedagógico insubstituível. Pode-se verificar isso, em que pesem as diferenças conjunturais e de contexto, no Brasil e México.

5.3 - Articulação das organizações populares como democratização

Outro aspecto no qual se revela a democracia interna nos movimentos sociais é a tentativa de articulação que se dá entre as diferentes organizações populares. Essa articulação possibilita a transformação das organizações populares em correntes de opinião e força coletiva que podem interagir com os diferentes grupos sociais e políticos. Desejam se firmar como verdadeiros movimentos sociais. Por isso, buscam se associar, criar organizações regionais e mesmo nacionais, certos que estão da importância das organizações mais gerais para sua própria atuação local. O formato destas organizações (articulação em redes) é objeto de debate e de experimentação no âmbito dos movimentos sociais. Mas, a situação é distinta entre o Brasil e o México, como o é nos espaços urbano e rural.

No México, os dirigentes entrevistados estão tratando de retomar a luta conjunta das diversas organizações populares do Distrito Federal e do resto do país. O desaparecimento da CONAMUP (Coordinadora Nacional de Movimiento Urbano Popular) que, como se informou no quarto capítulo (4.2), foi o referente mais consistente do movimento urbano popular, no final dos anos setenta e primeira metade dos anos oitenta, deixou uma grande lacuna, diminuiu a presença e a força dos movimentos sociais no cenário público. Reduziu-se o protagonismo e a capacidade de interlocução com outros organismos sociais e políticos, sobretudo com os órgãos governamentais.

O depoimento de Villanueva, dirigente da Regional de Mujeres, citado anteriormente, esclarece que foram as divergências ideológico-políticas que contribuíram para a dispersão do movimento urbano popular, no final dos anos oitenta. Essas diferenças influenciaram "en la CONAMUP y se dió una división, la CONAMUP no ha desaparecido porque no hemos hecho el congreso para darle muerte formal". Mas de fato, não existe mais.

Essa mesma dirigente identifica, no interior de tantas divergências, várias tentativas de rearticulação dos movimentos populares. A experiência da CONAMUP foi muito importante, deixou muitos ganhos, mas também decepções. Hoje, emerge o desejo de retomar a unificação das lutas para que se possa ser um interlocutor forte na sociedade mexicana, aspecto em que coincide a Regional de Mujeres com os dirigentes da Unión de Colonias Populares, Unión Popular Revolucionaria Emiliano Zapata e Movimiento Vecino.

No IV Encontro Nacional da CONAMUP, nasce a proposta do I Encuentro Nacional de Mujeres del Movimiento Urbano Popular. Este foi realizado, no mesmo ano, nos dias 26 a 28 de novembro de 1983, também na cidade de Durango. No discurso de abertura, afirma-se que "la CONAMUP definió con claridad, en su IV Encuentro Nacional, que la columna vertebral del movimiento urbano son las mujeres. Este acuerdo es un reconocimiento al indiscutible lugar que ocupamos en el proceso de la lucha social"²⁷.

A declaração está na raiz do surgimento da Regional de Mujeres, inclusive o I Encontro passou a ser considerado como sua fundação. Informa Espinoza Damián (1992:39/40) que ele inaugura "un proceso en el que por primera vez las mujeres de las colonias populares reflexionan masivamente sobre su problemática de género y empiezan a definir -con grandes titubeos aún- líneas de acción encaminadas a transformar no solo su condición de clase, sin la peculiar opresión originada en su 'ser mujer'.

A Regional de Mujeres foi ganhando, pouco a pouco, um grande espaço político no movimento urbano popular mexicano. Foi, inclusive, a única Coordenação que seguiu com protagonismo depois dos acontecimentos eleitorais de 1988, anteriormente referidos, mesmo que tenha reduzido seu âmbito de atuação ao Distrito Federal. Enquanto a CONAMUP se retraía e tomava uma atitude defensiva face à participação eleitoral e aos ajustes econômicos mexicanos, a Regional se dinamizava e ampliava as Comisiones de Mujeres nas Uniones de Colonias, conforme comprova o trabalho da socióloga Espinoza Damián (1992:57):

"las colonas señalan que durante este periodo la Regional era una instancia más dinámica que la propia CONAMUP en el Valle de México, y que su desarrollo vertiginoso revitalizó al movimiento urbano popular en un momento de reflujo. En términos reales, en medio del escepticismo o rechazo de una parte de ia CONAMUP, la Regional actuaba con bastante autonomía pero esta autonomía relativa también tenía un precio, ya que los procesos generados en su seno eran poco difundidos y apreciados en el conjunto de CONAMUP".

A partir dos 1990, a Regional de Mujeres, em meio a muitas dificuldades, retoma as tentativas de construir novas articulações, juntamente com a Unión Popular Revolucionária Emiliano Zapata, a Unión Colonias Populares e o Movimiento Vecino, entre outras

²⁷ Mesmo que algumas dirigentes da Regional questionem o sentido da expressão "columna vertebral del movimiento urbano", foi muito importante essa declaração. Quando foi entrevistada uma das dirigentes da UPRZ e sua representante junto a Regional, ela afirmou que houve questionamentos sobre a declaração. Informa: "nosotras nos cuestionamos si esta columna era porque sostenía todo el trabajo de las organizaciones, en nuestras espaldas recaía todo eso, o qué sentido tenía el ser la columna vertebral. Ha sido una lucha de casi 10 años para que a las mujeres se les reconozca el papel protagónico en la historia de este movimiento".

organizações populares. Estas tentativas estão se dando a partir de discussões sobre a democratização. No Brasil essa mesma discussão levou, em 1993, à criação da Central dos Movimentos Populares. Mas, no México, nas organizações dos dirigentes entrevistados, rejeita-se qualquer coisa que lembre centralismo. Preferem algo no sentido da articulação e de ações conjuntas. Nada de estrutura nem de muita organização, no plano nacional, nada de burocracias; buscam algo flexível e ágil.

A CONAMUP foi, em seu momento, o projeto mais importante que produziu o movimento urbano popular no México. No entanto, não soube ir-se adequando às novas realidades do país, nem superar as divergências ideológicas, sobretudo quando se agravou a crise e se iniciaram as mudanças estruturais em matéria econômica e social. Isto já a partir de 1984, com o aprofundamento das mudanças estruturais no governo de Miguel de la Madrid. O movimento urbano popular não conseguiu, segundo alguns dirigentes, entender estas mudanças. Paralelamente à crise econômica e política do país, manifesta-se o crescimento de numerosas organizações urbanas por todas as cidades e a CONAMUP não conseguiu interessar a esses novos setores emergentes nem representá-los.

A crise da representação política se instala. Cada expressão do movimento social popular quer se manifestar, ela mesma, negociar diretamente com as autoridades governamentais, conseguir seus projetos, buscar seus financiamentos. Essa perspectiva indica a necessidade de buscar outras formas de unificação, com outro conteúdo. Mas, não foi então assim percebida. Desmanchou-se a CONAMUP. Atualmente há uma compreensão, entre os entrevistados mexicanos, de que é necessário um referente nacional de tipo novo. Nada de representação nem de delegação. A afirmação de Villanueva é paradigmática:

"A mi me parece que un nuevo referente nacional del movimiento no puede ser como antes. Tener una coordinadora ya no es la alternativa o así como estaba planteada anteriormente. Creo que las nuevas condiciones y la realidad nos indican que debe ser otro tipo de frente, inclusive más multisectorial no solamente del movimiento urbano popular, con todas las broncas que hemos tenido a partir de '88 no se puede hablar de un solo referente. A partir de que este momento histórico habrió y diversificó las posibilidades. Hoy la gran mayoría esta tratando de construir un nuevo referente".

Algumas organizações fundadoras da CONAMUP, como a Unión de Colonias Populares, por exemplo, propunham uma revisão do seu projeto nacional e unitário. Insistiam em que ela devia abrir-se, naquele momento, aos novos cenários, às novas realidades e buscar, inclusive, desaparecer para construir um projeto superior. Mas, a ideologização do seu Projeto

era muito forte, prevaleceu e a matou pela incapacidade de compreender o momento e criar outra correlação de forças no interior do movimento. Não lhe foi possível uma compreensão da nova situação nacional que começava a se configurar com os ajustes econômicos a partir de 1982, com o surgimento de outras organizações regionais, como a Central Unica de Danificados (CUD), constituída das organizações de bairro que surgiram com o terremoto de 1985 e o início da crise do PRI e a pluralização partidária.

As mudanças do movimento urbano popular mexicano se evidenciam, sobretudo, a partir de 1985, por ocasião dos terremotos que atingiram o Distrito Federal. As organizações de moradores e de vítimas dos terremotos, surgidas nessa ocasião, não se vincularam à CONAMUP. Isto evidenciou suas fragilidades. Ela não podia admitir que houvesse outro agrupamento, no coração da Cidade do México, que não fosse parte dela, que desejasse ter sua própria identidade e que não compartilhasse de seu projeto.

Algumas organizações fundadoras, já em 1986, tomaram a decisão de abandonar o projeto CONAMUP porque este não mais representava suas expectativas. É difícil construir a unidade na pluralidade, mesmo que absolutamente necessária, como reconhecida pelos dirigentes populares entrevistados, se se quiser ter transcendência social e política.

Em 1988, com as divergências eleitorais e já sem a CONAMUP, surgem dois novos referentes nacionais para as organizações urbanas do México. De um lado, a ANAMUP (Asamblea Nacional del Movimiento Urbano Popular), como expressão de alguns setores provenientes de CONAMUP e de outros que não haviam participado, como a Central Unica de Danificados. De fato, na ANAMUP subsistem várias vertentes político-sociais. Algumas que não participam eleitoralmente, outras identificadas como forças políticas da esquerda tradicional tipo Partido Comunista Mexicano. Por outro lado, surge mais um referente, na mesma época, que se chamou Convención Nacional del Movimiento Urbano Popular (CNUP) que não era um projeto de tipo centralizado, com pretensões nacionais, nem de coordenação, nem de frente. Queria ser apenas um espaço de articulação, de confluência de diferentes processos urbanos nos estados e regiões do país.

A partir desses processos, está-se conformando uma idéia muito clara: o fundamental é articular por municípios, estados e regiões. Aprofundar a unidade, a articulação dos movimentos urbanos populares, respeitando as autonomias e as especificidades. Percebem os dirigentes a necessidade de uma articulação superior e estão tentando construí-la. Mas têm

clareza, também, que só adquirirá consistência se vier de um amadurecimento dos próprios processos regionais, estaduais e locais.

Há a percepção de que foram cometidos erros no processo de articulação, sobretudo, a forte centralização, mas sentem que sem uma unidade mínima o movimento perde força e direcionalidade. Percebem que o movimento urbano popular, se alguma vez teve uma interlocução forte com o governo e conseguiu modificar políticas, foi no tempo da CONAMUP e da CUD, que articulou as várias organizações de vítimas dos terremotos de 1985 para o caso da Cidade do México.

A unidade que, atualmente, almejam, como expressão da democracia interna dos movimentos sociais populares, segundo alguns dirigentes, só pode ser construída a partir de novas formas de articulação do movimento. Formas descentralizadas que devem ser inventadas e que adquiram corpo a partir das regiões e das cidades. Por trás subsiste a idéia de maior autonomia e desenvolvimento regional das organizações populares. Experimentou-se, por um período, esses novos objetivos na ANAMUP e CNUP, mas sem muito empenho. Não funcionaram, organicamente, como articulação. Essa é a palavra. O que aparentemente os dirigentes parecem desejar é uma articulação, a partir de algumas propostas de ações concretas diante dos desafios experimentados. Não propriamente uma unidade, mas uma rede que, segundo eles, possibilita uma maior "aprendizaje democrática", "ampliación de la democracia más allá de la organización local", ser "un movimiento protagónico".

Aproximam-se, assim, esses dirigentes da posição de Ardití (1987:180), ao citar Cacciari y Franck (1981):

"la sociedad se está convirtiendo en una suerte de 'ciudad' poblada por un plural de esferas o sectores 'especiales' de actividad: estos pueden estar ligados o articulados entre sí, pero difícilmente pueden estar contenidos por una esfera o sector central. Ya no cabría pensar el plural de identidades y relaciones sociales como metástasis de un punto o lugar único; tampoco cabría pensar la totalidad social en términos de círculos concéntricos que remitirían, en última instancia, a un centro fundante capaz de revelar la forma de unidad o la identidad específica de la sociedad. Uno ya no puede decir que existe un lugar privilegiado donde la sociedad se vuelva consciente o crítica de sí misma a menos que retornemos a Hegel. Ya no hay un lugar privilegiado, o por lo menos ya no hay *a priori*, puesto que surgen demasiados lugares diversos desde donde se lanzan desafíos, igualmente diversos, al 'buen orden' de la sociedad establecida".

No momento do trabalho de campo, 1992-93, não foi encontrado um movimento de articulação semelhante entre as organizações independentes do meio rural. Afora a Confederación Nacional Campesina, do Partido Revolucionário Institucional, não havia

discussão sobre articulação entre os camponeses e trabalhadores rurais. A única articulação encontrada foi no seio da Igreja Católica com o Pueblo Creyente. Mas aí se trata de uma articulação entre o rural e o urbana.

Segundo Gilly (1995), os acontecimentos de janeiro de 1994, em Chiapas, recolocaram para o movimento rural popular mexicano o problema da unidade dos trabalhadores rurais, camponeses e indígenas, bem como sua vinculação com os movimentos urbanos populares e mesmo com os outros setores progressistas da sociedade mexicana, no nível social e político.

Atualmente, no México, com exceção do movimento rural popular, através do EZLN, que obrigou o governo, mesmo que sem grandes avanços depois de dois anos²⁸, a sentar à mesa de negociações, os movimentos populares não estão sendo interlocutores fortes, para os órgãos governamentais, nem conseguem enfrentar e modificar políticas em matéria urbana e nem mesmo de assistência social. Está-se propondo uma articulação nacional ampla à qual já se fez referência no capítulo anterior: El Frente Zapatista de Liberación Nacional. É uma proposta de articulação, através de uma Frente que unifique politicamente, a partir de acordos mínimos, e que garanta mais força às reivindicações e proposições populares.

No Brasil, a questão das articulações parece não preocupar muito as organizações populares. Não aparece espontaneamente nas entrevistas. E quando se questionava explicitamente intelectuais e dirigentes sobre o problema, apenas afirmam que se encontravam vinculados a uma ou outra referência regional ou nacional. Por outro lado, nunca houve no Brasil, uma unidade forte, no nível nacional. Afora as Federações Sindicatos, no urbano, e a CONTAG, no rural. E ultimamente, o MST, nunca se teve uma ação mais coordenada, sobretudo dos movimentos urbanos populares. Mesmo assim, multiplicaram-se as organizações competidoras. Em 1980, surgiu a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais) que desenvolveu suas atividades, nos seus primeiros três anos de existência, mobilizando esforços para apoiar a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Depois de criada a CUT, retirou de sua agenda as preocupações sindicais. Em 1989, o seu Congresso decidiu criar uma Central dos Movimentos Populares para o que se organizou uma Pró-Central, com sede em São Paulo. A Central dos Movimentos Populares

²⁸Tacho e Davi, negociadores zapatistas, afirmam que o Acuerdo de San Andres Larrainzar "es un acuerdo pequeno, no nos dejemos engañar que el que ha firmado ya es un acuerdo de paz", "avances pequenos, de papel". E arrematam, "nos ha engañado, nos ha humillado en la mesa de diálogo, y siempre nos ha pagado con traición nuestra justa lucha, la lucha del pueblo mexicano" (Proceso - Semanario de Información y Análisis n. 1008, 26/02/1996, p. 12, 13, 14).

formalizou-se em 1993, em Belo Horizonte, Minas Gerais. De qualquer maneira, do trabalho da ANAMPOS se criaram estruturas como a CUT e a Central de Movimentos Populares. Desde 1985, funciona a CONAM (Confederação Nacional de Associação de Moradores) que nunca adquiriu maior transcendência.

Simultaneamente a essas tentativas no campo do movimento urbano popular, surge na área sindical, competetindo com a CUT, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Força Sindical, explicitando a diversidade ideológica existente no cenário político nacional.

Em Pernambuco, a semelhança de Santa Catarina e Rio de Janeiro, entre outros, a Federação Metropolitana de Bairros (FEMEB) se estadualiza, em 1993, filiada a CONAM, afirmando que

"A unidade é fundamental neste momento de fortalecimento de uma entidade representativa; unidade construída nas lutas, discussões amplas sem esconder as diferenças. Portanto, a unidade não é resultado apenas de um processo eleitoral, mas sim de toda a acumulação de discussões e idéias de modo que possamos manter o movimento no espaço que lhe é devido, bem como para o avanço do conjunto de organizações de bairro".

Apesar das críticas que se podem fazer a suas últimas diretorias, em estudo de caso recente, Francisca Veras (1995:258) afirma que, tendo vindo das bases, a FEMEB,

"produzida por estas nas suas lutas imediatas por melhores condições de vida, ainda que em locais discriminados (favelas, morros, alagados, córregos, altos), construída a partir da vivência da necessidade de um espaço organizativo próprio, de participação, debate e representação popular, constantemente empenhada na construção de seu próprio caminho e, não obstante as adversidades, vai se aproximando de um projeto de autogestão preocupada com o projeto global de sociedade delineado em seu imaginário".

Na área rural do Brasil, a CONTAG (Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura) conseguiu, durante o período ditatorial, sobretudo no final, ser um interlocutor importante. Mas não aprendeu a viver com o momento da chamada "Nova República" que se instaurou, substituindo o ciclo dos governos militares (1964-1985), com o primeiro governo civil, ainda eleito pelo Colégio Eleitoral. Ganhou mais relevância o Movimento dos Sem Terra, por sua maior articulação e grande protagonismo. Na prática, é a única força social que sustenta a bandeira da Reforma Agrária, hoje. E tem conseguido interagir com os organismos sociais e o governo, num ritmo crescente de mobilização. Aí tem jogado papel importante a opinião pública, inclusive, internacional.

De qualquer maneira, em termos de articulações mais amplas e abrangentes, tanto no Brasil como no México, os movimentos populares estão na busca de sua nova configuração para melhor se colocarem em relação à globalização e ao predomínio do neoliberalismo. Começam a sair da defensiva sem ainda conseguir uma articulação mais consistente, nem maior credibilidade e transcendência junto aos próprios segmentos sociais dos quais surgiram. Mas seus dirigentes e intelectuais buscam um projeto político que os junte minimamente e garanta seu impacto social (econômica e politicamente).

Vivem, intelectuais e dirigentes, ainda os efeitos da reestruturação do modelo econômico liberal que já caminhou muito, mas ainda não conseguiu se consolidar. Hoje estão se dando, nos dois países, os passos em matéria de modificação de suas Constituições e dos tratados de Livre Comércio (o NAFTA, o MERCOSUL). Estas medidas estão mantendo as situações de pobreza nos dois países e provocando a exclusão social de numerosos setores da população. Por outro lado, reduzem-se drasticamente as antigas políticas sociais dos governos federais brasileiro e mexicano, sob o argumento da necessidade de uma forte redução no gasto público.

O desafio aos movimentos populares, em termos de compreensão dessa situação e sua intervenção, é enorme. Se não conseguirem entender essas mudanças, vão experimentar provavelmente uma grande dispersão e vão se debilitar. Será muito difícil prever uma transformação, uma recomposição do movimento que permita, a curto prazo, essa maior transcendência. As interações internas, pela tentativa de criação de redes, e com seu contexto na negociação com organismos partidários e governamentais estão avançando na própria democratização dos movimentos sociais e contribuindo para a democratização social, pela visibilidade que permite à diversidade dos interesses em jogo.

Em resumo, nas representações sociais sobre democracia ganha relevo o que se poderia denominar democracia interna, cujos paradigmas são as relações entre intelectuais e dirigentes e a articulação entre as diversas organizações rurais e urbanas. Na representação predominante, esta articulação possibilita aos movimentos sociais maior protagonismo e capacidade de interlocução com órgãos governamentais e instituições sociais.

Na democracia interna se enfatiza a importância do maior envolvimento de todos, nos processos decisórios, aumento de sua capacidade de decisão pelo acesso a mais informações e formação, bem como horizontalidade nas relações entre os diferentes membros da organização,

reciprocidade e cooperação. Tornam-se paradigmáticos dessa construção os conflitos e as superações dos impasses das relações entre intelectuais e dirigentes, bem como desses com os participantes que, **mutatis mutandi**, reproduzem os momentos das relações entre intelectuais e dirigentes. Parte-se da compreensão de que, no começo, são não apenas indivíduos diferentes, mas desiguais na compreensão e na capacidade decisória. Vão criando algumas perspectivas comuns e cooperação entre eles, como também constatara o estudo de D'Incao e Roy (1995) num Assentamento do MST em São Paulo.

Trabalhar a subjetividade, nesses processos, se torna imprescindível para permitir a construção de um diálogo interno questionador das relações de dominação e um diálogo externo que amplie a intervenção dos movimentos sociais no conjunto da sociedade.

SEXTO CAPÍTULO

A FINALIDADE DA DEMOCRACIA: A PESSOA E A PALAVRA

Na construção deste capítulo, realizando os quatro momentos do esquema proposto para a análise das informações recolhidas nas entrevistas, observações e documentos, emerge como central no processo de redução heurística a afirmação de uma dirigente da Comisión de Mujeres de la Colonia Transito por não deixar dúvida quanto ao seu alcance. Ao comentar a importância da organização, suas descobertas na participação comunitária, elabora o que lhe parece o mais significativo, a descoberta de seu próprio valor, independente de sua condição e situação, *"poco importa ser hombre o mujer, negro, blanco o indígena, viejo o menor, laico o clérigo, empleado o cesante, rico o pobre, soy una personar!"*²⁹. Afirma, assim, um valor universal para avaliar uma particularidade: sua participação no processo de organização como condição de afirmação social de seu "ser pessoa". Independente da condição social, da etnia, da idade, da religião e de seu lugar na produção, essa declaração revela a centralidade da existência humana: a condição de pessoa. Além disso, anuncia a criação de uma identidade que se coloca acima das outras identidades ao tempo em que possibilita sua efetivação.

Encontra-se uma expressão quase igual à da senhora mexicana, em Recife, de ex-sindicalista, cristão, hoje aposentado, atuando no movimento urbano popular de Pernambuco. Ao ser indagado da contribuição da militância operária e popular, é enfático: **"me descobri como pessoa, afirmei minha dignidade. E mesmo não tendo ficado rico, o que importa é que sou gente, com G maiúsculo"**.

²⁹ Expressão recolhida na observação participante da reunião da Coordinadora Regional de Mujeres del Valle de México, no dia 15/12/92, na sede da Unión de Vecinos de la Colonia Transito. A Regional costuma, em suas reuniões semanais, deslocar-se para os bairros onde há Unión de Vecinos com Comisión de Mujeres para animar o processo de organização local.

Outra dirigente mexicana, indagada sobre o que representou para ela a participação na organização dos camponeses indígenas de sua região, afirmou que a primeira conquista foi a organização específica das mulheres, e a segunda, seu processo de constatação como pessoa. Nele, *"fuimos haciendonos personas. Transformanos en ese movimiento, de lo menos a lo más. Puedo hablar, adquirir seguridad en mi plática"*.

Nesses discursos parece que o ser humano se torna pessoa na medida em que pode falar, que se expressa, que é solidário, que supera os preconceitos. Tomar a palavra, falar, significa comprometer-se na ação a serviço da qualidade de vida para si mesmo e para os outros. Nesta atuação, se constitui a pessoa construindo intersubjetividades que se expressam na palavra.

Nesse aspecto, a cidadania não é o anelo maior para os dirigentes. Ela não preenche o sentido do humano, mesmo na ampliação proposta por Marshall (1967) à qual se fez referência no quarto capítulo deste trabalho. É um aspecto, importante, por certo, mas não o centro das representações sociais dos entrevistados. Segundo estes, o desejo maior é o de firmar-se como pessoa, ter sua dignidade respeitada, que passa, entre outras dimensões, como a afetiva e religiosa, pela conquista dos direitos de cidadania, pela possibilidade de dizer sua palavra.

Por isso, foi necessário trabalhar a questão da pessoa, da intersubjetividade e da palavra, que aparecem com mais força nos depoimentos dos dirigentes que nos dos intelectuais, para perceber suas origens cognitivas e sociais, seus alcances e sua possível importância na construção da democracia. Pode-se afirmar que são, na realidade, o *telos* da democracia para os dirigentes dos movimentos sociais populares, ao contrário do que se imaginava. Não é a existência de um sistema político em que funcionem regularmente as eleições, a mudança das autoridades e as decisões coletivas a finalidade da democracia, como a entendem os intelectuais, mas a afirmação e o desenvolvimento da dignidade e de todas as capacidades do ser humano. Aqueles aspectos são fundamentais no processo de democratização como meios que podem, mas não necessariamente garantem, a afirmação da dignidade individual e pessoal, bem como a convivência prazerosa entre os seres humanos.

6.1 - A constituição da pessoa

Na busca do significado do termo pessoa, encontram-se na obra de Marcel Mauss (1989) elementos que podem ajudar a compreender sua presença e seu alcance no Brasil e no México. Seu sentido, segundo Mauss, é proveniente, sobretudo, do cristianismo. Mas encontram-se em várias civilizações, desde as mais remotas épocas, elementos que indicam um conceito, mesmo inconcluso ou pouco claro, de pessoa humana. Mauss o identifica primeiro, em civilizações originárias, como sentimento. Percorre o trajeto de sua construção, encontrando no cristianismo a maior contribuição para essa produção, ainda atualmente inacabada. A sensação que se tem ao cotejar a afirmação do termo e seu significado é que os movimentos sociais populares tomam para si a continuidade desta construção, em contextos diversificados e com alcances diferentes. Todos os entrevistados, sem exceção, com ênfases e densidades distintas, afirmam seu papel central.

O primeiro aspecto a ressaltar é a essencialidade do caráter de *pessoa* de todo ser humano, homem ou mulher. Ser pessoa é o máximo a que um indivíduo humano pode aspirar e, ao mesmo tempo, é o suporte para todos os outros papéis ou identidades que possa adquirir ou desempenhar ao longo de sua existência.

Tal posição parece reflexo da afirmação de Cassiodore: "*persona - substantia rationalis individua*". Dessa assertiva, conclui Mauss (1989:358) que "*la personne est une substance rationnelle indivisible, individuelle*". A indivisibilidade da pessoa, sua unidade, fundamenta os direitos humanos, dá sentido à luta pela liberdade individual, pela igualdade, pela cidadania. Todos os seres humanos são pessoas. Esta é a prerrogativa do ser humano e a perspectiva, o *telos* da democracia dos entrevistados. Ser pessoa é algo subsistente, permanente, imutável, mas, simultaneamente, é um ideal, algo a ser conquistado, construído diuturnamente. Não é um *a priori* mas uma construção histórica. Difere da condição humana que é dada a todos, comum, na medida em que "ser pessoa" resulta de uma construção histórico-socioal.

A condição humana possibilita a luta pela igualdade fundamental de todos os seres humanos, a sua condição comum e universal. Fundamenta e exige a solidariedade entre os seres humanos e obriga à defesa universal dos direitos humanos. Perspectiva que implica a rejeição de qualquer exclusão social. Mas, além da condição humana, ou de gênero humano,

como afirma Agnes Heller, a pessoa é, também, "individua", "individuelle". Para além de sua genericidade, o ser humano é particular, individualiza-se, é singular. Segundo a filósofa húngara,

"o genérico está 'contido' em todo homem e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. Assim, por exemplo, o trabalho tem frequentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho -quando se trata de trabalho efetivo (isto é, socialmente necessário)- é sempre atividade do gênero humano" (Heller, 1985:21).

Não se trata, porém, apenas da racionalidade, o que conta é o ser no seu "*totum*". Heller inclui como característica do humano genérico, do "individua rationalis", sentimentos e paixões, porque "sua existência e seu conteúdo podem ser úteis para expressar e transmitir a substância humana. Assim, na maioria dos casos, o particular não é nem o sentimento nem a paixão, mas sim seu modo de manifestar-se, referido ao eu e colocado a serviço da satisfação das necessidades e da teleologia do indivíduo" (Heller, 1985:21).

Como o ser humano é uma totalidade, uma integralidade e uma relação, em função da qual se deve organizar o sistema social, isso lhe confere uma superioridade axiológica e uma anterioridade ontológica sobre quaisquer leis ou instituições, mesmo as mais democratizadas ou democratizadoras.

A genericidade lança o ser humano ao encontro do outro - só se pode ser com os outros - e impõe, numa condição comum, igual, um sujeito de direitos e de solidariedade. E essa condição que permite a Clodovis Boff afirmar que "o ser-sujeito, que é a base radical da democracia, é o ser-sujeito-com-os-outros. É ser sujeito aberto e não fechado. Solidário e não solitário. ... pessoa diz abertura, ser de relação ... a pessoa humana ... 'não pode se encontrar plenamente senão por um dom sincero de si'" (Boff, 1990:17).

Nessa condição comum, a condição humana, a individuação torna o ser humano singular e fundamenta a necessidade do pluralismo social. Cria os direitos particulares, do homem, da mulher, da criança, do ancião, das etnias. E erige os direitos individuais. Cria o direito à diferença, mas, num quadro do direito comum, dos direitos humanos, longe de uma uniformidade social, da imposição totalitária de um padrão único, comum, obrigatório a todos. A unidade não se revela como unicidade ou uniformidade. O direito da pessoa humana fundamenta ao tempo em que limita as prerrogativas do poder público, inclusive do democrático. Por isso, segundo Boff (1990:19):

"A democracia supõe naturalmente a existência das diferenças e do dissenso. Nela o conflito é permanente e constitui mesmo sua pressuposição essencial. A figura do opositor ou dissidente faz parte de sua dinâmica própria. Desta sorte, a luta está no coração mesmo da democracia. A unanimidade só pode ser o objetivo de uma política totalitária".

E importante destacar que os dirigentes populares, mais que os intelectuais, afirmam a condição comum. Por suas entrevistas pode-se observar que estão em busca do que unifica os seres humanos, sem esquecer a sua singularidade. Introjaram os princípios da justiça e da igualdade. Os intelectuais afirmam mais a singularidade, a liberdade, as instituições, sem porém esquecer o comum, a genericidade. De toda forma, parecem ter introjetado mais os princípios do liberalismo e os aspectos da institucionalidade.

Parece ter-se dado na cultura dos intelectuais e dirigentes populares a incorporação, certamente pela influência do cristianismo, da ideologia da pessoa humana. Tornou-se, como reconhece Mauss, uma das categorias do espírito humano, uma dessas idéias que se acredita inatas. Mas,

"c'est un sujet d'histoire sociale. Comment, au cours des siècles, à travers de nombreuses sociétés, s'est lentement élaboré, non pas le sens du 'moi', mais la notion, le concept que les hommes des divers temps s'en sont créés? (...), c'est la série des formes que ce concept a revêtues dans la vie des hommes des sociétés, d'après leurs droits, leurs religions, leurs coutumes, leurs structures sociales et leurs mentalités" (Mauss, 1989:335).

De fato, tanto o significante quanto o significado têm uma longa história, atravessam os séculos e experimentam muitas vicissitudes para se firmarem. Há quem defenda, segundo ainda Mauss, que a palavra tem uma origem etrusca. *"Mais si ce ne sont pas les Latins qui ont inventé le mot et les institutions, ce sont du moins eux qui lui ont donné les sens primitif qui est devenu le nôtre"* (Mauss, 1989:351).

Os entrevistados a usam como se fosse algo muito preciso em sua compreensão; e mais, como se fosse óbvio o seu significado para todos. Afirmando é uma *"pessoa"* não há o que discutir. Tudo se esclarece, pois afirmam algo moralmente assentado e universalmente reconhecido: um valor indiscutível. Caso contrário, não tinham como defender "direitos humanos" de todos.

Segundo ainda Mauss (1989:351), as nações que fizeram da pessoa humana uma entidade completa, independente de qualquer outra, exceto de Deus, são raras. A mais importante delas, nessa perspectiva, é a romana, mais precisamente os latinos, que estabeleceram parcialmente a noção de pessoa. Mauss assegura que foi Schlossmann que

percebeu com precisão a passagem da noção de pessoa, enquanto um ser humano revestido de um "status", à noção de ser humano, de pessoa humana sem necessidade de adjetivação. Essa noção é construída na discussão católica sobre a Santíssima Trindade e a natureza do Cristo.

"C'est la querelle Trinitaire, c'est la querelle Monophysiste, qui continueront longtemps d'agiter les esprits, que l'Eglise trancha en se réfugiant dans le mystère divin, mais aussi avec une fermeté et une clarté décisives: *Unitas in tres personas, una persona in duas naturas* -dit définitivement le Concile de Nicée. Unité des trois personnes -de la Trinité- unité des deux natures du Christ. C'est à partir de la notion d'*un* que la notion de *personne* est créée -je le crois pour longtemps- à propos des personnes divines, mais du même coup à propos de la personne humaine, substance et mode, corps et âme, conscience et acte" (Mauss, 1989:358).

Mesmo com a precisão conciliar, a noção de pessoa ainda sofrerá outras transformações até se tornar o que é, nos dois últimos séculos: **a categoria do eu**. "Loin d'être l'idée primordiale, innée, clairement inscrite depuis Adam au plus profond de notre être, voici qu'elle continue, presque de notre temps, lentement à s'édifier, à se clarifier, à se spécifier, à s'identifier, avec la connaissance de soi, avec la conscience psychologique" (Mauss, 1989:359).

Quem afirma, enfim, que todo fato de consciência é um fato do "eu", e, assim, funda toda ciência e toda ação no "eu", em sua obra, é Fichte. Kant já havia, em suas reflexões, feito da consciência individual, do caráter sagrado da pessoa humana, a condição da Razão Prática. É Fichte, porém, quem afina a categoria do "eu", afirmando-a como condição da consciência e da ciência, da Razão Pura. Depois de muito tempo, a revolução das mentalidades está feita, nós temos, cada um de nós, nosso "eu". Esse princípio justifica as declarações universais ou nacionais de direitos e deveres dos seres humanos, enquanto indivíduos e membros da **societas**, que tinham sido precedidas por Kant e Fichte. Atinge, assim, a concepção de pessoa seu conteúdo mais significativo, na modernidade, como uma forma fundamental do pensamento e da ação.

Aproxima-se essa noção de pessoa à concepção de homem apresentada por Touraine ao analisar o individualismo da modernidade, comentando Anthony Giddens, que o identifica como

"o sujeito que se apóia nele mesmo e nas suas relações interpessoais, na sua 'reflexividade' e nos sentimentos amorosos para se premunir contra as incertezas da fortuna num mundo melhor representado por uma nave espacial de intenções imprevisíveis que pela máquina assegurando um rendimento regular dos primeiros pensadores da industrialização! (...) o ser afetivo, centrado sobre si mesmo, preocupado em realizar-se" (Touraine, 1994:278).

É a pessoa ou o sujeito uma intersubjetividade, isto é, uma subjetividade relacional. Esta concepção fundamenta o fazer dos movimentos sociais populares através de suas organizações rurais e urbanas, sejam elas amplas ou restritas, políticas ou corporativas, cristãs ou atéias, mistas ou específicas. Nessa perspectiva, a pessoa adquire o "status" de *noção* e *sujeito* de um processo de democratização capaz de decidir, coletivamente, a modernidade a ser construída, a partir das condições e situações existentes, pois, se não são as pessoas coletivamente, quem o será? As estruturas? As elites? O povo? As pessoas são o fundamento radical e a finalidade última da democracia, segundo os entrevistados. Pode-se aproximar a representação social da **pessoa** dos entrevistados à concepção de **sujeito** de Touraine. Este afirma que sujeito é aquele capaz de "modificar seu meio ambiente social contra a influência dos aparelhos e das formas de organização social através das quais constrói a si mesmo", ou seja, "uma vontade consciente de construção da experiência individual, mas ele é também adesão a uma tradição comunitária; ele é gozo de si, mas também submissão à razão" (Touraine, 1994:285).

E mesmo desconfiando da noção de *pessoa* que, para ele, supõe uma coincidência entre o Ego freudiano e o EU, julgada irreal, ficará Touraine, certamente, satisfeito ao perceber que a noção de pessoa de parcela dos movimentos sociais do Brasil e México está mais para sua noção de sujeito do que para aquela coincidência. Por causa dessa suposta coincidência, Touraine propõe uma distinção entre o "Eu" e o "Si-mesmo". Ao primeiro reserva a idéia de "princípio claro de resistência (à) lógica do sistema" e ao "Si-mesmo" identifica com a "projeção no indivíduo das exigências e das normas do sistema" (1994:280). Enquanto o "Si-mesmo" "situa-se no universo da comunicação", o "EU" "está no centro do universo da ação, isto é, da modificação do meio ambiente material e social" (Touraine, 1994:282).

A democracia revela-se espaço de afirmação do EU, da capacidade dos sujeitos, individuais e coletivos, de fazer a história reinventando-a, transformando-a em "sua história". Ou então, mudar a sociedade na forma que interesse à maioria, respeitando a minoria, na pluralidade. É uma perspectiva que implica o resgate da memória histórica da América Latina, como fruto de sua análise, como elemento dinâmico da afirmação do ser humano. A pessoa se constitui na história, fazendo da história, "a sua história". Não se trata de uma filosofia do sujeito como no personalismo de Emmanuel Mounier (1976), mas de um sujeito histórico cuja constatação implica a constituição do objeto e de sua compreensão, a tensão entre o sujeito

pensante e as condições objetivas de seu fazer, sentir e pensar. Mas, o personalismo mounieriano possui uma dimensão que está muito presente nas representações dos entrevistados: "a pessoa é uma existência capaz de se libertar a si própria, de se desapossar, de se descentrar para se tornar disponível aos outros" (Mounier, 1976:55). Nas entrevistas, essas possibilidades aparecem como um processo social que se tece na construção histórica, não como um *a priori*. A pessoa se constitui construindo-se como uma intersubjetividade que se manifesta na e pela palavra. Aspecto a ser analisado nos itens seguintes.

6.2 - Construção de intersubjetividades

No processo de pesquisa, a questão da constituição da pessoa se revela como a construção de intersubjetividades em todos os sujeitos pesquisados. De maneira geral, nas entrevistas, as dimensões de gênero, do sentimento e emoção são consideradas importantes e caracterizadoras da pessoa, mas têm maior evidência nas organizações de mulheres. Nas organizações populares mistas, também aparece, embora de maneira mais limitada.

Com maior ou menor intensidade, essas organizações são espaços onde se luta por melhores condições de vida, integrando à luta a conquista do respeito à dignidade, do respeito às diferenças, a construção da convivência. Nestes espaços, elas se constroem e se afirmam como intersubjetividades. E mais, a pessoa é uma intersubjetividade. Essas pessoas, nas organizações, vão desenvolvendo sua capacidade de agir, de emocionar-se, de refletir e superar suas limitações, que não são poucas. Não desejam uma dignidade doada, porque, como fórmula Pedro Demo (1988:9), seria uma dignidade indigna que apenas reafirmaria a subserviência. Na luta contra a submissão e a opressão, encontra-se também a luta pela auto-estima, pela afirmação do Eu.

Nos capítulos anteriores, foi salientada a importância das transformações tanto na esfera econômica quanto na esfera política para a construção da democracia. Neste item se evidencia o papel potencializador das subjetividades. Apenas o indivíduo que tem amor próprio luta contra a pobreza, contra as condições deprimentes de vida, os preconceitos: "se o coração pede, se eu me amo e sinto que tenho valor, sou importante", como afirma uma dirigente da

Associação de Mulheres da Zona Leste de São Paulo, no Brasil. A luta contra a pobreza não é apenas contra a falta de alimentação, moradia, vestimenta, transporte, é, simultaneamente, a luta contra a humilhação, a subserviência, a degradação e a desesperança.

A convicção dos parceiros do trabalho de campo é de que apenas se pode superar o *status quo* através da organização de grupos. Mas, no processo organizativo só participa quem tem uma esperança de conquistar seus anelos. A expectativa de soluções para determinadas situações é justificativa para a participação organizada em processos sociais. E apenas aqueles/aquelas minimamente centrados/as, esperançosos/as e com auto-estima positiva, participam. Caso contrário, esperam apenas "*asitencia*", como afirma um dirigente rural do Pueblo Creyente de Palenque, em Chiapas, no México.

Por outro lado, a exigência de superação do *status quo* é a incidência social dos grupos organizados. Estes devem ser capazes de contribuir para a mudança de rumo dos "conversatórios" predominantes na maioria dos lugares sociais em que se encontram. Mudança no "rumo del conversatório", como entendem os mexicanos entrevistados, é uma modificação nos saberes pessoais e coletivos que leve os indivíduos a ter um entendimento distinto do fatalismo, da impossibilidade de agir. Referindo-se a esta questão, afirma uma dirigente urbana mexicana da Unión Popular de Colonias Solidaridad: "No importa la puerta a través de la cual se entra nuestros objetivos. Cualesquiera los motes sirve para hacer el texto". Questionar as situações e condições desumanizantes em que se encontram amplas parcelas da população, quebrar a monotonia da "miséria", da "baixa auto-estima", da "insegurança", da "violência", proporcionando algum prazer, alguma esperança, a satisfação de algumas necessidades é a razão de ser das organizações populares na visão da maioria dos entrevistados.

Pode-se afirmar que o processo organizativo nos meios rurais e urbanos brasileiros e mexicanos é uma ruptura com a coerência dos "conversatórios" predominantes nas rotinas das vidas das pessoas que se envolvem nas organizações populares. Para Maturana (1995), biólogo chileno que estuda as bases orgânicas da socialização e da ação dos seres humanos, foi a ruptura da predominância das "conversaciones patriarcales, aunque no las nega completamente", que deu origem à democracia entre os gregos. E que se evidencia,

"por una parte, en la larga lucha histórica por mantener la democracia, o por establecerla en nuevos lugares, contra un esfuerzo recurrente por reinstalar en su totalidad las conversaciones que constituyen el estado autoritario patriarcal, y por otra parte, en la larga lucha por ampliar el ámbito ciudadano, y por lo tanto, la participación del vivir democrático a todos los seres humanos, hombres y mujeres, que quedan fuera en su origen" (Maturana, 1995:55).

O novo é que este processo de criar direções diferentes nas conversas predominantes está sendo vivenciado por parcelas crescentes de excluídos, nos movimentos sociais populares, como se pode observar nas organizações e ouvir de seus participantes: "aqui me sinto outra". "Posso manifestar meus sentimentos e ser aceita pelas companheiras". "Empezo a entendenne y comprender los otros". Os que, antes sentiam-se excluídos, na medida em que se defrontam com uma perspectiva de auto-estima, de respeito mútuo, porque se sentem aceitos e existentes, valorizados, vão mudando seu pensamento. Vão-se descobrindo capazes pela identificação das causas de sua pobreza, não apenas individual, mas coletiva e, simultaneamente, pela percepção de seu valor, de sua dignidade pessoal. Descobrem-se como uma subjetividade. Segundo Touraine (1994:285) trata-se de uma capacidade de "modificar-se e comunicar-se com os outros". Percebem-se subjetividades relacionais, interconectadas; de fato, intersubjetividades.

A afirmação do eu se dá em processos nos quais os indivíduos descobrem que seus problemas pessoais e coletivos são assuntos comuns e sociais. Percebem e sentem que esses problemas não são decorrência nem da incapacidade pessoal nem da falta de esforço individual. E, também, que não podem ser resolvidos pelo "apadrinhamento" e "afilhadismo", a não ser para um ou outro indivíduo, em casos muito particulares.

Os processos de afirmação do eu, entre os segmentos populares, se dão como negação e oposição à apropriação dos problemas comunitários das populações por indivíduos, classe de pessoas ou grupos particulares. A publicização dos problemas julgados individuais ou de grupos restritos que não são competentes nem se esforçam "por vencer na vida" vai criando a democracia. Muda o rumo dos "conversatórios" ou "conversaciones". Inicialmente, os novos Rimos não negam completamente as formas anteriores de fazer e pensar que continuam pressionando para impedir o desenvolvimento da democracia. Mas é importante que vá ocupando cada vez maiores espaços e âmbitos, a fim de que a maneira de pensar exigido pela democracia se expanda "a todos los dominios de las relaciones humanas, a las emociones, a las acciones, y a las reflexiones, creando espacios en los que el acuerdo, la cooperación, la reflexión y la comprensión, reemplazan a la autoridad, el control, y la obediencia, como maneras de coexistência humana" (Maturana, 1995:55).

Trata-se, portanto, de valorizar igualmente e potenciar a razão e as emoções. A ação coletiva dos movimentos sociais populares exige, e os processos por eles vivenciados permitem, a compreensão racional de suas vivências articuladamente às emoções das

experiências. Maturana demonstra que todos os seres humanos só podem atuar, verdadeiramente e sempre agem, de fato, segundo seus desejos, ainda quando parecem atuar por outras razões ou forçados pelas circunstâncias. Conclui Maturana (1995:24): "siempre Imcemos lo que queremos, ya sea directamente porque nos gusta hacer lo que hacenos, o indirectamente porque queremos las consecuencias de nuestras acciones aunque éstas no nos gusten".

E mais, para ele, se não entendemos que "nuestras emociones constituyen y guían nuestras acciones en nuestro viver" (Maturana, 1995:24), estamos desprovidos de elementos conceituais que nos permitam compreender a participação das emoções no que é realizado pelas pessoas como membros de uma cultura e intérpretes do curso das ações nessa cultura.

A interconexão do agir, sentir, pensar, no ser humano, é algo inconteste e inelutável. Só se pode entender uma conversa, segundo o mesmo Maturana (1995:22), se se presta atenção "al entrelazamiento del emocionar y el lenguajear que ésta involucra". E mais, não se pode esquecer que o linguajar acontece, a cada momento, como parte de uma "conversación en progreso" ou se manifesta a partir de "un emocionar ya presente". Inclusive, para o biólogo, a chave para compreender as mudanças históricas de uma cultura particular ³⁰ está na reconstrução do conjunto de circunstâncias que determinou a nova configuração do sentimento.

Essa nova configuração do sentimento constitui os fundamentos de outra cultura. Como demonstra o neurofisiologista português, António Damásio (1996:277),

"Conhecer a relevância das emoções nos processos de raciocínio *não* significa que a razão seja menos importante que as emoções, que deva ser relegada para segundo plano ou deva ser menos cultivada. Pelo contrário, ao verificarmos a função alargada das emoções, é possível realçar seus efeitos positivos e reduzir seu potencial negativo".

E sabendo dessa dupla possibilidade de orientação das emoções, o processo vivido nos movimentos sociais populares, pelo menos através **das** intelectuais entrevistadas e da

³⁰ Entende Maturana (1995:37) a "cultura como una manera de vivir". Neste sentido ela "es una red de conversaciones que es transgeneracionalmente conservada como un núcleo de coordinaciones consensuales, de acciones y emociones alrededor del cual nuevas acciones y nuevas emociones pueden aparecer. Cuando estas nuevas acciones y nuevas emociones comienzan también a ser conservadas transgeneracionalmente en la red de conversaciones que define a esa comunidad, tiene lugar un cambio cultural. Las acciones y emociones humanas pueden ser como tales las mismas en muchos dominios diferentes de existencias (o del hacer), y lo que uno aprende en un dominio de existencia (o del hacer), puede ser fácilmente transferido a otro". Processo que exige tempo, pois, como informa Ottmann (1995:190): "identidades (...) são formações discursivas que se cristalizam ao longo de um período de tempo substancial".

observação de seu agir junto às organizações populares, tanto no Brasil como no México, é dinamizado de tal maneira que se reduzam os riscos da manipulação das emoções. Trata-se de estimular processos que procurem, através da reflexão e do desenvolvimento do sentir, garantir uma ação cada vez mais orientada para o sentir consciente e fazer com emoção.

Procura-se construir uma cultura que vai se tecendo da emoção, da reflexão e da ação, simultaneamente, de tal maneira que o desenvolvimento das pessoas se dê de forma integral, inter-relacionando o sentir, o fazer e o pensar. Este é o grande anelo da presença das intelectuais entrevistadas. Noutras palavras, prevendo as possibilidades dos conflitos entre o sentimento, o pensamento e ação, tenta-se, como foi observado, valorizar as três dimensões concomitantemente, dando-lhes importância semelhante. Não se fica apenas na reflexão, sempre são feitas atividades práticas, mesmo porque se deseja melhorar a qualidade de vida das pessoas e se está sempre trabalhando o sentimento.

Nos encontros e reuniões, simultaneamente às perguntas relativas à cognição, estão presentes as questões pertinentes à emoção e à ação. Por exemplo, na observação de uma das reuniões semanais da Comisión de Mujeres da Unión Popular de Colonias Solidaridad, ao avaliar o processo de ocupação do prédio onde se construiu um conjunto habitacional, as questões eram: "¿Por que nosotras nos organizamos para ocupar este local?, ¿que entendimiento nos quedo del problema de vivienda en México, sobre todo en el Distrito Federal? ¿Cuáles son las causas de este problema? ¿Como cada quién se sentió, en el proceso de ocupación? ¿qué habla nuestro corazón? que responsabilidades asumimos? ¿qué vamos hacer desde aqui en adelante?"

O esforço de trabalhar equilibradamente essas três dimensões do ser humano poderá ir corrigindo possíveis desvios na direção do racionalismo ou do sentimentalismo. A perspectiva e a atitude predominantes entre as intelectuais e dirigentes brasileiras e mexicanas entrevistadas é a inter-relação equilibrada entre razão e emoção. Os homens, ainda que falem menos a respeito da importância das emoções, as incluem em suas intervenções no processo organizativo. Têm uma espécie de vergonha que começa a ser superada. De qualquer maneira, a reflexão mais rica, neste sentido, foi encontrada, nesta pesquisa, entre as mulheres. Na busca dos fundamentos de sua atuação junto ao "povo" e "às mulheres, sem excluir os homens", na perspectiva denominada por ela de *integral e aberta*, uma intelectual brasileira os encontra em sua experiência cristã como religiosa que a envolveu com "as preocupações com o ser humano

como um todo e não apenas com as leis da história ou com sua intimidade, mas sem desprezar estas". Numa posição reflexiva, durante a entrevista, interroga-se se essa posição é resultante do trabalho que fez junto à sua comunidade religiosa,

"uma instituição que vem de uma origem cristã combativa, e se desvia. Subordina-se à Igreja hierárquica, aos homens. Ao romper com a Igreja vivi uma época na Academia de Manchester. Essa convivência me reforçou a convicção do peso da instituição. A constatação do peso institucional levou algumas intelectuais a optarem por um outro tipo de pesquisa. Não fazer apenas uso do povo fomos as primeiras, naquela Academia, a tentar devolver alguma coisa de nossas descobertas às próprias comunidades, onde se faziam as pesquisas. Perguntei: 'por que não pensar num trabalho em vários níveis, e deixar informações no país, com as comunidades?'. Responderam-me: 'Não se pode porque temos pressa. Assim iria demorar muito. Temos que ir a outra parte'. Tinha-se que ter pesquisas (...), levantamentos feitos, livros escritos e publicados, informes, memórias, promoções, financiamentos. Olhar para a comunidade amplia prazos e se perderiam chances. Uma elite intelectual que pensa produzir academicamente na proporção de seu afastamento dos portadores de elementos de seu objeto de estudo, possivelmente esteja equivocada. Se examinarmos criticamente essa produção, descobriremos puro empirismo, de pouca utilidade" (Viezzler).

Para essa entrevistada, outro elemento que ajudou na construção dessa perspectiva foi sua experiência no Nordeste do Brasil, que forneceu elementos para outra postura e compreensão que vem desenvolvendo a partir da estadia na Academia de Manchester, na Inglaterra. Afirma na entrevista que

"A vivência no Nordeste foi fundamental. Me deu uma percepção de que o trabalho que eu tinha feito na congregação tinha sido contra a história. Nós não estávamos preparadas para interpretar nenhuma realidade. A necessidade de estudar a realidade onde a gente se insere, para entender onde tínhamos caído, nos deu um choque muito benéfico. Vindas do sul, descendentes diretas de europeus, entramos num mundo, numa cultura e numa situação completamente diferentes. O que acontece quando 4 mulheres resolvem morar juntas dentro do mato, com um povo desconhecido? As coisas que fazíamos davam resultados contrários. A realidade e as pessoas que encontrei me marcaram muito. Aprendi muito da maneira de trabalhar com os grupos populares. A concepção da educação, métodos e formas de trabalho. Mas, ficávamos muito na consciência e não trabalhávamos as questões organizacionais e os sentimentos" (Viezzler).

Foram dois choques, o Nordeste do Brasil e a Academia de Manchester, muito benéficos para a mudança de sua postura, do rumo de suas "conversaciones", bem como para a criação de "un nuevo emocionar-se" frente às pessoas e suas situações. Foram experiências (Thompson, 1981) que, para essa intelectual, firmaram perspectivas de análise e de trabalho a partir das contradições do cotidiano, dos sentimentos, numa relação ao feminismo que trouxe, nos anos sessenta, a idéia de que as questões pessoais, da subjetividade, do local, são tão políticas quanto as questões institucionais e do conhecimento. Refletir a partir do que está acontecendo com as pessoas, entre as extrativistas, as pequenas agricultoras, muda a direção

da análise e as conclusões. Mudou, para ela, "la dirección de las conversaciones". Possibilitou um saber mais consistente e uma postura mais aberta. Viezzer descobre aspectos impensáveis vindos da sabedoria milenar à luz de seu conhecimento acadêmico, mas sobretudo a partir da nova postura com as comunidades que passam a ser também sujeitos de seus estudos (Viezzer, 1975; 1989).

Mas, por outro lado, essa intelectual constatou a dificuldade de mudar suas posturas e formas de atuar, tanto entre intelectuais quanto entre dirigentes e populares dos movimentos sociais. Pois,

"as contradições particulares e gerais se manifestam ao trabalhar o cotidiano, os interesses divergentes emergem. As pessoas têm dificuldade de se modificar, mudar hábitos arraigados. Parece haver uma preferência em continuar fazendo como sempre foi feito. Continua-se com uma visão muito estreita, repetitiva e monocausal. Vê-se a classe trabalhadora sem sexo, sem cor, sem idade, sem cotidiano, sem subjetividade".

Poder-se-ia aproximar, nessas perspectivas, a visão dos intelectuais entrevistados, sobretudo das mulheres, do que se denominaria uma visão crítico-humanista. Neste sentido, não concebem um trabalho acadêmico que se reduza à pesquisa, à constatação e, quando muito, à interpretação e profusão de artigos, livros e informes. Para eles, é importante que o trabalho de análise se articule com as temáticas e os sentimentos dos participantes dos movimentos sociais. Para esses intelectuais, sem isso não há possibilidade de se transformarem paradigmas científicos e sociais. Os trabalhadores (por conta própria, empregados, desempregados), homens ou mulheres, jovens ou adultos, não podem se reduzir a um banco de dados. São forças sociais vivas, são sujeitos com capacidades cognitivas operantes e sentimentos concretos. O trabalho intelectual deve contribuir para o desenvolvimento racional, emocional e prático dos participantes das organizações populares. Os intelectuais que estão envolvidos com esses processos, além do acesso a informações e de seu compartilhamento, realizam atividades de formação diretamente com os dirigentes e militantes populares.

Esse tipo de tarefa educativa implica que os intelectuais estejam permanentemente indagando-se, atualizando-se frente à complexidade das situações sociais, que não podem ser compreendidas apenas da perspectiva das classes sociais, sobretudo se estas são conceituadas apenas a partir das relações econômicas. É importante a elaboração de outras categorias analíticas mais abrangentes e operativas. Pergunta-se Viezzer: "Que categorias me permitem compreender mais adequadamente a complexidade dos fenômenos sociais? Que ações elas me permitem desencadear?". Seu raciocínio leva a pensar que a noção de "relações sociais", mais

que a categoria "estrutura social", permite perceber a complexidade das realidades, ter uma visão holística e identificar as relações de desigualdade existentes entre os gêneros masculinos e femininos, desde lugares culturalmente assignados a um e outro. Aproxima-se, assim, da posição sociológica de Giddens (1989).

Há, no pensamento das intelectuais, menos no dos intelectuais, muito presente no de algumas dirigentes e quase ausente no dos dirigentes, uma crítica muito forte à concepção newtoncartesiana da ciência ³¹. Segundo eles, esse tipo de ciência contribuiu para que as mulheres não tivessem o controle sobre seus direitos reprodutivos, o controle de si mesmas, de seu corpo. Divulga-se que esses são problemas técnicos. Compete à tecnologia seu controle. Ignoram-se o sentimento, a emoção, as paixões que envolvem e determinam todas as questões humanas, pessoais e coletivas.

As relações interpessoais estão perpassadas por essas idéias, pelas questões de gênero e étnico-raciais. O problema é que, frequentemente, as mulheres são tratadas como adereços do gênero masculino. A reciprocidade, o equilíbrio, a complementaridade das diferenças não estão formuladas como aspectos essenciais das relações interpessoais e de classe. As mulheres, os negros, os índios, as crianças, majoritariamente, não são ainda considerados seres humanos. Não se atingiu a reciprocidade no tratamento dos direitos de mulheres e homens, das etnias e das culturas nem das idades, respeitando-se as diferenças biopsicológicas e incentivando sua complementaridade. As intelectuais, mas também as dirigentes, tomam o exemplo da entrada das mulheres, dos negos e dos índios, no mercado de trabalho para comprovar a permanência das discriminações. Sua profissionalização se deu através das afinidades com as "lides domésticas e subalternas", sobretudo entre as populações pobres: costureiras, serviços domésticos remunerados, lavradoras, professoras, operárias da indústria têxtil, funcionárias de escritórios.

A reivindicação das intelectuais e dirigentes brasileiras e mexicanas é que se proceda a uma revisão de papéis em todos os âmbitos das relações sociais. Uma revisão que permita a todos, homens e mulheres, em todas as idades, cores, línguas, religiões, ambientes naturais e culturais, uma modificação das formas de convivência social.

Encontra-se, nessa perspectiva, uma transformação do feminismo tradicional, que se centraliza nas questões do corpo da mulher, da violência contra a mulher. O feminismo das

Ressonância, em parte, de Capra (1990), que tem sido muito lido por essas intelectuais.

intelectuais e dirigentes dos movimentos sociais populares, no Brasil e México, leva em conta a problemática da produção, da reprodução e do consumo, tanto dos bens materiais como dos bens simbólicos, das mentalidades, dos usos, costumes, das culturas, etnias e das leis. Elas questionam a subordinação do diferente, em todos os âmbitos da existência, especificamente a partir do feminismo, como enfatiza Lória, intelectual mexicana, psicóloga que atua através do GEM (Grupo de Educación Popular de la Mujer):

"desde nuestra metodología reivindicamos mucho el conocimiento científico, lo que está escrito también es resultado de la práctica social, el conocimiento es la abstracción de procesos sociales concretos. Decimos que las mujeres merecen tener una educación de primera y conocer mejor, de alta calidad y eso siempre ha sido como una reivindicación de un problema. Por ejemplo, hemos desarrollado un trabajo con el Código Civil que además era muy importante para las elecciones de 1994, para empezar a armar una plataforma, con contenidos muy serios, muy pesados, muy armados. El Código Civil en México regula toda las relaciones civiles, familiares, sociales".

Lutar contra a exploração, subordinação e opressão em quaisquer âmbitos, situações e condições com quem quer que se dêem, são aspectos fundamentais para criar "*otro emocionarse de las personas*". Neste sentido, joga papel importante a superação do afastamento e das desconfianças que se criaram entre intelectuais e populares nos movimentos sociais e entre os próprios intelectuais³² por disputas ideológicas, condições econômicas e de prestígio. A aproximação e a atuação conjunta têm-se revelado importante para a criação do novo "*emocionarse*". O depoimento de Aída Concha, intelectual mexicana que atua na área rural, comprova:

"Había mucha desconfianza del movimiento popular campesino organizado relativo a los intelectuales. Los dirigentes temían que, a través de los intelectuales se infiltrara la 'CIA', 'los gringos'. Cuestión que justificaba una posición sectaria que se hizo demasiado fuerte. Pero, nos confrontamos con todas las desconfianzas, nos incertamos en el movimiento campesino para llegar a las mujeres de esos movimientos y trabajamos con lo que era identificado como 'el movimiento independiente más fuerte'" (Concha).

A superação da desconfiança, do sectarismo, dos medos tem um efeito na auto-estima, aumenta o protagonismo, amplia os horizontes, dá maior estabilidade na ação e reflexão, muda o sentimento. Inserindo-se, no movimento, esse grupo de intelectuais carregadas de uma ideologia feminista, já começando a ser revisada, tratou de conjugar um trabalho específico com mulheres, promovendo um Encuentro Nacional de Mujeres Campesinas, no qual

³² Grandes, pequenos e médios intelectuais. Intelectuais acadêmicos e dos movimentos sociais populares. Do partido A e do partido B. Prestigiados e sem prestígio.

participaram mulheres de outros estratos sociais. No processo de organização e realização do encontro foi detectada a existência, entre as mexicanas, de

"muchos obstáculos, enormes. Además de obstáculos culturales, entre las mujeres mismas y las de los liderazgos campesinos. Por el otro lado, se percibió que las cuestiones analizadas con la cúpula masculina jamás llegaban a las mujeres. Intentamos cambiar de procedimientos. Desde entonces fuimos a trabajar con las organizaciones a nivel regional. Seguimos a los liderazgos y liderezas intermedias para la formación y capacitación. Sairmos de la organización nacional masculinista" (Concha).

Essas constatações levaram as intelectuais a usar um método que denominam globalizador porque tenta abarcar o conjunto das dimensões do ser humano. Não adotam o modelo de organizar pequenos grupos para tratar exclusivamente da problemática sexual. Qualquer temática que vão tratar com mulheres da periferia urbana ou da área rural, o fazem vinculando o político com o econômico, o pessoal e o intersubjetivo, as emoções e os preconceitos. Neste processo assumem o político como eixo articulador.

Essa decisão teve como base uma pesquisa que essas intelectuais fizeram sobre a história das mulheres do meio popular mexicano, pois ficou comprovado, segundo Concha, que as mulheres sempre estiveram presentes na cena política do país. Descobriram que elas, no México, sempre se mobilizaram tendo como base o político. A luta pela terra, na etapa da Independência, na Revolução, e, logo, a luta para sobreviver nos "ejidos". A luta popular, no país, tem sido, sobretudo, a dos camponeses pela terra, e as mulheres no centro se mobilizando em torno da conquista da terra, pelo abastecimento, pela alimentação, pelos desaparecidos, protestando frente às autoridades que "ya llegaron al puebio y asasinan a unos y encarcelan a otros".

E, na relação com as mulheres tanto do meio rural quanto urbano, sempre essas intelectuais partem de suas demandas específicas, utilizando a metodologia da educação popular, que atua tomando como base as percepções e sentimentos das pessoas. Organiza a reflexão de tal maneira que se atinja uma compreensão mais racional das vivências. As demandas vigentes eram as ligadas à sobrevivência: a água, a alimentação, a organização de moinhos, das parcelas rurais, a educação das crianças, os serviços públicos.

"Nosotras empezamos desde ese tipo de demandas y problemas. Poco a poco, introducíamos la reflexión sobre cuestiones consideradas específicas de mujeres. Obvio que hay una serie de problemas de las mujeres que se presentan cuando comienzan a participar. El companero celoso, no le permite salir de la casa. Aún cuando los dos están en la lucha al regresar al hogar de la puerta para dentro se fue el progresista. Al fin, unas problemáticas se van presentando que ameritan reflexionar. Las relaciones de pareja, la crianza de los hijos, la familia, Nosotras

tomamos y retornamos estas cuestiones traídas por las mujeres y establecemos puentes. Enseñamos como están ubicadas en un todo. De esta forma, logramos tratar de la condición de la mujer, de las relaciones de género, de los sentimientos y pasiones" (Concha).

No cruzamento das exigências das diversas dimensões das questões pessoais e sociais, analisando suas especificidades e universalidade, estão as organizações populares brasileiras e mexicanas, ainda que não as explicitem, nestes termos, inseridas nas críticas à modernidade, mas numa perspectiva de sua reconstrução e ressignificação. Mas, não abdicam de um sentido para a história que se constrói também a partir de suas lutas e sua inserção nas lutas de parcelas da humanidade por um mundo justo, feliz, humano. Não se depreendem, pois, de suas raízes ocidentais, da herança da razão e das instituições legadas por esta vertente. Mas, como lembra Garretón (1992:8),

"tão pouco pode deixar de reconhecer que, junto à racionalização, há também a vertente da expressividade, da comunicação, da relação entre sujeitos, a imaginação, a estética, o impulso e a paixão. Ambas vertentes da modernidade não se dão num vazio histórico ou numa sorte de receita abstrata das doses adequadas de desenvolvimento técnico e fantasia mágica, mas passam pelo filtro complexo de uma terceira dimensão, que é a memória histórica de cada sociedade".

Essa memória histórica determina a reconstrução e a reinvenção da racionalidade, da expressividade e da convivência que possibilitarão a hibridação de perspectivas originariamente distintas e, até, antagônicas. Essa perspectiva "implica a elaboração de alternativas às fórmulas de organização e convivência que negam a nossas sociedades a possibilidade de criar sua própria modernidade e de confrontar e assimilar as diversas vertentes desta a partir da memória histórica de seus sujeitos sociais" (Garretón, 1993:8).

6.3 - A palavra como expressão da pessoa

A constituição da pessoa se dá pela ação econômica mas, sobretudo, pela política, por meio da atuação coletiva, da afirmação da subjetividade e da intersubjetividade que se expressa na e pela palavra. E se manifesta ao dizer a sua palavra. Palavra que sintetiza a idéia central do saber, para os entrevistados. *A fala, tomar a palavra, poder expressar seus sentimentos, comunicar-se, interagir com outrem, poder argumentar, enriquecer a fala, saber falar são*

expressões que permeiam as representações sociais de dirigentes e intelectuais ao avaliarem a importância de sua participação nas organizações sociais e os objetivos das suas ações.

Ao mesmo tempo a fala é um perigo, por isso não pode ser usada de qualquer jeito, em qualquer lugar e a qualquer momento, dizem outros entrevistados. A fala é a expressão da pessoa, de suas posições e paixões, marca espaços e perspectivas no interior do jogo de interesses. Esta percepção pode ser sintetizada na fala de um dirigente rural mexicano, ao se referir a um "*taller*" de Pueblo Creyente, objeto de observação durante cinco dias, realizado no Ejido San Miguel, em Palenque, no Estado de Chiapas, reunindo dirigentes rurais e urbanos. Conforme sua entrevista,

"En este encuentro, el primero que realizamos juntando los dirigentes rurales y los de la sede del municipio, temamos mucho cuidado al hablar. Comentábamos entre los mas conocidos que era preciso usar poco las palabras lucha y liberación. Pues, para los de la sede podía sonarles mal, no comprender bien, interpretar erroneamente. Hay que ir despacio y por eso, tenemos que buscar la manera de expresarnos".

Não é sem razão que os poderosos e as elites estabelecem as regras da fala, as falas competentes e os lugares da palavra. Com o uso da palavra, as pessoas se afirmam, identificam-se com um determinado segmento social, compõem uma matriz discursiva que conforma uma comunidade de destino, de projetos pessoais e históricos. Expõem e se expõem.

Mas, também, com as palavras, destroem-se as pessoas, colonizam-nas, inferiorizam, desmontam suas matrizes discursivas. Pode-se, outrossim, a partir desses desmontes, construir outras ou anular as pessoas e seus dizeres. É impressionante a importância que, sobretudo, as dirigentes rurais e urbanas, brasileiras e mexicanas, mais que os dirigentes, dão à palavra, ao poder de se expressar. Estes mais que as intelectuais e estas mais que os intelectuais.

Essa gradação na atribuição da importância da fala que aparece nos discursos é denotativa dos graus de discriminações sociais no uso não apenas da palavra, mas dos espaços e da afirmação dos segmentos sociais. Os intelectuais têm assegurado um maior reconhecimento social que as intelectuais e estas mais que os dirigentes populares, que, por sua vez, estão mais prestigiados que as dirigentes.

A importância do falar é, pois, identificada em várias dimensões que denotam o seu significado para os sujeitos, ao tempo em que os institui e constitui. Significados diferentes do fenômeno da tomada da palavra e algumas de suas exigências. Afirma o mesmo dirigente rural mexicano acima citado:

"Llegó un momento en que comenzamos a oír algunas palabras, algunos mensajes sobre la manera de formar una iglesia de los pobres. Poco a poco, comenzó a aparecer esa idea, mas las personas no querían escucharla. Fueron pocos los que escucharon y comenzaron a llevarla en serio, a querer concretizaria com era la exigencia de su propio pronunciamiento" (Pueblo Creyente).

Essa fala expressa também a desconfiança em que as pessoas foram socializadas em relação ao uso da palavra e das possibilidades de sua afirmação social: "começou a aparecer essa idéia, mas as pessoas não queriam escutá-la". Como escutar uma idéia que contraria a posição tradicional de silêncio, sobretudo, de camponeses e camponesas, indígenas, cuja tarefa sempre foi apenas a de executar o que mandam os brancos e servi-los diuturnamente? Palavra vinda de uma Igreja que, depositária da Palavra Divina, ensinou sempre às mulheres pobres, em particular, apenas a dizerem "amém", e aos homens pobres a dizerem "amém e meter a mão no bolso", ou "derramar o suor a seu serviço", como dizia o mesmo dirigente.

No Brasil, foram constatadas as dificuldades de os dirigentes informarem aos intelectuais da Comissão Pastoral da Terra (religiosos) que já era hora de eles se afastarem para que pudessem se exercer como direção do movimento. Era a afirmação do MST como organização própria dos trabalhadores rurais. Chamaram dois dos intelectuais, com os quais haviam se identificado mais, para transmitir sua decisão, mesmo assim foi "muito suor e gagueira", conforme depoimento de um dirigente do MST:

"Queremos dizer a vocês, porque criamos uma relação de amizade muito grande com vocês e, por isso, estamos tendo coragem, não foi fácil criarmos essa coragem, para afirmar o que lhes vamos falar agora. Nós não estamos tendo coragem de dizer isso aos outros. O que queremos afirmar é o seguinte: se vocês querem nos ajudar, agora nos deixem sozinhos. Deixe-nos caminhar com nossas próprias pernas. Deixem-nos errar. Se querem nos ajudar, se retirem. Quando nós precisarmos, os procuraremos de novo".

É a expressão de um crescimento pessoal e coletivo que resulta do próprio processo vivido na experiência organizativa. Diante desses sinais indicadores da autonomia em construção, as reações dos intelectuais não foram as mesmas, alguns sentiram como uma verdadeira ingratidão, e, até mesmo, como uma traição, resultado de influências indesejáveis. Até para os que compreenderam, custou muito se acostumar com a idéia e ir se dedicar a outras atividades para regressar quando forem reconvocados. Afirma um desses intelectuais,

"depois, pensei comigo mesmo: 'é uma questão de sermos coerentes com o que pensamos. Sempre pregamos para os trabalhadores que eles deviam caminhar com seus próprios pés. Ser os protagonistas de seu próprio destino. Ser os construtores, os sujeitos da história'. E, perguntava-me: 'onde está o discurso que aprendi de Paulo Freire e tudo o que a gente sempre defendeu?. Os caras, agora, estão querendo fazer o mesmo. É certo que é um pequeno grupo, mas é um pequeno grupo que deu um salto de qualidade. É a partir desse grupo que deu esse

salto de qualidade que o movimento vai ser dirigido pelos próprios camponeses'. Imagina, se o grupo que deu esse passo tem dificuldade de nos enfrentar a nós assessores por causa do mito do conhecimento, para os outros será impossível. E além do mito do conhecimento, somos religiosos. Sabemos o que significa o sagrado para o camponês. Temos que celebrar essa vitória extraordinária" (Görgen).

Dessa forma, além de superar o mito do conhecimento, do poder e do sagrado, na participação ativa e na prática social, as camponesas, os camponeses, as mulheres e os homens das periferias urbanas adquirem o "*status*" de dirigentes pela construção de seu próprio discurso, pela conquista da palavra, pela competência técnica e política que vão adquirindo.

Essa atitude substituíra uma posição anterior em que esses mesmos dirigentes, por ocasião da avaliação de atividades da Comissão Pastoral da Terra, diziam não poder julgar a ação dos intelectuais. Naquela, ocasião, como informa um dirigente do MST, "pensávamos que tudo o que tínhamos a fazer em relação aos padres assessores era agradecer. Nós só podíamos ser gratos a eles pelo que estavam fazendo por nós. Os outros padres não se preocupavam com os pobres e eles estavam se ocupando. Nós não podíamos avaliá-los".

Os intelectuais brasileiros que perceberam o crescimento humano dessas lideranças, mesmo que ainda permeado de contradições, como sempre será qualquer crescimento humano, retiraram-se e foram se dedicar a outras atividades.

As mulheres, tanto no Brasil como no México, valorizam muito os "*talleres*" porque se constituem em espaços onde têm 'lo derecho a opinar'; e descobrem 'las formas buenas de echar opiniones', na formulação de uma dirigente da Unión Popular de Colonias Solidaridad. "En los talleres todas hablamos. Convivimos mediadas por objetivos, reflexiones. Aprendemos a ser conunicativas en el hogar y enfrentamos al señor marido", afirma uma dirigente da Regional de Mujeres.

Por ocasião da Assembléia mensal da Unión Popular de Colonias Solidaridad, nos informes sobre um "meeting" de protesto contra a violência às mulheres, no Zócalo da Cidade do México, só falavam os homens. Então, o dirigente da Assembléia "repreendeu" as mulheres porque não faziam seus comentários. Disse ele, "tratandose de un asunto de mujeres, ustedes non ser muestran interesadas". Ao que a dirigente da Comisión de Mujeres de Unión retrucou com um amplo discurso mostrando que "ese es un problema de la sociedad, siendo así del interés de los hombres y las mujeres. Y si las mujeres no hablan, quando están en la Asamblea, es porque nunca la sociedad les ha permitido la palabra". Mostra que, na reunião da Comissão,

"todas hablan, pues este es su ambiente". Termina conclamando-as para que, não apenas na Comisión de Mujeres e nos "talleres" específicos, mas em todos os espaços, mesmo onde a maioria seja do "género masculino", tomem a palavra porque "todas tenemos el derecho de hablar, tenemos nosotras que reafirmamos y expresar nuestros intereses"³³.

Mas, a dificuldade do uso da palavra não é específica das mulheres frente aos homens, nem dos trabalhadores diante dos intelectuais. Há um problema também entre intelectuais mais afeitos às lides práticas, organizativas, e os cientistas sociais, ainda que ambos sejam do "género masculino" ou "género feminino", como afirma Monroy, intelectual urbano mexicano. Num encontro promovido entre intelectuais e cientistas sociais mexicanos

"Fue muy difícil, en el comienzo, la comunicación entre nosotros. Era un verdadero diálogo de sordos. Al final conseguimos llegar a un diálogo entre las dos prácticas que son esenciales para un movimiento popular. Este es el desafío: ¿cómo establecer ese diálogo continuo entre las personas que están en la teoría y las personas que están en la práctica? No se puede pedir a los que están produciendo ideas, análisis, que salgan a trabajar haciendo sondeos, realizando talleres. Creo que esas personas son importantes en el trabajo teórico, y al mismo tiempo, por otro lado, competiría revisar nuestra práctica, porque el activismo siempre nos absorbe y dejamos de lado la formación personal y la producción de teorías, o la sistematización de teorías que ya se produjo en el campo popular".

E, ao mesmo tempo, tanto para intelectuais quanto para populares, apresenta-se como importante, o diálogo, o "conversatorio". O confronto da "fala" dos intelectuais dos movimentos populares com a dos cientistas sociais, como destes com a "fala" da população, começa a ser valorizado depois de um período de anti-intelectualismo. Aparece, para Monroy, como uma verdadeira dinamite. "Se lograsemos establecer ese diálogo, que es una meta, avalizaríamos mucho. Sería una verdadera nueva bomba atómica, la bomba desde abajo" (Monroy).

É importante ressaltar que a dirigente da UAIM, cujo depoimento aparece no quinto capítulo, quando convidada a se pronunciar sobre o governo mexicano e o PRI, o tom de sua voz baixa, perde a vivacidade e o entusiasmo com que falava de sua experiência. Reduziu o ímpeto do seu dizer. E antes de emitir quaisquer apreciações, gaguejando, afirma: "ahí (no governo e no partido) se encuentran los mejores hombres de la República. El problema son los mandos medios". É impressionante a força da introjeção do autoritarismo. Termina por afirmar, no entanto, que as mulheres estão conscientes e sabem

³³ Parece um eco do que diz De Certeau (1995:39) sobre os acontecimentos de Paris, em 1968, "Aquí todo el mundo tiene derecho de hablar". ... hablar no es ser el *speaker* de un grupo de presión, de una verdad 'neutra' y objetiva, o de una convicción recibida de otra parte".

"lo que está siendo realizado, pues nos comunicanos, entre nosotras, todo lo que acontece. Guando tenemos que negociar algun documento o algo, allí estamos todas, mas ya sabemos perfectamente como se está realizando. Por ejemplo, ahier tuvimos dos visitas de mandos medios. Yo comento con una, comento con otra de mis compañeras y aí rápidamente, quedamos conociendo todo. Las actividades de eses mandos medios desmovilizan. Perdemos esa lucha. Muchas salieron. Mas mi madre que había sido la primera presidente insistió que teníamos que buscar otros caminos, ir a otras reparticiones. Volvimos a intentar de dependencia a dependencia; en unas fuimos bien recibidas en otras fuimos expulsadas".

E nessas idas e vindas descobrem também os preconceitos contra as mulheres, vão-se afirmando através da defesa de suas posições e mostrando a esses "mandos medios" que não são "unas tontas". Contra-argumentam. Insistem que necessitam de uma oportunidade, pois já lutam há seis anos e nunca receberam nenhum apoio. E como resposta escutam que "'Con las mujeres apenas se pierde dinero, todas tienen deudas. Las mujeres siempre siempre pierden'. Nosotras ripostábamos: '¿Con los hombres no?. Estábamos documentadas y mostrábamos que los grupos de fulano, beltrano y sicrano se romperían. '¿Por qué, si son hombres?', preguntábamos" (UAIM)

Evidencia-se que a ressocialização vai se dando pela reconhecimento e reinvenção, ou seja, pela aquisição de uma nova compreensão das realidades e pela ação que vão podendo realizar, individualmente e em grupo. A socialização do bebê humano se dá através da palavra e da ação. A linguagem é uma das instituições sociais na qual homens e mulheres mergulham ao serem socializados. Ninguém escapa do seu ambiente cultural e histórico. Este se encontra condicionado pelas formas de convivência que organizam a produção, feição histórica que adquire o trabalho humano. A linguagem é, de fato, a primeira instituição cultural do ser humano e a que "dá o molde primordial através do qual daremos a forma a qualquer de nossos impulsos. Ela é condição tanto no sentido de que nos condiciona, nos inscreve num sistema já dado quanto no sentido de que constitui um meio para alcançarmos outras realidades, ainda não dadas" (Sader, 1988:57).

Nesse sentido, a palavra é instituinte da pessoa humana, pois, quando se inicia nas atividades produtivas, ela já vem condicionada pela linguagem. O lugar da produção se constitui num outro âmbito no qual encontra a possibilidade de uma nova socialização, sobretudo com mudanças, muitas vezes, da própria linguagem. Faz a pessoa adquirir outros traços culturais, uma vez que a língua é condicionada por determinações sócio-históricas e ideológicas.

As pessoas experimentam suas experiências como sentimento e lidam com esses sentimentos, na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, profissionais, sociais e de reciprocidade, como valores, ou através de formas mais elaboradas, na arte ou nas convicções religiosas (Thompson, 1981:189).

O processo de ressocialização é, pois, a colocação do sujeito epistêmico e político em polêmica com sua cultura, com suas experiências anteriores. É ajudar a questioná-las, a buscar desvendar seus mistérios, suas implicações; mergulhar a pessoa em outras experiências, ajudá-la a tomar a palavra, reaprendê-la para expressar as novas experiências.

Na América Latina, os movimentos sociais populares são um espaço privilegiado para a ressocialização, conceituada como processos essenciais da reconição e reinvenção. Estes processos são identificados por Ann Berthoff (1990), linguísta norte-americana, como próprios da Pedagogia do Saber de Paulo Freire. O processo de "reconição impõe uma consciência crítica ativa por meio da qual se apreendem as analogias e desanalogias e todos os demais atos da mente são executados, aqueles atos de nomear e definir, por meio dos quais construímos o significado" (Berthoff,1990:XX). A cognição de fato depende da reconição, *pois*, "nunca vemos, simplesmente: vemos como, em termos de, com respeito à, à luz de. Todas essas expressões assinalam os propósitos e os embaraços que constituem as fronteiras do 'discurso' no uso corrente. O conceito de reconição é um conceito com o qual e a respeito do qual devemos pensar" (ib.:XXI).

Ann Berthoff encontra, no relato de Paulo Freire, abaixo transcrito, as bases para a formulação do conceito de "processos cognitivos", através dos quais mulheres e homens ressignificam seu mundo, compreendendo-o de uma maneira nova, mais ampla e consistente. Dão um sentido novo à compreensão, interpretação e explicação anteriores. Informa Freire:

"visitamos um Círculo de Cultura de uma pequena comunidade pesqueira chamada Monte Mário. Eles tinham como uma das palavras geradoras o termo *BONITO*, nome de um peixe, e, como codificação, um expressivo desenho do pequeno povoado, com sua vegetação, casas típicas, barcos pesqueiros no mar e um pescador segurando um bonito. Os aprendizes olhavam para essa codificação em silêncio. De repente, quatro deles se levantaram, como se tivessem combinado antes, e se dirigiram para a parede em que estava pendurada a codificação. Olharam atentamente para a codificação bem de perto. Depois, foram para a janela e olharam para fora. Entreolharam-se como se estivessem surpresos e, olhando novamente para a codificação, disseram: 'Isto é Monte Mário. Monte Mário é como isto, e nós não sabíamos'" (Berthoff, 1990:XXI).

Para Ann Berthoff, "essa representação é o ato fundamental da mente, **a reconção**". Toda mulher e todo homem, é uma questão de sobrevivência, necessita realizá-lo permanentemente. Caso contrário se atrofia e morre. Morre espiritual e, mesmo, fisicamente. Escapar-lhe-á o sentido da existência, o gosto de viver e conviver. Freire comenta, diz a autora, "esse relato representativo como a codificação que permitiu aos participantes do Círculo de Cultura 'alguma distância em relação ao próprio mundo que começaram a reconhecê-lo". E agrega Berthoff (1990:XXI):

"Essa interpretação do significado da história prepara-nos para reconhecer, ademais, que ela representa a dialética essencial de toda investigação científica; mostra-nos como a concepção modela a formação de conceitos, como olhar e olhar novamente é a própria forma e configuração da exploração criativa e do pensamento crítico; como a observação é o ponto de partida indispensável para uma pedagogia do saber".

Berthoff reconhece, na história de Bonito contada por Freire, "uma parábola dos caminhos do olhar da mente, da imaginação: enquanto a imaginação não for proclamada um direito nato do homem, não será concebível qualquer libertação. A história é, assim, uma parábola da pedagogia do saber" (Berthoff, 1990:XXI).

Para os intelectuais, participantes dos movimentos sociais populares, os processos de reconção implicam a capacidade de identificar e respeitar o que os populares sabem, o seu conhecimento, mas, ao mesmo tempo, a competência de ajudá-los a construir um novo saber. Requer, portanto, competência e habilidade para avaliar os diversos tipos de saber e ajudar os populares a se apropriarem dos mecanismos capazes de torná-los construtores de seu conhecimento e de sua própria reinvenção como sujeitos epistêmicos, cidadãos, profissionais, técnicos, amantes, companheiros e políticos. E, com desempenhos distintos, é esse processo que se pode observar nas reuniões, encontros, cursos e seminários do MST, do Grupo Anastácia e tantos outros, no Brasil, assim como da Regional de Mujeres, do Pueblo Creyente, da Unión Popular de Colonias Solidaridad, no México.

Introduzir novos elementos na cultura em que se foi socializado provoca deslizamentos que permitem vivenciar uma nova experiência; experimentar outras formas de fazer e de dizer. construir uma nova cultura, possibilitando uma nova socialização. Como argumenta. De Certeau (1995:49):

"Una cultura puede vivirse de una manera *diferente* a consecuencia de un deslizamiento cuyo conjunto de palabras y de gestos todavía no es el signo, pero cuya señal es el coeficiente que a todos afecta. Este coeficiente separa a todos los gestos de su uso normal; les da un nuevo estatuto, simbología de una experiencia

diferente a la que organizan. Este coeficiente es ahora ia toma de ia palabra. (...). La novedad se insinua en *un* lenguaje antiguo que permite no veria. Engana porque hace posible la ceguera. Se presenta como lo conocido. Por eso las explicaciones no están equivocadas al señalar el aspecto de 'repetición' de la crisis o de la 'escenificación', pero, en mi opinión, resultaría equivocado definir el simbolismo como una reedición, sustituto imaginario de la acción".

Por isso, nem sempre é fácil identificar o novo que vai sendo construído nas experiências sociais. Os pesquisadores nem sempre estão alertas para perceber o que se insinua sob uma linguagem, que ainda não conseguiu se renovar ou se iludem com uma linguagem aparentemente nova, que, de fato, não expressa novidade alguma.

O problema capital de hoje se caracteriza pela disparidade entre uma experiência fundamental e o déficit de linguagem, entre a "positividade" de um fato vivido e a "negatividade" de sua expressão. Esse problema tem imediatamente uma consequência política. Uma rejeição da "sociedade de consumo" questiona o regime político que a sustenta ou que poderia modificar seus propósitos (De Certeau, 1995:43). Mas, por outro lado, como denuncia o próprio De Certeau (1995:46), assiste-se a uma tentativa de domesticar os acontecimentos que não estavam previstos ou que não se enquadrem na mesmice das situações conhecidas, sobretudo para evitar que suas lições sejam amplamente divulgadas e apropriadas por outros segmentos sociais.

Essa domesticação pode ser evitada pela

"descoberta e a apropriação da fala (que) resultam num processo de interiorização e transformação do imaginário popular que se reconhece, que se redesenha em outro lugar da sociedade. Essa mudança é, sobretudo, a redefinição de um outro plano da cidadania e, por extensão, de poder. Poder falar, reivindicar, discutir, defender idéias contrárias, ou mesmo se fazer notar, ocupar um lugar entre as diversas falas é uma conquista das camadas populares através dos mais diversos processos de socialização. Na conquista desse poder está uma das chaves para compreender porque tem sido, tão tímido, ao longo da história latino-americana, o processo de educação formal" (Montenegro, 1991:59).

Por isso, apresenta-se como fundamental, no fulcro da ação, para todos os parceiros do processo investigativo, a conquista da palavra, a sua construção pelos diversos sujeito. Essa construção assume a democracia como valor universal (Coutinho, 1990) que, no entanto, apenas se concretiza em condições específicas étnico-culturais, num meio ambiente determinado, numa história concreta. Desse modo, esboça-se uma nova cultura que, em sua acepção mais ampla, constitui-se num elemento-chave para a conservação ou mudança dos sistemas e das pessoas.

A sociedade democrática já não se cria a partir de um salto histórico; prellgura-se nas pequenas mudanças da vida cotidiana, ds relações interpessoais e políticas, ds valores. Democratiza-se quando se aprende a pronunciar, a nomear o mundo e transformá-lo, quando se experimenta do micro ao macro a vivência de valores de cooperação, de solidariedade, de respeito, de participação. Este é um processo intencionado que é garantido pela dimensão pedagógica da ação coletiva. A configuração de novas relações sociais exige novas representações, conhecimentos, saberes, ideologias, produtos da ação pedagógica e investigativa que estão sendo vivenciadas nesses movimentos.

Dessa forma, a ação pedagógica revela-se de fundamental importância na construção da democracia. Esta tem como sua matéria-prima os saberes pré-existentes e, como produto mais significativo, a elaboração de novos saberes e conhecimentos, que podem se expressar, também, através de vários elementos artísticos. Nesse processo, manifestam-se, conto importantes e insubstituíveis, o resgate e a sistematização do saber popular, assim como a contribuição do saber científico, cuja interação dinâmica e contraditória é, sem dúvida, o componente central da estratégia cultural, especificamente educativa. FJa se faz democrática e construtora da democracia. No entanto, se não ocorrer sistemática e intencionalmente, não garantirá a todos os praticantes da ação, além das possíveis conquistas materiais, a apropriação do novo saber, do conhecimento, da ciência e de sua contribuição à construção do sujeito histórico coletivo.

Por isso, a primeira atitude de todos os intelectuais e de todas as intelectuais entrevistados, para este trabalho, é a de contribuir para que os populares soltem sua voz, digam sua palavra, na afirmação de Paulo Freire (1992), experimentem uma "pedagogia da pergunta". Assim se dão suas interações, como pode ser observado no trabalho de campo, e também as expressam, na síntese de um intelectual urbano brasileiro:

"Perguntar as coisas ao povo e trabalhar em cima das respostas do povo. Sempre devolvendo, interagindo. É um trabalho que cresce a partir da percepção, das colocações, das coisas que as pessoas vão dizendo. Nesse processo, o próprio povo vai tirando suas conclusões, vai chegando a resultados interessantes. O saber do povo, o que as pessoas sentem. Colocar as questões mais elementares e caminhar com as pessoas a partir de suas respostas. Em todo tipo de trabalho que eu faço, nas assessorias que eu presto, em quaisquer níveis, mesmo quando trabalho com intelectuais, com colegas. Não é diferente do jeito de trabalho com o povo. O importante é que todos e cada um diga sua palavra" (Veloso).

Mas, o face-a-face do diálogo, a informação ou a aprendizagem de "conhecimentos" em discussões apaixonadas sobre as opções que comprometem a existência transfiguram os

indivíduos em pessoas. Oportunizam uma experiência que, por certo, não se apagará jamais, será ressignificada, em quaisquer situações em que as pessoas que a experimentaram, por um certo tempo, possam se encontrar. Por outro lado, gera-se uma exigência muito grande de coerência. Quem fala passa a ser cobrado por sua feia. E como se o fato de falar criasse a natureza. Dá-se uma profunda transformação, as palavras pronunciadas passam a expressar um compromisso. Algo afirmado é um compromisso que se espera revelado numa atitude, num comportamento, numa capacidade, numa realização. Não se admite a incoerência. A linguagem passa a ser tomada a sério: é como se fosse uma verdade. E uma grande decepção, flagrar uma contradição entre o dito e o feito de alguém, intelectual ou popular. Tomar a sério a palavra na visão dos entrevistados pode ser aproximada da formulação de De Certeau quando afirma que se trata da atitude de

"control que cada grupo quiere mantener sobre sus delegados o sus representaciones, y el derecho de cada uno para manifestar los imperativos de su conciencia mediante sus actos públicos. Si, tanto en las comunidades cristianas como en otras, esta doble exigencia impugna particularmente las expresiones colectivas (liturgia, normas comunes, autoridad, etcétera), no es para destruir el lenguaje, sino para restaurado al restituirle su sentido de ser una verdadera comunicación. Mas que un deterioro del lenguaje, lo que se manifiesta hoy es *una necesidad de lenguaje*. ... El sentido de lo que ha pasado hay que comprenderlo en el acontecimiento mismo. (...). Nos hace falta, entonces, partir nuevamente del fenómeno. Que cuestiona todo nuestro sistema de representaciones..." (De Certeau, 1995:56,57).

O processo de aquisição da palavra exige das pessoas uma formação complexa, ampla e consistente. Tornar-se pessoa é um fenômeno cultural que se constrói socialmente. Não é um fenômeno natural, é historicamente empreendido, sobremaneira, pela relação entre intelectuais e populares. Conforme se pôde constatar nesta pesquisa, ele está se dando no meio popular pela ação e reflexão dos movimentos sociais, participantes deste estudo num processo sócio-cultural de construção democrática. A palavra revela-se, portanto, como **praxis** na qual se evidencia como "ação e reflexão de tal maneira solidárias que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente imediatamente a outra. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo" (Freire, 1974:91). Dessa forma, "existir humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problemntizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo pronunciar" (Freire, 1974:92). Evidencia-se, como mostra Bakhtin (1981:121), que

"o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior; está situado no meio social que envolve o indivíduo. (...) a enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo

pelas condições extra-orgânicas do meio social. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, que se trata de um ato da fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística".

Assim, a constituição da pessoa, no interior dos movimentos sociais populares, enquanto situação imediata, constrói uma intersubjetividade que se expressa por meio da palavra. Trata-se de uma construção histórica e social num determinado meio-ambiente natural e cultural. Enfim, uma construção cultural que ao mesmo tempo dinamiza a cultura.

TERCEIRA PARTE

1N-CONCLUSOES

Nesta terceira parte, são feitas algumas ilações tentando configurar as perspectivas das representações sociais sobre democracia de intelectuais e dirigentes brasileiros e mexicanos, participantes das organizações observadas, como também as implicações, segundo os entrevistados, para a prática política dos movimentos sociais.

Deseja-se apenas, a modo de in-conclusões, elencar alguns aspectos que chamam a atenção do pesquisador, sem pretensões de que sejam exaustivos. Trata-se de revelar os elementos que aparecem como comuns e significativos para o conjunto dos entrevistados. No nível em que estão elaborados são necessariamente gerais, mas, acredita-se, indicativos o suficiente para interagir com o debate latino-americano sobre democracia. De fato, constituem-se em indicativos a serem explorados em outros estudos.

SÉTIMO CAPÍTULO

¿DEMOCRATIZANDO A AMÉRICA LATINA?

O capítulo evidencia, sumariamente, as descobertas que pareceram mais significativas para interagir com os debates latino-americanos sobre a democracia, pela sua recorrência nas representações sociais dos entrevistados. Está conformado por seis itens: deslocamento do eixo do debate democrático, a democracia como possibilidade da luta organizada e livre pela qualidade de vida dos trabalhadores, a democracia como possibilidade de articulação popular, a democracia como desenvolvimento integral da pessoa, a democracia como uma construção em aberto e dimensões da cultura cívico-política do movimento popular.

Recorde-se que este trabalho partiu da suposição de que os movimentos sociais populares constituem um *locus* em que se está construindo uma outra cultura política, que pode contribuir com elementos importantes para o desenvolvimento da prática democrática na América Latina. Para verificar essa suposição, tomaram-se vinte (20) organizações populares, rurais e urbanas, como terreno empírico da pesquisa. Desejava-se identificar os aspectos das representações sociais que expressassem essa contribuição e pudessem interagir com outras propostas.

A hipótese central era de que os intelectuais e dirigentes de organizações populares representassem a democracia como uma questão institucional e, ao mesmo tempo, como um processo de ação social. Entendessem a democracia, simultaneamente, como uma questão de sistema político e construção de suas implicações nos âmbitos pessoal, interpessoal, institucional, econômico e cultural. Implica esta hipótese a idéia de que os movimentos sociais populares querem a democracia e lutam por ela, pelas possíveis repercussões para a qualidade de vida da maioria da população, para o seu cotidiano e para a sua convivência social. E indagava-se sobre as inovações que trazem os movimentos sociais populares à construção da democracia. Buscaram-se as possíveis inovações que neles se corporificam, através da reconstituição de suas representações sociais.

O estudo permite constatar a validade da hipótese como um problema pertinente e significativo para os movimentos sociais. Eles identificam como o grande desafio que se lhes apresenta, no momento histórico atual, a sua contribuição à construção de uma cultura política capaz de sustentar um regime democrático substantivo, que é a síntese precária das dimensões política, social e cultural da democracia.

Este estudo reafirma a hipótese na perspectiva da possibilidade de continuidade da ação e do protagonismo dos movimentos sociais, ainda que as condições de surgimento e consolidação dos atores sociais não indiquem grandes probabilidades. Conforme Filmar Nascimento (1992) "a crise atual oferece uma conotação diferenciada: a dificuldade da sociedade ou dos atores sociais em criar projetos alternativos de saída da crise. E talvez, ainda mais grave, dificuldade de se criar simplesmente atores sociais". De qualquer maneira, os atores sociais ainda existentes que interagiram com esta pesquisa estão dizendo algo que a seguir se sintetiza.

7.1 - Deslocamento do eixo do debate democrático

Uma primeira observação a ser feita é sobre o deslocamento do eixo do debate democrático entre os intelectuais e dirigentes entrevistados. Apresentam um foco distinto e a maioria das discussões sobre a democracia, por não enfatizarem as relações entre sistema, regime, governo e eleições. Não as negam, mas não aparecem, nas suas representações, de maneira contundente, mesmo que seus aspectos tenham sido objeto explícito das entrevistas³⁴. E mais, todos os entrevistados estão envolvidos, tanto no Brasil quanto no México, com exceção de uma organização rural mexicana, com os processos eleitorais e as administrações públicas. Essa situação sugere que o problema democrático, para os parceiros desta pesquisa, não é apenas questão da existência, ou não, de um sistema e/ou um regime político que admita(m) eleições periódicas, rotatividade de autoridades, funcionamento de um parlamento e garantia de algumas liberdades, como as de imprensa e expressão. Aspectos que os movimentos sociais querem "vigentes, funcionando regularmente", como formula uma

³⁴ Recorde-se o item três do roteiro que norteou a pesquisa: "*visão sobre o governo, a sociedade e suas ações, assim como as relações entre os governos e as organizações*".

dirigente da União de Mulheres de São Paulo. Mas, esses aspectos não preenchem o imaginário dos intelectuais e dirigentes entrevistados.

A idéia é de uma *sociedade em democratização* e não apenas de um sistema e um regime políticos democráticos. Pensam os entrevistados, na formulação paradigmática de um deles, de Recife, que é "muito pouco, é pobre! Ainda que consideremos uma grande conquista da América Latina nos últimos anos" (Gerard). O pressuposto é a necessidade de construir relações sociais (econômicas, políticas, intersubjetivas) democráticas. Desejam superar uma democracia formal ao tempo em que lutam por sua consolidação. Encaram a questão da democracia pelo ângulo da sua necessária construção. Não pelo foco de sua existência. Trata-se de uma opção a ser concretizada espaço-temporalmente a partir das situações existentes, das condições étnico-culturais, dos preconceitos predominantes. Algo a ser produzido pela *poiésis*, se se pudesse atualizar esta noção de uma das correntes do pensamento grego. É uma construção individual e coletiva como condição de realização do ser humano, pessoa e indivíduo.

Os entrevistados partem da crítica às relações sociais predominantes, nas sociedades latino-americanas, que identificam como assimétricas, hierarquizadas, autoritárias e competitivas. São relações de exploração na economia, opressão na política, subordinação na cultura (saberes, sentimentos, etnias, gêneros, gerações, artes) e de destruição do meio ambiente natural e cultural. Essas relações, assim percebidas, têm necessariamente que ser transformadas, em níveis e alcances diversificados e simultâneos.

A auto-imagem, nesse sentido, é a de que os movimentos sociais populares são relevantes na construção democrática. Mais, são fundamentais e insubstituíveis. Identifica-os como *locus* de aprendizagens do exercício de uma nova forma de poder, de novas dimensões do saber, do sentir e do fazer. Eles não substituem outras ações coletivas, também não podem ser substituídos por elas.

Parafrazeando Weffort, em seu comentário às "intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana" deslindados na *Utopia desarmada* (Castaneda, 1994), poderia pensar-se que a prática e a reflexão dos movimentos sociais populares contêm alguns embriões de uma cultura e ação social diferentes, identificando-os como uma experiência que pode contribuir para a construção de uma outra concepção de democracia. Ou, pelo menos, configuram-se como uma experiência que pode competir no mercado das idéias e das práticas

sociais. As experiências das organizações populares são acontecimentos cujas histórias, "carregadas de drama e de perplexidade, e às vezes também de violência", afirmam que "a utopia desarmou-se, mas não deixou de existir. Pelo contrário, talvez tenha se tornado mais forte para as mudanças que devem vir"³⁵.

Os movimentos sociais populares de tendência democratizadora concretizam, ao lado de outras tantas formas organizativas (partidos, escolas, igrejas, grêmios culturais, ONGs, IAMOPs, sindicatos, etc), práticas coletivas, num contexto onde têm aumentado e se agravado as diferenças sociais entre as classes, os indivíduos e as regiões. Mas, a construção de uma cultura diferente é uma empreitada complexa que não depende apenas da vontade de algumas pessoas, nem se concretiza em uma geração, sobretudo no âmbito de uma cultura dominante detentora de muitos meios materiais e simbólicos, com o sistema produtivo e os meios de comunicação sob seu controle, a que se devem somar a rotina e a monotonia, predominantes nos ambientes populares, sem falar no aparelho repressivo. Estes fatores e instrumentos, incidindo cotidianamente, socializam a todos, como nos lembra Maturana (1995:53), num

"proceso de aprender la red de conversaciones que la constituye a participar en esas mismas conversaciones en el curso del vivir como miembros de ella (...) . Una cultura es constitutivamente un sistema homeostático para la red de conversaciones que la define, y el cambio de cultura, en general, no es fácil, y sobre todo, no lo es en nuestra cultura patriarcal que es constitutivamente un dominio de conversaciones que genera y justifica en forma explícita acciones destructivas contra aquellos que directa o indirectamente la niegan con su conducta. Es en relación a ésta dinámica conservadora del patriarcado, que el origen de la democracia constituye un caso peculiar de cambio cultural, ya que surge en el medio de éste como una ruptura súbita de las conversaciones de jerarquía, autoridad, y dominación, que lo definen".

Nesse equilíbrio homeostático, os movimentos sociais populares ainda são uma novidade; representam uma quebra

"en la coherencia de las conversaciones patriarcales, aunque no las nega completamente, se hace evidente, por una parte, en la larga lucha histórica por mantener la democracia, o por establecerla en nuevos lugares, contra un esfuerzo recurrente por reinstalar en su totalidad las conversaciones que constituyen el estado autoritario patriarcal, y por otra parte, en la larga lucha por ampliar el ámbito ciudadano, y por lo tanto, la participación del vivir democrático a todos los seres humanos, hombres y mujeres, que quedan fuera en su origen" (Maturana, 1995:55).

O sentimento revela-se, pois, nesse processo, uma condição fundamental das aprendizagens e da ação que constrói a democracia. Só quem é capaz de chorar diante de crianças e jovens sem perspectiva de vida, emocionar-se e sentir a justeza da luta, pode se envolver. Certamente, não é suficiente. Mas, sem identificar a luta como "uma coisa minha" para a qual necessita-se de preparação, competência técnica e política, não há aprendizagem, não há afirmação da pessoa, não há democratização. Antes de mais nada, o compromisso com a luta é algo que sai das entranhas, da dor, do coração, do sentimento, da paixão. Para os entrevistados, com essas "virtudes" se permanece na luta, ainda que tenha de enfrentar os desgastes próprios das atividades, dos vai-e-vem às repartições públicas, dos debates intermináveis, dos sábados e domingos em mutirões, reuniões, além das exigências da análise racional e rigorosa do processo. Enfrenta-se o estresse, não apenas político, mas pessoal e cotidiano. Alimenta esse enfrentamento a necessidade de construir uma sociedade na qual, "desde lo social", garanta-se que não seja relegado nenhum dos direitos humanos, num espaço societal onde homens e mulheres possam afirmar-se em todas as suas dimensões.

Essa perspectiva, aparentemente, começa a incidir no governo da sociedade como se pode constatar em municípios administrados pelo PT, no Brasil, e pelo PRD, no México, nos quais há certa incidência dos movimentos sociais. Por outro lado, acirram-se as disputas pelo controle das instituições (econômicas, religiosas, culturais, governos municipais, sindicais, bem como dos próprios movimentos sociais) tornando imprevisível a direção que predominará. E ainda, nesses processos, perdem centralidade os partidos políticos, mas não desaparecem como canais dessas disputas, para garantir a alternância das autoridades executivas e legislativas. Mas, se os partidos não conseguirem encontrar o caminho de sua transformação e atualização, poderão conhecer o desaparecimento. E aí, outras formas de organização irão substituí-los. No México, já existem as candidaturas chamadas da cidadania, que não passam pelos partidos. Realizam os papéis que competiriam aos partidos e que estes não estão conseguindo concretizar.

As disputas continuam tomando as mais variadas formas. Mas, tenta-se, cada vez mais, realizá-las no terreno da legalidade e do ordenamento jurídico. Busca-se, assim, superar a tensão entre liberdade, igualdade de oportunidades e respeito à individualidade. Busca-se conformar coletividades (forças sociais) que disputem democraticamente entre si, sem necessidade de guerras, da pura violência. Algo de positivo que o liberalismo inventou e pode ser ressignificado. Estabelecem-se as regras do jogo e o jogo das diferenças, cuja "importancia

no está en si esa perfección es alcanzable o no, sino en que esa utopia posee fuerza y realidad actual, en tanto orienta las tareas que hoy tenemos que emprender" (Palma, 1993:47).

O reconhecimento das diferenças, na cena política, diz da legitimidade do conflito no plano social. Mesmo que ainda não se respeite a legitimidade das diferenças, na prática, ela passa a ser um instrumento de luta dos movimentos sociais transformadores. Dessa forma, a questão do poder desce à vida cotidiana. O problema não se reduz unicamente à "tomada do poder", enquanto conquista do controle dos aparelhos governamentais em suas diversas instâncias oficiais. É óbvio que se coloca também nesse nível, mas não se limita a ele. A ênfase recai na construção de outras relações sociais, a partir da centralidade dos processos democratizadores protagonizados por esses movimentos.

Para os movimentos sociais populares só interessa "la democracia en todo y no sólo en lo electoral" (EZLN,1996:12). Ela é indicada com o devendo se manifestar na produção, na rotatividade das lideranças, na implantação de outras formas de participação das pessoas que não as meras reuniões ou referendos, na criação de novas relações entre homens e mulheres, nas relações de produção, no exercício do poder, na produção e uso do saber, do meio ambiente natural e cultural, na intersubjetividade; enfim, em todas as relações que conformam a sociedade. E identificam como "telos" do debate e da prática democráticos a construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões. Estão essas perspectivas competindo num contexto em que "a economia mantém-se num clima de grande incerteza e nenhuma matriz político-institucional consegue se estabelecer, imperando a instabilidade política, a recessão econômica (no médio e longo prazos) e formas débeis e perversas de socialização e de regulação social" (Nascimento, 1992:19).

Os desafios aos movimentos sociais populares são, pois, as possibilidades de garantir o **aprofundamento, a extensão e a radicalização** das democratizações que possam a vir configurar um socialismo latino-americano. Assume-se a democracia como um espaço de projetos numa sociedade pluralista, na qual as diferentes propostas possam ser vividas e se inter-relacionarem sem predomínios nem subalternidades.

Assim, para os intelectuais e dirigentes dos Movimentos Sociais Populares, o centro da questão democrática não se encontra no institucional mas no vivencial. No sentido de que eleições livres e rodízio de dirigentes é imprescindível mas insuficiente.

7.2 - A democracia como possibilidade da luta organizada e livre pela qualidade de vida dos trabalhadores

O segundo elemento comum a ser salientado é a vinculação c i a construção da democracia com as possibilidades da luta organizada e livre pela conquista da qualidade de vida e o bem estar da maioria da população.

A democracia, para os entrevistados, tanto dirigentes como intelectuais, diz respeito, em primeiro lugar, à satisfação das necessidades ou interesses ligados às questões da sobrevivência, do trabalho, da atividade produtiva, e seus correlatos, alimentação, habitação, saúde e educação como instrumento de mobilidade social. Não se trata necessariamente de uma novidade; o novo é que esta luta vem hoje perpassada pelas questões próprias das relações interpessoais em suas interações com o meio-ambiente natural e cultural, na medida em que se inter-relacionam e se condicionam mutuamente. O problema central, na colocação dos entrevistados, são as possibilidades da luta organizada e livre de pressões policiais pela garantia de uma vida digna e prazerosa para todos. Esse traço emerge como o elemento fundamental para a identificação de uma sociedade em democratização.

Alguns desvinculam essa luta da reivindicação às instâncias governamentais e pensam que é um sinal do novo a busca de soluções próprias. Não há uma rejeição da ação reivindicatória, mas uma valorização da criação de dinâmicas próprias de trabalho, independentes dos governos, para resolver os problemas que vão sendo coletivamente identificados. Percebem essas possibilidades como o meio para avançar na consolidação de uma nova cultura social, como busca de soluções coletivas para os problemas econômicos detectados.

Percebe-se um deslocamento no exame da questão do trabalho em relação a muitas análises ditas marxistas. E mais, pode-se entender esse deslocamento como uma contribuição significativa dos entrevistados à questão da economia nos processos de democratização. Na prática, aproximam-se de uma visão ética da economia, como propõem Buarque (1991) e Martins (1989), entre outros, possibilitando a superação dos economicismos. Mas não há um

condicionamento da construção da democracia e da cultura democrática ao desaparecimento da falta de trabalho, de alimentação, de habitação, de educação ou de saúde. Para eles, investir na luta pela garantia desses direitos é gerar as condições da democracia. A luta por outras condições econômicas para o trabalho se apresenta como um investimento econômico humanista. Por isso, identificam a cultura democrática à luta coletiva contra a persistência desses problemas e à vitória da luta. A democracia se encontra "na luta ativa, concreta, diuturna e sem trégua, pela superação das situações de pobreza e desigualdades sociais" (União de Mulheres de São Paulo). A luta pela criação de possibilidades de existir a atividade criadora dos bens materiais, em condições dignas, será o indicador do empenho pela democracia, o critério de identificação de uma sociedade em democratização, de um governo democrático. Não se pode, pois, postergar as lutas reivindicativas nem as iniciativas próprias de solidariedade, autogestionárias e de envolvimento na gestão pública. Mas, segundo os entrevistados, há que as ultrapassar, ampliar seu raio de ação, enriquecê-las e complexificá-las pela descoberta de suas múltiplas implicações, inclusive a soberania da economia nacional por meio de empresas privadas ou estatais. Mas, além dos problemas do contexto histórico, avaliam que esses tipos de atividade econômica só têm futuro se dirigentes e intelectuais souberem ajudar as organizações a combinar as lutas econômicas, as parcerias e as reivindicações com as lutas gerais capazes de proporcionar uma nova cultura social.

A preocupação com as lutas políticas gerais, as lutas democráticas, a partir das atividades econômicas, para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento de alternativas sociais viáveis é a representação social predominante sobre a democracia de intelectuais e dirigentes. Estas lutas, na medida em que inter-relacionam, de forma organizada, os trabalhadores por conta própria, empregados ou desempregados, permitem um intercâmbio de pontos-de-vista, culturas diferentes e a garantia da sobrevivência, como no caso das CPAs do MST (anexo 4). Além disso, provocam transformações culturais de perspectivas inovadoras que abrem e começam a consolidar direções distintas no interior dos movimentos sociais populares. São vários os interesses dos trabalhadores que encontram satisfação nessas atividades, ao tempo em que interagem com os diferentes projetos de democratização em suas sociedades. Essa luta explicita a correlação da democracia com as possibilidades e/ou impossibilidades da ação política. E mais, a ação política se revela de fundamental importância pela direcionalidade que pode imprimir ao conjunto das relações sociais, pela correlação de forças que possibilita entre as classes e grupos sociais, e destes com os governos. Dessa forma,

a luta dos movimentos sociais populares resgata os temas fundantes da teoria democrática clássica e os interconecta com as preocupações pela justiça e equidade, que, no pensamento moderno, são inseparáveis do repertório das reivindicações democráticas.

A ação política, para os entrevistados, no interior da cultura predominante no Brasil e México, vincula-se à construção de uma outra cultura cívico-política em relação à predominante e à que se encontra em gestação com os ajustes neoliberais. Os intelectuais e dirigentes, em suas representações sociais de democracia, têm identificado, como politicamente novo, a organização dos trabalhadores, em suas diferentes feições de sexo e idade, nas condições rurais ou urbanas. Tais organizações possibilitam a construção de uma vontade coletiva na luta pela redução das desigualdades sociais, pelo acesso aos bens econômicos e culturais, bem como a participação na decisão e na direção da solução de seus problemas e dos da sociedade.

Nesse sentido, qualquer que seja a novidade tem sempre início pela transgressão que representa a perda do medo, a participação, a afirmação de direitos, acompanhada de sua justificativa discursiva, no mundo das ações e dos discursos competentes. Mesmo que não seja ainda suficiente para alterar as regras do jogo nem seu conteúdo se apresente de forma ampla e visível, expressa o compromisso de fazer da história, a sua história.

A metáfora mais presente, no discurso dos movimentos populares do Brasil e México, parceiros deste estudo, é a da construção do poder a partir de ações locais, da organização, da conquista da palavra, da participação na transformação do cotidiano. Ganha corpo a importância da construção do poder a partir das ações econômicas, organizativas e culturais, mesmo que estas não representem ainda a criação de outro projeto social. A negociação, o pacto, o consenso local e a busca de consensos mais amplos ganham cada vez mais legitimidade e vão possibilitando o desenvolvimento intelectual e outro "emocionar-se" dos envolvidos. Isso não significa que se excluam da ação política, como se viu no quarto capítulo, os pleitos eleitorais, mesmo que não se tenha construída a relação entre os movimentos sociais, os partidos e as administrações públicas. Nem que seja esta uma questão equacionada. As desconfianças não desapareceram nem mesmo com as eleições de alguns governos que vêm dos movimentos sociais. Não há uma representação social construída de maneira mais elaborada. Existe apenas a certeza da importância dessa participação e o envolvimento na busca de respostas aos interesses das organizações populares e dos trabalhadores em geral.

A perspectiva de assumir cargos na administração local ou estadual, e mesmo nacional, no legislativo ou de ser filiado a um partido é confusa. Não há clareza, rática nem teórica, sobre esta participação, mas tem certa evidência positiva a importância das atitudes menos impositivas de alguns partidos e governos que se manifestam na convocação ao envolvimento dos movimentos sociais nos mais diferentes processos decisórios, como orçamento participativo e os Conselhos que se vão se constituindo.

7.3 - A democracia como possibilidade de articulação popular

Entendem, por outro lado, os entrevistados que a condição para firmar a democracia é a consolidação de uma articulação orgânica, flexível e ativa entre as diferentes organizações populares, rurais e urbanas, a qual se configura como uma necessidade e um desafio. Para tanto, empenham-se no aprofundamento da unidade, da coligação dos movimentos; urbanos e rurais populares, respeitando as autonomias e as especificidades. Articular de baixo para cima. por municípios, estados e regiões. Mas têm clareza, também, que essa construção só adquirirá consistência se vier de um amadurecimento dos próprios processos regionais, estaduais e locais. A unidade que, atualmente, almejam, só pode ser construída a partir de novas formas de articulação do movimento. Formas descentralizadas que devem ser inventadas, que adquiram corpo a partir das regiões e das cidades e que se sustentem na idéia de maior autonomia e desenvolvimento regional das organizações populares. O que, aparentemente, os dirigentes desejam é uma articulação, a partir de algumas propostas de ações concretas, diante dos desafios experimentados. Não propriamente uma unidade, mas uma rede que, segundo eles, possibilite uma maior "aprendizaje democrática", "ampliación de la democracia más allá de la organización local", atingir o "status" de "um movimento protagônico".

De qualquer maneira, em termos de articulações mais amplas e abrangentes, tanto no Brasil como no México, os movimentos populares estão na busca de sua configuração para melhor se colocarem em relação à globalização e ao predomínio do neoliberalismo. Começam a sair da defensiva sem ainda conseguirem uma articulação mais consistente, nem maior credibilidade e transcendência junto aos próprios segmentos sociais dos quais surgiram. Mas seus dirigentes e intelectuais atuam no sentido de construir um projeto social que os junte

minimamente e garanta seu impacto societal (econômica e politicamente). Mas, como identifica Nascimento, as possibilidades de formulação de "projetos sociais" estão muito reduzidas, não apenas

"pelos sintomas de anomia e degenerescência a que se assiste atualmente, mas também porque as idéias mobilizadoras dos processos de mudança parecem castradas, sem atrativo e sem apelo: o nacionalismo parece morto; o desenvolvimentismo, coisa do passado; o liberalismo permanece estranho, mesmo às elites que lhe utilizam em seus discursos; a social-democracia, um objeto de luxo em 'um país de desdentados', o socialismo se desmorona, perdendo vigor a cada evento significativo na Europa do Leste. Somente o populismo parece persistir, porém com dificuldades, e apenas para alimentar um corporativismo perverso, porque desagregador" (Nascimento, 1992:20).

Mesmo que os entrevistados ainda alimentem as esperanças de transformações sociais, sua atuação se dá nesse contexto adverso, tornando imprevisível suas influências mútuas, seja dos movimentos sociais populares sobre o contexto, seja deste sobre aqueles. Se os movimentos sociais populares, juntamente com outras forças sociais, não conseguirem minimamente rever este contexto, vão experimentar provavelmente uma grande dispersão e vão se debilitar ainda mais. Será muito difícil prever uma transformação, uma recomposição social que permita, a curto prazo, maior transcendência a esses movimentos. As interações internas pela tentativa de criação de redes e com seu contexto na negociação com organismos partidários e governamentais estão se dando nas organizações dos entrevistados e contribuem, no sentido por eles entendido, para a democratização social, pela visibilidade que permitem à diversidade dos interesses em jogo.

A constatação avaliativa de Paoli, em um estudo sobre os movimentos sociais brasileiros, pode ser extensiva aos mexicanos. Para ela,

"É evidente que, em todos e em cada exemplo ..., dificuldades, refluxos e divisões aparecem e reaparecem ao longo da história desses movimentos. E que eles não eram, ao final das contas, um bloco unitário de interesses que visasse ao poder instituído para instaurar, uma vez dentro dele, a sonhada democracia. Não eram, também, 'meios' de se estabelecer uma democracia direta, popular, como sonharam alguns militantes políticos. O que os movimentos sociais são, e têm sido, está na descoberta que fazem de si mesmos como atores políticos, ou seja, na idéia e no exercício de uma participação equivalente, diferenciada e coletiva na condução dos assuntos públicos que lhes dizem respeito, por mais localizado que sejam. A sua importância não está no localismo e no comunitarismo de sua mobilização coletiva, mas no alcance que há, em cada uma destas mobilizações e ações, em sua enunciação como sujeitos coletivos de direitos. E esta enunciação que aponta para uma nova cultura política, exercida ainda desarticulada e fragmentariamente no espaço social. No entanto, sob seu efeito, inaugura-se concretamente uma noção de cidadania não-idealizada nem abstrata, que põs em movimento uma referência para a própria sociedade, mesmo que esta atribua outras origens para a figuração de si mesma como sociedade que aspira à cidadania" (Paoli, 1992:500).

Essa enunciação, que aponta para a construção de uma nova cultura política, vai se ampliando na medida de suas articulações e do aprofundamento das ações, reflexões e emoções. No entanto, de acordo com mudanças contextuais, podem ser inibidas as possibilidades de sua construção.

7.4 - Democracia como desenvolvimento integral d s s pessoa

Outra característica essencial das representações sociais sobre democracia é a luta pela criação das condições de possibilidade do desenvolvimento integral das pessoas, inter-relacionando o sentir, o fazer e o pensar. Este inter-relacionamento, que não acontece sem conflitos, não se dá de forma linear. Mas foi observado que, ao lado da busca das articulações em níveis mais amplos, dá-se o esforço de valorizar essas três dimensões concomitantemente, atribuindo-lhes importância semelhante. Dessa forma, a atuação dos movimentos não se limita apenas à reflexão; sempre são feitas atividades práticas, mesmo porque se deseja melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para seu crescimento pessoal. Nos encontros e reuniões, tanto locais quanto regionais ou nacionais, simultaneamente às questões relativas à cognição, estão presentes os problemas pertinentes à emoção e à ação.

O esforço de trabalhar equilibradamente as três dimensões do ser humano poderá ir corrigindo possíveis desvios em uma ou outra direção, sem que um aspecto possa dominar. As possibilidades de que se possa manipular a emoção de outrem obrigam a que a orientação das emoções seja feita com responsabilidade e rigor. Nessa direção, trabalham intelectuais e dirigentes brasileiros e mexicanos, mais as mulheres que os homens, por uma revisão de papéis em todos os âmbitos das relações sociais que permita a expressão de todas as dimensões do ser humano. Uma revisão que garanta a todos, homens e mulheres, em todas as idades, línguas, religiões e ambientes naturais e culturais, uma modificação das formas de convivência social. A superação da desconfiança, do sectarismo, dos medos tem um efeito na auto-estima, aumenta o protagonismo, amplia os horizontes, dá maior estabilidade na ação e reflexão, muda o sentimento. No cruzamento das exigências das diversas dimensões das questões pessoais e sociais, analisando suas especificidades e universalidade, estão as organizações populares brasileiras e mexicanas, ainda que não as explicitem nestes termos, inseridas nas críticas à

modernidade, mas numa perspectiva de sua reconstrução e ressignificação. As temáticas podem ser aproximadas: o geral e o particular, o sentimento e a razão, o saber e o saber-fazer, e suas críticas, consensos locais e amplos. Mas não abdicam de um sentido para a história, que se constrói também a partir dos embates locais e sua inserção nas lutas de parcelas da humanidade por um mundo justo, feliz, humano.

Emerge, nesse contexto, conforme a análise realizada no sexto capítulo, e se impõe como *telos* da democracia a constituição da pessoa e sua expressividade. Não é a existência de um sistema político em que funcionem regularmente as eleições, a mudança das autoridades e as decisões coletivas a finalidade da democracia, como afirma a maioria dos debates sobre a questão democrática, mas a afirmação e o desenvolvimento da dignidade e de todas as capacidades do ser humano. Um sistema político funcionando regularmente com regimes crescentemente democratizadores é fundamental no processo de consolidação da democracia como meio que pode assegurar, mas não necessariamente garantir, a afirmação da dignidade individual e pessoal, bem como a convivência prazerosa entre os seres humanos, sua auto-realização e felicidade. Como o ser humano é uma totalidade, uma integralidade e uma relação, é em função de sua realização que se deve organizar o sistema político e econômico. Essa compreensão confere à pessoa uma superioridade axiológica e uma anterioridade antológica sobre quaisquer leis ou instituições.

A pessoa ou o sujeito, sendo uma intersubjetividade, fundamenta o fazer dos movimentos sociais populares, sejam eles amplos ou restritos, políticos ou de massa, cristãos ou atéios, mistos ou temáticos. Nesse sentido, a pessoa adquire o "status" de *noção e sujeito* de um processo de democratização capaz de decidir, coletivamente, a modernidade a ser construída, a partir das condições e situações existentes. As pessoas são o fundamento radical e finalidade última da democracia. Ganha relevo, nessa perspectiva, as questões mais essenciais da existência: o pensar, o fazer e o sentir do sujeito. Abrem-se outros horizontes, ao tempo em que se tentam superar as barreiras das diferenças, racionalidades, especialidades, religiões e meios sociais. Oportunizam os movimentos sociais populares uma experiência importante que, por certo, será ressignificada, em quaisquer situações em que as pessoas possam se encontrar.

Dizer sua palavra, ser pessoa, requer processos de formação complexos, amplos e consistentes. São fenômenos culturais que se apreendem, e se aprendem socialmente. Não se realizam espontaneamente, pois não são fenômenos naturais. Esigem um processo educativo

situado e datado, uma formação que se concretiza, sobretudo, pela relação entre intelectuais e populares. No caso específico desta pesquisa, constatou-se seu acontecer na ação e reflexão das organizações dos movimentos sociais populares, como um instrumento fundamental da democratização que está sendo construída, pelo menos com seus protagonistas.

7.5 - A democracia como uma construção em aberto

As experiências analisadas, neste estudo, incluem elementos que, na década de 1970, não estavam presentes na maioria dos movimentos sociais ou nunca tinham sido suficientemente considerados: a felicidade e a auto-realização. Amplia-se, assim, uma visão da ação coletiva que a compreendia apenas como aquela ação dirigida à emancipação política ou à destruição da exploração. Percebe-se, com efeito, que a superação da exploração e da opressão não permitem, automaticamente, a igualdade, a liberdade ou a felicidade. Cada um desses campos exige ações específicas. Nenhum deles, de forma isolada garante, necessariamente, a auto-realização. Dessa forma, afirmam-se, como imprescindíveis, outros tipos de luta, mais próximas ao cotidiano e às subjetividades, possibilitando o prenúncio de uma outra sensibilidade política e cultural.

A "nova sensibilidade", segundo Llano (1989), releva a busca da felicidade, da realização pessoal e coletiva. Estas ultrapassam e, algumas vezes, excluem os tradicionais mecanismos de enquadramento governamental, partidário, religioso e de mercado. A ação coletiva tem que, nesse contexto, valorizar aspectos da existência humana, além desses mecanismos institucionais. As mudanças culturais emergentes permitem inter-relacionar diferentes dimensões da prática social com a construção e consolidação de novas relações sociais que constituem a marca da modernidade que interessa aos intelectuais e diligentes das organizações populares brasileiras e mexicanas entrevistados.

A unidade, sem uniformidade, de perspectivas e desejos dos movimentos sociais populares brasileiros e mexicanos pode ser atribuída às origens e ao começo muito semelhantes desses movimentos. São problemas estruturais e conjunturais de um capitalismo tardio que se manifestam nas condições de vida, trabalho, lazer, educação e nas intersubjetividades dos membros de segmentos sociais populares que se encontram com uma militância da esquerda

(às vezes, católica) e acadêmica, própria aos intelectuais analisados. Esses militantes, conforme revelou o trabalho de campo, leram os mesmos livros, participaram de grupos semelhantes, tiveram, mesmo os ateus, uma influência marcante do cristianismo, e se envolveram em atividades educativas e de promoção social. Hoje, esses intelectuais estão todos preocupados com os ajustes neoliberais, provenientes da mesma receita do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que estão degradando ainda mais as condições de vida e trabalho da maioria das populações do Brasil e México.

Seria essa a explicação? Evidentemente que ela é frágil e insuficiente. No entanto, todos esses intelectuais estão envolvidos no projeto de construção de atitudes e perspectivas democráticas que expressem uma cultura política e cívica nova. Esta se apresenta como um "instrumento, uma força, na constituição de uma identidade para o país e para as pessoas", como afirma Gerard, um intelectual urbano brasileiro que de alguma maneira sintetiza a posição dos intelectuais e dirigentes brasileiros e mexicanos entrevistados.

As representações sociais desses intelectuais e dirigentes firmam a existência e a importância não propriamente de uma democracia nova, mas de processos democratizadores na medida em que se avança na efetivação das diferentes dimensões em que o ser humano se constrói, afirma-se e transcende em sua humanidade, superando os limites do "aqui e agora", em relações interpessoais mais amplas e sociais mais inclusivas. Pode-se mesmo afirmar que não tem sentido se falar em transição à democracia. Para os movimentos sociais essa é uma construção, um projeto em aberto. É, *mutatis mutandi*, a modernidade habermasiana como projeto inconcluso que se vai se firmando, na medida em que as pessoas se organizam, respeitam as regras do jogo democrático e da civilidade cotidiana conquistam maiores espaços para uma democracia social. Trata-se da construção de uma *societas* ou de unidade na diversidade, uma organicidade *e não apenas de uma estrutura ou ordem social*.

Flagram-se, nas representações sociais dos entrevistados, elementos que poderão contribuir para o surgimento de *uma nova cultura cívico-política* que em suas coerências e incoerências ajudam a sustentar ou se opor às macrotransformações. É possível, assim, concordar com Giddens (1989: XVIII) quanto à questão das intersubjetividades como suporte das estruturas, pois "as práticas sociais, ao penetrarem no espaço e no tempo, estão na raiz da constituição do sujeito e do objeto social". Pode-se também afirmar que os sinais apresentados ao longo deste trabalho permitem identificar um processo que pode contribuir para a

construção de outra cultura cívico-política. lista, resgatando elementos de várias práticas e debates, de tempos imemoriais e recentes, podem configurar o que Leehner (1988: 129) denomina *mudança da subjetividade em política*.

A perspectiva apontada pelos movimentos sociais populares brasileiros e mexicanos fornece ingredientes significativos para **a construção dessa subjetividade em política**. Esta consiste em relacionar, de outra forma, razão, sentimento e libertação. Não parecem irracionais, como consideram certos pós-modernistas, as tentativas de libertação de homens e mulheres observadas nas organizações populares, nem propriamente obscurantistas. Apresentam-se, com efeito, perspassadas de um radical sentido humano.

A construção de outra cultura cívico-política é uma possibilidade, uma tendência que poderá não se concretizar. O problema, pois, se encontra na eventualidade de que predomine como cultura cívico-política aquela em gestação, decorrente dos ajustes econômicos e da ideologia neoliberal em contraposição à configurada, potencialmente, pelo movimento popular. Se assim acontecer, o resultado poderá ser a sua morte. A cultura neo-liberal é alimentada pelo comportamento da maioria, das elites governantes e econômicas latino-americanas (em geral corporativas, desonestas e presunçosas). Se se amplia o consenso em torno desta cultura e, sobretudo, se ela convence a esmagadora maioria de que todas as aspirações dos movimentos sociais populares não passam de meta-relatos incoseqüentes dos quais é necessário se livrar, a cultura em construção nestes movimentos não progredirá.

Os debates e embates dessas culturas cívico-políticas distintas podem ter resultados díspares; no caso positivo de uma maior compreensão e luta pela cultura cívico-política emergente nos movimentos sociais populares realentará a esperança de se construir a realização das faculdades individuais e das alegrias coletivas da maioria da população latino-americana.

Essa discussão sobre a natureza mesma da democracia e a luta diuturna por sua concretização feita pelos movimentos sociais populares, situam o momento histórico atual como de inflexão social no qual se explicitam incertezas e disputas políticas e gnosiológicas permanentes à humanidade. Revelam a controvérsia de uma época em mutação de referências, debilidade de certezas e, talvez, pelos acontecimentos e situações experimentados³⁶, projetada

³⁶ Por certo que não é possível minimizar o sentimento de derrota que se experimenta diante de acontecimentos como os da Bósnia-Herzegovina (Filipovic, 1995), da Praça da Paz Celestial em Pequim, do neonazismo alemão e os de **nuestra América**, a exemplo de situações como as do Brasil e México. Mas,

para uma barbarização do modelo civilizatório "ya sea por carencias y miserias sociohumanas, ya sea por su contracara: la aceleración de la abundancia para un futuro definitivamente deshumanizado" (Casullo,1989:11). Ou tencionada para uma ampliação de processos de humanização (Nascimento, 1996).

Tudo isso expressa a encruzilhada da modernidade ocidental e tem sido objeto de questionamentos no interior dos movimentos sociais populares latino-americanos e entre alguns cientistas e políticos, no sentido não simplesmente de rejeitar toda e qualquer modernidade com sua tecnociência, mas de buscar outra **direcionalidade** para suas potencialidades de crítica e de renovação da humanidade, simultaneamente à sua destrutividade, pelo uso ganancioso e privado de que ela tem sido alvo. Deseja-se potenciar e dar outro uso às descobertas que a ciência moderna tem permitido, infundindo-lhes como **centralidade** a democracia, enquanto expressão da luta pela construção da justiça, liberdade e intersubjetividades das maiorias e não apenas de minorias possuidoras.

Mas, o sonho democrático contém muitos paradoxos. Entre outros, o mais saliente é a própria contradição da racionalidade moderna (ser, ao mesmo tempo, libertadora e opressora), por ser a idéia da democracia do século XVIII uma de suas filhas diletas. Este paradoxo da democracia se manifesta no desejo de vincular a "plenitude do indivíduo", sua autonomia, e a supremacia do coletivo, à "soberania popular".

Ao afirmar "su autonomía, los individuos se hacen irremediabilmente carga de organizar su convivencia". Essa organização da convivência não pode depender do arbítrio de cada um. Tal impossibilidade levou os indivíduos a eleger o "princípio de la soberanía popular". Este "instituye la centralidad de la política en un doble sentido: a) en tanto acción consciente de la sociedad sobre sí misma; y, b) representación de la sociedad en tanto orden colectivo" (Lechner,1988:130). Mantém-se forte no ideário dos movimentos sociais o primeiro sentido da noção de política: "acción consciente de la sociedad sobre sí misma". O segundo, "representación de la sociedad", encontra-se em "entredicho", sem, no entanto, ser descartado. Ainda se aposta na possibilidade de sua reinvenção, como demonstra o depoimento de Monroy, intelectual urbano mexicano, que afirma ser "la reinvención de la representación política el problema central de la democracia", tanto no sentido das relações entre

essas mesmas situações levam muitos a superar o nível da intranquilidade, da preocupação e entrar na luta pela concretização do desejo que elas criam de promover alterações nesse quadro predominante .

representantes e representados, analisada no quarto capítulo, quanto no sentido da possibilidade de a atividade política representar o conjunto societal. No que se aproxima das posições de Claude Lefort. Esse problema apresenta as duas dificuldades para conformar a democracia que Lechner formula como sendo, de um lado, a articulação entre pluralidade e coletividade; de outro, a possibilidade da atividade política representar o conjunto da ação social.

Em relação à primeira dificuldade, pergunta-se Lechner (1988: 130): *"¿Como articular una pluralidad de voluntades individuales, en principio ilimitadas, en una voluntad colectiva que, por definición, establece límites?"* Esta pergunta encerra a pretensão central da democracia que é seu enigma ou seu mito da esfinge: a síntese possível entre pluralidade e coletividade. Trata-se de uma difícil, quase impossível combinação que, certamente, em plenitude, nunca se conseguirá. François-Xavier Guerra, citado por Lechner, referindo-se à busca dessa compatibilização, afirma tratar-se dos *"fondements et logiques d'une fiction"*, pois, se trata de interconectar *"una multiplicidad de 'pueblos' realmente existente, o sea, la heterogeneidad de la sociedad"* com *"la homogeneidad que presupone en el nivel conceptual la soberanía del pueblo"* (Lechner 1988:130). Se não se trata de uma ficção, está-se frente à possibilidade de uma construção complexa e desafiante.

A constatação desse paradoxo leva Lechner a concluir que a democracia como princípio de legitimidade pressupõe uma identidade que a democracia como princípio de organização jamais poderá produzir como algo definitivo e permanente. Nessa equação, esquece Lechner - o que talvez também se devesse ressaltar - a contribuição dos movimentos sociais populares, mexicanos e brasileiros: a democracia como princípio de cotidianidade. Tal concepção não lhe garantirá perenidade, mesmo porque nenhum processo humano é definitivo, pleno³⁷, mas permitirá ampliações do modelo cívico predominante e sua ressignificação.

O princípio de cotidianidade se contrapõe ao princípio de organização enquanto aparelhos comandados "por grupos subordinados a los sectores empresariales que gobiernan a Estados Unidos" (Chomsky citado por Young, 1992). E contesta, com razão, o domínio da democracia como princípio de organização, que tem garantido a vassalagem dos políticos profissionais. E, pois, a concepção euronorteamericana dominante que está sendo questionada, mesmo que ainda tenha a supremacia, apesar de suas debilidades, como se viu nas questões

³⁷ Segundo o poeta, "o apogeu já é a decadência, porque sendo estagnação não pode conter em si o progresso" (Andrade, 1987:71).

levantadas nas reuniões do G-7, logo após o desaparecimento da União Soviética e, neste ano, sobre o desemprego, comentadas no terceiro capítulo. Mas, afirma-o enquanto princípio, também disciplinado juridicamente, que garante o funcionamento das instituições governamentais, as relações entre os poderes e a existência das diferentes formas de articulação das entidades cidadãs por meio das quais se manifestam e se garantem os direitos das pessoas e se podem efetivar os seus direitos sociais.

Contraditoriamente, no entanto, é a própria existência da supremacia euronorteamericana que permite o debate e a ação, na busca dos elementos que possibilitem fundar outras relações sociais. Ou seja, a probabilidade de elaborar, politicamente, uma identidade razoável dos subordinados (Lechner, 1988:130), mesmo que isso esteja tendo um custo humano social muito alto. E, ao mesmo tempo, leva a encontrar a segunda dificuldade da consolidação de uma democracia: a possibilidade de que a política, enquanto uma parcialidade da existência humana, possa representar sua totalidade.

Em relação a essa dificuldade, pergunta-se Lechner (1988:131): "*¿Puede la política en tanto aspecto parcial de la vida social 'representar' a la sociedad en su conjunto?*" No fundo, trata-se da dificuldade que tem a sociedade moderna de se definir e se afirmar como **societas**, dada sua multiplicidade, aliás sua fragmentação e desigualdade

No processo de produção da sociedade por si mesma (Tourainne, 1973, Giddens, 1989), ela se torna muito heterogênea, complexifica-se, pluraliza-se. Ao tempo em que põe o problema de sua unidade, quer ser uma coletividade. A construção dessa necessária unidade, para que ela seja uma **societas**, não é um problema criado pela pluralização. Esta, enquanto manifestação de suas diferentes riquezas materiais e simbólicas, é uma dimensão facilitadora da unidade na diversidade. O problema é que, historicamente, essa multiplicidade quase sempre manifesta um processo crescente de "desigualização" econômico-ideológica, legitimado pela criação dos corporativismos, ameaçando e concretizando situações de exclusão social. Estes provocam a fragmentação social e a constituição de um poder societal que discrimina a favor dos ricos, penalizando os empobrecidos

Nesse contexto ambíguo, contraditório, por isso mesmo desesperançador e esperançador, enquanto possibilidade de destruição de um período histórico que agoniza e tenta persistir, institui-se "una nueva era que situa y define nuestro trabajo de *reinención de*

la democracia" (Rocha 1993: 3), como um modelo de cultura cívico-política na perspectiva da construção de outra modernidade.

Essa reinvenção da democracia, como foi desenhada na construção das informações dos participantes desta pesquisa, em suas contradições e afirmações, na nova onda modernizadora deste final de século e milênio, *resgata e ressignifica elementos do modelo cívico que vinha se conformando a partir da onda modernizadora do século XVIII*, especificamente o problema da representatividade da política, bem como os elementos das culturas locais latino-americanas e de outras tradições intelectuais e políticas. E se aproxima de Lefort que uma das insistências de suas obras

O problema da representatividade da política remete à "*cuestión de la identidad como una tarea central y su estrecha vinculación con la cuestión democrática*", pois, segundo o próprio Leclmer (1988:31),

"una premisa de toda teoría democrática moderna es la posibilidad de elaborar, mediante medios específicamente políticos, una representación de la unidad. Tal 'comunidad' se constituye, de modo explícito o implícito, por referencia a una voluntad general. De inmediato, sin embargo, se critica el carácter ficticio y abstrato de 'lo general'. La crítica puede estar restringida a los mecanismos políticos de representación, (voto censitario, etc), pero ya para Marx no se trata de una insuficiencia del campo, sino de la incompetencia de la política para legitimar el orden social. El problema es la **representatividad** de la política".

Parece ter razão Marx. O problema da representatividade se justifica em determinados âmbitos e níveis, mas não se dispensa a sua superação no nível das organizações e do poder local. Neste, se aposta nas possibilidades de ação e da expressão diretas que, além de deslocar o problema da representatividade para a questão mais ampla da cultura, não o deixando circunscrito apenas ao aspecto específico do político. A hipótese de De Certeau (1995:54-68), quando discute a política e o saber como sistemas de representação, é a possibilidade de sua superação, identificando na política elementos virtualmente capazes de transformá-la numa ação direta nos níveis locais, institucional e reivindicativo, e não apenas uma representação. E o saber, enquanto expressão disso, pode concretizar a idéia de cultura de Maturana (1995) e do próprio De Certeau. É uma hipótese testável na construção de uma solução para a conexão das dimensões do ser humano, pessoa e indivíduo, na sua afirmação prática e axiológica. A solução pode ser o aprofundamento da idéia de pluralismo da sociedade que supere a fragmentação, como está apontando a existência de movimentos sociais populares ou de "lo social", na formulação de Arditi (1987). Os organismos populares, conforme foi indicado na

segunda parte deste trabalho, querem agir diretamente e rever a questão da representação política. Desejam criar mecanismos diferentes de representação, através de uma vinculação orgânica entre os representantes e as lutas dos representados, pela prestação de contas, consultas e proposições de dupla mão.

A emersão dos movimentos sociais no mundo inteiro, especialmente na América Latina e as críticas pós-modernistas à modernidade, com todas as suas ambigüidades, talvez precisamente por elas, estão dando sua contribuição ao insistirem nas questões culturais, nas quais assume relevância a construção da nova cultura cívico-política. Não à cultura enquanto categoria analítica, mas como prática social que permite o intercâmbio, a compreensão, a criatividade, a expressividade e a construção de consensos localizados e ampliáveis.

Nessa perspectiva, os intelectuais e dirigentes entrevistados se aproximam da posição de alguns literatos que, como Carlos Fuentes, no México, têm salientado o vigor da cultura latino-americana ao lado do estancamento relativo da economia e política oficiais, embora uma e outra sejam também partes integrantes das culturas. A prática e o ideário dos movimentos sociais tentam vincular a economia, a política e cultura, enquanto dimensão simbólica da prática social, para ressignificar e reinventar a sociedade atual numa *societas*. Afirma Fuentes (1992:15):

"Tenemos una cultura extraordinariamente rica, diversificada; es el mejor que tenemos hecho en 500 años, y una economía y una política que no representa la cultura. ... la cultura puede ser la puente para que la sociedad encuentre, al fin, representación política y económica - que no la tiene actualmente en América Latina. ... yo no creo tanto en operaciones que le den prestancia y presencia a un país latinoamericano, sino en hechos internos que por su propio peso nos dan fuerza y presencia internacionales"³⁸.

Dessa forma, os desejos de democratização, existentes nos movimentos sociais, aproximam-se mais da concepção de *poiésis* que de *pólis*. Ou, mais apropriadamente, a idéia de *polis* passa a ser apenas uma dimensão da *poiésis*. Entendida aqui no sentido construído pelo pensamento grego, *poiésis* designa a atividade transformadora das realidades, pelos seres humanos, a partir de suas relações com a natureza, através do trabalho criativo, graças à qual produzem os bens materiais, sociais e espirituais que lhes garantem sua transcendência. Atividade que é fruto, simultaneamente, da tecnologia e da estética proporcionadoras da afirmação da pessoa humana (Dussel, 1984).

. Ver também esta tese em Fuentes (1990).

O pensamento dos entrevistados pode ser aproximado desse sentido de *poiésis* que passa a conter a idéia de *pólis*, entendida como construção social e espiritual do espaço público da cidadania, a criação do espaço de iguais. A partir da noção de *poiésis*, pode-se ir aprofundando as indicações sobre a *nova cultura cívico-política*, termo que parece adequado para indicar um modelo emergente nas representações sociais sobre democracia dos intelectuais e dirigentes populares e que enriquece e amplia o modelo cívico dominante. A contribuição significativa desse novo modelo transparece no deslocamento do eixo da discussão sobre democracia no âmbito desses movimentos. De fato, o debate no interior das organizações populares não se limita às questões; "existe ou não existe democracia?", "o sistema é democrático, mas o regime é autoritário", "existem condições prévias para a construção democrática?". Estas não deixam de ser questões importantes, têm seu interesse intelectual e político. Mas, não é o problema para os movimentos sociais populares envolvidos nesta pesquisa. Neles, a formulação é: "estou ou não lutando para ser gente?", "quero ou não quero superar a pobreza econômica e espiritual, pessoal e da maioria?", "busco ou não busco a minha felicidade pessoal e dos outros?". A luta organizada para a construção e compreensão da densidade dessas questões aparece como sendo o caminho das democratizações.

Essa experimentação trará repercussões na construção do governo democrático de nossa sociedade, nos sistemas e regimes políticos. Os traços da nova cultura cívico-política configurados permitem a combinação da ação política direta com a representação política, através das organizações populares, garantindo legitimidade aos processos econômicos e políticos. Pois, além da ação direta, nos níveis próprios de suas intervenções, as organizações populares, com todas as desconfianças apontadas no quarto capítulo, estão contribuindo para a construção de relações diferenciadas com os partidos políticos e as administrações públicas.

7.6 - Dimensões da cultura cívico-política do movimento popular

A efetivação dos novos valores presentes nos Movimentos Sociais exige a construção de uma esfera pública politicamente atuante, distinta do governo, que, além da legalidade, garanta a legitimidade através da luta pela produção de condições existenciais dignas para todos, fundamentando-se numa concepção do público não apenas como o intercâmbio ou o

tráfico de influências, mas, sobretudo, como o reconhecimento recíproco das pessoas, grupos e organizações sociais, ou seja, o espaço da pluralidade que permite a expressão da individualidade. Esta não é concebida como sujeito isolado, mas como membro de um coletivo, no qual se garantam as instituições do estado de direito e, simultaneamente, como ensina Farfán (1992:10), "la mediación entre las tradiciones culturales y los modelos de socialización, así como de la cultura política de una población".

Nessa perspectiva, as instituições do estado de direito se revelam imprescindíveis, sem, no entanto, abandonarem as mediações entre as tradições culturais e os modelos de socialização e da cultura política de uma determinada população. Necessita-se, pois, de uma revisão da noção do *público, de coisa pública* no modelo cívico predominante. O espaço público revela-se como o espaço comum, comunitário, ou seja, o *locus do reconhecimento recíproco onde o cidadão afirma seus direitos e os tem respeitados*. Sua construção histórica se dará na desconstrução da fragmentação e construção da multiplicidade, de acordo com a nova correlação de forças e a nova compreensão que se vai formulando. Em palavras de Charles Frankel (1984: 105): "la línea entre lo público y lo privado no puede ser el límite entre lo que compete a otras personas y lo que sólo nos afecta a nosotros. No es algo que se descubra, sino una construcción social".

Essa construção deve se fazer a partir dos interesses dos diferentes grupos e organizações sociais, como o modelo cívico ainda predominante, organizado a partir do jogo de interesses da burguesia emergente no século dezoito e consolidado na primeira metade do vinte. Na atual inflexão social, novos jogos de interesses que incluem o cotidiano, as intersubjetividades, como se explicitaram ao longo da pesquisa, estão em ação, com possibilidades distintas de domínio. Ainda que se desenhe o domínio da burguesia financeira e da realidade virtual, estamos num mundo bem mais complexo onde não será fácil uma supremacia sem contestações e sem negociações, ainda que restritivas.

No Antigo Regime europeu e, ainda atualmente, nas comunidades indígenas, o público não é um âmbito bem delimitado. A separação entre vida pública e privada não é especificada. No interior da sociedade ocidental, num processo de séculos, vai-se afirmando o espaço privado como algo distinto, separado, alheio ao poder e à organização dos governos³⁹. Somente quando nessa margem privada se consolidou o aparelho do mercado, quando se

³⁹. Segundo Habermas (1981: 50): "*Privat*" alude à exclusão da esfera pública, do aparelho estatal, pois *público* tem a ver com o Estado formado com o absolutismo.

definiu com direitos e mecanismos de participação, apenas então "*as pessoas privadas se reúnem na qualidade de público*" (Habermas, 1981:65). A formulação de Dewey (1958) que advoga o privado como produtor do público para proteger-se não procede, historicamente. O público, ou, mais adequadamente, a coletividade, ao diferenciar-se, produziu o particular e este, ao ser produzido, criou organismos e leis que qualificou de públicos para garantir seus interesses.

Philippe Ariés (1989) estudou detalhadamente esse processo. Entende que as solidariedades coletivas dominantes na Idade Média foram pouco a pouco deslocadas por novas formas mais restritas de sociabilidade, um processo que foi possível pela maior solidez e estabilidade da autoridade governamental. As comunidades, os vínculos de linhagem e vassalagem, serviam de proteção aos indivíduos, nos espaços onde o governo não a tinha como tarefa. E criaram um mundo que não era nem privado nem público, no sentido moderno. Com o aumento das prerrogativas dos governos, perderam utilidade as formas tradicionais de convivência, e puderam os indivíduos encerrar-se em espaços mais reduzidos.

O mercado serviu de um sólido apoio para as novas formas de sociabilidade. Fora da tutela comunitária, das exigências senhoriais, os indivíduos faziam sua fortuna de maneira privada, amparados pelo governo. Nessas condições, é fácil compreender porque *o público* do modelo cívico, que resiste a morrer, tem uma estrutura individualista. Formam-no os indivíduos que criam o mercado. Mas também ajuda a entender porque, se sua raiz é inequivocamente liberal, leva consigo uma inércia democrática. Nesse espaço público assim constituído, emerge a cidadania, como uma imagem do ser humano e uma moral, que lhe garante consistência. Esta subjetividade garante a legitimidade desse público.

O ser humano, enquanto possuidor de um valor em si mesmo, pode e deve desempenhar múltiplos papéis, sem perder sua unidade, construindo-se como uma integralidade numa comunidade que é por ele constituída ao tempo em que o institui. O problema concreto parece ser o corporativismo ou individualismo grupais e não o indivíduo. O problema é testar as possibilidades da superação do corporativismo, na multiplicidade de formas ou expressões que constituem os movimentos sociais populares. Se eles conseguirem construir articulações de nível superior, garantindo, além da realização dos interesses grupais, a concretização de interesses comuns, avança-se na formulação das possibilidades de uma nova cultura cívico-política democrática e de maior consistência.

O problema da unidade política do movimento popular não é apenas uma questão de desejos, de necessidade ou de vontade política. Estes são importantes, mas não suficientes. Uma unidade artificial não tem transcendência, nem ajuda a consolidar o movimento. Há que se chegar a uma compreensão, a mais ampla e consistente possível, para perceber os interstícios por onde construir a unidade necessária, capaz de consolidar um maior protagonismo do movimento popular.

A. estrutura federada ou confederada permite uma certa unidade política, acordos que se façam por consensos, formas de avançar nas articulações regionais, na autonomia, na autogestão, na elaboração de um novo modelo para a solução dos problemas rurais e urbanos. Encontra-se, atualmente, o movimento urbano popular, mas, também, o movimento rural popular, sem um modelo de desenvolvimento mais elaborado, que, segundo eles, tem que passar pela construção da democracia.

As tentativas, nessa direção, no interior de processos experimentados no México e no Brasil dão alguma esperança, desde que não se esqueçam de continuar criticando-se e de procurar consolidá-las em âmbitos cada vez mais significativos. Sobretudo, a esperança reside no fato de que, em todas essas buscas, os movimentos sociais populares envolvidos e nesta pesquisa, optam pela tentativa de realizar as múltiplas dimensões do ser humano. Querem, a partir dessa complexa combinação, contribuir para a construção de outro projeto civilizatório, o que não é estranho aos esforços de parcelas da humanidade ao longo de sua história. Este é o desafio da nova cultura cívico-política. Vai desenhando sua configuração pelas idéias de "decisão coletiva", de "negociação", de "multiplicidade de iniciativas", "articulações", "controle do governo pelas organizações sociais", "dignidade humana", "afirmação da pessoa pela palavra", "personalidades exuberantes de sentimento, emoção e razão", "público não estatal", entre outros.

Nesse processo de produção de novas representações sociais sobre democracia, encontram-se muitas questões a serem equacionadas, sobretudo porque foram vistas sempre como dicotômicas quando eram antinômicas: "pessoa, cidadão, coletividade, indivíduo, público, privado, política, sentimento, razão, paixão, ação, contemplação, lazer".

Na possibilidade do cruzamento das diferentes dimensões e dos diversos âmbitos, esta pesquisa identifica, numa dimensão específica da ação coletiva (movimentos sociais populares), os possíveis embriões de novas formas de modernidade com suas maneiras diferentes de

pensar, sentir e fazer. Essa ação se situa no contexto mais amplo das relações entre diferentes e concorrentes processos sociais de luta pela construção das modernidades democratizantes e democratizações modernizantes, bem como dos saberes necessários a sua produção e consolidação na América Latina.

ANEXOS

Anexo 1

EVENTOS OBSERVADOS NO BRASIL E MÉXICO

- NO BRASIL

01. Encontro da Direção Estadual ampliada do MST do Rio Grande do Sul, no Brasil, 5 dias, em Palmeira das Missões, RS, abril de 1993
02. Assentamento Novo Sarandi, Macali e Holandês do MST, Rio Grande do Sul, abril de 1993
03. Reuniões do Setor de Educação da FEMEB, Recife, PE, julho a setembro de 1993
05. Seminário de 5 dias "Avaliando 10 anos da ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE DA PERIFERIA e projetando seu futuro", São Luís do Maranhão, outubro de 1993
06. Seminários da UNACOMO (União de Associações Comunitárias e Conselhos de Moradores de Olinda), filiada à FEMEB, Pernambuco, março, abril e maio 1994
07. Seminário com a Associação de Apoio às Escolas Comunitárias, FEMEB, Recife, junho 1994

- NO MÉXICO

08. Reunião e colheita de milho do Colectivo de Hombres de Lago del Tigre, San Cristóbal de las Casas, Em Chiapas, fevereiro 1993
09. Funcionamento da Casa de Mujeres, Pinabetal, San Cristóbal de las Casas, Chiapas, fevereiro de 1993
10. Reunião dos Ejidos de San Izidro e San Antonio Porvenir, San Cristobal de las Casas, Chiapas, fevereiro 1993
11. Visita Pastoral ao Ejido Colectivo de San José del Río, Margaritas, Chiapas, 19 a 20 de março de 1993.

12. Encuentro de Pueblo Creyente, San Cristobal de las Casas, Chiapas, 15 a 17 de março de 1993.
13. Encuentro de Líderes Populares (rurais e urbanos) del Municipio de Palenque, Chiapas en el Ejido San Miguel, Chiapas, 20 a 25 de março de 1993
14. Unión Agroindustrial de Mujeres, Ejido San Filipe de Ixtacuixtila, Taxcala, 3 e 5 de novembro de 1992
15. Secretaria de la CNC, Tlaxcala, Tlaxcala 6 e 7 de novembro de 1992.
16. Asamblea Mensual de la Único Popular de Colonias Solidaridad, Colonia Cuathemoc, DF, novembro 1992
17. Festa de aniversário da UPCS, Conjunto Habitacional de Ia UPREZ 01 de dezembro de 1991.
18. Reuniões semanais da Comisión de Mujeres en Lucha "Benita Galeana" de la UPC Solidaridad, julho a setembro de 1992
19. Reunião da Regional de Mujeres na "Colonia Transito", San Antonio Abad/DF.
20. Encuentros Semanales de la Coordinadora Regional de Mujeres dei Valle de México, maio a novembro de 1993, realizados todas as terças-feiras, entre 10 e 13 horas.

Fonte: Trabalho de campo

Anexo 2

DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES POPULARES

- BRASILEIRAS

* COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DA BAIXADA SANTISTA

01. A mulher negra tem história

02. Eparrei - Jornal da mulher negra 1 (1), março 1993

* FEMEB

03. Estatutos da FEMEB

04. *FALACÃO* - órgão oficial da FEMEB n^{os}.0, 1

* MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

05. A luta continua - Caderno de Formação n^o 10

06. Elementos sobre a teoria da organização no campo
(Clodomir Santos de Moraes) - Caderno de Formação n^o 11

07. Nossa força depende da nossa dedicação - Caderno de
Formação n^o 13

08. O que queremos com as escolas dos assentamentos - Caderno de
Formação n^o 18

09. A cooperação agrícola nos assentamentos - Caderno de
Formação n^o 20

10. Construindo o caminho

11. Curso alternativo de 2^o. grau: Técnico em administração
de cooperativas (proposta)

12. As cooperativas de produção agropecuária e o problema da
produtividade do trabalho e sua eficiência econômica
(texto básico para discussão nas direções do SISTEMA DE

COOPERATIVAS DOS ASSENTAMENTOS e na CPAs) - Juraci Portes de Oliveira.

* União de Mulheres de São Paulo

13. Agenda 91

- MEXICANAS

* Unión Popular de Colonias Solidaridad

14. El tratado de Libre Comercio, pobreza y deterioro ambiental

15. Passo a passo: la verdad ... aunque duela - Nos. 1, 2, 3, 5

16. Resolución del Congreso: en busca de nuestra identidad

17. Sistematización de experiencia de la Comisión de Mujeres en Lucha Benita Galeana

* Unión Popular Revolucionaria Emiliano Zapata (UPREZ)

18. Historia del Movimiento Urbano 1

* Coordinadora de Mujeres "Benita Galeana"

19. La Mata Dando n^{os}. 1, 5, 6, 7, 8

* Coordinadora Regional de Mujeres del Valle de México

20. Encuentro de Mujeres de los Sectores Populares 1980

21. Encuentro de Mujeres CONAMUP 1986

22. Las mujeres tenemos la palabra ... encontro de mujeres de CONAMUP 1986

23. Las Mujeres de las Coordinadoras de los Sectores Populares en México se encuentran en 1987

24. Historia del Grupo de Mujeres de la UPREZ Centro

Fonte: Trabalho de campo

Anexo 3

DOCUMENTOS DE IAMOPs BRASILEIRAS E MEXICANAS

- BRASILEIRAS

* ADITEPP

01. A reunião

02. O povo estuda

*CPT

03 GÖRGEN, Sérgio Antônio. *O Massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis : Vozes, 1989.04. ___. *Uma foice longe da terra*. Petrópolis : Vozes, 1991.05. ___. *Assentamentos - a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis : Vozes, 1991.

* ETAPAS

06. Retrato da gente: Conselhos e Associações de Moradores da Região Metropolitana do Recife, 1987.

07. *Movimento de bairro - invenção e repetição*. Recife : CEPE, 1987.

* REDE MULHER

08. Com garra e qualidade - mulheres em economias sustentáveis: agricultura e extrativismo

09. Educação Popular e movimento de mulheres - oficina de metodologia

10. Feminismos na América Latina

11. Iniciativa popular "Direitos da mulher" para a Constituinte

12. Mulher, ecologia e sobrevivência (Vandana Shiva)

13. Mutirão de educação popular: "a mulher trabalhadora rural"

14. Os modelos de consumo do norte - causa da destruição do meio ambiente e da pobreza do sul (Maria Mies)

15. VIEZZER, Moema. *Se me deixam falar*. São Paulo: Símbolo, 1978.

16. . *O problema não está na mulher*. São Paulo : Cortez, 1989.

- MEXICANAS

* CIDHAAL (CENTRO PARA MUJERES, CUERNAVACA)

17. La vida cotidiana de las mujeres rurales en el Estado de Morelos

18. Experiencias de colectivos de mujeres en la producción agroindustrial (La UAIM en el Norte de Tlaxcala y Sur de Hidalgo)

19. Metodología de Educación Popular Feminista (Un aporte en su proceso de construcción),

* CONVERGENCIA DE ORGANISMOS CIVILES POR LA DEMOCRACIA

20. NUESTRA PALAVRA - El fraude electoral de 1991 y la participación ciudadana en la lucha por la democracia.

* DIOCESIS DE SAN CRISTOBAL DE LAS CASAS

21. Encuentros - Informativo de la Diócesis de San Crisóbal de las Casas, Chiapas nº 11-12, nov-ene 1993

22. Pueblo Creyente

23. El caminar del Pueblo Creyente

24. Encuentro de representantes del Pueblo Creyente

Don Samuel García Ruíz

25. Carta a su Santidad Juan Pablo II

26. Feliz Navidad 1988

27. Pascua de Resurrección: 15 de abril de 1990

28. Feliz, Navidad 1990

29. Exhortación cuaresmal 1991

30. Carta sobre la liberación de Padre Joel Padrón González
nov. 1991

31. Mensaje de Pascua 1992
32. Feliz Navidad 1992
33. Edicto cuaresmal 1993
34. Relatório de la Diócesis para la visita 'ad limina" al Vaticano
35. A organismos, instituciones y personas solidarias con la Diócesis de San Cristóbal de las Casas, Chis.

* ENLACE

36. HERRASTI, María Luisa y ALVAREZ, Rafael. *En torno al abasto popular. Revista Mexicana de Trabajo Social* .1 (1). México : Asociación de Trabajadores Sociales Mexicanos A C, 1989.

* GEM - GRUPO DE EDUCACIÓN POPULAR CON MUJERES

37. LORÍA, Cecilia. Estamos geñando un nuevo mundo. *Educación popular en América Latina: la teoria en la práctica*. Amsterdam : CESO Paper Back n°.4, 1988, p. 231-254.
38. . Las vicisitudes del sí de las mujeres. *Estudios Ecuménicos* 19. México : Centro de Estudios Ecuménicos, jul/sep 1989, p. 33-40.
39. . La participación electoral de las mujeres: una historia de aproximaciones sucesivas. *Estudios Ecuménicos* 27. México : Centro de Estudios Ecuménicos, jul/sep 1991, p. 14-17.
40. . *Para nacer de nuevo: una experiencia de educación popular*. México : Grupo de Educación Popular con Mujeres, 1991.

* MUJERES PARA EL DIALOGO

41. Jornadas Feministas: feminismo y sectores populares en América Latina, México, noviembre de 1986
42. Las mujeres también somos Iglesia (Reílexiones al II Documento de Consulta de la IV Conferencia Episcopal Latinoamericana), abril 1992
43. El movimiento organizado de las mujeres en México
44. Dona Jovita una mujer en el movimiento urbano popular
45. Identidad y liderazgo - Sistematización de una experiencia de formación de dirigentes
46. Memoria del Pedregal, memoria de mujer (Alejandra Massolo). Serie Mujer, vida y movimiento 1

47. Ve y diles - memoria del taller: haciendo teología desde la mujer. Serie Mujer, vida y movimiento 2
48. LOLA - cartilla de alfabetización para mujeres
49. LOLA - manual de la promotora de alfabetización
50. Compañeras - boletín trimestral n^{os}. 36 (3er. trimestre), 39 (2o. trimestre), 40 (3er y 4o. trimestre).
51. AIDA CONCHA, Leonor. *El movimiento organizado de las mujeres en México*. México : Mujeres para el Diálogo, 1989.

* SERVICIOS INFORMATIVOS PROCESADOS

52. Taller de coyuntura nacional 13 (3er trimestre 1988)

Fonte: Trabalho de campo

Anexo 4

DADOS DA REFORMA AGRÁRIA DO MST

Os Assentamentos do MST estão estruturados no Sistema de Cooperativas dos Assentados cujo órgão coordenador é a CONCRAB (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.), uma organização cooperativa de terceiro grau, com sede em São Paulo. Aglutina e representa as Cooperativas Centrais Estaduais no nível nacional. Tem como função coordenar e articular as políticas gerais para o desenvolvimento agropecuário dos Assentamentos. Assessora o trabalho nos estados com maiores dificuldades para avançar na organização da produção e da cooperação agrícola. Suas bases são as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), Associações de Máquinas, Associações Coletivas, Núcleos de Produção, Cooperativas de Comercialização Regional. Essas se articulam nas Centrais de Cooperativas dos Estados. Atualmente o MST conta 81 Assentamentos, 2.758 famílias assentadas, com 51.000 ha de terras conquistadas em sua luta por Reforma Agrária. A safra de 91/92 no Rio Grande do Sul apresentou os seguintes dados:

PRODUTOS	PRODUÇÃO
Arroz	30 mil sacas
Feijão	15 mil sacas
Milho	395 mil sacas
Soja	312 mil sacas
Trigo	25 mil sacas
Subtotal	777 mil sacas = 46.620 toneladas
Batata doce	100 toneladas
Carne de galinha	200 toneladas
Carne suína	1.000 toneladas
Hortigranjeiros	1.800 toneladas
Leite	230 mil litros/mês
Mandioca	640 toneladas
Pêssego	300 toneladas
Derivados do setor primário	53.500 toneladas
Total	104.390 toneladas

Fonte: CONCEARGS (Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul)

Desde sua criação, em 1979, com a primeira ocupação de terras no Rio Grande do Sul, oficializado em 1984, o MST já assentou, no país inteiro, 139.000 famílias. Um total superior ao de qualquer presidente da República, em qualquer época (Veja 24/04/1996, p. 39).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Joffrey C. Retorno a la democracia: la solidaridad universalista y el mundo. In: CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Modernización económica, democracia política y democracia social*. México : El Colegio de México, 1993. p. 39-62.
- ALONSO, Jorge (coord). *Los movimientos sociales en el Valle de México* (2 volumes). México : SEP, 1986.
- . Introducción: cuestionar al Estado. In: ALONSO, Jorge et al (coord). *El nuevo Estado mexicano I - Estado y economía*. México : Nueva Imagen, 1992. p. 13-50.
- ALVES, Edgard L. G. e SOARES, Fábio Veras. *Ocupação e escolaridade - tendências recentes na Grande São Paulo*. Brasília : IPEA, 1996
- ANDRADE, Mário. Prefácio interessantíssimo à Paulicéia Desvairada. *Poesias completas*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1987
- ANTUNES, Pvicardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo : Cortez, Editora Unicamp, 1995.
- ARDITI, Benjamin. Una gramática postmoderna para pensar lo social. In: LECHNER, Norberto (comp). *Cultura política, y democratización*. Santiago de Chile : FLACSO, 1987. p.169-188.
- ARIÉS, Philippe. Para una historia de la vida privada, In: ARIES, Ph. y DUBY, G. *Historia de la vida privada*, vol. 3. Madrid : Taurus, 1989.
- ARIZPE, Lourdes. Voluntad para un futuro consentido. COLOQUIO DE INVERNO. *Los grandes cambios de nuestro tiempo: la situación mundial, América Latina y México I*. México : UNAM, Consejo Nacional para l Cultura y las Artes/Fondo de Cultura Económca, 1992. p. 119- 129.
- AZIZ-NASSIF, Alberto. Chihuahua y Michoacán: prólogo del futuro. *La Jornada*. México, 1992, 7/7. p. 1, 6.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo : HUCITEC, 1981.
- BARBALET, J.M. *A cidadania*. Lisboa : Editorial Estampa, 1989.
- BARRET-KRIÉGEL, Blandine. *Letat et les esclaves*. Paris : Peyoto, 1989.
- BENDIX, Reinhard. *Estado nacional y ciudadanía*. Buenos Aires : Amorrortu, 1985.
- BERTHOFF, Ann. Prefácio. In: FREIRE, Paulo e MACEDO, Donald. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. XV/XXVII.

- BERTRAND, Baskue e BIRNBAUM, Pierre. *Sociologie de l'état*. Paris : Grasset,
- BLACKBURN, Robin (org). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília : Edunb, 1992.
- BOFF, Clodovis. Fé cristã e democracia- *Revista de cultura vozes*. Petrópolis : Vozes, jan/fev 1990. p. 12-27
- BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires : Ediciones Siap-Planteos, 1975.
- BOURDIEU, P. & PASSEROM, J. C. Comparabilité des systèmes d'enseignement. In: *Education, développement et démocratie*. Paris : Mouton, 1967.
- BUARQUE, Cristovan. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- . *O que é apartação*. São Paulo : Brasiliense, 1993.
- CACCIARI, Massimo y FRANCK, Giorgio. Como governare la grande "Citta" degli specialismi. In: *Critica marxista* 3. Roma, 1981. p. 15-37.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de imitação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo : Cultrix, 1990.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento : Brasil - JK/JQ*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo : Brasiliense, 1983. p. 215-239.
- . Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia. In: REIS, Fábio Wanderley e Ó'DONNELL (org). *A democracia no Brasil, dilemas e perspectivas*. São Paulo : Vértice, 1988. p. 368-382
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Entre a cultura heróica e a cultura democrática. In: COLETÂNEA CBE. *Universidade e Educação*. São Paulo : Papyrus, Cedes, Anped, Ande, 1992. p.33-46.
- CASTANEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa : Editorial Presença, 1975.
- . *La cuestión urbana*. México : Siglo Veintiuno Editores, 1978.
- . *Movimientos sociales urbanos*. México : Siglo Veintiuno Editores, 1979.

. *Cidade, democracia e socialismo* - a experiência das associações de vizinhos de Madrid. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.

CASULLO, Nicolas. *El debate modernidad posmodernidad*. Buenos Aires : Puntosur, 1989.

CAVAROZZI, Marcelo. Más allá de las transiciones. Reflexiones sobre el largo plazo en la política latinoamericana. In: BARBA-SOLANO et al (org). *Transiciones a la democracia en Europa y América Latina*. México : FLACSO, 1991. p. 387-402.

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES. *Rumo a Central*. São Paulo, 1991.

CHAUÍ, Marilena. O papel da filosofia na universidade. *Espaço* - Caderno de Cultura USU 3 (3). Rio de Janeiro, 1981. p. 13-28.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). *Solidários na dignidade do trabalho*. Brasília : Campanha da Fraternidade, 1991.

CONVERGENCIA DE ORGANISMOS CIVILES POR LA DEMOCRACIA. *Nuestra palabra* - El fraude electoral de 1991 y la participación ciudadana en la lucha por la democracia. México : COCPD), 1992.

COUFFIGNAL, Georges. Introducción: para qué sirve votar en América Latina? *Democracias posibles* - el desafío latinoamericano. México : Fondo de Cultura Económica, 1994. p. 13-35

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro : Salamandra, 1990.

DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras

DE CERTEAU, Michel. *La toma de la palabra y otros escritos políticos*. México : Universidad Iberoamericana, 1995.

DE LA GARZA, E. *La reconversión industrial en México*. México, 1989 (mimeo).

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo : Cortez, 1988.

DE SIERRA, Gerónirao. Las últimas elecciones presidenciales en México. In: PINTO, Céli Regina e GUERRERO, Hugo (org). *América Latina - O desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre : Editora da Universidade, Associação de Universidades Grupo Montevideo. p. 73-80

DEWEY, John. *El público y sus problemas*. Buenos Aires : Ágora, 1958.

DTNCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. *Nós, cidadãos* - aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

DINIZ, Eli. Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil: um balanço histórico. *Dados* 3(32). Rio de Janeiro, 1989 p. 323-40.

DOIMO, Ana Maria et ali. Os novos movimentos sociais - teoria e prática. In: *Ciências Sociais Hoje, 1986*. São Paulo : Cortez, ANPOCS, 1986.

- DONOLO, Carlo. Algo más sobre el autoritarismo político y social. In: CLACSO. *Los límites de la democracia*. Buenos Aires, 1985. p. 35-47.
- DUBET, François. Democracia política y democracia social: ruptura de un vínculo. In: CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Modernización económica, democracia política y democracia social*. México : El Colegio de México, 1993. p. 89-100.
- DURFIAN, Eunice. A dinâmica cultural na sociedade moderna, In: *O popular*. São Paulo : Kairós, 1979. p. 23-42.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la producción*. Bogotá : Editorial Nueva. América, 1984.
- ESCOBAR-LATAPÍ, Agustín. El nuevo Estado mexicano y el trabajo informal. In: ALONSO, J. et al. *EL nuevo Estado mexicano I: Estado y economía*. México : Nueva Imagen, 1992. p.253-280.
- ESCALANTE-GONZALBO, Fernando. *Ciudadanos imaginarios: memorial de los afanes y desventuras de la virtud y apología del vicio triunfante en la República Mexicana - tratado de moral pública*. México : El Colegio de México, 1992.
- _____. Comentario a la sesión IV. CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Transformaciones sociales y acciones colectivas: América Latina en el contexto internacional de los noventa*. México : El Coléto de México, 1994. p. 227-234.
- ESPINOSA DAMIÁN, Gisela. Mujeres del movimiento urbano popular. In: MASSOLO, Alejandra (org). *Mujeres y ciudades: participación, vivienda y vida cotidiana*. México : El Colegio de México, 1992. p. 39-58.
- EVERS, T. Os movimentos sociais urbanos: o caso do "Movimento do Custo de Vida". In: MOISÉS, José Álvaro et al. *Áternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis : Vozes, 1982. p. 73-98
- . Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos do CEBRAP 2* (4). São Paulo, 1984. p. 11-23.
- EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional). Perfil de la Jornada. *La Jornada*. México, 18/01/1994.
- . *Cuarta Declaración de la Selva Lacandona*. México, invierno 1996.
- FALS-BORDA, Orlando. *Acción y conocimiento*. Bogotá de Santa Fé : CINEP/CEAAL, 1991.
- FARFÁN H., Rafael. Se cumplen once años de sua publicación: Teoría de la acción comunicativa. *El Nacional*, Mexico, 22/08/1992. p, 1, 10-2.
- FERNANDES, Floiestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1989.
- FILIPOVIC, Zlata. *Diário de Zlata - uma menina na guerra*. São Paulo : Cia. das Letras, 1995.

- FONSECA, Gabriela. La Cumbre de Munich, puerta de entrada a la posguerra fría. *La Jornada*. México, 06/07/1992. p. 35.
- . "Insuficiente" el crecimiento económico mundial señala el Grupo de los siete. *La Jornada*, México, 07/07/1992. p. 46.
- FRANKEL, Charles. Los derechos privados y el bien público. In: MOONEY, M. e STUBER, F. (comps). *Los humanistas y la política: alicientes en tiempos difíciles*. México : Fondo de Cultura Económica, 1984. p. 103-117.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1974.
- _____. *Pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo : Cortez, 1995.
- FUENTES, Carlos. *Valiente mundo nuevo - épica, utopía y mito en la novela hispanoamericana*. México : Fondo de Cultura Económica/Tierra Firme, 1990.
- _____. México pluralístico y novelesco. *El Nacional*. México, 12/07/1992. p. 15.
- FURTER, Pierre. *Os sistemas de formação em seus contextos: introdução a um método de educação comparada*. Rio de Janeiro : FGV/IESAE, 1982.
- GARCIA-CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. México : Grijalbo, 1989.
- GARRETÓN, Manuel António. Transformación cultural. *Documentos de Trabajo n.º. 25*. Santiago de Chile : FLACSO, 1992.
- . América Latina: cultura y sociedad en el fin de siglo. *La Piragua - Revista Latinoamericana de Educación y Política* 6. Santiago de Chile: CEAAL, 1993. p.5-14.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
- . *As conseqüências da modernidade*. São Paulo : UNESP, 1991.
- GILLY, Adolfo. América Latina, abajo y afuera. In: COLOQUIO DE INVIERNO. *Los grandes cambios de nuestro tiempo: la situación internacional, América Latina y México II*. México: UNAM, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 106-113
- . *Discusión sobre la historia* (Gilly, SubComandante Marco y Ginzburg). México : Taurus, 1995.
- GIMENEZ, Gilberto. *Poder, estado y discurso - perspectivas sociológicas y semiológicas del discurso político-jurídico*. México : UNAM, 1989.
- GÓMEZ-TAGLE, Silva. México en el último decenio: hacia un nuevo sistema de partidos? In: CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Modernización económica, democracia política y democracia social*. México : El Colegio de México, 1993. p. 195-224.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo : Cortez, 1982.

. *História dos movimentos e lutas sociais - a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo : Edições Loyola, 1995.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Paradigmas y ciencias sociales: una aproximación. *Dialéctica 22*, Nueva Época. Puebla : Universidad Autónoma de Puebla, 1992. p. 8-28.

GOROSTIAGA., Xavier. A América Latina em face dos desafios globais. *Cadernos do CEAS* 135. Salvador, setembro/outubro 1991.

GOVERNO MEXICANO. *El combate a la pobreza*. México : El Nacional, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, Jürgen. *Historia y crítica de la opinión pública*. Barcelona : Gustavo Gilli, 1981.

. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP 18*. São Paulo : Cebrap, 1987. p. 103-14.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo : Edições Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

HERNANDEZ, Ricardo. *La coordinadora nacional del movimiento urbano popular - Su historia, 1980-1986*. México : Edición Equipo Pueblo, 1987.

HOBBSBAWN, Erick. Crisis de la ideología, la cultura y la civilización. In: COLOQUIO DE INVIERNO. *Los grandes cambios de nuestro tiempo: la situación mundial, América Latina y México I*. México : UNAM, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 48-64.

KINZO, Maria D'Alva G. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o plano real. In: PINTO, Céli Regina e GUERRERO, Hogo. *América Latina: O desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre : Editora da Universidade, Associação de Universidades Grupo de Montevideo. p. 97-112.

KNIGHT, Alan. El abrigo de Arturo Alessandri: populismo, Estado y sociedad en América Latina, siglo XX In: CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Transformaciones sociales y acciones colectivas: América Latina en el contexto internacional de los noventa*. México : El Colegio de México, 1994. p. 49-76.

KOWARICK, Lúcio. Movimientos populares urbanos y el proceso de democratización en Brasil: balance crítico de la literatura *Proposiciones 14*. Santiago de Chile : SUR, 1987. p. 188-206.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1975.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro : Paz e Terra

- LANDERRECHEI, Rafael. Significado del exodo por la democracia. In: *Nuestra palabra*. el fraude electoral de 1991 y la participación ciudadana en la lucha por la democracia. México : Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia, 1992. p.345-352.
- LANDIN, Leilah. *As organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro : ISER, 1987.
- LECHNER, Norberto (comp). *Cultura política y democratización*. Santiago de Chile : FLACSO, 1987.
- . El desencanto postmoderno. In: CALDERÓN, F. - *Imágenes desconocidas: la modernidad en la encrucijada posmoderna*. Buenos Aires : CLACSO, 1988. p. 110-150.
- LEYVA-SOLANO, Xóchtli. De identidades y militancias en la región del conflicto. In: TREJO-DELARBRE. *CHIAPAS: la guerra de las ideas*. México: Editorial Diana, 1994. p. 297-300
- LIMA, Luís Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1981.
- LLANO, Alejandro. *La nuova sensibilità*. Madrid : Espasa Universidad, 1989.
- LYOTARD, Jean-François. *La condición posmoderna*. México : REI, 1990.
- LOAEZA, Soledad. La lenta construcción del pluralismo mexicano. In: COUFFIGNAL, Georges (comp). *Democracias posibles - El desafío latinoamericano*. México : Fondo de Cultura Económica, 1994. p. 167-182
- LOJIKNE, Jean. *El marxismo, el Estado y la cuestión urbana*. México : Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- MACPHERSON, C.B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro : Zahar Editor, 1978.
- MALDONADO OJEDA, Lucio. El movimiento popular mexicano en la década de los 70. In: BASOOLS, M et alii (eds). *Antología de Sociología Urbana*. México : UNAM, 1988. p. 305-332.
- MANNHEIM, Karl. *Ideología e utopia*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1976.
- MARINO, German. Hacia una radiografía de los diversos intentos de la producción de conocimientos. In: *Aportes 33: Del mesianismo y el populismo al dialogo*. Bogotá : Dimensión Educativa, 1990. p. 5-38.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.
- MARTIN DEL CAMPO, Júlio Labastida. Da unidade nacional ao desenvolvimento estabilizador (1940-1970). GONZÁLEZ CASA NOVA, Pablo. *América Latina: história de meio século*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 275-332.

- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite- emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo : Hucitec, 1989.
- MASSOLO, Alejandra. *Por amor y corage: mujeres en movimientos urbanos de la ciudad de México*. México : El Colegio de México, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 1992.
- MATURANA, Humberto. Conversaciones matrísticas y patriarcales. In: MATURANA y VERDEN-ZÖLLER. *Amor y juego - fundamentos olvidados de lo humano desde el patriarcado a la democracia*. Santiago de Chile : Instituto de Terapia Cognitiva, 1995. p. 5-67
- MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris : Quadrige, Presses Universitaires de France, 1989.
- MINELLO, Nelson. La democracia, ¿algo nada más que político?. CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS. *Transformaciones sociales y acciones colectivas: América Latina en el contexto internacional de los noventa*. México : El Colegio de México, 1994. p. 191-204.
- MOISÉS, José Álvaro et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis : Vozes, 1982.
- . *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- MONCAYO, Pablo Pascual. *Las elecciones de 1994*. México : Cal y Arena, 1995.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História em campo minado (A história popular revisitada)*. Campinas : UNICAMP, 1991.
- MOSCOVICI, Serge. *A reprodução social da Psicanálise*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1978.
- . *A máquina de fazer deuses*. São Paulo : Imago Editora, 1990.
- MOUNTER, Emmanuel. *O personalismo*. Lisboa : Martins Fontes, 1976.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Notas acerca do problema da crise no Brasil: caminhos e hipóteses*. Brasília : UnB, 1992.
- . Projetos nacionais e exclusão social. *Planejamento e políticas públicas* 10. IPEA, 1993. p. 91-116.
- _____. *A nova exclusão social: ameaça à modernidade? Brasília* : (mimeo), 1994a
- . Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessário. *Caderno CRH 21*. Brasília. Jul-dez, 1994b. p. 29-47.
- _. *Globalização e exclusão social: a crise de representação do futuro*. XX Encontro anual da ANPOCS (GT1: Cidadania, conflito e transformações urbanas). Caxambu, 1996.
- NAVARRO-BENÍTEZ, Bernardo. *Crisis y movimiento urbano popular en el Valle de México*. México : UAM-Xochimilco, 1989.

- NOVARO, Marcos. O debate contemporâneo sobre a representação política. *Novos Estudos* 42. São Paulo : CEBRAP, 1995. p. 77-90.
- NUNEZ, Oscar. *Innovaciones democrático-culturales del movimiento urbano*. México : UAM/Xochimilco, Casa Abierta al Timepo, 1990.
- O'DONNELL, Guillermo. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, F. W. e Ó'DONNELL, G. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo : Vértice, 1988. p. 41-71.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe. *Transições democráticas. Conclusões*. São Paulo : Vértice, 1989.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli et ai. *Vozes e contrastes - Discurso na Cidade e no Campo*. São Paulo : Cortez Editora, 1989.
- OSÓRIO, Jorge y WEINSTETN, Luis (ed). *La fuerza dei arco iris - Movimientos sociales, derechos humanos y nuevos paradigmas culturales*. Santiago de Chile : CEAAL, 1988.
- . *El corazón del arco iris - Lecturas sobre nuevos paradigmas en educación y desarrollo*. Santiago de Chile : CEAAL, 1993.
- OTTMANN, Götz. Movimentos sociais e democracia, no Brasil. *Novos Estudos* 41. São Paulo : CEBRAP, 1995. p. 186-207.
- PALMA, Diego. *La construcción de Prometeo - Educación para una democracia latinoamericana*. Santiago de Chile : CEAAL, 1993.
- PAZ, Octavio. América en plural y en singular (entrevista con Sergio Marras). *Vuelta* 194. México, 1993. p. 11-16.
- PAOLÍ, Maria Célia. Movimentos sociais, cidadania e espaço público: ano 90. *Humanidades* 30. Brasília : EDUnB, 8 (4), 1992. p. 498-504.
- PAZOS, Luis. *¿Por que CHIAPAS?* México : Diana, 1994.
- PROUD'HOMME, Jean François. Acción colectiva y lucha por la democracia en México e Chile. CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Transformaciones sociales y acciones colectivas: América Latina en el contexto internacional de los noventa*. México : El Colégio de México, 1994. p. 77-105.
- PETRAS, James e MORLEY, Morris. *Latin America in the time of cholera*. New York : Routledge, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo : Companhia de Letras, 1989.
- REIS, Elisa. *Transitions East an South: the theoretical challenge*. Rio de Janeiro : IUPERG, 1992.

- REIS, Fábio Wanderley e Ó'DONNELL, Guillermo (orgs). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo : Vértice, 1988.
- REIS, Fábio Wanderley. Ciudadanía, estado y mercado. Democracia social y democracia política en el proceso de transformación capitalista, In: CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS. *Modernización económica, democracia política y democracia social*. México : El Colegio de México, 1993. p.285-310.
- REYNA, José Luis. Democratización en México: límites y posibilidades. In: CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS. *Modernización económica, democracia política y democracia social*. México : El Colegio de México, 1993. p. 177-190.
- ROCHA, Alberto. La reinención de la democracia. In: *Política 198*. México : El Nacional, febrero 1993, p. 3-7.
- ROSAS, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio Editora, 1976. ROSSI, Clóvis. Econômico bate social em reunião do G-7. *Folha de São Paulo*- 1º Caderno. São Paulo, 03/abr/1996. p. 12.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militarista na América Latina*. São Paulo : Alfa-Omega, 1984.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Moisés de Melo. *Subsídios para uma teoria pedagógica das ONG 's - um estudo de caso: ETAPAS*. Recife : UFPE/CME, 1991.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo : Brasiliense, 1996.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo : HUCITEC, 1978.
- . *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis : Vozes, 1980.
- SARTORI, Giovanni. *A democracia revisitada*. São Paulo: Ática
- SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- SCHMELKES, Sylvia. Necessidades educacionais de camponeses e indígenas adultos na América Latina. *Anais do Encontro Latino-americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores*. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1994. p. 109-33.
- SCHNEIDER, Ben Ross. La política de privatización en Brasil y México: variaciones sobre un tema estatística. *Forum Internacional XXI* (1). México : El Colegio de México, 1990. p.3-27
- SCHTEINGART, Martha. Aspectos teóricos y prácticos da autogestão urbana. In: *Sociológica: ciudad y procesos urbanos*. México : UAM, Unidad Azcapotzalco, ene/abr./1990. p.113-128.

- SILVA, Luís Antonio Machado da e RIBEIRO, Ana Clara T. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? *Ciências Sociais hoje*, 1985. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1985. p. 318-336.
- SOARES, Gláucio Ary D. Democracia electoral, estado desigual y democracia social, CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Modernización económica, democratización política y democracia social*. México : Colegio de México, 1993.
- SORJ, Bernardo. Reforma agrária e democracia. In: REIS, Fábio Wanderley e Ó'DONNELL, Guillermo (org). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo : Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 136-159.
- SPINK, Mary Jane (org). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo : Brasiliense, 1993.
- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas, espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (org). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da filosofia: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *L'ancien regime e la revolución*. Paris : Gallimard, 1964.
- _____. *A democracia na América*. São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1987.
- TORRES RIVAS, Edelberto. La democracia latinoamericana en la fragua. In: CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Modernización econômica, democracia política y democracia social*. México : El Colegio de México, 1993. p. 163-176.
- TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris : SEUIL, 1973.
- . La voz y la mirada. In: *Revista Mexicana de Sociologia 4*. México : UNAM, 1979.
- . *Crítica da modernidade*. Petrópolis : Vozes, 1994.
- . *O que é a democracia?* Petrópolis : Vozes, 1996.
- TREJO-DELARBRE, Raúl. *CHIAPAS - la guerra de las ideas*. México : Diana, 1994.
- VERAS, Francisca Siqueira. *A construção do movimento popular urbano na região metropolitana do Recife mima perspectiva orgânica (1987-1993)*. São Paulo : PUC, 1995.
- VIEZZER, Moema. *Se me deixam falar*. São Paulo : Símbolo, 1975.
- . *O problema não está na mulher*. São Paulo : Cortez, 1989.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- . Incertezas da transição na América Latina. *Lua Nova 16*. São Paulo : CEDEC, 1989. p. 5-46.
- . Novas democracias. Que democracias? *Lua Nova 27*. São Paulo : CEDEC, 1992.

YOUNG, Charles. Noan Chomsky: profeta y contestatario. *El Nacional Dominical* México, 12/07/1992. p. 20-23.

ZAPATA, Francisco. Democracia, corporativismo, elecciones y desigualdad social en América Latina. CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS. *Modernización económica, democracia política y democracia social*. México: El Colegio de México, 1993. p. 11-38.

ZEMELMAN, Hugo. Razones para un debate epistemológico. *Revista Mexicana de Sociología*. México : UNAM, enero/marzo 1987. p. 1-10.

. *Los horizontes de la razón I*. Madrid/México : Antropos/El Colegio de México, 1992.